



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIV - Nº 112 - QUARTA-FEIRA, 5 DE AGOSTO DE 2009 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP) 1º VICE-PRESIDENTE Marconi Perillo - (PSDB-GO) 2º VICE-PRESIDENTE Serys Slhessarenko - (PT-MT) 1º SECRETÁRIO Heráclito Fortes - (DEM-PI) 2º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)	3º SECRETÁRIO Mão Santa- (PMDB-PI) 4º SECRETÁRIO Patrícia Saboya - (PDT-CE) Suplentes de Secretário 1º - César Borges - (PR-BA) 2º - Adelmir Santana - (DEM-DF) 3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB) 4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

LIDERANÇAS

Maioria (PMDB/PP) - 20 Líder Renan Calheiros - PMDB Vice-Líderes Valdir Raupp Paulo Duque Lobão Filho Francisco Dornelles Gilvam Borges Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Wellington Salgado de Oliveira Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto Líder do PP - 1 Francisco Dornelles	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 21 Líder Aloizio Mercadante - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Líder do PT - 12 Aloizio Mercadante Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Expedito Júnior Líder do PSB - 2 Antonio Carlos Valadares Líder do PRB - 2 Marcelo Crivella Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 27 Líder Raimundo Colombo - DEM¹ Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana Líder do DEM - 14 José Agripino Vice-Líderes do DEM Jayme Campos Antonio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Moraes Líder do PSDB - 13 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes
PTB - 7 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello Romeu Tuma
PDT - 5 Líder Osmar Dias - PDT		

¹ Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.

EXPEDIENTE	
Haroldo Feitosa Tajra Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 123ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 4 DE AGOSTO DE 2009

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de requerimentos

Nº 946, de 2009, de autoria do Senador Delcídio Amaral, *solicitando a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 443, de 2008. Deferido*..... 34374

Nº 947, de 2009, de autoria do Senador Augusto Botelho e outros senhores Senadores, *solicitando que o horário do expediente, do dia 20 de outubro próximo, seja transformado em sessão especial de homenagem à Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia – Febrasgo, quando se comemorará o cinquentenário daquela federação*..... 34374

Nº 948, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Praia, *solicitando a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 328, de 2009. Deferido*..... 34375

1.2.2 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Ofício nº 3/2009, do Departamento de Direito Público do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, encaminhando nota técnica acerca das improbidades técnicas e jurídicas existentes no texto do Código de Processo Penal, oriundas das reformas implementadas pelas Leis nºs 11.690 e 11.719, de 2008..... 34375

Recebimento do Ofício nº 406/2009, do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminhando exemplares das publicações “Perfil das Empresas Estatais” e “Relatório Anual”, produzidas sob a coordenação daquele departamento..... 34395

Abertura de prazo de cinco dias úteis, a partir do dia 5 do corrente, para interposição de recursos, aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 4 e 5, de 2009-CN, para que sejam apreciados pelo Plenário do Congresso Nacional, tendo em vista publicação em avulsos, nesta data, dos pareceres da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 34396

1.2.3 – Comunicações

Da Liderança do PDT no Senado Federal, indicando o Senador Flávio Torres, como titular, para integrar o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em substituição à Senadora Patrícia Saboya. **(Ofício nº 61/2009, de 3 do corrente)** 34396

1.2.4 – Ofício do Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Bélgica no Congresso Nacional

Nº 3/2009, de 30 de junho último, comunicando a instalação, no Congresso Nacional, do Grupo Parlamentar Brasil-Bélgica, oportunidade em que foi eleita e empossada sua Diretoria. 34397

1.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Lembrança do acordo prevendo a votação, ainda em agosto, das matérias de interesse dos aposentados. Manifestação sobre o caso do Fundo de Pensão Aerus, dos trabalhadores da Varig..... 34398

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Saudação aos candidatos indicados pelo Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul aos cargos de Presidente da República, Governador do Estado e Senador da República. Apelo em favor da readmissão dos funcionários da Embraer. Reafirma posição pelo licenciamento do Senador José Sarney, da Presidência da Casa..... 34402

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR – Renovação de pedido ao Presidente Michel Temer para votação da Proposta Emenda à Constituição nº 483, de 2005, que trata da transposição dos servidores públicos de Rondônia, para os quadros da União. 34404

1.2.6 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2009, de autoria do Senador Expedito Júnior, que *altera a Lei nº 10.891, de 2004, que institui a Bolsa-Atleta, para permitir a concessão de gratificação aos técnicos dos atletas beneficiados pelo programa*..... 34406

Projeto de Lei do Senado nº 333, de 2009, de autoria do Senador Expedito Júnior, que *altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, para tornar obrigatória a disponibilização*

de cadeiras de rodas para idosos com dificuldade locomotora nas áreas destinadas ao atendimento e movimentação de passageiros e bagagens dos aeroportos. 34407

Projeto de Resolução nº 48, de 2009, de autoria do Senador Expedito Júnior, que *dispõe sobre a assistência à saúde prestada aos Senadores e seus dependentes e aos ex-Senadores e seus cônjuges ou companheiros*. 34408

Projeto de Resolução nº 49, de 2009, de autoria do Senador Expedito Júnior, que *acrescenta art. 109-A ao Regimento Interno do Senado Federal, para regulamentar pedido de verificação de quorum nas reuniões das Comissões*. 34409

1.2.7 – Comunicação da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Resolução nºs 48 e 49, de 2009, lidos anteriormente. 34410

1.2.8 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI – Homenagem ao paraibano Djaci Falcão, pelo transcurso dos seus 90 anos de idade. 34410

SENADOR VALDIR RAUPP – Defesa da aprovação da Proposta Emenda à Constituição nº 483, de 2005, que trata da incorporação, pelos quadros da União, dos servidores públicos de Rondônia. Registro das visitas realizadas a diversos municípios do Estado de Rondônia, durante o recesso parlamentar. 34412

SENADOR JEFFERSON PRAIA – Destaque para o 38º aniversário do Colégio Militar de Manaus. Defesa da aprovação dos projetos de lei de sua autoria, que propõem seguro para agricultor da Região Norte e institui a Bolsa-Atleta aos atletas-guia. 34414

1.2.9 – Comunicações

Da Liderança do PDT no Senado Federal, de substituição de membro para integrar a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. (Ofício nº 58/2009, de 4 do corrente) 34416

Da Liderança do PDT no Senado Federal, de substituição de membro para integrar a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. (Ofício nº 59/2009, de 4 do corrente) 34416

Da Liderança do PDT no Senado Federal, de substituição de membro para integrar a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. (Ofício nº 60/2009, de 4 do corrente) 34417

Da Liderança do PDT no Senado Federal, de substituição de membro para integrar a Comissão Temporária da Reforma do Código de Processo Penal. (Ofício nº 62/2009, de 4 do corrente) 34417

1.2.10 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR OSMAR DIAS, como Líder – Votos de sucesso ao Senador Flávio Torres, suplente da Senadora Patrícia Saboya. Elogios à proposição da Senadora Patrícia Saboya, sancionada ontem pelo presidente Lula: a nova Lei Nacional de Adoção. Apelo em favor da votação da Proposta Emenda Constitucional nº 50, de extrema importância para os municípios brasileiros. 34418

SENADOR VALTER PEREIRA – Preocupação com a situação da saúde pública no País. 34421

1.3 – ORDEM DO DIA

1.3.1 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária

1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

1.4.1 – Discursos

SENADOR RENATO CASAGRANDE – Manifestação sobre o episódio de ontem, no plenário do Senado Federal, sobre a possibilidade de afastamento do Senador José Sarney da Presidência. Defesa do respeito aos procedimentos legais previstos na Resolução nº 20, que trata do Conselho de Ética do Senado Federal. 34426

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Manifestação sobre a crise por que passa o Senado Federal. 34430

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Relato do deslocamento de S. Exª pelo Estado de Roraima nas duas últimas semanas. Comentários a respeito do anúncio de visita do presidente Lula ao Estado de Roraima em setembro. Indignação pelo descaso do Presidente Lula com relação ao desenvolvimento do Estado de Roraima. 34434

SENADOR JOSÉ AGRIPINO – Registro de reunião realizada hoje, pela Bancada do DEM, no Senado Federal. 34437

SENADOR EDUARDO AZEREDO – Comentários sobre a entrevista do Ministro Celso Amorim a respeito das relações entre Venezuela e Colômbia. Importância de o Brasil manter a sua posição de imparcialidade. 34439

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES, como Líder – Lamento pela situação por que está passando o Senado Federal. Problema da proposta de redução da vazão do Rio São Francisco. 34443

SENADOR ALVARO DIAS – Críticas à decisão da Justiça de Brasília de determinar censura prévia ao jornal **O Estado de S. Paulo**, no que diz respeito à veiculação de notícias oriundas de gravações autorizadas judicialmente que tratavam da crise do Senado Federal. Defesa da liberdade de imprensa. 34458

SENADOR CÍCERO LUCENA – Registro do transcurso, amanhã, dos 424 anos da cidade de João Pessoa, Paraíba. Relato da visita de S. Exª a

diversos municípios da Paraíba durante o recesso parlamentar. Defesa de maior autonomia para os municípios..... 34459

SENADOR MARCO MACIEL – Preocupação quanto ao futuro do planeta com relação às mudanças climáticas. 34464

SENADOR JOÃO PEDRO – Registro de encontro da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, ocorrido no Maranhão. Homenagem pelo transcurso dos 55 anos do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA. 34464

SENADOR FLÁVIO ARNS – Voto de pesar pelo falecimento da professora e advogada Luciana Maria Helena Kister Querubim, ocorrido ontem, na cidade de Morretes, Paraná. Preocupação com o avanço da gripe H1N1 no Brasil. 34465

SENADOR MÃO SANTA – Denúncias do Deputado Roncalli Paulo e do jornalista político Luciano Coelho, na coluna Política de Teresina, publicada nesta terça-feira, 4 de agosto de 2009, com o seguinte título: “Novas denúncias contra Emgerpi envolvem lavagem de dinheiro”. 34468

1.4.2 – Leitura de requerimentos

Nº 949, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias, *solicitando o desapensamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 459, de 2003, e 238, de 2004, para que tenham tramitação autônoma, por tratarem de matérias distintas*. 34468

Nº 950, de 2009, de autoria do Senador Demóstenes Torres, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 207, de 2009-Complementar, e 238, de 2009-Complementar*..... 34468

Nº 951, de 2009, de autoria do Senador Valter Pereira, *solicitando o desapensamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 75, de 2003, das Propostas de Emenda à Constituição nºs 16 e 17, de 2006, restabelecendo a sua tramitação autônoma*..... 34468

Nº 952, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros senhores Senadores, *solicitando a realização de Sessão Especial do Senado em homenagem póstuma ao ex-Governador e ex-Senador Gilberto Mestrinho, falecido em 19 de julho de 2009*..... 34469

Nº 953, de 2009, de autoria do Senador Marco Maciel, *solicitando voto de pesar pelo falecimento de Ana Maria Pacheco Vasconcelos*. 34470

Nº 954, de 2009, de autoria do Senador Marco Maciel, *solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria do Carmo Santana Cavalcanti*. 34470

Nº 955, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando informações ao Ministro de Estado da Fazenda*..... 34470

Nº 956, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao Sindicato Nacional do Futebol*..... 34471

Nº 957, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao analista jurídico e político Orpheu Salles*..... 34472

Nº 958, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso e estímulo ao atleta amazonense Jeferson Almeida*..... 34473

Nº 959, de 2009, de autoria dos Senadores Flávio Arns e Romeu Tuma, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do Monsenhor Vicente de Paulo Penido Burnier*..... 34474

Nº 960, de 2009, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2009, além das comissões constantes do despacho inicial, seja ouvida a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo*..... 34475

Nº 961, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2008, com o Projeto de Lei do Senado nº 334, de 2008, por versarem sobre matéria análoga*..... 34475

Nº 962, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2007, e do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, com os Projetos de Lei do Senado nºs 78, de 2008; 131, de 2007; 64, de 2008; e 304, de 2007, já apensados, por versarem sobre matéria análoga*..... 34475

Nº 963, de 2009, de autoria do Senador Aloizio Mercadante e outro, *solicitando voto de censura ao novo acordo militar EUA/Colômbia*. 34475

Nº 964, de 2009, de autoria do Senador João Pedro, *solicitando voto de aplausos e congratulações ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA*..... 34477

1.4.3 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 334, de 2009, de autoria do Senador Cícero Lucena, que *autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, no Município de Santa Rita*..... 34478

1.4.4 – Aviso do Presidente do Banco Central do Brasil

Nº 32, de 2009-CN (nº 65/2009, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório sobre operações de redesconto e empréstimo realizadas nos termos da Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008, referente ao 2º trimestre de 2009..... 34479

1.4.5 – Mensagem do Presidente da República

Nº 93, de 2009-CN (nº 568/2009, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao terceiro bimestre de 2009..... 34479

1.4.6 – Ofício do Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Nº 30, de 2009-CN (nº 748/2009-BNDES GP, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES, referente aos dois primeiros trimestres de 2009. 34480

1.4.7 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 152, de 2009 (nº 3.774/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS e dá outras providências. 34502

1.4.8 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR GERSON CAMATA – Importância de investimentos na área de pesquisa para tornar competitiva a economia de qualquer país. 34514

1.4.9 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, quarta-feira, dia 5, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 34515

1.5 – ENCERRAMENTO

2 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

Aparte proferido pelo Senador Jarbas Vasconcelos ao discurso do Senador Pedro Simon na sessão do dia 3 de agosto de 2009. 34518

3 – ATAS

3.1 – Mesa do Senado Federal

Ata da 7ª Reunião, realizada em 23 de junho de 2009. 34519

4 – DOCUMENTOS E CORRESPONDÊNCIAS ENCAMINHADAS À PUBLICAÇÃO

5.1 – Grupo Parlamentar Brasil – Bélgica

Nº 3/2009, de 30 de junho último. 34528

SENADO FEDERAL

6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

Ata da 123ª Sessão Deliberativa Ordinária, 4 de Agosto de 2009

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. José Sarney, Marconi Perillo, Mão Santa,
Adelmir Santana e João Pedro*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e 1 minu-
to, e encerra-se às 20 horas e 7 minutos.)*

É o seguinte o registro de compareci-
mento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 4/8/2009 07:38:27 até 4/8/2009 20:30:04

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PDT	CE	FLÁVIO TORRES	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	X	
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
Bloco-PT	AC	MARINA SILVA	X	
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	
Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
PTB	SP	ROMEU TUMA	X	
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SÉRGIO SLHESARENKO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	

Compareceram: 78 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Estamos em Brasília, em 4 de agosto de 2009, em sessão deliberativa ordinária do Senado da República do Brasil, que se realiza às 14h01.

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 946, DE 2009

Requeiro com base no art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 443, de 2008.

Sala das Sessões, 4 de agosto de 2009. – Senador **Delcídio Amaral**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

A Presidência defere o requerimento.

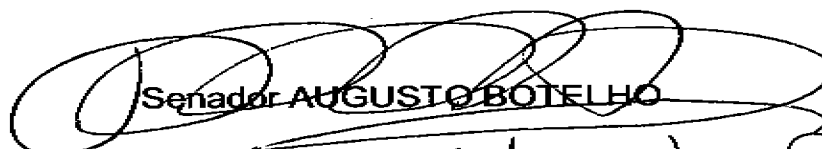
Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.


É lido o seguinte:

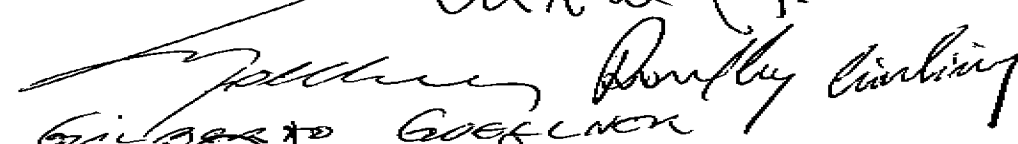
REQUERIMENTO Nº 947, DE 2009

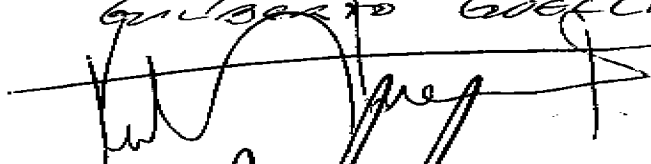
Requeiro, nos termos regimentais, a transformação do horário do expediente do dia 20 de outubro do corrente ano, em sessão especial de homenagem à **FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA – FEBRASGO**, quando se comemorará o cinquentenário daquela federação, e que tanto tem feito em prol da saúde e bem estar da mulher brasileira.


Sala das Comissões, 4 de agosto de 2009.



Senador **AUGUSTO BOTELHO**


Lino A.


Gilberto Goellner


Paulo Roberto


Maria Maciel (MARIA MACIEL)


Aline

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação. Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 948, DE 2009

Requeiro nos termos do artigo 256, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 328, de minha autoria, que “altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta, para criar a Categoria Atleta de Base”.

Sala das Sessões, 4 de agosto de 2009. – Senador **Jefferson Praia**, PDT/AM.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência defere o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 3/2009**, do Departamento de Direito Público do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, encaminhando nota técnica acerca das impropriedades técnicas e jurídicas existentes no texto do Código de Processo Penal, oriundas das reformas implementadas pelas Leis nºs 11.690 e 11.719, de 2008.

O expediente vai à Comissão Temporária da Reforma do Código de Processo Penal.

É o seguinte o expediente recebido:

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE DIREITO PÚBLICO**

OFÍCIO Nº03/2009.

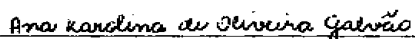
Natal/RN, 13 de março de 2009.

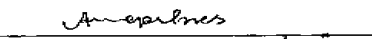
Assunto: ANÁLISE ACADÊMICA DAS REFORMAS DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Encaminhamos a Vossa Excelência o presente documento, o qual se trata de uma nota técnica elaborada pelos alunos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, juntamente com o professor e Juiz Federal Walter Nunes da Silva Júnior, acerca das impropriedades técnicas e jurídicas existentes no texto do Código de Processo Penal, oriundas das reformas implementadas pelas Leis nºs. 11.690 de 10 de junho de 2008 e 11.719 de 23 de junho de 2008.


Na oportunidade, apresentamos expressões de especial apreço e consideração.


ANA KAROLINA DE O. GALVÃO

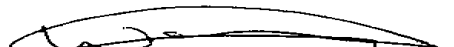

ANA PAULA B. S. ARAÚJO


DANIELLE CARLOS ALENCAR


GUDSON BARBALHO DO N. LEÃO


RAÍSSA TABATA COSTA VALÉRIO


SOPHIA NÓBREGA CÂMARA


WALTER NUNES DA SILVA JÚNIOR

**A Sua Excelência o Senhor
Presidente do Senado Federal
JOSÉ SARNEY
Senado Federal
Brasília- DF**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE DIREITO PÚBLICO

**PROJETO DE PESQUISA PIE2843-2008: ANÁLISE ACADÊMICA DA REFORMA
DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL**

Professor Coordenador: Walter Nunes da Silva Júnior

Discentes: Ana Karolina de Oliveira Galvão
Ana Paula Barbosa dos Santos Araújo Nunes
Danielle Carlos Alencar
Gudson Barbalho do Nascimento Leão
Raissa Tábata Costa Valério
Sophia Nóbrega Câmara

Resumo do Projeto:

Esse Projeto de Pesquisa foi desenvolvido pelo professor da cadeira de Direito Processual Penal I, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Walter Nunes da Silva Júnior, juntamente com os alunos infra-assinados, objetivando, principalmente, identificar as incongruências perpetradas no Código de Processo Penal, oriundas das reformas implementadas pelas Leis nº. 11.690 de 10 de junho de 2008 e 11.719 de 23 de junho de 2008, através de ampla pesquisa bibliográfica no que concerne às sugestões, discussões e pareceres que desencadearam a aprovação das aludidas leis.

Igualmente, tem por escopo propor sugestões para o saneamento das citadas incoerências, através de uma proposta para que o Parlamento, no processo de revisão das reformas implantadas pelas mencionadas leis, elimine as incongruências hoje existentes no Código de Processo Penal, no desiderato de obter um novo Estatuto Processual Penal com uma melhor sistematização. Busca-se, por meio das breves considerações feitas neste trabalho, demonstrar que, nada obstante o êxito das mencionadas leis na promoção de evidentes e profundas alterações no Código de Processo Penal, as modificações realizadas deixaram diversas incongruências, resultando em inúmeras deformidades em nosso sistema processual penal, o que somente se eliminará efetivamente, principalmente quanto à racionalidade topográfica, com a elaboração de um novo Código de Processo Penal.

NOTA TÉCNICA

As Leis nºs. 11.690 de 10 de junho de 2008 e 11.719 de 23 de junho de 2008, resultaram, respectivamente, da conversão dos Projetos de Lei nºs. 4.205/01 e nº 4.207/01, enviados em conjunto com mais cinco outros projetos apresentados pela intitulada “Comissão Ada Pellegrini Grinover” ao Ministério da Justiça, sendo, posteriormente, encaminhado como proposição do Poder Executivo ao Congresso Nacional.

Nesse contexto, o escopo do presente estudo é fazer uma análise percutiente e crítica acerca das incongruências existentes no Código do Processo Penal Brasileiro após a edição dessas espécies normativas, sem, contudo, deixar de reconhecer o avanço propiciado pelo diploma legal, responsável pela eliminação de resquícios provenientes dos sistemas inquisitivo e misto em nosso ordenamento jurídico, bem como em dotar nosso procedimento de maior celeridade e simplicidade, notoriamente em virtude da informatização.

Vejamos as diversas incongruências existentes em relação à parte modificada e à redação anterior às reformas, que permaneceu vigente. Alguns artigos, como a seguir será demonstrado, mereciam uma modificação para se adequarem à reforma, fato que não ocorreu. Outros, por sua vez, deveriam ter sido expressamente revogados, resultando, assim, em deformidades que permaneceram no Código de Processo Penal, mesmo após suas mais recentes reformas.

Inicialmente, partir-se-á da análise das incongruências, contidas no texto do diploma processual penal, resultantes do advento da Lei nº 11.690/08, e, em seguida, daquelas que restaram decorrentes do enxerto da Lei nº 11.719/08 em nosso ordenamento jurídico.

- Lei nº 11.690, de 09 de junho de 2008.

*** INCONGRUÊNCIA ENTRE O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 186 E O ART. 198 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.**

Art. 186.

Parágrafo único. O silêncio, que não importará em confissão, não poderá ser interpretado em prejuízo da defesa.

Art. 198. O silêncio do acusado não importará confissão, mas poderá constituir elemento para a formação do convencimento do juiz.

A primeira incongruência salta aos olhos daqueles que se deparam com a inteligência dos arts. 186 e 198 do Código de Processo Penal. Ora, pela leitura do parágrafo único do art. 186, percebe-se que o direito ao silêncio, como direito fundamental, é um direito subjetivo, não podendo ser interpretado de modo a influenciar o convencimento do magistrado. Se o silêncio, ao ser utilizado, puder influenciar o juiz a ponto de ele interpretá-lo, *di per si*, em detrimento do réu, não poderemos encarar tal silêncio como um verdadeiro direito.

Fato é que essa inconsistência não é atual, de modo que, apesar da modificação introduzida no parágrafo único do art. 186 mediante a edição da Lei nº 10.792, de 1º de dezembro de 2003, esta espécie normativa falhou no instante em que esqueceu de revogar expressamente o art. 198 do CPP. Igualmente, pecou o legislador infraconstitucional quando, ao aprovar a Lei nº 11.690/08, que também tratou do interrogatório do acusado, fez louváveis alterações nesse ato processual, mas olvidou de revogar o art. 198 do CPP.

Cumprе ressaltar, ademais, que, sendo o interrogatório tratado pelo reforma como meio de defesa, ele não deve mais ficar no Título dedicado às provas, o que demonstra que, além da dissonância existente entre os dispositivos acima transcritos, vislumbra-se também uma impropriedade concernente à própria estrutura topográfica do Código de Processo Penal, sendo necessária, assim, a correção dessas incongruências.

*** INCONGRUÊNCIA ENTRE OS ARTIGOS 159 E 268 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.**

Art. 159. O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior.

§ 1º Na falta de perito oficial, o exame será realizado por 2 (duas) pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame

§ 2º Os peritos não oficiais prestarão o compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo.

§ 3º Serão facultadas ao Ministério Público, ao assistente de acusação, ao ofendido, ao querelante e ao acusado a formulação de quesitos e indicação de assistente técnico.

§ 4º O assistente técnico atuará a partir de sua admissão pelo juiz e após a conclusão dos exames e elaboração do laudo pelos peritos oficiais, sendo as partes intimadas desta decisão.

Art. 268. Em todos os termos da ação pública, poderá intervir, como assistente do Ministério Público, o ofendido ou seu representante legal, ou, na falta, qualquer das pessoas mencionadas no Art. 31.

A primeira incoerência entre os artigos acima transcritos é encontrada no §3º do art. 159 do CPP. De fato, o legislador desnortear-se do sistema processual penal nesse trecho, porquanto trata o assistente de acusação e o ofendido como se fossem partes distintas. Todavia, não se pode sublimar o que preceitua o artigo 268 do CPP, quando estatui: “ (...) *poderá intervir, como assistente do Ministério Público, o ofendido ou seu representante legal, ou, na falta, qualquer das pessoas mencionadas no Art. 31.*” Para não haver essa inconsistência, o legislador poderia ter esclarecido que esse ofendido é o que ainda não fora habilitado como assistente.

Ainda em relação ao §3º, cumpre ressaltar que constava na redação original do Projeto de Lei nº 4.205/01 menção ao indiciado, facultando-lhe a formulação de quesitos e a indicação de assistente técnico. Caso se entenda como inadmissível a formulação de quesitos e indicação de assistente técnico pelo indiciado, ocorrerá cerceamento de seu direito de defesa. Isto porque há perícias e exames realizados ainda no inquérito que são extremamente relevantes para o desencadeamento processual e, desse modo, não sendo oferecida a oportunidade para que o indiciado nomeie assistente técnico ou formule quesitos, isso certamente se revelará como cerceamento do seu direito de defesa.

Nesse contexto, como estava presente a expressão *indiciado* no projeto e, tendo essa sido excluída, percebe-se o claro intento em inadmitir tal atuação ainda na fase do inquérito policial. Veja-se o caso da morte da menina Isabella Nardoni, que tanta comoção gerou no povo brasileiro. A perícia realizada no automóvel do casal, bem como aquela realizada em sua residência serão essenciais e certamente irrepetíveis. A faculdade ofertada ao casal para acompanhar a investigação, com advogados, será decisiva no desenvolvimento do processo e lhes proporcionará uma defesa realmente efetiva.

O §4º, ao seu turno, quando menciona “*o assistente técnico atuará a partir de sua admissão pelo juiz*” incide em contradição. É cediço que o juiz não necessita admitir o assistente técnico, uma vez que esse não necessita ser imparcial, ao contrário, ele deve atuar em prol da parte, protegendo seus interesses. Ademais, o dispositivo aduz que o assistente

técnico somente atuará “*após a conclusão dos exames e elaboração do laudo pelos peritos oficiais*”, ou seja, é como se o assistente não pudesse atuar na elaboração do laudo, somente intervindo para contestá-lo. Entretanto, faz-se mister ressaltar a necessidade de atuação do assistente na própria elaboração do laudo, garantindo uma atuação esmerada do perito na defesa dos interesses do indiciado ou acusado.

*** INCONGRUÊNCIA ENTRE OS ARTIGOS 185, §1º E 399, §1º DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.**

Art. 185. O acusado que comparecer perante a autoridade judiciária, no curso do processo penal, será qualificado e interrogado na presença de seu defensor, constituído ou nomeado.

§ 1º O interrogatório do acusado preso *será feito no estabelecimento prisional em que se encontrar*, em sala própria, desde que estejam garantidas a segurança do juiz e auxiliares, a presença do defensor e a publicidade do ato. Inexistindo a segurança, o interrogatório será feito nos termos do Código de Processo Penal.

Art. 399. Recebida a denúncia ou queixa, o juiz designará dia e hora para a audiência, ordenando a intimação do acusado, de seu defensor, do Ministério Público e, se for o caso, do querelante e do assistente.

§ 1º O acusado preso *será requisitado para comparecer ao interrogatório*, devendo o poder público providenciar sua apresentação.

Ora, o §1º do artigo 399 do Código de Processo Penal refere-se ao interrogatório. Sendo assim, esse dispositivo deveria estar no Capítulo III do Título VII, que trata desse ato processual.

Ademais, o mencionado dispositivo deveria estar no próprio §1º do artigo 185, revogando-o. A permanência de ambos dispositivos no estatuto processual em comento finda por atestar sua incongruência. De fato, percebe-se claramente que o §1º do art. 399 revogou o §1º do art. 185 já que, enquanto aquele aduz que o acusado preso *será requisitado para comparecer ao interrogatório*, ou seja, o interrogatório será em juízo, o segundo dispõe que tal interrogatório será feito *no estabelecimento prisional em que o acusado se encontrar*. Assim, o §1º do art. 399 deveria estar no §1º do art. 185 do CPP, revogando-o expressamente.

*** INCONGRUÊNCIA ENTRE OS ARTIGOS 212 E 473 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.**

Art. 212. As perguntas serão formuladas pelas partes diretamente à testemunha, não admitindo o juiz aquelas que puderem induzir a resposta, não tiverem relação com a causa ou importarem na repetição de outra já respondida.

Parágrafo único. Sobre os pontos não esclarecidos, o juiz poderá complementar a **inquirição**.

Art. 473. Prestado o compromisso pelos jurados, será iniciada a instrução plenária quando o juiz presidente, o Ministério Público, o assistente, o querelante e o

defensor do acusado tomarão, sucessiva e diretamente, as declarações do ofendido, se possível, e inquirirão as testemunhas arroladas pela acusação.

Outra disparidade foi gerada através das modificações implementadas com as Reformas no CPP. Com efeito, foram instituídas formas díspares no tocante ao procedimento do tribunal do júri e os demais procedimentos.

De fato, enquanto nos demais ritos a inquirição das testemunhas é iniciada e feita pelas partes e tão-somente complementada pelo juiz, no procedimento do júri a inquirição das testemunhas é iniciada pelo juiz e continuada pelas partes. Ora, tal incongruência não deve permanecer. É cediço que no sistema acusatório, que foi adotado na reforma, a prova deve ser explorada pelas partes, tendo o juiz, em homenagem à verdade real, papel apenas complementar. Assim, o procedimento relativo ao júri deveria ter sido reformado nos mesmos moldes dos demais, com a inquirição das testemunhas sendo feita pelas partes, responsáveis pela exploração da prova, e apenas complementada pelo juiz no que concerne aos pontos não esclarecidos.

Percebe-se, desse modo, que as modificações realizadas de modo pontual, apesar de eficientes em certos aspectos, dão ensejo a discrepâncias nos procedimentos adotados.

*** INCONGRUÊNCIA ENTRE OS ARTIGOS 188 E 474, §1º DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.**

Art. 188. Após proceder ao interrogatório, o juiz indagará das partes se restou algum fato para ser esclarecido, formulando as perguntas correspondentes se o entender pertinente e relevante.

Art. 474. A seguir será o acusado interrogado, se estiver presente, na forma estabelecida no Capítulo III do Título VII do Livro I deste Código, com as alterações introduzidas nesta Seção.

§ 1º O Ministério Público, o assistente, o querelante e o defensor, nessa ordem, poderão formular, diretamente, perguntas ao acusado.

Incongruência também é percebida entre os demais procedimentos e o do tribunal do júri no que concerne ao interrogatório. Com efeito, o procedimento comum estabelece que o interrogatório deverá ser feito pelo juiz, cabendo às partes, após a oitiva pelo juiz, tão-somente complementar as perguntas realizadas pelo magistrado, as quais serão feitas *ao acusado pelo juiz* quando esse entender os questionamentos pertinentes e relevantes. Tal sistema leva em conta o fato de o interrogatório ser o direito de audiência do acusado com o juiz responsável pelo seu julgamento. Ademais, o interrogatório é concebido como um meio de defesa, como um modo de se explicar e se defender perante o julgador, cabendo ao

magistrado a elaboração das perguntas. Nesse diapasão, os questionamentos das partes são a título meramente complementar, somente sendo aceitos quando considerados relevantes pelo juiz e, ainda assim, *as perguntas são realizadas pelo magistrado*.

Noutro quadrante, o artigo 474, §1º, do CPP dispõe de modo diverso. O interrogatório previsto no tribunal do júri, do modo como consagrado no aludido dispositivo, foge completamente do modelo previsto para os demais procedimentos e revela-se contrário à ideia do interrogatório como meio de defesa. É que nesse procedimento, assim como ocorre na inquirição das testemunhas, as perguntas são formuladas *pelas partes diretamente ao acusado*. Todavia, é sabido que, em nosso sistema, o acusado não é testemunha, não devendo, por conseguinte, ser-lhe dispensado o mesmo tratamento, até porque o interrogatório é um meio de defesa, isto é, o modo de o acusado se explicar em juízo. Assim, não deveria ser admitido no procedimento do tribunal do júri que as partes perguntassem diretamente ao acusado, revelando-se tal premissa como um evidente descompasso entre o procedimento do tribunal do júri e os demais ritos.

*** INCONGRUÊNCIA ENTRE OS ARTIGOS 386 E 397 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.**

Art. 386 - O juiz absolverá o réu, mencionando a causa na parte dispositiva, desde que reconheça:

- I - estar provada a inexistência do fato;
- II - não haver prova da existência do fato;
- III - não constituir o fato infração penal;
- IV - estar provado que o réu não concorreu para a infração penal;
- V - não existir prova de ter o réu concorrido para a infração penal;
- VI - existirem circunstâncias que excluam o crime ou isentem o réu de pena (arts. 20, 21, 22, 23, 26 e § 1º do art. 28, todos do Código Penal), ou mesmo se houver fundada dúvida sobre sua existência;

Art. 397. Após o cumprimento do disposto no art. 396-A, e parágrafos, deste Código, o juiz deverá absolver sumariamente o acusado quando verificar:

- I - a existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato;
- II - a existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, salvo inimputabilidade;
- III - que o fato narrado evidentemente não constitui crime; ou
- IV - extinta a punibilidade do agente.

Incoerências existem, ainda, quanto ao tratamento dispensado pelo nosso Ordenamento Processual Penal às hipóteses de absolvição sumária (art. 397) e prolação de sentença absolutória (art. 386, *caput*).

Com a prolação da decisão de absolvição, embasada esta em quaisquer dos motivos elencados no *caput* do art. 386 do Código de Processo Penal, a pretensão acusatória fica ineludivelmente repelida, vale dizer, a acusação é julgada improcedente.

Por seu turno, as hipóteses de absolvição sumária encontram-se insculpidas no art. 397 do CPP.

Realizando-se uma análise comparativa entre os dois preceitos legais *sus*o transcritos, observa-se que, *à exceção do inciso IV*, concernente à extinção da punibilidade do agente, as demais hipóteses do art. 397 autorizam também a prolação de sentença absolutória, que, uma vez transitada em julgado, impede a instauração de nova persecução criminal sob o mesmo alicerce fático.

Ora, inexistente razão para que, a um só tempo, o Ordenamento Processual Penal Brasileiro permita expressamente a absolvição sumária com supedâneo na verificação da extinção da punibilidade do agente, mas não contemple essa mesma causa ao tratar da sentença absolutória.

Destarte, se é possível absolver sumariamente o réu, quando extinta sua punibilidade, qual o empecilho a permitir a prolação de sentença absolutória com esteio na mesma motivação?

Ao lado dessa problemática questão, observa-se, também, que as reformas pontuais instituídas pelas Leis nº. 11.690 e 11.719 deram azo a certa impropriedade topográfica, estampada no Código de Processo Penal, uma vez que a disciplina da sentença absolutória (art. 386), esta prolatada depois da fase de instrução do feito, antecede ao trato das circunstâncias de absolvição sumária, evento esse que ocorre, no âmbito do procedimento comum ordinário e sumário, após o recebimento da denúncia ou queixa e ulterior citação do acusado para respondê-la, isto é, ainda no início do *iter* processual penal.

*** INCONGRUÊNCIA ENTRE OS ARTIGOS 397 E 415 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.**

Art. 397. Após o cumprimento do disposto no art. 396-A, e parágrafos, deste Código, o juiz *deverá absolver sumariamente o acusado quando verificar:*

- I – a existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato;
- II – a existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, salvo inimizabilidade;
- III – que o fato narrado evidentemente não constitui crime; ou
- IV – extinta a punibilidade do agente.

Art. 415. O juiz, fundamentadamente, absolverá desde logo o acusado, quando:

- I – *provada a inexistência do fato;*
- II – *provado não ser ele autor ou partícipe do fato;*
- III – o fato não constituir infração penal;
- IV – demonstrada causa de isenção de pena ou de exclusão do crime.

Empreendendo uma análise da inteligência dos artigos *supra*, percebe-se que o legislador não manteve coerência entre as hipóteses de absolvição sumária previstas nos demais procedimentos e no tribunal do júri.

No que concerne ao procedimento do tribunal do júri, *provada a inexistência do fato e provado não ser o acusado autor ou partícipe do fato*, ele será absolvido sem que seja submetido ao julgamento pelo conselho de sentença. Tais hipóteses deveriam ter sido previstas também para a absolvição sumária do procedimento comum. De fato, não tem o menor sentido tal omissão do legislador. Assim, ao invés de quatro hipóteses, o art. 397 do CPP contempla também as causas previstas nos incisos I e II do art. 415, aplicáveis por interpretação analógica.

*** INCONGRUÊNCIA NO §3º DO ART. 157 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL DEVIDO AO VETO DO §4º DESSE ARTIGO.**

Art. 157. São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais.

§ 1º São também inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.

§ 2º Considera-se fonte independente aquela que por si só, seguindo os trâmites típicos e de praxe, próprios da investigação ou instrução criminal, seria capaz de conduzir ao fato objeto da prova.

§ 3º Preclusa a decisão de desentranhamento da prova declarada inadmissível, esta será inutilizada por decisão judicial, facultado às partes acompanhar o incidente.

~~§ 4º O juiz que conhecer do conteúdo da prova declarada inadmissível não poderá proferir a sentença ou acórdão.~~

Outra incongruência perpetrada pela multicitada reforma do Ordenamento Processual Penal Brasileiro encontra-se retratada no art. 157, e diz respeito ao veto dispensado ao § 4º e a concomitante manutenção do § 3º do mesmo artigo.

A redação original do aludido preceito legal possuía o seguinte conteúdo:

Art. 157. São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais.

§ 1º. São também inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.

§ 2º. Considera-se fonte independente aquela que por si só, seguindo os trâmites típicos e de praxe, próprios da investigação ou instrução criminal, seria capaz de conduzir ao fato objeto da prova.

§ 3º. Preclusa a decisão de desentranhamento da prova declarada inadmissível, esta será inutilizada por decisão judicial, facultado às partes acompanhar o incidente.

§ 4º. O juiz que conhecer do conteúdo da prova declarada inadmissível não poderá proferir a sentença ou acórdão.

Todavia, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, § 1º, da Constituição da República, vetou o § 4º do art. 157 do CPP, alterado pelo art. 1º do Projeto de Lei nº. 4.205/2001. As razões do veto foram as seguintes:

O objetivo primordial da reforma processual penal consubstanciada, dentre outros, no presente projeto de lei, é imprimir celeridade e simplicidade ao desfecho do processo e assegurar a prestação jurisdicional em condições adequadas. O referido dispositivo vai de encontro a tal movimento, uma vez que pode causar transtornos razoáveis ao andamento processual, ao obrigar que o juiz que fez toda a instrução processual deva ser, eventualmente substituído por um outro que nem sequer conhece o caso.

Ademais, quando o processo não mais se encontra em primeira instância, a sua redistribuição não atende necessariamente ao que propõe o dispositivo, eis que mesmo que o magistrado conhecedor da prova inadmissível seja afastado da relatoria da matéria, poderá ter que proferir seu voto em razão da obrigatoriedade da decisão coligada.

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o dispositivo acima mencionado do projeto em causa, a qual ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Pois bem. O propósito maior da reforma processual penal, consubstanciado na obtenção de maior celeridade, simplicidade e eficiência da prestação jurisdicional, tornar-se-ia mais palpável se, juntamente com o § 4º, tivesse sido vetado também o § 3º do mesmo art. 157.

Diante do veto do §4º do art. 157, não subsiste mais razão na permanência do §3º do mencionado dispositivo. Com efeito, não mais havendo mandamento legal que determine que o magistrado que conheça do conteúdo da prova declarada inadmissível não possa proferir sentença, não é mais imprescindível que haja decisão de desentranhamento da prova declarada inadmissível por meio de incidente anterior à sentença judicial.

Isto porque não se faz necessário que haja decisão, com posterior desentranhamento da prova ilícita, para que o processo seja remetido para magistrado não impedido e que não tenha conhecimento da aiudida prova, poder julgá-lo.

De fato, é possível que o incidente seja decidido na própria sentença do juiz de 1ª instância ou no acórdão do Tribunal, em virtude da possibilidade desses magistrados fazerem um julgamento da causa mesmo tendo mantido contato com a prova inadmitida.

*** INCONGRUÊNCIA ENTRE OS ARTIGOS 260 E 474 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.**

Art. 260. Se o acusado não atender à intimação para o interrogatório, reconhecimento ou qualquer outro ato que, sem ele, não possa ser realizado, a autoridade poderá mandar conduzi-lo à sua presença.

Parágrafo único. O mandado conterá, além da ordem de condução, os requisitos mencionados no art. 352, no que lhe for aplicável.

Art. 474. A seguir será o acusado interrogado, se estiver presente, na forma estabelecida no Capítulo III do Título VII do Livro I deste Código, com as alterações introduzidas nesta Seção.

Prefacialmente, se faz necessário esclarecer que as atuais reformas do Código de Processo Penal proporcionaram, conforme outrora salientado, o ajuste da legislação a um modelo processual de feição preponderantemente acusatória.

Na esteira desse festejado avanço, e no panorama de um modelo acusatório norteado pela salvaguarda das garantias individuais, o interrogatório do acusado passa a ser encarado como mais uma oportunidade de defesa, de modo a permitir que o réu apresente sua versão dos fatos, sem, contudo, haver uma obrigatoriedade em fazê-lo.

Essa nova conceituação do interrogatório, analisado agora sob a ótica do princípio da ampla defesa, produz importantes consequências. Primeiramente, tratando-se efetivamente de meio de defesa, permite ao acusado e ao seu defensor realizar juízo de conveniência e oportunidade quanto à prestação de depoimento pelo réu. Destarte, cabe-lhes a escolha da alternativa mais favorável aos interesses defensivos.

Por essa razão, parece completamente descabido se falar em condução coercitiva do réu, para fins de interrogatório, devendo ser expressamente revogado o *caput* do citado art. 260 do CPP.

Por derradeiro, conjugando-se a concepção do interrogatório como essencialmente um meio de defesa com o reconhecimento do direito ao silêncio, tem-se por inafastável a conclusão de que o não-comparecimento do acusado ao aludido ato não enseja a aplicação de quaisquer sanções processuais. Ao contrário, eventual não-comparecimento, enquanto não justificado, deve ser entendido como manifestação do direito ao silêncio, conforme nos ensina o professor Eugênio Pacelli de Oliveira.

Endossando a nova concepção de interrogatório tutelada pelo novel Código de Processo Penal, o procedimento atinente ao Tribunal do Júri não mais contempla a exigência da presença do acusado nos processos de sua alçada, consoante se infere da leitura do art. 474, *caput*, trazido à colação.

*** INCONGRUÊNCIA ENTRE OS §1º E §2º DO ART. 265 E PARÁGRAFO ÚNICO DO MESMO ARTIGO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.**

Art. 265. O defensor não poderá abandonar o processo senão por motivo imperioso, comunicado previamente o juiz, sob pena de multa de 10 (dez) a 100 (cem) salários mínimos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

§ 1º. A audiência poderá ser adiada se, por motivo justificado, o defensor não puder comparecer.

§ 2º. Incumbe ao defensor provar o impedimento até a abertura da audiência. Não o fazendo, o juiz não determinará o adiamento de ato algum do processo, devendo nomear defensor substituto, ainda que provisoriamente ou só para o efeito do ato.

Parágrafo único. A falta de comparecimento do defensor, ainda que motivada, não determinará o adiamento de ato algum do processo, devendo o juiz nomear substituto, ainda que provisoriamente ou para o só efeito do ato.

Incongruência existe na atual construção estrutural do art. 265 do CPP, o qual contém, além dos §§ 1º e 2º, um parágrafo único, que deveria ter sido expressamente revogado pela Lei nº. 11.719/2008, mas não foi.

Além da errônea formatação, percebe-se que o conteúdo dos §§ 1º e 2º é antagônico em relação ao do parágrafo único, haja vista que os dois primeiros preceitos contemplarem a possibilidade de adiamento da audiência em face do não-comparecimento do defensor, desde que apresentado motivo justificado, ao passo que o último veda taxativamente tal possibilidade.

- Lei nº 11.719/08, de 20 de junho de 2008.

*** INCONGRUÊNCIA DO ARTIGO 28 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL COM O SISTEMA ACUSATÓRIO.**

Art. 28. Se o órgão do Ministério Público, ao invés de apresentar a denúncia, requerer o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer peças de informação, o juiz, no caso de considerar improcedentes as razões invocadas, fará remessa do inquérito ou peças de informação ao procurador-geral, e este oferecerá a denúncia, designará outro órgão do Ministério Público para oferecê-la, ou insistirá no pedido de arquivamento, ao qual só então estará o juiz obrigado a atender.

Este artigo precisa ser expurgado de nosso diploma processual penal, para que seja retirada a possibilidade de o juiz promover a ação penal. Além disso, é necessário que ao ofendido (ou àqueles que por ele respondam) seja conferido o direito de promover uma ação penal subsidiária ou, ao menos, a perspectiva de ser ouvido pelo Procurador Geral do Ministério Público ou por outro órgão que seja estabelecido para deliberar acerca do arquivamento de ação penal pública.

Estamos vivenciando um sistema acusatório em nosso processo penal, em cuja égide se busca proteger certos direitos e garantias daquele que foi acusado da prática um delito. O nosso diploma processual penal foi elaborado com uma roupagem inquisitiva, onde o juiz interferia no processo e o Ministério Público possuía certas vantagens perante a defesa.

Com o passar dos tempos e diante de uma postura constitucional, que vem modulando novas feições ao processo penal, passamos a abandonar o sistema inquisitivo para aderir ao sistema acusatório, no qual o Ministério Público possui os mesmos direitos e deveres da defesa e o juiz deve atuar de maneira equidistante no decorrer do processo, tendo a função de julgar o indivíduo e não de acusá-lo, papel este que será desempenhado pelo Promotor de Justiça. Sobre isso, são escorreitas as palavras do ministro do STJ e corregedor-geral da Justiça Federal Hamilton Carvalhido quando diz que *o juiz tem que julgar e deve se manter como tal. A acusação incumbe ao Ministério Público; a investigação à polícia e o julgamento, ao juiz, que não tem de produzir prova de ofício.*

*** INCONGRUÊNCIA DOS INCISOS I E II DO ARTIGO 363 COM O ARTIGO 364 E DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 363 COM O ARTIGO 361, TODOS DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.**

Art. 363. O processo terá completada a sua formação quando realizada a citação do acusado.

I - (revogado);

II - (revogado).

§ 1º Não sendo encontrado o acusado, será procedida a citação por edital.

§ 2º (VETADO)

§ 3º (VETADO)

§ 4º Comparecendo o acusado citado por edital, em qualquer tempo, o processo observará o disposto nos arts. 394 e seguintes deste Código.

Art. 364. No caso do artigo anterior, nº I, o prazo será fixado pelo juiz entre 15 (quinze) e 90 (noventa) dias, de acordo com as circunstâncias, e, no caso de nº II, o prazo será de trinta dias.

Art. 361. Se o réu não for encontrado, será citado por edital, com o prazo de 15 (quinze) dias. (grifos acrescidos).

Como se pode observar do texto do artigo 363, os incisos I e II foram revogados pela Lei nº 11.719/08, porém não se providenciou a modificação do art. 364, que faz referência explícita a esses incisos revogados. Assim sendo, este último dispositivo deveria ter sido retirado do nosso diploma processual penal ou modificado com as alterações que foram realizadas por esta lei.

Além do exposto, vale acrescentar que o § 1º do artigo 363 do referido código, também alterado pela legislação em comento, não estabeleceu qualquer prazo para a citação por edital, o que não se coaduna com o artigo 361 do mesmo código, onde se consigna o prazo de 15 (quinze) dias para esse tipo de citação. Desse modo, ficam evidentes as incongruências geradas por esses dispositivos.

*** INCONGRUÊNCIA DO ARTIGO 394 COM O LIVRO II E OS TÍTULOS I E II, TODOS DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.**

Art. 394. O procedimento será comum ou especial.

§ 1º O procedimento comum será ordinário, sumário ou sumaríssimo:

I - ordinário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for igual ou superior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade;

II - sumário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade;

III - sumaríssimo, para as infrações penais de menor potencial ofensivo, na forma da lei.

§ 2º Aplica-se a todos os processos o procedimento comum, salvo disposições em contrário deste Código ou de lei especial.

§ 3º Nos processos de competência do Tribunal do Júri, o procedimento observará as disposições estabelecidas nos arts. 406 a 497 deste Código.

§ 4º As disposições dos arts. 395 a 398 deste Código aplicam-se a todos os procedimentos penais de primeiro grau, ainda que não regulados neste Código.

§ 5º Aplicam-se subsidiariamente aos procedimentos especial, sumário e sumaríssimo as disposições do procedimento ordinário. (grifos acrescidos).

A Lei nº 11.719/08 teve a nítida intenção de eliminar prováveis dúvidas no tocante às distinções entre *processo* e *procedimento*. Nesse sentido, deixou claro, através da

leitura do parágrafo primeiro do artigo 394, que o procedimento comum seria gênero a englobar como espécies os ritos: ordinário, sumário e sumaríssimo.

Porém, tal legislação não alterou a denominação do Livro II (*Dos Processos em Espécie*) e dos Títulos I e II (*Do Processo Comum* e *Dos Processos Especiais*, respectivamente) do Código de Processo Penal, fazendo com que, dessa maneira, os procedimentos comum e especial ficassem localizados no Livro *Dos Processos em Espécie*, quando, na verdade, não se tratam de espécies de processos, e sim de procedimentos, segundo a Lei nº 11.719/08. Portanto, tal nomenclatura conferida ao referido Livro deveria ter sido modificada, pois, da forma como permaneceu, causa confusão quando de sua leitura.

Somando-se a isso, os procedimentos do tribunal do júri e do rito sumário continuaram com a mesma localização em nosso diploma processual penal. Nesse diapasão, o Tribunal do Júri continuou inserido no Título I, cuja denominação é *Do Processo Comum*, enquanto que o procedimento sumário, que foi considerado pela lei em comento como um procedimento comum, está localizado no Título II, que recebe o nome de *Dos Processos Especiais*.

Ora, é evidente que o tribunal do júri não pode se localizar em um Título cuja denominação esteja relacionada a “processo comum”, pois se constitui um procedimento especial, quicá o mais especial dentre os demais procedimentos. Também, o procedimento sumário não pode estar topograficamente contido em um título cuja nomenclatura seja “Dos Processos Especiais”, uma vez que a própria legislação afirmou que o procedimento sumário faz parte do procedimento comum. Trata-se, portanto, de uma série de discrepâncias título-topográficas que representa uma grande contradição que deveria ter sido sanada pelo legislador infraconstitucional.

*** INCONGRUÊNCIA DO ARTIGO 396 COM O ARTIGO 399 E INCISO IV DO ARTIGO 365, TODOS DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.**

Art. 396. Nos procedimentos ordinário e sumário, oferecida a denúncia ou queixa, o juiz, se não a rejeitar liminarmente, recebê-la-á e ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias.
Parágrafo único. No caso de citação por edital, o prazo para a defesa começará a fluir a partir do comparecimento pessoal do acusado ou do defensor constituído.

Art. 399. Recebida a denúncia ou queixa, o juiz designará dia e hora para a audiência, ordenando a intimação do acusado, de seu defensor, do Ministério Público e, se for o caso, do querelante e do assistente.

§ 1º O acusado preso será requisitado para comparecer ao interrogatório, devendo o poder público providenciar sua apresentação.

Art. 365. O edital de citação indicará:

IV - o juízo e o dia, a hora e o lugar em que o réu deverá comparecer, (grifos acrescidos).

Este dispositivo resguarda o instante do recebimento da denúncia que, apesar do consenso jurisprudencial havido, precisa ser melhor delineado em face de uma possível colisão com o art. 399, uma vez que ambos os dispositivos passam a ideia de momentos distintos para o recebimento da denúncia.

É imperativo que a primeira parte do caput do art. 399 do CPP seja modificado, pois a sua atual redação possibilita uma interpretação inconsistente em relação ao art. 396, na medida em que dá a impressão de que são dois os momentos processuais para a decisão sobre o recebimento da denúncia. Essa confusão acerca do momento do recebimento da denúncia ocorre devido à colisão entre as redações dos artigos 399 e 396, ambos do Código de Processo Penal.

Contudo, existe uma única decisão do recebimento, que é, inclusive, aquela que importa para a interrupção do prazo prescricional.

Podemos ainda acrescentar que, no tocante à citação por edital, o parágrafo único do art. 396 deixa claro que o prazo para a defesa inicia-se com o comparecimento pessoal do acusado ou do defensor constituído, porém a citação, de acordo com as recentes reformas ao Código de Processo Penal, não será para o comparecimento em Juízo, mas sim para apresentar a sua defesa. Esse dispositivo fazia sentido em tempos pretéritos, quando a citação tinha por fim o comparecimento à audiência onde seria realizado o interrogatório do acusado. Hoje, a citação não é mais para comparecimento em Juízo, mas para apresentar resposta. Nesse sentido, tal dispositivo apresenta-se incongruente, uma vez que, na verdade, o prazo deve ser contado a partir da data de publicação do edital, pois não há essa necessidade de comparecimento ao Juízo.

Ainda nesse contexto, é de suprema importância mencionar o inciso IV do artigo 365 do nosso diploma processual penal, isso porque o mesmo afirma que o edital deverá conter “o juízo e o dia, a hora e o lugar em que o réu deverá comparecer”. Assim sendo, tal dispositivo também deve ser modificado, pois, com a edição da Lei nº 11.719/08, ficou evidenciado que a citação é para o acusado apresentar resposta e não mais para ser interrogado, fazendo com que o dispositivo ora mencionado perca sua *ratio essendi*.

*** INCONGRUÊNCIA DO ARTIGO 396 A COM O ARTIGO 41, AMBOS DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.**

Art. 396 A. Na resposta, o acusado poderá argüir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas

pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário.

Art. 41. A denúncia ou queixa conterá a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas. (grifos acrescidos).

O texto do artigo 396-A disse menos do que deveria, pois esqueceu de mencionar tal instante também como o momento de arguir as nulidades, na esteira do art. 571. Indo avante, o dispositivo ora tratado pecou quando não estabeleceu que, nos casos em que a defesa trazer documentos, o juiz precisa abrir vista ao Ministério Público para que decida sobre a impugnação dos documentos anexados pela defesa, uma vez que tal direito está inserido no contexto do princípio do contraditório.

Além do exposto, na última parte do artigo 396-A ficou claro que o legislador afirmou que a defesa, ao arrolar testemunhas, caso queira que as mesmas sejam intimadas pelo Judiciário, precisa demonstrar a necessidade de tal atitude. Contudo, o mesmo legislador deveria ter se preocupado em modificar do artigo 41 do diploma processual, uma vez que estamos vivenciando um sistema acusatório, devendo, pois, o Ministério Público, ser tratado como parte e desse modo também ter que demonstrar, na denúncia, a necessidade da intimação judicial das testemunhas arroladas por ele.

A modificação do artigo 41 também é necessária, ainda tendo por base o sistema acusatório, para deixar claro que o requerimento de perícia por parte do Ministério Público deve ocorrer na denúncia, assim como tal requerimento por parte da defesa deve se dar na resposta, de acordo com a penúltima parte do artigo 396-A.

*** INCONGRUÊNCIA DO ARTIGO 399 COM O PARÁGRAFO SEGUNDO DO ARTIGO 201.**

Art. 399. Recebida a denúncia ou queixa, o juiz designará dia e hora para a audiência, ordenando a intimação do acusado, de seu defensor, do Ministério Público e, se for o caso, do querelante e do assistente.

Art. 201.

§ 2º O ofendido será comunicado dos atos processuais relativos ao ingresso e à saída do acusado da prisão, à designação de data para audiência e à sentença e respectivos acórdãos que a mantenham ou modifiquem.

Além disso, é necessário afirmar que o dispositivo em comento, ao indicar as pessoas que deverão ser necessariamente intimadas para a audiência de instrução e julgamento, esqueceu de listar o ofendido, enquanto que o parágrafo segundo do artigo 201,

reformado pela Lei nº 11.690 também de 2008, evidencia a obrigatoriedade da intimação deste, mesmo que ele não venha a depor.

*** INCONGRUÊNCIA DO ARTIGO 594 COM O ARTIGO 595 E O INCISO I DO ARTIGO 393, TODOS DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.**

~~Art. 594. O réu não poderá apelar sem recolher-se à prisão, ou prestar fiança, salvo se for primário e de bons antecedentes, assim reconhecido na sentença condenatória, ou condenado por crime de que se livre solto. (Redação dada pela Lei nº 5.941, de 22.11.1973) (Revogado pela Lei nº 11.719, de 2008).~~

~~Art. 595. Se o réu condenado fugir depois de haver apelado, será declarada deserta a apelação.~~

~~Art. 393. São efeitos da sentença condenatória recorrível:~~

~~I - ser o réu preso ou conservado na prisão, assim nas infrações infiançáveis, como nas afiançáveis enquanto não prestar fiança; (grifos acrescentados).~~

A prisão não pode ser enxergada como um requisito objetivo de procedibilidade de qualquer recurso e, por essa razão, a Lei nº 11.719/08 revogou tal dispositivo.

Apesar de a legislação supracitada ter revogado o artigo 594, a mesma esqueceu de revogar também o artigo 595, uma vez que tal dispositivo fala da deserção do recurso impetrado em hipóteses de fuga.

Vale salientar ainda que o inciso I do artigo 393, relacionado à fiança, já deveria ter sido retirado do nosso sistema processual penal desde a Lei Fleury (Lei nº 6.416 de 24 de maio de 1977).

CONCLUSÃO

Diante de tantas impropriedades e incongruências, inclusive de ordem topográfica, chega-se facilmente à ilação de que a solução desses percalços não pode ser materializada em meras reformas pontuais. Ao revés, o saneamento do ordenamento processual penal pátrio reclama a edição de um novo Código de Processo Penal.

Com efeito, nada obstante o êxito das mencionadas leis na promoção de evidentes e profundas alterações no Código de Processo Penal, vale ressaltar que as modificações realizadas deixaram diversas incongruências. Como resultado desse lapso legislativo, há inúmeras deformidades em nosso sistema processual penal, o que somente se eliminará efetivamente, principalmente quanto à racionalidade topográfica, com a elaboração de um novo Código.

Atento a isto e, sobretudo, à realidade de que o processo penal atinge diretamente a vida e dignidade dos indivíduos, urge a correção de tais inconsistências. Recomenda-se uma verdadeira modificação nessa dinâmica, que deságua na celebração de um novo diploma, harmonizado com os ditames do sistema acusatório, obediente às regras constitucionalmente estabelecidas e em sintonia com os mais sóbrios e modernos posicionamentos jurisprudenciais e doutrinários.

Promover tal remendo de forma tópica e esparsa não é o modo mais adequado para resolver os problemas de nosso ordenamento processual penal. Todavia, enquanto não se viabiliza politicamente a aprovação de um novo Código de Processo Penal, nada impede, aliás, tudo recomenda, que o Parlamento brasileiro sane as incongruências aqui apontadas, que são comuns quando se opera, por meio de reformas tópicas, profunda alteração em um sistema normativo, adaptando-o à ordem jurídica instaurada com a Constituição de 1988, que possui os direitos fundamentais com meio e fim do Direito em si.

Natal, Rio Grande do Norte, 04 de março de 2009.



Walter Nunes da Silva Júnior

Professor Coordenador

Discentes:

Ana Karolína de Oliveira Galvão
Ana Karolina de Oliveira Galvão

Ana Paula
Ana Paula Barbosa dos Santos Araújo Nunes

Danielle Carlos Alencar
Danielle Carlos Alencar

Gulson Barbalho do N. Leite
Gulson Barbalho do Nascimento Leão

Raissa Tábata Costa Valério
Raissa Tábata Costa Valério

Sopina Nóbrega Câmara
Sopina Nóbrega Câmara

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 406/2009**, Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminhando exemplares das publicações

“Perfil das Empresas Estatais” e “Relatório Anual”, produzidas sob a coordenação daquele departamento.

O expediente vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

É o seguinte o expediente recebido:

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Secretaria Executiva

Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais

Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 8º andar – Brasília, DF

CEP 70040-906 - Telefone: 2020-4326

Ofício nº 406 /2009/MP/SE/DEST

Brasília, 22 de maio de 2009.

A Vossa Excelência o Senhor
JOSÉ SARNEY
Presidente do Congresso Nacional
Palácio do Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes
70160-900 - Brasília - DF

Assunto: Envio de publicações - Perfil das Empresas Estatais e Relatório Anual

Excelentíssimo Senhor Presidente,

1. Tenho a Honra de encaminhar exemplares das publicações “Perfil das Empresas Estatais” e “Relatório Anual”, produzidas sob a coordenação do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – Dest.
2. As referidas publicações têm por finalidade básica a divulgação das informações relativas ao desempenho econômico-financeiro das Empresas Estatais e sua execução orçamentária, permitindo conferir maior transparência às atividades do setor estatal junto à sociedade, além de servir como referência de informações aos acadêmicos, pesquisadores e interessados sobre o tema.
3. Por fim, coloco a estrutura do departamento à disposição desse órgão para maiores esclarecimentos e informações sobre esse assunto.

Atenciosamente,


MURILO BARELLA
Diretor

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 123 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, fica aberto, a partir do dia 5 de agosto corrente, o prazo para interposição de recursos, por 5 (cinco) dias úteis, para que sejam apreciados pelo Plenário do Congresso Nacional, os **Projetos de Decreto Legislativo nºs 4 e 5, de 2009–CN**, tendo em vista publicação em avulsos, nesta data, dos

pareceres da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Os recursos serão recebidos na Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 61/09 –LPDT

Brasília, 3 agosto de 2009.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que foi designado, como titular, o Senador **FLÁVIO TORRES**, em substituição a Senadora **PATRÍCIA SABOYA**, para integrar o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

Ao ensejo renovo a Vossa Excelência protesto de elevada estima e consideração.


Senador OSMAR DIAS
Líder do PDT

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. GP-BB Nº003/2009

Brasília, 30 de junho de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Senado Federal
Senado Federal

Senhor Presidente:

Cumprimentando-o cordialmente, tenho a satisfação de comunicar a Vossa Excelência que foi instalado no Congresso Nacional, em 02 do corrente, o ~~GRUPO PARLAMENTAR BRASIL - BÉLGICA~~. Na mesma oportunidade, foi eleita e empossada a sua Diretoria.

Este Grupo Parlamentar foi criado por força da Resolução nº9/96, de 30 de outubro de 1996, da Câmara dos Deputados. O Projeto de Resolução nº84/96, de autoria do Deputado Átila Lins, visava criar referido Grupo Parlamentar como serviço de cooperação interparlamentar e tinha por objetivo intensificar o relacionamento entre as Casas Legislativas do Brasil e do Reino da Bélgica.

O GRUPO PARLAMENTAR BRASIL - BÉLGICA, embora criado em 1996, nunca foi efetivamente instalado, razão pela qual tomei as primeiras iniciativas com este objetivo. É formado por 40 Deputados e 07 Senadores.

Encaminho, em anexo, para os devidos registros, cópia da Ata da Reunião de Instalação do GRUPO PARLAMENTAR BRASIL - BÉLGICA, a relação dos Parlamentares que o integram e a composição de sua Diretoria, onde tive a satisfação de ver meu nome escolhido por meus pares do Congresso Nacional para, no próximo biênio, presidir este importante Grupo Parlamentar.

Na certeza de que Vossa Excelência dará o necessário apoio às ações que serão desenvolvidas, em sintonia com a Representação Diplomática do Reino da Bélgica e, em especial, no relacionamento entre nossos Parlamentos, antecipo agradecimentos.

Atenciosamente,



Deputado Edinho Bez
Presidente do Grupo Parlamentar Brasil - Bélgica

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O ofício que acaba de vir à publicação e será remetido à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra para fazer uma comunicação inadiável. Acertei com o Senador Suplicy para falar nestes cinco minutos, porque vou participar de reunião com 24 representantes de associações de aposentados e de pensionistas da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP), para discutirmos a mobilização em torno do fim do fator previdenciário e do reajuste dos aposentados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Com a aquiescência do primeiro orador inscrito, Senador Eduardo Suplicy, convidamos o Senador Paulo Paim para fazer uma comunicação inadiável.

V. Ex^a, regimentalmente, disporia de cinco minutos, mas teremos a sensibilidade necessária para ouvi-lo.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

Pela ordem, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ainda é possível fazer minha inscrição para uma comunicação inadiável?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– É possível. A Dr^a Cláudia Lyra está fazendo isso. O Senador Expedito Júnior é o segundo inscrito para fazer uma comunicação inadiável.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, agradeço ao Senador Suplicy por me permitir falar antes dele, pois estão no meu gabinete cerca de 24 dirigentes da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap) e o Presidente das Federações Estaduais de Aposentados e Pensionistas. Pretendemos dialogar sobre o que podemos fazer nesta semana, creio eu, para agilizarmos as negociações em torno do fim do fator previdenciário e do reajuste dos aposentados.

Informo, Senador Mão Santa – V. Ex^a, como Relator da matéria referente ao fim do fator previdenciário, perguntava-me há minutos sobre isso –, que conversei, há cerca de uma hora, com o Presidente Michel Temer, que, mais uma vez, insistiu para que eu falasse com os Líderes do Governo na Câmara e no Senado, para que essas rodadas de negociação iniciassem esta semana ou, no mais tardar, no início da semana que vem. Se não houver entendimento, conforme havíamos acertado antes do recesso, faremos a votação na segunda quinzena de agosto. Desse acordo, participou, além de V. Ex^a, Senador Mão Santa, o Senador Mário Couto. E o acerto foi este: as primeiras duas semanas seriam de negociações; não havendo entendimento, na segunda quinzena, a matéria iria a voto no plenário da Câmara.

Quero dizer que, há minutos, conversei também, mais uma vez, com o Deputado Henrique Fontana e que tenho conversado com a Senadora Ideli, porque ambos representam a Liderança do Governo no Senado e na Câmara. Ambos me adiantaram que o Governo apresentará, sim, uma proposta quanto ao fim do fator e ao reajuste dos aposentados. Essa é a informação.

Vou dialogar, agora, com os líderes dos aposentados, e pretendemos fazer uma pressão democrática e legítima, porque, no dia 14 mesmo, haverá movimento em todas as capitais, nas quais haverá mobilizações para a aprovação desses dois projetos. Esses movimentos serão apoiados pelas centrais e também pela Cobap. O Varlei e seus presidentes estaduais, eu os encontro no meu gabinete.

Sr. Presidente, como eu dizia desta tribuna ontem, agosto é um mês que promete. Há a questão do fator, a questão do reajuste dos aposentados, com o aumento real para aqueles que ganham mais e também o mínimo. Há também o debate em torno do Aerus. E me permita, Sr. Presidente, que eu venha à tribuna para, mais uma vez, falar desse tema do Aerus. De 2006 para cá, penso que já fiz mais de sessenta pronunciamentos sobre esse tema.

Quero, mais uma vez, cumprimentar a Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas, Graziella Baggio, como também o Ministro-Chefe da Advocacia-Geral da União (AGU), José Antônio Dias Toffoli, que está mediando esse grande entendimento entre os aposentados e os pensionistas do Aerus, os trabalhadores e o Governo. Cumprimento também o Dr. Maia, que é o patrono desse movimento junto ao Judiciário e é o advogado que coordena essa negociação.

Registro aqui, inclusive, uma mensagem que recebi do Sr. Castagna Maia, que é o coordenador dos aposentados e dos pensionistas no campo jurídico. Há uma mensagem que recebi também do Sr. Ivan

Paulo Souza Martins, que representa os aposentados do Paraná. E recebi mensagem também da Graziella Baggio, que, como eu disse, é líder sindical.

Cumprimento, neste momento, a figura da Ana Amélia, por todo o apoio que a imprensa tem dado para esse movimento do Aerus, como também cumprimento a Taline, do *Correio do Povo*, e muitos outros jornalistas que se somaram a esse movimento para que os aposentados e os pensionistas do Aerus não ficassem ganhando somente 8% daquilo que têm de direito.

Agradeço, pelas notas que recebi, ao Sr. Celso Klafke, ao Sr. Fernando Galdino da Silva, ao Sr. Francisco Luiz Xavier de Lemos, ao Sr. Orisson Souza de Melo, ao Sr. Luiz Pedro de Lucena, ao Sr. Milton José Comerlato, ao Sr. Rui Sperb, ao Sr. Mario Grigolo, ao Sr. Roberto Haddad, ao Sr. Vilmar Mota Lopes, ao Sr. Ari Siebel e ao Sr. Eberardo Benz.

E ainda, aqui, em tempo, cumprimento a Sr^a Marli Krüger, a Sr^a Iracema Moreira, o Sr. Guido Heidrich, o Sr. Cleuber Rosas, o Sr. Enio Mocellin, o Sr. Gerson Oliveira, o Sr. Ary Guidolin e o Sr. Carlos Henke.

Sr. Presidente, leio esses nomes, numa homenagem a todos aqueles que estão trabalhando ativamente, para que se construa esse entendimento. Quero dizer que essas pessoas, no documento que me mandaram, estão elogiando todos os Senadores pelo apoio que estão dando a esse movimento que, tenho certeza, há de chegar a um acordo.

Acredito, pelos documentos que recebi, que, ainda esta semana, no mais tardar no início da próxima semana, haverá uma proposta concreta por parte do Governo, atendendo a cerca de cinquenta mil pessoas, entre aposentados, pensionistas e trabalhadores, que terão direito a receber, por esse acordo, dividendos tanto no campo trabalhista, como também no campo das suas aposentadorias e pensões.

Por fim, Sr. Presidente, a exemplo do que fiz ontem, quero mais uma vez, registrar documento que recebi, lá do Rio Grande do Sul, da Executiva do Partido dos Trabalhadores, com o seguinte teor:

“O Encontro [realizado neste mês de julho] demonstrou a grandeza e a generosidade da militância, que construiu o maior processo de preparação partidária que já realizamos para enfrentar a necessidade e a urgência de um Governo democrático e popular no Rio Grande do Sul.

Concluímos com êxito a primeira etapa da construção da vitória em 2010, quando realizamos, nos dias 18 e 19 de julho, o maior encontro da nossa história. Definimos, com mais de um ano de antecedência ao calendário eleitoral de 2010, nossa pré-candidatura ao

governo do Estado, as diretrizes do programa de governo, a política de aliança e elementos do campo eleitoral.

Esse processo fez com que 21.795 filiados comparecessem aos Encontros Municipais [que foram 27], percorrendo a pauta política mínima pré-determinada pela Direção Estadual, Conjuntura e Estratégia para 2010: programa de governo, processo eleitoral, candidatura e política de alianças. Foram marcados encontros em 366 Municípios, onde 321 cumpriram as exigências regimentais, elegendo 1453 delegados e delegadas, dos quais 1075 credenciaram-se no Encontro Estadual Extraordinário Adão Pretto, realizado no Teatro Dante Barone da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre [esse encontro, Sr. Presidente, foi feito em homenagem ao Deputado Federal Adão Pretto, que, infelizmente, perdemos e que foi nosso inesquecível lutador].

Tão importante quanto a expressiva participação de nossa militância na definição da estratégia eleitoral do Partido foi a qualidade do debate político realizado, desde o momento onde, em 28 de março de 2009, o Diretório Estadual do PT convocou o Encontro Estadual Extraordinário Adão Pretto e iniciou um calendário de preparação do Partido para 2010.

Como eu dizia, foram realizados 27 encontros regionais, com o título “Conjuntura e Estratégia para 2010”. Reuniram-se ali milhares de lideranças e dirigentes do Partido, de nossas frentes de atuação, nos movimentos sociais, dos executivos e legislativos em que estamos presentes, com a participação permanente da direção partidária e de nossos mandatos de deputados estaduais e federais e de senadores.

Sr. Presidente, destacamos o papel importante dos companheiros Adão Villaverde, Ari Vanazzi e Tarso Genro, que foram aqueles que disputaram nos encontros regionais a indicação para o governo do Estado.

O processo foi rico, Sr. Presidente, e contribuiu muito para que, no final do encontro, o PT do Rio Grande do Sul se definisse pela política de aliança, conforme as resoluções do encontro e como também está aqui ao final, indicando, por unanimidade, Dilma para Presidente, Tarso para Governador e Paulo Paim para Senador.

Fiz questão de fazer uma síntese, Sr. Presidente, para que ficasse registrado nos Anais da Casa esse documento, que, para mim, é de suma importância para aquilo que todos nós pensamos que podemos fazer a partir da disputa eleitoral de 2010. Pensamos naturalmente que podemos, com o Tarso, chegar ao governo do Estado. Dilma é a primeira mulher que

poderá ser eleita Presidente da República deste País. E, naturalmente, numa política de aliança, meu nome está contemplado na disputa para o Senado.

Por fim, Sr. Presidente, quero enfatizar, mais uma vez, que estou recebendo muita correspondência de todo o Brasil sobre a questão do mês de agosto. Afinal, vota-se ou não se vota a questão dos aposentados? Acredito que se vota essa matéria. Tudo indica que se vota essa matéria. Ou se faz o acordo nesta primeira quinzena, ou se vota na segunda quinzena. Foi essa conversa que tive hoje, repito, com o Presidente Michel Temer e também com o Líder Henrique Fontana.

O Ministro Dulci, no congresso da Central Única dos Trabalhadores (CUT), realizado nesse fim de semana, fala exatamente nesse sentido. Esteve lá também o Ministro Pimentel, que se pronunciou na mesma linha: o Governo apresenta uma proposta concreta em torno do fim do fator previdenciário e do reajuste dos aposentados. E, com certeza absoluta, Sr. Presidente, as negociações vão se iniciar durante esta semana. E podem até se prolongar até a semana que vem. Se não houver acordo, vamos a voto na segunda quinzena de agosto.

Agradeço a V. Ex^a. Peço que considere na íntegra os dois pronunciamentos.

Retorno ao meu gabinete, porque estão lá 24 dirigentes da Cobap. Estou conversando também com as centrais sindicais, para que a negociação avance, para se construa um grande entendimento. Mas, repito, se não der para acordar, vamos para o voto.

Era isso o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nas últimas duas semanas eu pude visitar várias cidades do interior do Rio Grande do Sul com a incumbência de cumprir uma série de agendas junto aos movimentos sociais e prefeituras.

Entre os assuntos que mais instigaram a todos os meus conterrâneos foi, sem dúvida, a questão dos aposentados e o fim do fator previdenciário. Mas sobre esse tema específico eu pretendo falar mais adiante.

Há cerca de dez dias eu entrei em contato telefônico, a pedido da Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas, Graziella Baggio,...

...com o Ministro-Chefe da Advocacia Geral da União, José Antônio Dias Toffoli, para tratar sobre o Aerus/Varig.

O ministro, como sempre, de forma educada e respeitosa, me disse que na primeira semana de agosto

o governo federal apresentará uma proposta concreta que envolve os direitos dos trabalhadores, aposentados e pensionistas do Aerus.

Lembro que há duas ações judiciais em curso:

Uma, da própria Varig, em que ela responsabiliza a União por prejuízos que sofreu quando foi obrigada a manter suas tarifas congeladas, ao tempo que seus insumos eram reajustados em dólar...

A outra, uma ação civil pública movida pelas entidades sindicais, onde é responsabilizada a União pela quebra do Instituto Aerus.

Senhor Presidente,

Depois de tantos encontros, reuniões e audiências públicas surge uma luz no fim do túnel com a notícia que o ministro Toffoli nos trouxe. A categoria está na expectativa com o que o governo vai apresentar.

Na semana passada eu recebi muitos e-mails e telefonemas da categoria.

Esses textos e palavras parabenizavam não só a nossa luta, mas, como também a de outros senadores... Sérgio Zambiasi, Álvaro Dias, Pedro Simon, Mário Couto....

Entre tantas mensagens de carinho que recebi, faço questão que esta casa registre a do patrono da ação civil pública, do Sindicato Nacional dos Aeronautas, senhor Castagna Maia, e do Coordenador dos aposentados e pensionistas do Aerus no Paraná, senhor Ivan Paulo Souza Martins. Da mesma forma, externar os nossos cumprimentos a senhora Graziella Baggio, presidente do sindicato da categoria.

Aproveitando este espaço, parabenizo a jornalista Ana Amélia Lemos, que deu destaque em duas vezes, na sua coluna diária do jornal Zero Hora, ao publicar as manifestações recebidas.

Abre aspas “ em nota assinada pelos líderes das entidades que representam aeronautas, aeroviários, trabalhadores da aviação civil e aposentados da Varig/Aerus, é reafirmado o reconhecimento dessas categorias pelo empenho do senador Paulo Paim e dos senadores que compõem a comissão, criada para defender os interesses dos envolvidos no processo Varig/Aerus”, fecha aspas.

Esta nota foi assinada por: Celso Klafke, Graziella Baggio, Fernando Galdino da Silva, Francisco Luiz Xavier de Lemos, Orisson Souza de Melo e Luiz Pedro de Lucena.

Outras mensagens foram recebidas pela jornalista e assinada pelas seguintes pessoas: comandante Milton José Comerlato, de Rui Sperb, Mario Grigolo, Roberto Haddad, Vilmar Mota Lopes, Ari O. Siebel, Eberardo Benz e da comissão de aposentados Aerus/RS (Marli Paim Krüger, Iracema Moreira, Guido Heidrich,

Cleuber F. Rosas, Enio Mocellin, Gerson Oliveira, Ary Guidolin e Carlos Henke).

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Cara Ana Amélia

Sou seu leitor e admirador há muitos anos, e mesmo com minha vinda de Porto Alegre para cá há 17 anos mantive o hábito – quase um vício – de ler a Zero Hora e a sua coluna. Li, hoje, em sua coluna, declarações atribuídas a aeronauta relativa à situação dos aposentados da Varig. Segundo a coluna, reproduzindo o que disse o aeronauta, “apareceram dois senadores gaúchos pegando carona nesse processo”.

Há dois esclarecimentos a fazer: o primeiro, que a ação é do Sindicato Nacional dos Aeronautas e demais sindicatos do setor, de quem sou patrono nas questões de previdência complementar. Desconheço a existência de uma “Associação dos Aposentados da Varig”, e não há ação de outra entidade no sentido de responsabilizar a União pela quebra do Aerus. Há, nos diversos estados, comissões de aposentados e pensionistas, que vêm atuando em conjunto com as entidades sindicais autoras da ação.

O segundo esclarecimento necessário diz respeito aos senadores. O Rio Grande do Sul tem todos os motivos para se orgulhar dos seus senadores, que se tornam ainda mais gigantes em meio a essa discussão sobre a atuação do Senado. Sob a liderança do Senador Paim, os Senadores Simon e Zambiasi defendem cotidianamente os aposentados da Varig, da Transbrasil e da Vasp. Há mais senadores que vêm se dedicando ao tema com extrema grandeza, a exemplo do senador Álvaro Dias, do Paraná.

A referência reproduzida, portanto, entre aspas, de “senadores pegando carona”, é de uma injustiça brutal particularmente em relação ao Senador Paim. É o Senador Paim, que nada obstante seus compromissos com o aumento real do salário mínimo, nada obstante sua luta pela correção das aposentadorias do INSS, nada obstante sua atuação permanente em defesa dos negros, encontrou suficiente tem-

po para articular junto à União, junto à AGU, e junto a ministros do STF essa possibilidade de acordo que salvará milhares de vidas.

Como patrono da ação citada, portanto, obrigo-me moralmente a fazer esse esclarecimento. E vou adiante: só conseguimos chegar até este ponto, de a União sentar para discutir um acordo, por causa da atuação decisiva, habilidosa e firme do Senador Paim.

Grato pela sua atenção, e cumprimentos, sempre, por sua atuação jornalística.

Castagna Maia.

Ivan Martins: Mensagem encaminhada a jornalista Ana Amélia Lemos

Bom dia Ana Amélia,

Sou Ivan Paulo Souza Martins Coordenador dos aposentados e pensionistas do Aerus no Paraná. Também sou responsável, pelos contatos políticos com alguns Senadores e Deputados que defendem a recuperação dos direitos dos beneficiários do Aerus. O Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA) e a Federação Nacional dos Trabalhadores em Aviação Civil (FENTAC), são os nossos representantes com o apoio do Dr. Castagna Maia – patrono de nossa ação civil pública. Tenho trabalhado integrado a este grupo.

Li com atenção a matéria abaixo e preciso efetuar alguns reparos.

Informo que o Senador Paulo Paim tem sido nosso parceiro desde o início de nosso movimento reivindicatório. Inclusive seu último pronunciamento em plenário, foi elaborado por nosso advogado Dr. Maia, com alguns adendos da presidente do SNA, Sra Graziella Baggio e meus. O Senador Paulo Paim, tem sido nosso contato mais significativo, com o Ministro Chefe da AGU, que nos próximos dias deverá apresentar finalmente a proposta da União, relativa ao nosso acordo.

Acredito que faltavam algumas informações ao colega Vitor Stepansky, para desfazer a impressão de que o Senador Paulo Paim esteja pegando carona neste difícil processo. A verdade é que sua atuação e dedicação à causa foi e está sendo fundamental.

Cordialmente,
Ivan Martins

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu recebi na manhã do dia de hoje, o texto de balanço do Décimo Nono Encontro Extraordinário

Estadual do Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul.

Peço, respeitosamente ao presidente desta sessão, que o documento que passo a ler, seja registrado nos anais desta casa. Lembro que as resoluções das setoriais serão incorporadas nos próximos dias.

Senhoras e Senhores,

“O Encontro demonstrou a combatividade e a generosidade da militância que construiu o maior processo de preparação partidária que já realizamos para enfrentar a necessidade e urgência de um governo democrático e popular no RS.

Concluimos com êxito a primeira etapa da construção da vitória em 2010 quando realizamos, nos dias 18 e 19 de julho, o maior encontro de nossa história e definimos, com mais de um ano de antecedência ao calendário eleitoral de 2010, nossa pré-candidatura ao governo do estado, as diretrizes do programa de governo, a política de alianças e elementos da tática eleitoral.

Este processo fez com que 21.795 filiados comparecessem aos Encontros Municipais percorrendo a pauta política mínima pré-determinada pela Direção Estadual, Conjuntura e Estratégia para 2010, programa de governo, tática eleitoral, candidatura e política de alianças. Foram marcados encontros em 366 municípios, onde 321 cumpriram as exigências regimentais elegendo 1453 delegados e delegadas, dos quais 1075 credenciaram-se no Encontro Estadual Extraordinário: Adão Pretto, realizado no Teatro Dante Barone da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

Tão importante quanto a massiva e expressiva participação de nossa militância na definição da estratégia eleitoral do partido foi a qualidade do debate político realizado, desde o momento onde, em 28 de março de 2009, o Diretório Estadual do PT convocou o Encontro Estadual Extraordinário: Adão Pretto, e iniciou um calendário de preparação do partido para 2010.

Foram realizadas plenárias em todas as 27 regionais do partido com a pauta “Conjuntura e Estratégia para 2010”, que reuniram milhares de lideranças e dirigentes do partido, de nossas frentes de atuação nos movimentos sociais, dos executivos e legislativos em que estamos presentes, com participação permanente da direção partidária e dos nossos mandatos de deputados estaduais e federais.

Papel protagonista tiveram as pré-candidaturas inscritas: os companheiros Adão Villaverde, Ary VanaZZi e Tarso Genro.

O processo e o método que adotamos contribuíram para a boa tradição de debate político no PT e acreditamos ter conquistado um conjunto importante de

vitórias políticas com alto e qualificado grau de unidade interna e de termos armado o partido – no método, no programa, na tática e na definição de nossa candidatura a governador – das condições para uma grande e extraordinária vitória das forças populares em 2010

O debate político realizado produziu importantes resoluções sobre os temas em pauta que permitirão instrumentalizar ao conjunto de nossos filiados e instâncias para o próximo período imediato, resoluções que devem ser enriquecidas pela continuidade do debate e da mobilização permanente de todos os filiados e filiadas do PT/RS e instâncias do partido.

O PT do Rio Grande do Sul afirmou o protagonismo do partido e de sua militância na definição de sua estratégia e tática eleitoral com uma política que procura resgatar sua condição dirigente de um campo de forças políticas e sociais capaz de vencer as eleições e aplicar um governo de verdadeiras transformações, recuperando o Palácio Piratini para as mãos do povo trabalhador do Rio Grande elegendo a companheira Dilma Rousseff a primeira mulher, e de esquerda, a presidir o país.

Agora é Dilma Presidente, Tarso Governador e Paulo Paim Senador!”

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a merece os aplausos nossos por trazer temas importantes ao Senado e ao Brasil.

Convidamos para usar da palavra, como orador inscrito, o Senador Eduardo Suplicy.

Em seguida, para uma comunicação inadiável, o Senador Expedito Júnior.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Prezado Presidente, Senador Mão Santa, pela estima que tenho por V. Ex^a, gostaria de recomendar que hoje V. Ex^a convide um companheiro da Mesa para poupar a sua voz. Inclusive, não é preciso ser médico, como V. Ex^a é, para dizer que é importante que V. Ex^a esteja com a voz...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a está convidado logo após sair da tribuna. É uma honra.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero primeiro saudar o Senador Paulo Paim, a Ministra Dilma Rousseff e o Ministro da Justiça, Tarso Genro, por terem sido os três aprovados pela reunião do Partido dos Trabalhadores no Rio Grande do Sul com vistas às eleições, respectivamente, de V. Ex^a como candidato ao Senado, de Tarso Genro como candidato ao Governo do Rio Grande do Sul, e da Ministra Dilma Rousseff, apoiada pelo PT do Rio Grande

do Sul, como nossa candidata à Presidência. Cumprimento pelo êxito da convenção ali realizada.

Gostaria, Sr. Presidente, inclusive de cumprimentar, aqui, no plenário, o Senador Garibaldi Alves pela forma com que conduziu hoje, pela manhã, a audiência pública em que estiveram presentes o Sr. Luiz Antônio Dantas, Superintendente da Área de Exportações do BNDES, em nome do Ministro Miguel Jorge, do Desenvolvimento Industrial, bem como do Presidente Luciano Coutinho, do BNDES; O Sr. Horacio Aragonés Forjaz, Vice-Presidente de Assuntos Corporativos da Embraer; e também o Sr. Vivaldo Moreira Araújo, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região.

Estão aqui inúmeros trabalhadores da Embraer, tanto de Gavião Peixoto como de São José dos Campos, inclusive o ex-presidente Adilson dos Santos, que passou o bastão, em maio deste ano, para Vivaldo Moreira Araújo.

E gostaria aqui de reiterar o apelo que eu e outros Senadores fizemos, inclusive o Deputado Ivan Valente, para que possa – quem sabe até se antecipando à decisão da Justiça no próximo dia 10 –, o diálogo hoje havido no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, contribuir para um entendimento entre a direção da Embraer e a representação dos metalúrgicos, e possam ambos os lados chegar a um entendimento. Inclusive, com o sopro positivo do Governo do Presidente Lula, do BNDES, para verificar como conseguir fazer com que aqueles que foram demitidos, mais de 4,3 mil trabalhadores, possam, se não for possível de pronto, gradualmente, voltar aos quadros da Embraer, até porque as notícias relativas ao desempenho econômico-financeiro da Embraer e da sua própria perspectiva de vendas são positivas.

Ainda que tenha dito o Vice-Presidente da Embraer que as perspectivas para 2010 não são tão mais promissoras do que as de 2009, a verdade é que, no primeiro semestre e segundo trimestre de 2009, a empresa teve um desempenho bastante interessante: o lucro operacional no segundo trimestre subiu 52,5% em relação ao mesmo período do ano anterior; a margem operacional ficou em 3,3%, frente aos 9,7% do segundo trimestre do ano passado, ou seja, um crescimento de 3,6 pontos percentuais, e a própria divulgação da carteira de pedidos da Embraer mostra que há um quadro bastante positivo e não de dificuldades crescentes.

Além disso, a recuperação da economia brasileira e os dados de melhoria das economias dos Estados Unidos da América, da Europa, de recuperação na China, no Japão, na África e na Ásia e assim por diante, inclusive na própria América Latina, para a qual a

Embraer vende aviões, têm mostrado, felizmente, um caminho positivo.

Então, prezados Vivaldo Moreira Araújo, Adilson dos Santos e todas as companheiras e companheiros que vieram de longe para acompanhar essa audiência, quero saudá-los.

Também gostaria, Sr. Presidente, de expor aqui...

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador Eduardo Suplicy...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com muita honra, Senador Garibaldi Alves Filho.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Parece que V. Ex^a vai entrar em outro tema e, antes que V. Ex^a o faça, gostaria de dar a minha impressão a respeito dessa audiência pública que foi realizada na Comissão de Assuntos Econômicos, que considere uma audiência muito produtiva, principalmente se tivermos da parte da empresa alguma reconsideração, algum aceno com relação ao aproveitamento dessas pessoas que foram demitidas, dessas trabalhadoras e trabalhadores que foram demitidos. De fato, a privatização deixa a Embraer numa situação que eu não diria confortável, porque se trata de demissões, mas a deixa na situação em que ela está realmente tratando do assunto dentro das prerrogativas, das atribuições, das obrigações que tem a iniciativa privada. Ninguém pode obrigar uma empresa privada a demitir ou admitir pessoas, somente a própria empresa. O Governo não tem uma função mais impositiva perante uma empresa privada. O que aconteceu na Embraer chamou a atenção porque foi uma demissão em massa, uma demissão de 4.372 pessoas, o que, evidentemente, promoveu um choque em toda aquela região, que se viu diante de um problema social que, eu diria, só com o passar do tempo é que se vai ter a recuperação em termos sociais daquela região. Sei que, da noite para o dia, não se terá uma solução, claro, da reabsorção do pessoal, mas seria o caso de se pensar, Senador Eduardo Suplicy, na possibilidade de haver, de certa maneira, um reaproveitamento de acordo com a recuperação da economia e da demonstração, por parte da empresa, de vitalidade com relação à crise internacional. O próprio Vice-Presidente da Embraer falou em desova, quer dizer: “desovamos tantas mil pessoas”, o que não deixou de ser uma coisa chocante. Assim, gostaria de prestar solidariedade aos trabalhadores – já que quem preside a sessão é o que menos fala, para dar oportunidade a que ela tenha o andamento desejado –, e dizer que estou ao lado de V. Ex^a no encaminhamento dessa questão e, na medida do possível, dentro das atribuições da Comissão, a própria Comissão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Muito obrigado, Senador Garibaldi Alves Filho. Eu gostaria, inclusive, de transmitir a V. Ex^a, primeiro, que conduziu muito bem toda a audiência, percebeu a sua relevância. A Embraer é uma empresa de ponta, empresa que, em fevereiro deste ano, diante da crise internacional, foi atingida em profundidade, já que 90% das suas vendas são para o exterior. Mas demitir 4.300, em um quadro de 21.000, é algo que, certamente, causou um enorme impacto em toda aquela região. É fato que, de 2001 para 2008, a Embraer teve um crescimento no número de empregados, de 11 mil e poucos para 20 mil e poucos, então, o saldo ainda é de um crescimento de seis mil. No entanto, para os familiares daqueles que foram afastados, que tinham uma perspectiva de contribuir tão seriamente para o desenvolvimento da empresa, isso representou uma dificuldade enorme, do ponto de vista dos seres humanos.

Assim, Senador Garibaldi Alves Filho, seguindo a sua orientação, quero me colocar à disposição dos trabalhadores e da direção da Embraer para contribuir com o diálogo. Inclusive, nesses próximos dias, se desejarem que eu, juntamente com outros Senadores e parlamentares, como o próprio Deputado Ivan Valente, contribua de alguma maneira para esse melhor entendimento, estou à disposição.

Sr. Presidente, gostaria de falar uma palavra, ainda, sobre o que aconteceu ontem, quando o Senador Pedro Simon aqui expressou, com toda sinceridade... E ele, inclusive, disse: “Eu venho aqui com amor para uma missão de paz”. Ora, se há uma pessoa, entre os 81 senadores, que tem história para falar, quando vem em uma missão de paz, de amor... E quero lembrar aqui a primeira epístola de São Paulo aos coríntios, que o Presidente Mão Santa aprecia muito. Ela diz que, mesmo quando as pessoas estão dispostas a remover montanhas, se não for com amor, não estão valendo as coisas. Então, eu avalio que o Senador Pedro Simon, com toda sua história...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) –

Ele, juntamente com o Senador José Sarney, são os mais veteranos nesta Casa, com quatro mandatos... Então, já estão aí há mais de 24 anos. Estão próximos de completar 30 anos de mandato. Eles são as pessoas que, para nós, constituem, muitas vezes, a luz...

Portanto, quero ressaltar que me surpreendi com a maneira como o Senador Fernando Collor de Mello chegou a falar com o Senador Pedro Simon, porque não detectei, em suas palavras, que houvesse ofensa ao Senador Fernando Collor de Mello. Sinceramente, eu fiquei até... Revi, ontem à noite, na retransmissão, e

não percebi que tivesse ocorrido isso. Talvez ele tenha tido uma percepção diferente da minha.

Mas eu quero dizer o quanto aprecio o Senador Pedro Simon, por quem tenho muita consideração. Avalio que as suas palavras devem ser sempre ouvidas com muita atenção por nós todos. Inclusive, avalei que, quando o Senador Renan Calheiros mencionou que queria registrar que gosta muito do Senador Pedro Simon, ele disse de um sentimento comum a todos nós.

Aqui, quero recomendar ao Senador Fernando Collor de Melo que repense a atitude de dizer que nunca mais quer que o Senador Pedro Simon registre o seu nome, a sua palavra, porque, certamente, nós aqui, como ele próprio afirmou, sempre vamos ter que deixar as lanças de lado e nos portarmos com civilidade, através da palavra respeitosa.

Sr. Presidente, o Senador Aloizio Mercadante inclusive informou aos membros da bancada do PT que, diante da expectativa criada, não seria o caso de termos outra reunião hoje, como se fosse para mudar a nossa posição, que, aqui reafirmo, é a recomendação ao Senador José Sarney para que possa colaborar com o seu próprio direito de defesa e esclarecer integralmente todos os pontos objetos das representações apresentadas ao Conselho de Ética. Daí por que a sugestão que eu formulo: que ele se antecipe à própria decisão do Senador Paulo Duque, Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que possivelmente será anunciada amanhã, mas que ele diga: “Eu quero comparecer perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e ali explicar e esclarecer toda e qualquer questão dos diversos pontos das representações e responder a quaisquer dúvidas”. Eu acho que isso muito contribuirá para que tenhamos um caminho de solução para os problemas da Casa.

O pronunciamento que iria fazer hoje sobre as telecomunicações, vou deixar para amanhã, Sr. Presidente, já que a questão da Embraer e, agora, a do Senado prevaleceram em termos da sua importância imediata.

Os meus cumprimentos aos trabalhadores da Embraer que aqui nos honram com a sua presença!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Convidamos o Senador Expedito Júnior para usar a tribuna para fazer uma comunicação inadiável. Em seguida, como orador inscrito, falará o Senador Roberto Cavalcanti.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Para

uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa; Sr^{as} Senadoras; Srs. Senadores, não quero ser chato, até porque acho que temos contribuído – e muito – com várias

matérias para o engrandecimento do País, mas – e peço desculpas –, durante todo o mês de agosto, vou praticamente subir à tribuna todos os dias para lembrar ao Presidente Michel Temer o compromisso que S. Ex^a não fez comigo, mas, parece-me, fez com alguns sindicalistas do Estado de Rondônia, com a Senadora Fátima Cleide e também com o Senador Valdir Raupp. S. Ex^a disse que colocaria em pauta no mês de agosto, naquela Casa, a proposta de emenda à Constituição referente à transposição dos servidores públicos do Estado de Rondônia, para ser votada.

Sr. Presidente, eu disse ontem que faltavam 28 dias para encerrarmos o mês de agosto. Hoje, quero lembrar ao Presidente Michel Temer que faltam 27 dias para o encerramento do mês de agosto. Vou esperar que o Presidente cumpra seu compromisso de colocar em pauta a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 483, referente à transposição dos servidores públicos do meu Estado. Caso isso não aconteça – vou ficar repetindo aqui, Sr. Presidente, como se fosse cantiga de grilo, todo o santo dia –, vamos, a partir do começo de setembro, fazer a maior manifestação do Estado de Rondônia dentro da Câmara dos Deputados.

Gostaria de lembrar, Sr. Presidente, com alegria e com satisfação, que essa questão da transposição não vai beneficiar somente os servidores públicos do meu Estado. É ledô engano daqueles que acham isso. Vai beneficiar o meu Estado. O dinheiro que certamente os servidores do Estado vão receber, quando passarem do quadro estadual para o quadro federal, vai triplicar: de R\$30 milhões, o recurso passará para R\$90 milhões, que, mais ou menos, é a base do salário do Governo Federal. Certamente, esse dinheiro vai circular onde? Vai circular no Estado de Rondônia, vai circular nos municípios. Fora isso, ainda vamos economizar R\$30 milhões, que, certamente, poderão ser investidos principalmente na segurança pública e na saúde no meu Estado.

Eu dizia que me lembrava com satisfação e com alegria do Poder Legislativo de Rondônia, da Assembleia Legislativa do meu Estado, que está fazendo audiências públicas nesse sentido, que está, inclusive, colocando à disposição dos servidores públicos de Rondônia... Quero aqui cumprimentar o Presidente da Assembleia, Deputado Neodi Carlos. Cumprimento a Mesa Diretora, em nome do Deputado Jesualdo Pires, que representa o Município de Ji-Paraná, e também o Deputado Tiziu Jidalias. Em nome deles, quero cumprimentar os 24 deputados estaduais de Rondônia, que estão colocando à disposição dez ônibus, para que, a partir do começo de setembro, venham para cá os servidores públicos do meu Estado.

Senador Mão Santa, às vezes, aqui, as coisas só acontecem se há a presença e a manifestação da parte interessada. Foi assim na questão da matéria referente ao mototáxi. Houve a votação do projeto do mototáxi, porque houve a manifestação nesta Casa principalmente daqueles que estavam sendo beneficiados, que eram os mototaxistas do nosso Estado. Houve aqui a votação da proposta de emenda à Constituição do meu amigo César Borges, que ficou conhecida como a PEC dos Vereadores, que só foi votada também, Sr. Presidente, porque houve a manifestação dos suplentes de vereadores no plenário e também nas Comissões.

Então, Sr. Presidente, quero pedir desculpas mais uma vez, mas vou, durante todo o mês de agosto, usar a tribuna desta Casa e fazer como faz o Senador Mário Couto quando quer ver uma matéria sendo votada aqui. Foi assim na questão da aposentadoria, foi assim na questão dos aposentados brasileiros. Infelizmente, esse projeto está paralisado e adormecido na Câmara dos Deputados.

Aconteceu a mesma coisa com a proposta de emenda à Constituição referente à transposição dos servidores. No Senado, a PEC nº 483, diga-se de passagem – vou frisar isso também todo santo dia, para que não pensem que quero assumir a paternidade disso; o que quero é que se resolva o problema –, é da Senadora Fátima Cleide. Mas isso não me interessa, pois o projeto é bom. Mas projeto bom, como diz o Senador Paulo Paim, é projeto aprovado. Temos de aprovar esse projeto na Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, às vezes, alguém pode dizer: “Ah, mas o Presidente Lula não vai sancionar”. Isso não vai à sanção do Presidente! Essa é uma proposta de emenda à Constituição, é uma emenda à Constituição brasileira. O Presidente Lula tem de cumprir o que vamos determinar nesta Casa. O que o Congresso Nacional determina é uma emenda à Constituição, e não estamos pedindo nada que não seja possível. Estamos pedindo exatamente um tratamento isonômico. Queremos que se dê aqui o mesmo que foi dado aos ex-territórios, quando da emenda constitucional da transformação de território para Estado, o que aconteceu com Roraima e com o Amapá. Queremos um tratamento isonômico, queremos o mesmo tratamento. No Amapá, isso aconteceu por causa da liderança do Presidente Sarney. Em Roraima, isso aconteceu por causa da liderança do Senador e Líder do Governo nesta Casa, o Senador Romero Jucá. E por que isso não acontece em Rondônia? Lá há a liderança do Senador Raupp, a liderança da Senadora Fátima, a nossa participação. A população do Estado de Rondônia merece o mesmo tratamento. O Estado de Rondônia não pode ser tratado diferentemente dos demais ex-territórios.

Então, que V. Ex^a me perdoe, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, mas, todos os dias – vou ser cha-

to –, vou subir à tribuna para lembrar essa questão. Amanhã, se eu estiver aqui, vou lembrar o Presidente Michel Temer que, a partir de amanhã, só faltarão 26 dias para que S. Ex^a paute e vote a transposição dos servidores públicos do meu Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Sobre a mesa da Presidência, documentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Gilvam Borges.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 332, DE 2009

Altera a Lei nº 10.891, de 2004, que institui a Bolsa-Atleta, para permitir a concessão de gratificação aos técnicos dos atletas beneficiados pelo programa.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 4º e 5º:

“Art. 1º
.....

§ 4º Os técnicos dos atletas beneficiados pela Bolsa-Atleta farão jus a 10% (dez por cento) do valor da bolsa, podendo acumular as gratificações de mais de um atleta contemplado.

§ 5º Para habilitar-se à gratificação, o técnico deverá preencher os requisitos relacionados nos incisos IV e V do art. 3º desta Lei.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Inspira-nos a apresentação do presente projeto de lei o reconhecimento da importância do trabalho do técnico para o desenvolvimento do esporte. De fato, os treinadores, pelas características de suas funções e pelo papel relevante que desempenham na orientação do processo de preparação dos atletas, têm sempre um lugar decisivo na manutenção da prática desportiva.

A ligação técnico-atleta é de duplo sentido. Não só o treinador representa uma referência determinante nas suas emoções, pensamentos e comportamentos, como também o atleta procura nele a segurança que necessita. É notável a forma como os atletas, especialmente os jovens, depositam sua confiança no treinador com o propósito de atingirem os seus objetivos pessoais.

Assim, as atividades dos técnicos abrangem não só o ensino e o aperfeiçoamento de competências físicas, técnicas e motoras dos atletas, mas também envolvem um efeito sobre o seu desenvolvimento psicológico, seja pela transmissão de um conjunto de princípios e valores acerca do desporto, seja pela forma como os ajudam a lidar cada vez mais eficazmente com as crescentes exigências da competição.

Nesse sentido, consideramos legítimo que os técnicos dos atletas beneficiados pela Bolsa-Atleta recebam 10% do valor da bolsa, podendo acumular as gratificações de mais de um atleta contemplado. Para que façam jus à gratificação, não poderão receber qualquer tipo de patrocínio de pessoas jurídicas, públicas ou privadas, entendendo-se por patrocínio todo e qualquer valor pecuniário eventual ou regular diverso do salário, nem salário de entidade de prática desportiva.

Por todo o exposto, esperamos contar com o apoio de nossos Pares para a aprovação deste projeto de lei que trata de fazer justiça à categoria dos técnicos esportivos.

Sala das Sessões, – Senador **Expedito Júnior**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.891, DE 9 DE JULHO DE 2004

.....
Art. 1º Fica instituída a Bolsa-Atleta, destinada aos atletas praticantes do desporto de rendimento em modalidades olímpicas e paraolímpicas, bem como naquelas modalidades vinculadas ao Comitê Olímpico Internacional – COI e ao Comitê Paraolímpico Internacional.

§ 1º A Bolsa-Atleta garantirá aos atletas beneficiados valores mensais correspondentes ao que estabelece o Anexo I desta Lei.

§ 2º Para efeito do disposto no § 1º deste artigo, ficam criadas a Categoria Atleta Estudantil, destinada aos estudantes que participem com destaque dos Jogos Escolares e Universitários Brasileiros; a Categoria Atleta Nacional, relativa aos atletas que tenham participado de competição esportiva em âmbito nacional; a Categoria Atleta Internacional, relativa aos atletas que tenham participado de competição esportiva no exterior, e a Categoria Atleta Olímpico e Paraolímpico, relativa aos atletas que tenham participado de Jogos Olímpicos e Paraolímpicos.

§ 3º A Bolsa-Atleta será concedida aos atletas de rendimento das modalidades Olímpicas e Paraolímpicas reconhecidas respectivamente pelo Comitê Olímpico Brasileiro e Comitê Paraolímpico Brasileiro, bem como

aos atletas de rendimento das modalidades esportivas vinculadas ao Comitê Olímpico Internacional – COI e ao Comitê Paraolímpico Internacional.

.....
(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 333, DE 2009

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, para tornar obrigatória a disponibilização de cadeiras de rodas para idosos com dificuldade locomotora nas áreas destinadas ao atendimento e movimentação de passageiros e bagagens dos aeroportos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 42-A. Nas áreas destinadas ao atendimento e à movimentação de passageiros e bagagens dos aeroportos deverão ser disponibilizadas cadeiras de rodas para o deslocamento de pessoas idosas com dificuldade locomotora.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor decorridos 180 (cento e oitenta) dias da data de sua publicação.

Justificação

Todos nós conhecemos as dificuldades que as pessoas com restrição de mobilidade encontram nos seus deslocamentos diários. Essas dificuldades não se restringem apenas aos portadores de deficiência física permanente. São inúmeros os indivíduos, que, por fatores diversos como idade, gravidez, enfermidade, trauma ou deficiência visual, entre outras circunstâncias, ficam temporariamente obrigados a se deslocar em cadeiras de rodas.

A Constituição Federal trouxe à cena dos direitos individuais, coletivos e sociais uma série de inovações, principalmente com relação aos segmentos da sociedade até então desprotegidos da ação pública e da própria sociedade, como os idosos.

A legislação infraconstitucional tratou da acessibilidade por meio da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, “que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências”. Essa Lei, porém, é direcionada especialmente para elementos de urbanização e aspectos construtivos das edificações – como

a exigência de rampas e elevadores, por exemplo – que facilitem a acessibilidade das pessoas usuárias de cadeira de rodas. A legislação existente, todavia, não aborda a questão específica dos equipamentos ou dispositivos que devam ser postos à disposição de indivíduos com dificuldade de locomoção.

Nos terminais de passageiros nos aeroportos, hoje, cadeiras de rodas só são oferecidas pelas empresas aéreas e, normalmente, após a entrada do passageiro no setor de embarque. No entanto, trata-se de equipamento indispensável já desde a chegada do passageiro ao terminal, sobretudo para os idosos que tenham dificuldade de locomoção, seja por propiciar maior conforto e dignidade ao cidadão, seja por contribuir para a fluidez da circulação interna dos usuários, o que melhora a qualidade do atendimento ao público e, consequentemente, a eficiência das atividades aeroportuárias.

É por essa razão que estamos propondo, pelo presente projeto de lei, o acréscimo de novo dispositivo ao Estatuto do Idoso, no capítulo que trata “do transporte”. Se aprovado o projeto, os aeroportos brasileiros deverão, obrigatoriamente, disponibilizar cadeiras de rodas para os idosos que tenham dificuldades de locomoção.

Em vista do exposto, solicitamos o apoio dos nobres Pares para a aprovação desta iniciativa.

Sala das Sessões, – Senador **Expedito Júnior**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000
(Estatuto do Idoso)

Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

.....
LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003.
(Estatuto do Idoso)
.....

CAPÍTULO X Do Transporte

Art. 39. Aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.

§ 1º Para ter acesso à gratuidade, basta que o idoso apresente qualquer documento pessoal que faça prova de sua idade.

§ 2º Nos veículos de transporte coletivo de que trata este artigo, serão reservados 10% (dez por cento) dos assentos para os idosos, devidamente identificados com a placa de reservado preferencialmente para idosos.

§ 3º No caso das pessoas compreendidas na faixa etária entre 60 (sessenta) e 65 (sessenta e cinco) anos, ficará a critério da legislação local dispor sobre as condições para exercício da gratuidade nos meios de transporte previstos no caput deste artigo.

Art. 40. No sistema de transporte coletivo interestadual observar-se-á, nos termos da legislação específica:

I – a reserva de 2 (duas) vagas gratuitas por veículo para idosos com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários-mínimos;

II – desconto de 50% (cinquenta por cento), no mínimo, no valor das passagens, para os idosos que excederem as vagas gratuitas, com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários-mínimos.

Parágrafo único. Caberá aos órgãos competentes definir os mecanismos e os critérios para o exercício dos direitos previstos nos incisos I e II.

Art. 41. É assegurada a reserva, para os idosos, nos termos da lei local, de 5% (cinco por cento) das vagas nos estacionamentos públicos e privados, as quais deverão ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade ao idoso.

Art. 42. É assegurada a prioridade do idoso no embarque no sistema de transporte coletivo.

.....
(À Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os projetos lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, mais dois documentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Gilvam Borges.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 48, DE 2009

Dispõe sobre a assistência à saúde prestada aos Senadores e seus dependentes e aos ex-Senadores e seus cônjuges ou companheiros.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º A assistência à saúde dos Senadores e seus dependentes e dos ex-Senadores e seus cônjuges ou companheiros reger-se-á pelas normas desta Resolução.

§1º A assistência de que trata esta Resolução será prestada, na forma de Ato da Comissão Diretora:

I – sem ônus para os beneficiários, pelos serviços próprios da Secretaria de Assistência Médica e Social (SAMS); ou

II – mediante contribuição:

a) por serviços prestados por instituições públicas e privadas mediante contrato de credenciamento com o Senado Federal;

b) por profissionais liberais ou entidades não credenciadas com o Senado Federal, sob a modalidade de livre escolha, mediante prévia autorização da SAMS, e prévio empenho dos valores por ela informados;

c) por profissionais liberais ou entidades não credenciadas com o Senado Federal, sob a modalidade de livre escolha, mediante solicitação de ressarcimento das despesas efetivamente realizadas, nos casos de urgência.

§ 2º Na regulamentação da assistência prestada na forma do inciso II do §1º observar-se-á, no que couber, os critérios adotados para o Sistema Integrado de Saúde (SIS), instituído pela Resolução nº 86, de 1991, e suas alterações.

§ 3º A Comissão Diretora, em casos de comprovada necessidade, poderá autorizar, previamente, o tratamento de saúde de Senadores fora do País.

§ 4º Não haverá ressarcimento ou pagamento de despesas não-autorizadas previamente pela Comissão Diretora, com tratamento de saúde no exterior, exceto aquelas decorrentes de acontecimentos graves em membros do Senado Federal quando em viagem oficial para participação em eventos, reuniões, congressos ou assembleias promovidas por governos, entidades internacionais ou organizações reconhecidas pelo Brasil.

Art. 2º A Comissão Diretora definirá os dependentes do Senador, para fins desta Resolução, observados os critérios aplicáveis aos servidores públicos, na forma da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e aos participantes do SIS.

Art. 3º Para os fins desta Resolução, considera-se ex-Senador aquele que tenha exercido o mandato como titular ou tenha, na qualidade de suplente, substituído o titular pelo prazo mínimo de seis meses consecutivos ou não.

§1º O ex-Senador, enquanto estiver no exercício de cargo público federal, estadual, distrital ou municipal, não fará jus aos benefícios previstos nesta Resolução.

§2º Na hipótese prevista no §1º, o cônjuge ou companheiro do ex-Senador também não fará jus aos benefícios previstos nesta Resolução.

§3º O ex-Senador, para ter direito aos benefícios previstos nesta Resolução, deverá se cadastrar

anualmente, conforme critérios definidos em Ato da Comissão Diretora.

Art. 4º A Comissão Diretora regulamentará esta Resolução no prazo de 60 (sessenta) dias contados de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da edição do regulamento de que trata o art. 4º.

Justificação

O momento atual, no qual se discute a Reforma Administrativa do Senado Federal, impõe a esta Casa que repense o seu sistema de saúde voltado a seus membros.

Nessa direção, parece-me fundamental que o Senado Federal regulamente, mediante resolução, a assistência à saúde de seus membros, hoje disciplinada por um Ato da Comissão Diretora que está a merecer atualização e aperfeiçoamento. Assim, propomos o presente projeto, estabelecendo, para os senhores Senadores, um sistema de prestação de serviços de saúde similar ao que a Casa oferece aos seus funcionários e inspirado no modelo estabelecido pela Lei nº 8.112, de 1990, o estatuto dos servidores públicos da União.

Ademais, busca-se obedecer aos princípios constitucionais que orientam a questão da saúde, separando a atividade prestada diretamente pelo poder público daquela complementar, mediante contribuição.

Desta forma, propõe-se um sistema que combina o fornecimento de assistência à saúde pelo órgão próprio da Casa, a Secretaria de Assistência Médica e Social (SAMS), com a possibilidade de atendimento dos beneficiários por uma rede conveniada, de forma onerosa.

A proposição que ora se apresenta busca também, ao estabelecer as normas gerais sobre a matéria mediante Resolução, e delegar o detalhamento do tema à Comissão Diretora, dar plena transparência a esse debate e a necessária flexibilidade à questão.

Tenho a certeza de que a aprovação deste projeto permitirá, ao mesmo tempo, garantir aos membros desta Casa uma adequada assistência à saúde, compatível com a dignidade daqueles que exercem e exerceram a elevada representação personificada pela Câmara Alta do Congresso Nacional, e observar o princípio isonômico, eliminando qualquer tipo de privilégio e contribuindo para o equilíbrio das finanças públicas.

Sala das sessões, – Senador **Exedito Júnior**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990

Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das

autarquias e das fundações públicas federais.

RESOLUÇÃO Nº 86, DE 1991

Institui o Sistema Integrado de Saúde (SIS).

(À Publicação. Ficará perante a Mesa para recebimento de emendas. À SGM.)

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 49, DE 2009

Acrescenta art. 109-A ao Regimento Interno do Senado Federal, para regulamentar pedido de verificação de quorum nas reuniões das Comissões.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º A Resolução nº 93, de 1970 (Regimento Interno do Senado Federal), passa a vigorar acrescida do seguinte art. 109-A:

“Art. 109-A. Em qualquer fase da reunião é facultado a Senador membro da Comissão requerer verificação de **quorum**, desde que com o apoio de pelo menos um membro da Comissão.

§ 1º Em caso de a verificação de quorum ser requerida durante processo simbólico de votação, será repetida a votação, pelo processo nominal.

§ 2º Procedida a verificação e constada a existência de quorum, não será permitida nova verificação antes do decurso de uma hora.

§ 3º No caso de a verificação constatar a falta de quorum, o Presidente suspenderá a reunião por dez minutos e determinará à Secretaria que convoque os membros da Comissão ausentes, inclusive os Suplentes.

§ 4º Permanecendo a falta de quorum após transcorrido o tempo referido no § 3º, o Presidente encerrará a reunião. (NR)”

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O projeto de resolução que ora justificamos tem o objetivo de modificar o Regimento Interno, para regulamentar pedido de verificação de quorum nas reuniões das Comissões.

Para tanto, estamos propondo o acréscimo de um art. 109-A à Carta regimental, para estabelecer que em qualquer fase da reunião é facultado a Senador membro da Comissão requerer verificação de quorum, desde que com o apoio de pelo menos um outro membro da Comissão.

Com efeito, se para requerer a verificação de quorum no Plenário o Senador deve ter o apoio de pelo menos três Senadores, parece-nos adequado que nos casos das Comissões também seja necessário apoio, mesmo que de um Senador apenas.

Ademais, estamos propondo outras regras complementares, também baseadas em regras já existentes para o Plenário.

Acreditamos que com tal regulamentação os trabalhos das Comissões, que vêm adquirindo crescente importância, estarão melhor regulados em proveito do bom andamento das reuniões.

Ante o exposto e tendo em vista a relevância da matéria tratada no presente projeto de resolução, solicitamos o apoio dos nobres colegas para o seu aperfeiçoamento e posterior aprovação.

Sala das Sessões, – Senador **Exedito Júnior**.

LEGISLAÇÃO CITADA

Resolução nº 93, de 1970 (Regimento Interno do Senado Federal)

.....
Art. 109. As deliberações terminativas nas comissões serão tomadas pelo processo nominal e maioria de votos, presente a maioria de seus membros.
.....

(À Publicação. Ficará perante a Mesa para recebimento de emendas. À SGM.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os projetos lidos serão publicados e, em seguida, ficarão perante a Mesa, durante cinco dias úteis, a fim de receberem emendas, nos termos do art. 401, § 1º, do Regimento Interno.

Convidamos para usar da palavra o orador inscrito, Senador Roberto Cavalcanti, do Estado da Paraíba, e, em seguida, o último orador inscrito para uma comunicação inadiável, o Senador Valdir Raupp, do PMDB de Roraima.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (Bloco/PRB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, é com grande honra que presto, desta tribuna, homenagem a um grande paraibano no dia em que ele completa seus noventa anos.

Djaci Falcão representou, como até hoje representa, uma das maiores expressões do saber jurídico nordestino,

oriundo daquela que é uma das duas mais tradicionais faculdades de direito do País, a de Pernambuco.

Tendo ido estudar no Recife na juventude e residido no Estado de Pernambuco até ser nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal em 1967, o Ministro Djaci Falcão é frequentemente visto como pernambucano. Assemelha-se, neste ponto, ao escritor Ariano Suassuna, um paraibano radicado há longos anos no Recife que muitos imaginam ser pernambucano de nascimento.

Eu mesmo passo por uma situação semelhante, embora em sentido oposto: nascido no Recife, tenho a honra de representar, no Senado da República, a Paraíba, Estado que adotei há um bom número de anos e com o qual sinto a mais completa identificação.

Na verdade, Paraíba e Pernambuco são estados irmãos que muito partilham em termos de cultura, de história e no modo de ser de sua gente.

Pois bem, Sr. Presidente, o Ministro Djaci Falcão, paraibano de Monteiro, é referido, na edição do último domingo do **Diário de Pernambuco**, como alguém cuja vida “poderia ser confundida com a própria história do Judiciário pernambucano”.

Paraibano certamente ele continuou sendo em seu âmago, no núcleo onde se situam aquelas experiências decisivas da infância que plasmam a personalidade de um homem.

Vale acrescentar aqui uma curiosidade sem dúvida interessante: sendo um Estado tão pequeno, a Paraíba teve dois de seus filhos simultaneamente como Ministros da mais alta Corte do País. Pouco após o período em que Djaci Falcão exerceu a Presidência do Supremo, ou seja, nos anos de 1975 a 1977, Rafael Mayer é nomeado Ministro da mesma Corte.

A coincidência verdadeiramente espantosa é que esses dois eminentes juristas nasceram no mesmo ano de 1919, na mesma cidade paraibana de Monteiro e também na mesma rua, a Getúlio Vargas. Partilharam, decerto, muitas brincadeiras e trilham caminhos que, seguindo paralelos ou se reencontrando, muito contribuíram para o engrandecimento de nossa cultura jurídica.

Após cogitar a possibilidade de uma carreira de engenheiro agrônomo para cuidar das fazendas do pai, o coronel Francisco Falcão, decide-se o jovem Djaci a ingressar no grau preparatório para a Faculdade de Direito de Recife. Ao mesmo tempo em que se dedicava aos estudos jurídicos, não abandonou o interesse pela literatura universal e por outros ramos do saber que lhe conferiu sua vasta cultura humanística. Entretanto, em 1942, ano em que o Brasil ingressa na Segunda Guerra Mundial, Djaci Falcão é convocado para servir na 2ª Companhia de Guardas do Exército, sediada no Forte das Cinco Pontas, em Recife. Mais

uma vez, nosso homenageado pensa em seguir outra carreira, desta vez a militar.

A forte vocação jurídica, entretanto, de novo falou mais alto, como ele mesmo traduziu, singelamente, em um depoimento prestado no momento em que se aposentava do Supremo:

Eu poderia ter seguido, mas resolvi tentar o Judiciário. Afinal, tinha concluído o curso de direito. E, graças a Deus, tudo acabou dando certo, porque jamais senti um desencontro com a carreira que escolhi.

A simplicidade e a modéstia de Djaci Falcão bem se revelam nessas frases.

Não apenas “tudo acabou dando certo”, como também o Ministro Djaci Falcão pôde prestar, em sua vitoriosa carreira, altos e relevantes serviços ao seu País, hasteados em um sólido saber e na mais fina argúcia jurídica.

Ainda com 25 anos, ele ingressa na carreira de juiz, atuando em cinco comarcas do interior de Pernambuco e na Capital.

Em 1956, torna-se Desembargador do Tribunal de Justiça, sendo conduzido à Presidência do órgão cinco anos depois.

Durante três anos, sua carreira prossegue no Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, até que, em 1967, seus méritos excepcionais são reconhecidos pelo Presidente Castello Branco: é nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Atravessando um período difícil da vida política brasileira, o Ministro Djaci Falcão mostrou-se pessoa de rara sagacidade e senso de equilíbrio.

Em 1975, ao tomar posse como Presidente da mais alta Corte, ele se refere, lucidamente, à

delicadeza e [à] complexidade na missão de julgar, sobretudo em um mundo no qual se impõe ao juiz, cada vez mais, o senso da medida, a fim de que se sobreponha às exigências do absoluto que externa certas posições numa sociedade fértil em conflitos.

Ao deixar o Supremo em 1989, o Ministro Djaci Falcão podia se orgulhar de uma brilhante trajetória na vida jurídica brasileira. Não lhe cabia, entretanto, contentar-se com inatividade. Voltou à Faculdade de Direito do Recife, onde se formara, agora para partilhar com os alunos seu amplo cabedal de conhecimentos.

Sr. Presidente, por tudo o que fez e ainda faz por nosso País o Ministro Djaci Falcão, por suas raras qualidades humanas, queremos conceder-lhe, em nome do povo paraibano, nossos parabéns e nossa homenagem!

Ao encerrar, eu gostaria de conclamar o povo paraibano, os juristas, acadêmicos e estudantes brasileiros, enfim, todos aqueles que acreditam na causa da justiça como um ideal a ser perseguido incansavelmente pela sociedade, a se unirem na homenagem que será oferecida ao Ministro Djaci Falcão na próxima sexta-feira, 07 de agosto, no Tribunal de Justiça de Pernambuco. Com um seminário que contará com palestras de vários expoentes do Direito brasileiro e com o lançamento de um livro contando a rica trajetória do eminente jurista, paraibanos e pernambucanos terão a oportunidade única de vibrar em torno deste homem excepcional, que foi testemunha ocular de boa parte das transformações sociais, políticas e econômicas do País do século passado até hoje. Afinal, nem sempre temos a oportunidade de reverenciar...

(Interrupção do som.)

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (Bloco/PRB – PB) – ... em vida e com a presença do próprio um homem extraordinariamente lúcido na celebração dos seus 90 anos.

Aliás, há uns quatro ou cinco anos passados, foi inaugurado, sem sua presença, na sua cidade natal de Monteiro, justamente na casa onde nasceu e passou a infância e parte da adolescência, o museu que leva seu nome, atualmente funcionando como Centro Cultural, que guarda parte do acervo da produtiva vida do Ministro que tanto orgulha a Paraíba.

A homenagem do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em Recife, que terá na conferência de encerramento, a presença do Ministro Djaci Falcão, será a oportunidade única de um conagração no mínimo singular, pela riqueza da biografia do homenageado e por sua participação nos festejos de uma vida longa e dedicada ao bem-estar comum.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra, para uma comunicação inadiável, o Senador Valdir Raupp, do PMDB de Rondônia.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço minha inscrição para falar como Líder do PDT assim que for possível.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Está feita a sua inscrição. V. Ex^a será o primeiro Líder a falar.

Tem a palavra o Senador Valdir Raupp. Regimentalmente, seriam cinco minutos, mas fique à vontade. Não haverá falta de sensibilidade.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvi aqui atentamente o pronunciamento do Senador Expedito, que vem cobrando, com muita veemência, a votação na Câmara dos Deputados da PEC da Transposição. Tenho falado seguidas vezes, repetidas vezes, desta tribuna, que esse projeto já foi votado no Senado há mais de três anos e contou com meu empenho, ainda quando líder da Bancada do PMDB no Senado, tanto como subscritor da PEC, do projeto, juntamente com a Senadora Fátima Cleide, como também como defensor da proposta tanto nas comissões quanto no plenário desta Casa. Houve um acordo, um entendimento com o Governo Federal, com o líder do Governo na época no Senado, o Senador Aloizio Mercadante; com o Líder do Governo, o Senador Romero Jucá; e com os Ministérios envolvidos, o Ministério do Planejamento e o Ministério da Fazenda; e com a Casa Civil. Houve esse acordo no Senado.

É lamentável que a Câmara passe mais de três anos sem votar a matéria. E não vamos aqui culpar o Deputado Michel Temer, ex-Presidente do meu Partido e agora Presidente da Câmara Federal, porque S. Ex^a assumiu a Presidência da Câmara há apenas seis meses, e é claro que esse projeto ainda se encontrava nas Comissões, nem estava pronto para ser pautado no plenário da Câmara. Mas a informação que tenho é a de que, durante o mês de agosto, esse projeto poderá entrar em pauta. E é o que espero sinceramente que consigamos, Sr. Presidente, até para valer o esforço que eu, a Senadora Fátima Cleide e, na época, o Senador Amir Lando travamos nesta Casa, nas comissões e no plenário desta Casa para votar esse projeto tão importante para o meu Estado, para o Estado de Rondônia.

Realmente, é verdade quando se diz que precisamos tratar o Estado de Rondônia com a mesma isonomia com que foram tratados o Estado do Amapá e o Estado de Roraima, que são Estados jovens também e que tinham de ser tutelados pela União por dez anos. Esses Estados foram tutelados pela União, que se responsabilizou pelas folhas de pagamento, transpondo os servidores estaduais para o quadro federal. E Rondônia ainda não conseguiu esse projeto.

Então, mais uma vez, peço desta tribuna que o Deputado Michel Temer, a Deputada Marinha Raupp, o Deputado Eduardo Valverde, o Deputado Anselmo, o Deputado Mauro Nazif, o Deputado Garçon, o Deputado Natan Donadon, o Deputado Amorim, enfim

os oito Deputados Federais do meu Estado estejam empenhados nesta batalha.

O projeto já passou por uma comissão especial, já foi relatado, já foi votado e agora se encontra pronto para ir para a pauta da Câmara dos Deputados. E, se houver alguma emenda lá – e é praticamente certo que haverá –, esse projeto ainda voltará para o Senado, e vou novamente me empenhar, com todas as minhas forças, junto à minha bancada, que é, com todo o respeito às demais, a maior bancada no Senado Federal, para aprovar, o mais rapidamente possível, esse retorno do projeto, se ele tiver de voltar ao Senado Federal, para que, no próximo ano, o Estado possa ter esse alívio na folha de pagamento, em torno de R\$30 a R\$40 milhões, até porque o Estado está precisando muito disso. Sei que poderia ser investido um pouco mais, mesmo sem a transposição, mas, com a transposição, poderá sobrar dinheiro para se investir em segurança pública, que hoje é o caos.

O caos se instalou no Estado de Rondônia, na capital, em vários municípios, principalmente nos maiores do meu Estado. O Estado vive hoje um estado de insegurança pública, não de segurança pública. Há um verdadeiro caos nas ruas de Porto Velho, nas ruas de Ariquemes, nas ruas de várias cidades de Rondônia. Há insegurança, a população não tem mais tranquilidade, não tem mais segurança para sair às ruas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Senador Raupp, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Com muito prazer, Senador.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Primeiro, não quero polemizar com V. Ex^a, até porque somos do mesmo Estado, e há o mesmo interesse meu, seu e da Senadora Fátima Cleide na aprovação desse projeto. Mas faço questão de lembrar aqui que, na Câmara dos Deputados – e V. Ex^a lembrou da tribuna –, a maior bancada é a do PMDB, e a segunda maior bancada é a do Partido dos Trabalhadores. Sei que não vamos aqui nos responsabilizar pela decisão da Câmara dos Deputados, mas houve negligência, má vontade de votar esse projeto na Câmara dos Deputados, e isso ainda está acontecendo. Não sei se essa é uma sinalização do Governo, não sei se é uma sinalização do Palácio, não sei o porquê, mas há essa discriminação com o Estado de Rondônia. E a única coisa que acho que poderia resolver isso – e V. Ex^a cita o nome de toda a bancada – é que, na verdade, como aqui, quem decide votar não é o Presidente da Casa, quem decide votar é o Colégio de Líderes. E aí deveria haver um trabalho, uma força concentrada por parte de todos os nossos deputados federais...

(Interrupção do som.)

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Vou concluir, Senador. Todos tem de cobrar dos seus líderes a votação da matéria da transposição. V. Ex^a lembra um problema que estamos vivendo e que não ocorre só Rondônia: a questão de segurança pública. É só V. Ex^a ligar a televisão que vai ver o problema em quase todos os Estados da Federação brasileira. O que está faltando? Está faltando uma política do Governo Federal em todos os Estados sobre a questão de segurança pública, não só em Rondônia, mas em todos os Estados da Federação. V. Ex^a foi Governador do Estado e sabe da dificuldade que é governar um Estado com poucos recursos, como é o caso de Rondônia. Sei do compromisso de V. Ex^a na aprovação do projeto da transposição. Se conseguirmos dar celeridade à aprovação do projeto pela transposição, certamente o dinheiro vai sobrar para que possamos investir na saúde e na segurança pública no nosso Estado.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Obrigado, nobre Senador Expedito, mas temos de levar em consideração também que não depende só do Presidente nem do Colégio de Líderes para se votar um projeto; é preciso que ele saia das Comissões. No Senado, também só se vota no plenário quando o projeto é aprovado nas Comissões. Aí, sim, precisa-se da decisão do Presidente do Colégio de Líderes. E a informação que tenho é a de que esse projeto “dormiu” nas Comissões da Câmara dos Deputados. Demorou muito tempo para ele ser votado, mas, agora, sim, pode haver a decisão do Presidente e a decisão do Colégio de Líderes para ser votado.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Ele “dormiu” mais de um ano na gaveta do Presidente Arlindo Chinaglia! Mais de um ano, ele “dormiu” ali, porque já havia passado pelas Comissões.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Era para ser distribuído para a Comissão Especial.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Não, não, já tinha sido aprovado nas Comissões. S. Ex^a não o colocou em pauta por que não quis. S. Ex^a não o colocou em pauta, porque não houve vontade do Governo e não houve vontade do Partido dos Trabalhadores.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero encerrar o tema transposição, esperando, sinceramente, que o Presidente Michel Temer coloque esse projeto em votação, que é muito bom para o meu Estado.

Sr. Presidente, durante o recesso parlamentar, realizamos verdadeira maratona de visitas em meu Estado, Rondônia, acompanhando vários eventos, principalmente feiras agropecuárias, solenidades e encontros (entrega de equipamentos, de maquinários para as prefeituras e

para as associações rurais), reuniões do PMDB, para direcionar o Partido para as próximas eleições majoritárias e proporcionais no Estado de Rondônia, fazendo com que esse Partido, que é o Partido mais antigo, mais maduro e democrático do Brasil, possa continuar com as maiores bancadas no Senado e na Câmara Federal, com o maior número de Governadores de Estado, de Deputados Federais e Estaduais.

Sr. Presidente, cito, aqui, alguns dos Municípios pelos quais passamos, em encontros do PMDB, numa verdadeira festa cívica da democracia no meu Estado: Porto Velho, Ariquemes, Jarú, Jorge Teixeira, Theobroma, Buritis, Monte Negro, Mirantes da Serra, Nova União, Vale do Paraíso, Ouro Preto, Guajará-Mirim, Nova Mamoré, Campo Novo de Rondônia, Alto Paraíso, Itapuã do Oeste, Colorado do Oeste, Cerejeiras, Cabixi, Pimenteiras, Corumbiara e Espigão D'Oeste. Machadinho será visitado nesse próximo fim de semana. São essas as cidades percorridas, com encontros do meu Partido, o PMDB, para pré-lançamentos de pré-candidatos. Já podemos falar nas prévias, que vão acontecer por volta do mês de outubro e de novembro dentro do PMDB no Estado de Rondônia.

Falo ainda, Sr. Presidente, das feiras agropecuárias que aconteceram em Rondônia, levando progresso e desenvolvimento para o nosso Estado. As feiras agropecuárias aconteceram em Cerejeiras, em Porto Velho, em Colorado do Oeste, em Espigão do Oeste, em Nova Brasilândia, em Jarú, em Vilhena, em Ji-Paraná, em Alto Alegre dos Parecis, em Seringueiras, em Ministro Andreazza, em Ariquemes, Guajará-mirim, em Vale do Paraíso, em Alta Floresta, em Alvorada do Oeste. Em Rolim de Moura e em Machadinho, as feiras serão realizadas nesse fim de semana.

Há ainda outras feiras agropecuárias que acontecerão ao longo deste ano, nos Municípios de Cacoal, de Ouro Preto do Oeste, de Vale do Anari, de Urupá, de Castanheiras, de Presidente Médici...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Peço-lhe mais um minuto, Sr. Presidente.

Haverá feiras ainda em Cacaulândia, em São Francisco do Guaporé, em Pimenta Bueno, em Nova Mamoré, em Alto Alegre dos Parecis, em Mirante da Serra. Todos esses Municípios ainda vão realizar suas feiras agropecuárias. As feiras são indutoras de progresso e de desenvolvimento, principalmente para a agricultura e a pecuária do meu Estado, sem falar nas exposições de equipamentos, de maquinários, de gado de leite e de gado de corte e na melhoria genética do rebanho do nosso Estado.

Então, quero, aqui, parabenizar todas as diretorias e os presidentes das feiras agropecuárias de Rondônia, que realizaram essas grandes festas, levando desenvolvimento e progresso para o Estado de Rondônia.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Convidamos para usar da palavra, como orador inscrito, o Senador Jefferson Praia, do PDT. Em seguida, falará o Líder do PDT, Senador Osmar Dias.

Uma homenagem especial também ao PDT, pelo novo Senador Flávio Torres. Ele chega como suplente da encantadora Senadora Patrícia Saboya. Suplente dá sorte aqui: Fernando Henrique Cardoso chegou como suplente e foi duas vezes Presidente deste País.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Obrigado, Sr. Presidente.

Quero, inicialmente, dar boas-vindas ao Senador Flávio Torres, do Ceará, que chega aqui para abrilhantar este Senado.

Desejo um bom trabalho a V. Ex^a.

Sr. Presidente, gostaria, rapidamente, de destacar também o 38º aniversário do Colégio Militar de Manaus, oportunidade em que parabenizo o diretor, Coronel Abreu, os professores e todos os alunos do colégio.

Nesta tarde, Sr. Presidente, eu gostaria de falar sobre dois projetos que apresentei. O primeiro deles é o “que institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno de estiagem nas regiões que especifica, para estender o Benefício Garantia-Safra à área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Sudam, e dá outras providências”.

Sr. Presidente, a República Federativa do Brasil tem, entre seus objetivos fundamentais, o de erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades regionais.

Ademais, o art. 43 da Carta Magna consagrou o princípio do tratamento diferenciado com o fim de reduzir as desigualdades regionais ao determinar que leis complementares dispusessem sobre condições para integração de regiões de desenvolvimento.

As Leis Complementares nºs 124 e 125, ambas de 3 de janeiro de 2007, entre outras medidas, instituíram a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Sudam, e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, respectivamente, estabeleceram suas áreas de atuação e instrumentos de ação.

Agindo nessa linha, a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, alterada pela Lei 10.700, de 9 de julho de 2003, *que cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores*

familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica é reconhecida como um avanço no combate à pobreza e, também, como garantia de renda aos produtores familiares mais carentes da Região Nordeste do Brasil.

Infelizmente, Sr. Presidente, a referida lei não contempla a área de atuação da Sudam, que, em casos de enchentes ou secas, não dispõe de nenhum outro tipo de benefício similar do Governo Federal para, na verdade, mitigar essas situações.

Sob o ponto de vista socioeconômico, uma situação distorcida emerge quando são avaliados para as duas regiões seus Índices de Desenvolvimento Humano – IDH, medida comparativa que engloba riqueza, educação e esperança média de vida e tem sido usada desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Os Estados da Região Norte têm Índice de Desenvolvimento Humano da mesma ordem de grandeza que aqueles verificados na Região Nordeste, que é amparada pela Lei 10.420, de 2002, com o Benefício Garantia-Safra, exceção feita aos Estados do Maranhão e de Alagoas.

Sr. Presidente, ademais, é importante destacar que o Benefício Garantia-Safra é pago, em caso de sinistro, acertadamente, a nosso ver, também aos Municípios menos desenvolvidos do Estado do Espírito Santo, que detém o sétimo maior Índice de Desenvolvimento do Brasil.

Acresça-se a esse cenário o fato de, em 2005, conforme o **Anuário dos Trabalhadores**, publicado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Socioeconômico – DIEESE, 23,4% da população da Região Norte estava empregada na atividade agrícola. Portanto, a criação de um mecanismo para amparar quase um quarto da população da Região Norte configura-se em medida imprescindível.

Em complemento à inclusão da região abrangida pela Sudam entre os beneficiários do Benefício Garantia-Safra, entendemos ser necessária também a ampliação dos produtos a serem cobertos com a inclusão de produtos regionais como banana, hortaliça, juta e malva. O Estado do Amazonas é o maior produtor de fibra de juta e malva do País, e essa medida irá por certo favorecer muitos pequenos produtores rurais que têm na produção dessas culturas o sustento de suas famílias.

Assim, Sr. Presidente, por entender que, antes de tudo, essa proposta é uma questão de justiça, mormente com o humilde agricultor familiar da Região Amazônica, propomos o presente projeto de lei que visa alterar a Lei nº 10.420, de 2002, com o objetivo de estender o Benefício Garantia-Safra à área de atuação da Sudam. Se esse projeto for aprovado, todos que perderam, por exemplo, suas produções agrícolas em decorrência de

uma enchente poderão ter suas situações amenizadas com o Benefício Garantia-Safra.

Sr. Presidente, destaco um outro projeto que também apresentamos no final do semestre passado, que institui a Bolsa-Atleta para permitir a concessão do benefício aos atletas-guia dos para-atletas das categorias T11 e T12.

Há quase um ano, Sr. Presidente, nossos para-atletas obtiveram 47 medalhas nos Jogos de Pequim 2008, colocando nosso País entre as dez maiores potências paraolímpicas do mundo. Esse feito não pode ser esquecido. Entre os fatores que tornaram possível alcançarmos esse patamar esportivo, o de maior contribuição foi certamente a Bolsa-Atleta, visto que quinze medalhas foram obtidas por vinte paraesportistas beneficiados pelo programa.

Ao concluir seu primeiro ciclo olímpico, estamos certos de que a Bolsa-Atleta trouxe enormes benefícios ao esporte nacional. Entretanto, é necessário o aperfeiçoamento do programa, de forma a corrigir erros ou esquecimentos na execução somente percebidos nos últimos quatro anos.

Apresentamos a presente proposição com o objetivo de estender o benefício aos atletas-guia, os olhos de todos os competidores da classe T11 e muitos da T12. Vale lembrar que, nessas classes, que incluem os deficientes visuais, nossos para-atletas trouxeram nada menos do que dez medalhas dos Jogos de Pequim-2008, sendo quatro ouros, uma prata e cinco bronzes. Em Atenas 2004, foram nove medalhas no total.

Segundo os critérios estabelecidos pelo Comitê Paraolímpico Internacional, a categoria T11 engloba “desde os atletas privados totalmente da percepção da luz aos que a percebem, mas são incapazes de reconhecer o formato de uma mão a qualquer distância ou em qualquer direção”, necessitando todos de se utilizarem de atletas-guia.

Já na categoria T12, em que estão incluídos “desde atletas com capacidade de reconhecer o formato de uma mão àqueles com acuidade visual e/ou campo visual maior do que cinco graus e menor do que vinte”, apenas alguns são auxiliados por atletas-guia. Por isso, acrescentamos aos requisitos para se pleitear o benefício nesta última categoria a necessidade de documento fornecido por entidade de prática desportiva, comprovando que o para-atleta com quem compete realmente necessita de atleta-guia.

Além dos requisitos necessários constantes na lei, os atletas-guia também deverão comprovar que já competiam com o mesmo para-atleta por período mínimo de doze meses, a fim de evitar o oportunismo, beneficiando, assim, somente aqueles que realmente treinam em conjunto com os paraesportistas das respectivas classes.

Sr. Presidente, esse projeto é de grande relevância para aqueles que são atletas-guia, repito, mais uma vez, os olhos dos atletas com deficiências visuais.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM) – Pois não, Senador, é com prazer que lhe ouço.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Jefferson Praia, quero cumprimentá-lo pelo assunto que traz. Evidentemente, o atleta-guia realmente tem uma importância grande e precisa ser reconhecido como tal. Nós precisamos fazer todo esse aprimoramento na legislação. Temos a Subcomissão das Pessoas com Deficiência, na Comissão de Assuntos Sociais...

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – ...da qual hoje sou Vice-Presidente – o Senador Flávio Arns é o Presidente –, e parece-me muito importante, sim, que possamos avançar. Vejo com simpatia, e quero cumprimentá-lo por essa iniciativa.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM) – Muito obrigado, Senador.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador?

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM) – Pois não, Senador Mário Couto.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Jefferson Praia, primeiro, quero parabenizar V. Ex^a pelos dois brilhantes projetos que apresenta na tarde de hoje. E quero fazer referência ao primeiro. V. Ex^a se preocupa com os que vivem o problema das cheias em seu Estado. Não é diferente no Estado do Pará, Senador. Todo ano, as cheias prejudicam as cidades de Santarém, Marabá, Tucuruí, Altamira, enfim, várias cidades do meu Estado. Quando se tem um governador sensível aos problemas, ainda se tem alguém que pode estender as mãos. Mas quando não se tem um governo que pelo menos se sensibilize com os problemas daqueles que sofrem prejuízos e amargam no fundo da sua pobreza a devastação trazida pelas cheias e, em outros anos, pelas secas... Não sei se em vosso Estado também acontecem as secas. São dois fenômenos que sempre estão presentes, maltratando as populações mais carentes. No ano passado, no inverno passado, nós tivemos sensíveis prejuízos à economia do Estado do Pará e às pessoas em si. Eu apresentei, então, um projeto, Senador, voltado a regularizar essa situação e chamando a atenção, “obrigando” – entre aspas – o Governo Federal e o governo estadual a darem a atenção devida a essas pessoas prejudicadas pelas cheias e pelas secas. Sugiro, então, a V. Ex^a que se possa ver o vosso projeto e o meu projeto para que se veja a necessidade

de se unirem os dois projetos, se forem semelhantes – e acredito, pelo que V. Ex^a colocou, que sejam –, e que se possa debater os projetos juntos. Quero, mais uma vez, parabenizar V. Ex^a pela postura nesta Casa e especialmente pela tarde feliz de hoje, em que V. Ex^a vai à tribuna e mostra à Nação a preocupação com as classes mais pobres do seu Estado. Parabéns! Vai a sugestão de que se analise o meu projeto e o vosso

Ofício nº 58/09 –LPDT

projeto, para que se possa, se for o caso, uni-los. Muito obrigado, Senador.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM) – Obrigado, Senador Mário Couto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Gilvam Borges.

São lidos os seguintes:

Brasília, 4 agosto de 2009.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que foi designado o Senador **FLÁVIO TORRES** em substituição a Senadora **PATRÍCIA SABOYA**, para integrar, como titular, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Ao ensejo renovo a Vossa Excelência protesto de elevada estima e consideração.


Senador **OSMAR DIAS**
Líder do PDT

Ofício nº 59/09 –LPDT

Brasília, 4 agosto de 2009.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que foi designado o Senador **FLÁVIO TORRES** em substituição a Senadora **PATRÍCIA SABOYA**, para integrar, como titular, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Ao ensejo renovo a Vossa Excelência protesto de elevada estima e consideração.


Senador **OSMAR DIAS**
Líder do PDT

Ofício nº 60/09 –LPDT

Brasília, 4 agosto de 2009.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que foi designado o Senador **FLÁVIO TORRES** em substituição a Senadora **PATRÍCIA SABOYA**, para integrar, como suplente, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ao ensejo renovo a Vossa Excelência protesto de elevada estima e consideração.



Senador **OSMAR DIAS**
Líder do PDT

Ofício nº 62/09 –LPDT

Brasília, 4 agosto de 2009.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que foi designado o Senador **FLÁVIO TORRES** em substituição a Senadora **PATRÍCIA SABOYA**, para integrar, como titular, a Comissão de Reforma do Código de Processo Penal.

Ao ensejo renovo a Vossa Excelência protesto de elevada estima e consideração.



Senador **OSMAR DIAS**
Líder do PDT

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Antes de conceder a palavra pela ordem, quero comunicar que, com a ausência da 4ª Secretária, Senadora Patrícia Saboya, convocamos o primeiro suplente, César Borges, a exercer a função na Mesa Diretora.

Pela ordem, Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, quero dizer a V. Exª que, quanto mais o conheço, admiro-o mais. Hoje, V. Exª, mesmo rouco, visivelmente rouco, falando com muita dificuldade, foi o primeiro a chegar, como sempre, tomando a posição que o Regimento da Casa lhe permite, como Secretário da Mesa. Mesmo tendo muita dificuldade na voz, está aí, como Presidente interino, dando conta dos seus deveres, das suas obrigações. Mais uma vez, quero dizer da minha admiração por V. Exª. E tenho certeza absoluta de que a minha admiração é a admiração do povo do Piauí, de quem V. Exª fala com tanto amor nesta Casa.

Mas, Presidente, quero aqui, nesta questão de ordem – aliás, não é nem questão de ordem, é pela ordem –, dizer da minha preocupação com o que está acontecendo no meu Estado. Estou encaminhando – e vou ler – um ofício ao Ministro Tarso Genro, pedindo-lhe clemência, para que possa conter as ações dos piratas. Presidente, piratas!

Já falei, várias vezes, em ladrões, assassinos e bandidos que estão tomando conta, Senador Gilvam Borges, do meu Estado. Hoje, há um nome diferente: “piratas”. Agora, é por água, nos rios do Marajó e onde existem rios no Estado do Pará.

Em São Caetano de Odivelas, uma cidade pacata, turística, onde vários pescadores praticam a pesca esportiva, eles não podem mais fazê-lo, porque estão lá os piratas. Na Ilha do Marajó, 60 embarcações – vou repetir, Brasil: 60 embarcações – são assaltadas por mês. Sessenta, Presidente!

Aqui faço um apelo. Vou mostrar na tribuna todas as reportagens da imprensa, dos jornais do Estado do Pará, retratando a calamidade em que se encontra hoje o meu Estado em matéria de segurança.

Reclamei, por várias vezes, nesta tribuna, pedi, por várias vezes, nesta tribuna, clemência em relação aos grandes centros do Estado do Pará, seja a capital, seja outras grandes cidades.

Hoje faço um apelo ao Ministro Tarso Genro com relação a uma nova modalidade de assalto que foi criada no meu Estado: a dos piratas. Digo, pedindo ao Ministro, Presidente:

“Confiantes na competência e na constante vigilância desse Ministério da Justiça, na função de defensor dos interesses públicos e, impulsionados pelas constantes [...]”

São notícias vinculadas pela imprensa local, pela imprensa do Estado do Pará, dando conta de que a população do arquipélago do Marajó vive momentos de total desespero em face das constantes ações de piratas e ladrões que atuam na região, onde, em média, sessenta embarcações e fazendas são roubadas mensalmente, gerando-se, logicamente, prejuízos incalculáveis à economia local, às pessoas e à própria vida dos moradores.

Solicito, então, a V. Exª, “a adoção de medidas urgentes em socorro do Estado do Pará, visando à reversão do atual quadro de criminalidade jamais visto” em toda a história do Estado do Pará. “Certos da acolhida do pleito, antecipamos agradecimentos e renovamos protestos de estima e consideração.”

Vou à tribuna amanhã, para fazer referência a esses fatos, mas já estou adiantando, pedindo ao Ministro providências, já que a nossa Governadora, infelizmente, vira as costas para esse fato.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Exª será atendido na forma da lei.

Convidamos o Senador Osmar Dias, como Líder do PDT. E, com muita honra, recebemos na Casa o líder do Piauí Deputado Federal Ciro Nogueira.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, três assuntos quero abordar da tribuna, na tarde de hoje. Primeiro, dou as boas-vindas ao Senador Flávio Torres, que substitui aqui, como suplente, a nossa Senadora Patrícia Saboya. E sei que fará desse tempo do seu mandato um período de lealdade às causas do PDT e, sobretudo, de contribuição, para que este Senado possa, com a ajuda de S. Exª e de tantos outros que desejam isso, sair deste momento de dificuldades que enfrenta, para partirmos para um momento de votação de leis importantes para o País, de debates que signifiquem, realmente, benefícios para a população brasileira, porque o que o Senado faz hoje, creio, não está orgulhando nenhum cidadão brasileiro. Ele está, na verdade, deixando toda a sociedade brasileira perplexa com aquilo que tem ocorrido aqui, nesses meses que se arrastam. E aproveito, para rapidamente abordar esse assunto e dizer que o que espero, assim como todo cidadão brasileiro, é que tudo seja esclarecido e que possamos trabalhar com tranquilidade nesta Casa, porque a tranquilidade aqui não existe nesses dias.

Mas quero desejar ao Senador Flávio Torres todo o sucesso nesse período que vai conviver conosco. E hoje já faremos uma reunião de bancada, para que o Senador Flávio Torres possa conhecer a posição do PDT em relação a esses assuntos que estão hoje tomando conta das manchetes nacionais.

Segundo assunto, falo novamente da Senadora Patrícia, que se licenciou, mas deixou uma obra de altíssimo significado. A Senadora Patrícia teve um projeto de lei, ou uma lei de sua autoria, sancionada pelo Presidente Lula na tarde de ontem, a nova Lei Nacional de Adoção, que amplia direitos para crianças. A Senadora Patrícia se notabilizou aqui no Senado Federal, no tempo em que esteve – e voltará a fazê-lo – como defensora dos direitos das crianças e dos jovens. Desempenhou aqui um mandato repleto de realizações, como essa lei que o Presidente Lula ontem sancionou.

Quero, portanto, como Líder do PDT, em nome do nosso Partido, cumprimentar a Senadora Patrícia Saboya, por ter uma lei de tamanha importância sancionada pelo Presidente Lula ontem. Portanto, está em vigor no País a nova Lei Nacional de Adoção, que vai, como disse, ampliar, e muito, o direito das crianças, dando mais segurança, inclusive, às crianças que são adotadas.

Então, Senadora Patrícia, aqui do Senado Federal, falando em nome do PDT, quero saudá-la. Realmente, essa é uma lei que vai marcar a história da passagem da Senadora Patrícia Saboya aqui no Senado Federal. Recebemos muito bem o Senador Flávio Torres, mas queremos logo a Senadora Patrícia de volta aqui.

Desejo sucesso a V. Ex^a, Senador Flávio Torres.

Senador Mão Santa, V. Ex^a está bastante rouco, afônico, na tarde de hoje, por isso mesmo não me vai chamar a atenção, porque vou querer mais três minutos somente, para falar do terceiro assunto. Só a campanha é que pode chamar-me a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI.) – Tem dez.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O tempo e a nota para V. Ex^a.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Quero dizer a V. Ex^a e à população brasileira que está para ser colocada na pauta – aliás, já estava na pauta, antes de sairmos para o recesso. E gostaria de fazer um pedido à Mesa do Senado: a PEC nº 50 estava na pauta e saiu. Entendo, porque a pauta foi agora bastante limitada, mas a matéria é de extrema importância para os Municípios brasileiros.

Senador João Durval, V. Ex^a. que já foi Prefeito, Governador do Estado sabe o quanto é importante o Fundo de Participação dos Municípios. Há quinze anos, aproximadamente, os Municípios recebiam, Senador Mão Santa, 20% de toda a receita que a União arrecadava, 20%. Hoje não passa de 15%; 15% para 20%, 5% a perda dos Municípios.

Agora, ao contrário disso, os Municípios foram recebendo mais tarefas, mais atribuições, mais competências e não tiveram o devido acompanhamento das suas receitas, ou seja, receita caindo e tarefas crescendo. Aos Municípios ficou, praticamente, a tarefa de fazer o transporte escolar. Quando a gente liga a televisão e vê que, em muitos Estados brasileiros, Municípios são obrigados a fazer o transporte, inclusive das escolas estaduais, a gente vai verificar por que falta dinheiro para um prefeito realizar as suas obras e o seu programa de ação. Porque os Estados, que também tiveram suas receitas limitadas, eles não cumprem aquilo que é o essencial, ou seja, repassar para os Municípios os recursos para que eles realizem transporte escolar. Se pegarmos todos os Estados brasileiros, vamos verificar que, dos 27, contando o Distrito Federal, nós não temos quatro cumprindo a Emenda Constitucional, ou a Constituição que obriga a colocar 12% do orçamento da receita líquida para atender à saúde.

É que, Senador Mário Couto – a quem darei um aparte daqui a pouco –, temos uma questão fundamental que é a seguinte: os Governadores colocam lá dentro dos 12% verba de saneamento, que não deve ser contada para a saúde; colocam dentro dos 12% verba de aposentados do serviço público, que não deve ser contada para efeito do cálculo dos 12%.

Então fica para o Município também essa tarefa de colocar dinheiro no posto de saúde, comprar remédios, atender à população com o programa Saúde da Família, colocar médicos, dentistas, sociólogos nessas equipes. E isso vai acrescentando cada vez mais despesas para as prefeituras que não conseguem dessa forma realizar o seu projeto de ação.

De outro lado, a gente vê que o problema de insegurança ou da falta de segurança cresce em todos os Estados, em todos os Municípios.

O Senador Mário Couto falava ali do Estado do Pará, mas lá no Estado do Paraná nós estamos assistindo a propriedades rurais sendo assaltadas; pai e mãe que não deixam mais o seu filho adolescente ir para a cidade de medo, de medo de ele não voltar para a casa; e o adolescente não sai de casa de medo de deixar o pai e a mãe sozinhos em casa.

Existe hoje uma intranquilidade: a falta de segurança pública. E muitas vezes os Municípios são obrigados a pagar o aluguel do policial militar que fica na

cidade. Muitas vezes não existe nem o policial militar, mas, quando há, o prefeito da cidade, o Município é obrigado, com o seu orçamento, a pagar a viatura, a gasolina, o aluguel para esse policial. E tudo isso, Senador Mário Couto, vai tirando dos Municípios uma grande parte dos recursos que poderiam ser investidos naquilo que é a tarefa verdadeira do Município: oferecer saúde para a população, um serviço de saúde pública decente, adequado; atender com dignidade a população. A educação em tempo integral, que eu prego aqui desde quando cheguei, porque se não tivesse o Município que colocar todo o dinheiro para atender as tarefas do Estado, ele poderia atender a educação em tempo integral. E oferecer essa oportunidade para os jovens. Só que não é assim.

E o que nós temos, então? Nós temos os Municípios, hoje, enfraquecidos sob o ponto de vista da capacidade de investimento.

Os Prefeitos do Paraná fizeram uma grande manifestação nos últimos dias. A Marcha a Brasília não adiantou. Não adiantou por que, eu até disse para os Prefeitos lá do Paraná, a Marcha a Brasília serve muito mais como um gesto político, que acaba sem resultado prático nenhum. Mas vale.

Pegar, por exemplo, a PEC 50, que agora eu quero falar dela, que é de minha autoria e que deveria estar na pauta. E eu estou solicitando aqui, Senador Mão Santa, V. Ex^a. que preside esta sessão, que determine, que oriente a Secretaria da Mesa para que coloque, efetivamente, na pauta a PEC nº 50.

Porque ela diz o seguinte: todos nós sabemos que o Fundo de Participação dos Municípios é composto por 23,5% de tudo que o Governo arrecada com IPI e com Imposto de Renda. Eu estou propondo, não 23,5%, mas, 10% das contribuições.

Sabe por que, Senador João Durval? Porque o Governo Federal dá isenção, dá incentivo com IPI e tira dos Municípios. Com o Imposto de Renda, tira dos Municípios. Com outros impostos, tira dos Municípios. E aumenta as contribuições que ele não reparte nada praticamente com os Municípios.

Então, é uma questão de justiça colocarmos na Constituição que 10% das receitas conquistadas com contribuições, porque elas são feitas no Município, devem também fazer parte do FPM, assim como 10% devem fazer parte para compor o FPE, que é o Fundo de Participação dos Estados. Sabe quanto daria isso, este ano que passou? Cerca de R\$200 bilhões foram arrecadados com as contribuições, daria R\$20 bilhões; acabaria de vez com essa política do pires na mão de que prefeitos têm que vir a Brasília pedir pelo amor de Deus ao Governo para serem atendidos, muitas vezes com uma merreca que não vai resolver o problema do

Município, e esse problema continua permanentemente, constantemente.

Então, estou aqui a pedir: primeiro, pauta para a PEC 50; segundo, os Senadores, os líderes, aqueles que não são líderes mas defendem aqui o municipalismo, vamos votar favoravelmente a essa PEC e o Governo Federal vai ter que se adequar a essa nova realidade, porque não dá para deixar os Municípios fechando as portas com Prefeitos sem condições de tocar sequer os programas mais básicos dos seus Municípios.

Senador Mário Couto, deseja um aparte?

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Desejo, sim, Senador, se for possível.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pois não.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Primeiro, quero também dizer a V. Ex^a. que fico feliz com a vinda para esta Casa do novo Senador fazendo parte do Partido de V. Ex^a., Flávio Torres. Seja bem-vindo e saiba do carinho que teremos por V. Ex^a. Quero parabenizar V. Ex^a. Como sempre a sua postura brilhante na tribuna desta Casa todas as vezes que sobe para fazer o seu pronunciamento. A preocupação com os Prefeitos do interior que V. Ex^a. acaba de colocar com muita singularidade, num raciocínio ímpar, V. Ex^a. mostra a preocupação que é sua, que é minha e tenho certeza de que de outros parlamentares com o estado em que vivem os Municípios do nosso Brasil, cada vez mais achatados e cada vez mais com o dever de fazer aquilo que não lhes compete, como é o caso do transporte escolar, que V. Ex^a. falou. Nós tivemos aqui a palavra do Líder do Governo de que iria – disse a mim e ao Senador Flexa Ribeiro, inclusive fizemos um acordo com ele a esse respeito – resolver esse problema, para que as prefeituras não arcassem com isso. E a soma é muito alta. A soma é muito alta! Estão pagando o transporte escolar para que as crianças não fiquem prejudicadas, quando a obrigação maior é do Governo Federal, que repassa ao Governo Estadual para repassar às prefeituras, e isso não está sendo repassado na sua totalidade. Há prefeituras aí que estão a receber do Governo Federal milhões e milhões de reais. Eu cito, por exemplo, o Município de Acará, no Estado do Pará, que já investiu mais de R\$1 milhão no transporte escolar, para que os alunos não sejam prejudicados, e o Governo ainda coloca aí que quer criança na escola. Tem que ajudar! Tem que ajudar! Tem que exercer aquilo que a Constituição manda, que é leal, que é real, que é constitucional, que é obrigatório, mas não se faz. V. Ex^a. citou este exemplo, citou o exemplo da segurança; tudo é delegado às prefeituras que têm que fazer. Se não fizer é mau prefeito. Se não fizer, se queima. Então, eles fazem aquilo ali por obrigação,

mas sabem que o seu Orçamento não responde às obrigações que não são suas. Belo alerta na tarde de hoje! Belo alerta! Parabéns. V. Ex^a, mais uma vez, mostra a sua preocupação e a sua experiência política – já tem a experiência, pode falar com cátedra de tudo isso –, porque a experiência, a prática com que V. Ex^a exerceu as suas funções permitem que V. Ex^a faça esse tipo de análise brilhante à população brasileira. Meus parabéns.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Senador Mário Couto, eu quero agradecer as palavras generosas de V. Ex^a e dizer que sei, tenho certeza de que vou contar com o apoio de V. Ex^a para a aprovação desta PEC. Então, nós já somos dois; mais 47, nós aprovamos a PEC aqui. Eu tenho certeza de que teremos 49 Senadores defendendo os Municípios brasileiros, porque, sem isso, não adianta programas de governo, porque eles não darão certo enquanto nós não fortalecermos as finanças dos Municípios brasileiros.

Presidente, muito obrigado pela tolerância.

Era o que eu tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Osmar Dias, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Adelmir Santana, suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. DEM – DF) – Senador Osmar Dias, agradeço a V. Ex^a.

O próximo orador inscrito é o Senador Valter Pereira, a quem concedo a palavra.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não é novidade para ninguém que a saúde pública do nosso País vem claudicando há muito tempo. É bem verdade que o comando dessa área tão nevrálgica vem sendo exercido por um dos mais abalizados auxiliares do Presidente Lula. Refiro-me ao ilustre Ministro José Gomes Temporão, um sanitarista de notável conceito científico e reconhecido espírito público. A despeito dos virtuosos atributos que enriquecem a sua conduta, os problemas da saúde pública seguem desafiando governos que entram e governos que saem.

Por um dever de justiça, é preciso reconhecer que o Governo, neste caso, não é representado apenas pela autoridade sanitária federal. Estados e Municípios têm responsabilidade solidária na gestão dessa importante área social. De sorte que os defeitos na política de prevenção e na profilaxia das doenças podem estar no Ministério ou serem causados na execução, lá no Estado ou no Município mais distante.

Na última vez em que me reporte à saúde pública, fiz um comentário sobre um episódio que se

afigurava triste e bizarro ao mesmo tempo: o de uma mulher que, pressentindo o parto iminente, procurou um hospital no Rio de Janeiro e que, diante do médico, em vez de ser atendida, foi despachada pelo próprio profissional para outra instituição. Em vez de ambulância, deram-lhe apenas o endereço de outro hospital, escrito pelas mãos do próprio médico, do médico que fazia o atendimento naquele momento. O sonho do filho esperado gerou imagens de um pai inconformado, desesperado, porque a criança, que ele aguardava com tanta expectativa, perdera a vida. Nas imagens que a televisão exibiu para todo o Brasil à época, ainda enxergo aquele pai manuseando as roupinhas empilhadas e os brinquedos que aguardavam a chegada daquela criança tão esperada pelo pai, pelos avós, pela mãe, enfim, por toda a família.

Nesse drama que, infelizmente, não é raro em nosso País, evidenciou-se, é claro, a falta de leitos. No entanto, o que mais faltou foi a capacidade de iniciativa; o que mais faltou naquele instante foi a falta de compromisso social, a falta de atitude do profissional médico. Afinal, uma vez iniciados os sintomas, o trabalho de parto se torna inevitável.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. DEM – DF) – Senador Valter Pereira, V. Ex^a me permite interromper o pronunciamento de V. Ex^a?

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Honra-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. DEM – DF) – Quero comunicar à Casa que se encontra aqui entre nós, na companhia do Senador Gerson Camata, participando do 6º Congresso Nacional de Profissionais Liberais, tomando posse, o Dr. Francisco Feijó, que é o Presidente dessa Confederação, acompanhado do Monsieur Henry Salmon, Presidente de Honra da União Mundial dos Profissionais Liberais. Damos-lhes as boas-vindas a esta Casa e os parabenizamos pela posse do Dr. Francisco Feijó, com a sua permissão. Muito obrigado.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Muito obrigado. Quero associar-me às felicitações que V. Ex^a faz. E certamente o fez em nome de todos os colegas presentes e os que estão na Casa.

Sr. Presidente, como eu lembrava anteriormente, o trabalho de parto é um trabalho identificado facilmente por qualquer profissional médico e até mesmo por leigos, por aquelas que já foram mães. Portanto, qualquer profissional de saúde está cansado de identificá-lo e não tem dúvida quando isso ocorre. Por conseguinte, o que faltou naquele momento foram os atributos profissionais, aqueles atributos a que me referi anteriormente: são qualidades que, se não vêm de berço, nem são captadas na universidade, podem

e precisam ser aprendidas no trabalho, na instituição onde o profissional presta seus serviços.

O serviço público exige aperfeiçoamento constante, e isso começa na capacitação de seu pessoal. Aliás, o treinamento de recursos humanos deveria ser uma das mais corriqueiras rotinas do poder público, especialmente em setores essenciais, como a saúde. Afinal, recorre a tais serviços quem é acometido pela dor, quem é premido pelo sofrimento e pela necessidade. E aí sobressai a deficiência do Município e do Estado, especialmente no atendimento que se dá na unidade de saúde, no hospital diretamente subordinada a essas esferas do poder.

A Constituição de 1988, Sr. Presidente, consagrou a universalização do atendimento à saúde como um direito da sociedade. Como princípio, a norma é irretocável. Todavia, o preceito constitucional depende...

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. DEM – DF) – Senador Valter Pereira, peço mais um vez licença a V. Ex^a para pedir à Polícia do Senado que evite esse tipo de manifestação, que não é regimental. É proibido pelo Regimento do Senado este tipo de manifestação. *(Pausa.)*

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Eu lembrava, Sr. Presidente, que esse preceito constitucional prescinde, ou melhor, depende...

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. DEM – DF) – Mas que se faça isso sem violência, sem violência, sem violência!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, de fato, pelo Regimento, esse tipo de manifestação é proibido, mas a violência também é proibida. Então, cuide V. Ex^a das duas coisas, que as duas são essenciais. Não pode haver a menor eiva de violência nessa ação.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. DEM – DF) – Está suspensa a sessão por um minuto, enquanto se resolve essa situação.

(Suspensa às 15 horas e 51 minutos, a sessão é reaberta às 15 horas e 53 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. DEM – DF) – É lamentável esse tipo de incidente.

Desculpe, Senador Valter Pereira, mas a sessão está suspensa até que se resolva esta situação. *(Pausa.)*

Por favor, sem violência! *(Pausa.)*

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, estava falando sobre a universalização...

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. DEM – DF) – Senador, vou-lhe conceder mais cinco minutos.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Muito obrigado. Sr. Presidente, estava falando sobre a universalização da saúde em nosso País. Estava falando de um preceito constitucional que depende ainda de definições mais objetivas quanto às responsabilidades de cada esfera do Poder e de recursos necessários para promovê-la. São demandas que esta Casa já procurou responder ao aprovar a Emenda nº 29, que aguarda definição da Câmara dos Deputados. Enquanto se aguarda essa decisão, obstáculos difíceis de serem transpostos continuarão desafiando os operadores da saúde pública.

Um dos mais graves é o atendimento hospitalar. É um serviço que bate de frente com os Municípios de pequeno porte e baixa musculatura financeira. Bem ou mal, a maioria deles está conseguindo garantir suas redes de atenção básica e o fazem porque tem contado com o indispensável auxílio do Governo Federal, agora reforçados com o Programa Saúde da Família.

Todavia, Sr. Presidente, poucos Municípios de pequena ou média densidade demográfica conseguem garantir atendimento hospitalar. Além dos investimentos, que são extremamente altos, o custeio de um hospital é insuportável para todos eles. Daí a necessidade que têm de recorrer a serviços hospitalares que geralmente estão nas capitais e nos grandes Municípios do nosso País.

É para esse fato que espero chamar a atenção do eminente Ministro da Saúde, José Gomes Temporão. Há informações de que o Fórum de Secretários de Saúde estaria postulando restrições aos Municípios que procuram esses serviços. Dizem que Municípios carentes ficariam impedidos de contratar diretamente tais serviços hospitalares. Teriam de fazê-lo por intermédio da prefeitura dessas grandes cidades.

Não tenho dúvida de que a pretensão é esdrúxula e descabida. Preliminarmente, porque estabeleceria uma dependência de um Município sobre o outro, em prejuízo da autonomia de um deles. Por outro lado, acarretaria mais obstáculos burocráticos e maior morosidade. Ademais, existem questões políticas que se pronunciam de forma vigorosa entre os próprios Municípios. Isso tudo sem falar em questões legais, como responsabilidade civil, penal e criminal, que poderiam tumultuar ainda mais as relações das partes, em prejuízo do atendimento ao paciente.

No caso específico de Mato Grosso do Sul, os prejuízos seriam incomensuráveis. É que apenas um pequeno número de Municípios do meu Estado possui hospitais e, na maioria dos que os têm, são extremamente reduzidas as especialidades. Por conseguinte, significativa parte deles socorre-se de Campo Grande, que oferece a maior rede hospitalar e o maior contin-

gente de especialistas. São Municípios que perderiam o direito de escolher o atendimento mais compatível com as suas comunidades.

Campo Grande já não dá conta de enfrentar as enormes dificuldades da saúde de sua própria população! É um contraste deplorável e até surrealista que a Santa Casa da minha capital, hoje sob controle da municipalidade, não consegue superar. Imaginem os senhores as repercussões que acarretariam aos demais Municípios submetê-los a essa mesma vala de atendimento! Seria uma decisão fatalmente danosa. Ou perderia a população de Campo Grande, ou seriam prejudicados os pacientes do interior e ninguém ganharia com isso.

No momento em que se prega a necessidade de destravar, de racionalizar, a centralização proposta invade a contramão da razão e do bom senso. Por todas essas razões, o Ministério da Saúde precisa repelir a sugestão porque, efetivamente, não é uma boa ideia.

Era esse o pronunciamento que reservamos para esta tarde.

Queremos agradecer a tolerância de V. Ex^a, que teve o equilíbrio necessário para conduzir esta sessão, a despeito do lamentável incidente que hoje foi exibido nesta Casa, e que talvez seja justificado pela presença de uma infinidade de holofotes em nossas galerias, que exerce um fascínio espetacular sobre pessoas, não só aquelas que integram esta Casa, esta corporação, mas até ilustres visitantes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Valter Pereira, o Sr. Adelmir Santana, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Marconi Perillo, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Indago às lideranças se há acordo para iniciarmos a discussão e a votação de matérias. *(Pausa.)*

O Líder do PSDB informa não haver acordo. *(Pausa.)*

Indago se há acordo para votação de matérias. *(Pausa.)*

O DEM informa também não haver acordo. PSDB e DEM.

Senador Aloizio Mercadante...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Não há acordo, Sr. Presidente. Falo aqui em nome do DEM.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Esta Presidência, não havendo acordo de lideranças, declara encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2003

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (trata da ordem social)*.

Parecer sob nº 187, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação para o segundo turno.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 2008

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que *altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal*.

Parecer favorável, sob nº 727, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que *acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior*.

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

4

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 42, DE 2008**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior), que *altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227 (dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude)*.

Parecer sob nº 297, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 28, DE 2009**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2009 (nº 413/2005, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Antonio Carlos Biscaia), que *dá nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de um ano ou de comprovada separação de fato por mais de dois anos*.

Parecer favorável, sob nº 863, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2006 (nº 4.681/2004, na Casa de origem, do Deputado Fernando Coruja), que *altera o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 -Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, para adequá-lo à Constituição Federal em vigor (dispõe sobre a vigência das leis estaduais, a homologação das sentenças estrangeiras declaratórias do estado das pessoas e o divórcio realizado no estrangeiro)*.

Parecer favorável, sob nº 698, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Renato Casagrande.

7

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 283, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 283, de 2008 (nº 348/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto consolidado da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios, adotada pela Organização Marítima Internacional, em Londres, em 2 de novembro de 1973, e o seu Protocolo de 1978, com as Emendas adotadas em 4 de dezembro de 2003 a 1º de abril de 2004*.

Parecer favorável, sob nº 1.152, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Augusto Botelho.

8

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 319, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 319, de 2009 (nº 2.528/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para Evitar Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal com Relação ao Imposto sobre a Renda, celebrado em Lima, em 17 de fevereiro de 2006*.

Parecer favorável, sob nº 1.153, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares.

9

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 388, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 388, de 2009 (nº 2.144/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela no Campo da Cooperação Científica*.

ca e Tecnológica, celebrado em Caracas, em 14 de fevereiro de 2005.

Parecer favorável, sob nº 1.154, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Renato Casagrande.

10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 393, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 393, de 2009 (nº 661/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Protocolo de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no Domínio da Defesa, assinado em Praia, em 15 de setembro de 2006.*

Parecer favorável, sob nº 1.155, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Fernando Collor.

11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 395, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 395, de 2009 (nº 737/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Ruanda, assinado em Nova Iorque, em 26 de setembro de 2007.*

Parecer favorável, sob nº 1.156, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 - COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pro-

nunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

13

REQUERIMENTO Nº 924, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 924, de 2009, do Senador Expedito Júnior, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (Seguro-desemprego).*

14

REQUERIMENTO Nº 925, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 925, de 2009, do Senador Expedito Júnior, *solicitando a dispensa de parecer da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre os Projetos de Lei do Senado nºs 305, 443 e 568, de 2007, que se encontram tramitando em conjunto (reduz a zero a contribuição do PIS/PASEP para seguridade social).*

15

REQUERIMENTO Nº 926, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 926, de 2009, do Senador Expedito Júnior, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 321, de 2004, com o Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2009, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 30 e 306, de 2003, por regularem a mesma matéria (proteção, tratamento e uso de dados pessoais).*

16

REQUERIMENTO Nº 927, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 927, de 2009, do Senador Expedito Júnior, *solicitando a dispensa de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 10, de 2008 (repassa de recursos da União para agentes comunitários de saúde).*

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Volta-se à lista de oradores.

O Senador Antonio Carlos Valadares tem a palavra como orador inscrito.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, como orador inscrito, posso fazer uma permuta com o Senador Casagrande? O Senador Casagrande vai se inscrever como orador e falará por permuta comigo, de acordo com o Regimento. Falarei posteriormente, pela Liderança do PSB. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Renato Casagrande, por permuta com o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, senhoras e senhores, concedo já um aparte ao Senador Agripino, se assim desejar. (*Pausa.*)

Agradeço ao Senador Valadares, que me concedeu a oportunidade de falar nesta tarde.

Sr. Presidente, ontem, fiz um aparte ao Senador Pedro Simon, depois daquele embate que houve aqui, com Pedro Simon na tribuna e com alguns Parlamentares apartando e questionando, debatendo a crise. No aparte que fiz ao Senador Pedro Simon, eu disse que o problema é que não tínhamos clareza de uma saída para essa crise que estamos vivendo hoje no Senado. Eu achava e acho natural que haja aqui parlamentares com posição de defesa do Presidente Sarney e parlamentares com posição de afastamento do Presidente Sarney, como é o meu caso e o de diversos outros parlamentares.

Começamos um processo já contaminado, uma vez que o Conselho de Ética foi composto, foi formado durante a crise, com representações batendo à sua porta. Se o Conselho de Ética tivesse sido composto no início do ano legislativo, do período legislativo, não teríamos esse problema de hoje, porque o Conselho teria sido formado num ambiente ainda não contaminado. Mas o Conselho foi formado agora, e, então, já existe essa dificuldade, essa mácula sobre o Conselho de Ética, que acaba manchando sua credibilidade, atingindo sua credibilidade. Quem vai para o Conselho de Ética ou já é a favor ou já é contra a pessoa que está sendo representada. Então, essa é uma dificuldade que se enfrenta, para que a gente se comunique com a sociedade brasileira.

Mas o que piorou, o que piora e o que pode piorar, de fato, a situação é aquele tipo de debate que houve aqui, ontem. Aquele tipo de debate que beira a ameaça não é apropriado para o plenário do Senado, mas também precisamos buscar uma saída. Compreendendo que cada um pode ter a posição que desejar, temos de buscar uma saída para a situação, para a crise que estamos vivenciando, porque, hoje, diversas pessoas importantes da opinião publicada do Brasil estão questionando a função do Senado.

Eu disse ontem também que o Senado para o meu Estado, o Espírito Santo, é uma instituição importantíssima. Primeiro, o Senado promove o equilíbrio federativo. Estado de população menor depende muito do Senado para fazer o debate e a defesa dos seus interesses. O Senado é uma Casa revisora, que faz com que possamos aqui ajustar e aperfeiçoar, no processo de debate, os projetos que vêm da Câmara dos Deputados. Nossa Casa é hoje uma Casa protagonista, iniciadora de diversas matérias. Hoje, temos a visão da importância do Senado. Mas vamos perdendo argumento no decorrer desse debate, se não respondemos à crise e se entramos, efetivamente, num bate-boca. É lógico que ninguém para um bate-boca, se houver qualquer tipo de ameaça, qualquer tipo de chantagem, porque ninguém vai deixar de reagir com relação a esse tipo de comportamento.

Qual é a saída que temos? Senador Sérgio Guerra, Senador Agripino e outros – hoje, participamos de uma conversa –, qual é a saída? Primeiramente, amanhã, haverá reunião do Conselho de Ética. Mesmo que se peça a renúncia do Presidente Sarney, quem decide se S. Ex^a vai licenciar-se ou renunciar é S. Ex^a mesmo. Essa é uma decisão dele, pessoal, unilateral. Podemos até pedir isso. Alguns já vieram à tribuna e já pediram isso, mas o caso é que temos de resolver a crise dentro das regras da instituição. E, quando alguém apresenta representação, no caso de denúncia a um Partido ou a um Parlamentar específico, há uma resolução que regulamenta o funcionamento do Conselho de Ética. O que tem de acontecer, neste momento, é o respeito à Resolução nº 20. Sr. Presidente do Senado, que hoje está conduzindo esta sessão, Senador Marconi Perillo, o respeito à Resolução nº 20 é fundamental para que possamos encontrar uma saída.

Assistimos, hoje, a uma série de notícias, antecipando a posição do Presidente do Conselho de Ética, que, na verdade, são suposições. Pode ser que o sinal de ontem leve a esse entendimento, mas não vamos ainda prejudicar ninguém, porque, caso aconteça um arquivamento de todas as representações, de fato, seria um sinal muito ruim para nós internamente.

Há três opções de arquivamento de processo, de acordo com a Resolução nº 20: se faltar legitimidade do seu autor – no caso, não falta, porque é o Partido ou o Parlamentar; se a representação não identificar o Senador e os fatos que lhe são imputados, o que também não é o caso; se os fatos relatados forem referentes a período anterior ao mandato – não é o caso, porque o Presidente Sarney tem um longo período de mandato –; ou se forem manifestamente improcedentes as representações.

O que esperamos? O que eu, pessoalmente, espero é que o Presidente do Conselho de Ética faça uma análise criteriosa de cada representação, de cada denúncia. Pode ser que haja alguma representação improcedente? Pode ser que alguma seja improcedente; não estou dizendo que não haja representação improcedente. Pode ser que alguma mereça ir para arquivo? Pode ser. Mas, em todas, não há condição de irem para arquivo.

Então, respeitado o procedimento legal da Resolução nº 20, se houver o respeito, o Presidente Sarney não será afastado automaticamente em nenhum momento. A Resolução não diz isso. Como acontece? Acatada a denúncia, há o processo de defesa do Presidente Sarney por dez dias; depois, nomeia-se um Relator, que tem quinze dias para relatar o fato; isso vai de novo ao Conselho de Ética e, se o relatório indicar indícios, vai ser votado. Se a votação for pela aprovação do relatório que indica indícios, essa representação vai ser acatada no Conselho de Ética. O Conselho de Ética decide se afasta ou não o Presidente da Casa, no caso, ou o Senador que tiver sido denunciado. É decisão do Conselho. Em nenhuma hora, haverá uma decisão automática de afastamento. O Presidente Sarney terá preservada toda a sua capacidade de defesa na tramitação do processo no Conselho de Ética.

Então, acho que a saída que temos é o respeito à Resolução nº 20, porque, se as regras do jogo estiverem de acordo com a Resolução nº 20, chegaremos à conclusão: o plenário da Casa ou o Conselho de Ética poderá absolver ou responsabilizar o Presidente Sarney. Esse é um processo que vamos enfrentar. A reunião do Conselho, amanhã, merecerá esse acompanhamento, para que possamos ter credibilidade nos procedimentos internos.

Senador Sérgio Guerra, concedo-lhe um aparte.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Senador Renato Casagrande, quero, primeiro, solidarizar-me com sua palavra, que tem equilíbrio, firmeza e ponderação, indispensáveis ao trabalho legislativo. Segundo, quero afirmar que o que se deseja é o que deve ser

feito para dar cumprimento às normas, ao Regimento, e para garantir o funcionamento do Senado. A discussão em torno de denúncias feitas contra o Presidente do Senado implica necessariamente o exame dessas denúncias. Meu Partido, o PSDB, entendeu isso e entende também que esse exame deve ser feito sem prejulgamentos e sem tropas de choque. E aí quero retomar uma palavra que hoje ouvi do Senador Tião Viana. Conselhos de Ética não deveriam refletir majorias ou minorias eventuais, deveriam refletir a competência do Senado, no plural, para examinar, no mérito, denúncias que são feitas contra seus membros, os membros do Senado. E que esse exame se fizesse com a qualidade, com a responsabilidade e com o respeito devidos. Na hora em que conselhos se confundem com tropas de choque, com majorias ou minorias eventuais, com improvisações de presidente, esses conselhos começam extremamente defeituosos. Mas é preferível um conselho defeituoso funcionando a um Conselho de Ética não instalado, como era antes, ou a um Conselho de Ética para não funcionar, como poderá ser amanhã, na hipótese de todas as representações feitas serem simplesmente consideradas inadequadas. Não há duas soluções. Se ficarmos aqui a nos digladiar, com confrontos emocionais, com gente que tem coragem demais e com gente que tem coragem de menos – sou daqueles que está incorporado no contingente dos que têm coragem de menos –, não vamos a lugar algum. Não vai ser apenas o naufrágio do Presidente do Senado, vai ser o naufrágio do Senado inteiro, da instituição. Andei pelas ruas hoje, de manhã, e encontrei algumas pessoas. A apresentação de ontem, aqui, foi deplorável sob todos os aspectos. Até vou fazer um comentário, porque me permito fazê-lo e tenho autoridade para fazê-lo. O Senador Renan Calheiros foi, lá atrás, acusado e respondeu as acusações que lhe foram feitas. Está certo. Isso está absolutamente certo, absoluta e corretamente adequado. Mas foi a defesa do Senador Renan, a qualidade da defesa que foi feita em nome dele, mais do que o mérito das denúncias que foram feitas a ele, que produziu o resultado a que assistimos, que não foi bom para o Senador, nem foi bom para o Senado. Confronto, agressão, acusações, contradições, revanchismo, ameaça, dossiê, isso não é conversa de democrata, isso é conversa de bandido. Não vamos nessa. Vamos firmar o nosso ponto de vista com o maior respeito à instituição, aos seus membros e ao Presidente do Senado. Não vamos, de maneira alguma, aceitar provocação. Não vamos, de forma alguma, transformar isso numa briga pessoal entre Senadores, pretensamente política, quando, no conteúdo, não há o que se discutir. Havendo denún-

cias, essas denúncias ganharam enorme repercussão e precisam ser feitas, explicadas e justificadas, se for o caso, jamais silenciadas, muito menos na pressão ou na ameaça. Então, quero dizer que a palavra sua, com o equilíbrio do Senador Renato Casagrande e com o brilho e com a competência que todos reconhecemos, demonstrada nos seus já seis anos de mandato, qualifica o Senado, qualifica todos, inclusive os que estão sendo acusados.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Muito obrigado, Senador Sérgio Guerra. Penso que é isso que vamos encontrar...

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Senador Renato Casagrande, assim que V. Ex^a permitir, quero me pronunciar em aparte.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Darei aparte a V. Ex^a, Senador Almeida Lima, e ao Senador Wellington Salgado. Não sei se o Senador Arthur Virgílio está querendo pedir a palavra como Líder ou para fazer um aparte. (*Pausa.*) Então, concederei apartes ao Senador Almeida Lima e ao Senador Wellington Salgado.

Mas, antes de conceder o aparte ao Senador Almeida Lima, quero dizer que o caminho que temos, compreendendo as diferenças que existem em plenário, para que não possamos repetir a cena de ontem, é que, de fato, possamos respeitar a Resolução nº 20, que naturalmente, tem de ser respeitada. Os processos precisam tramitar no Conselho de Ética de acordo com os prazos e com os procedimentos da Resolução nº 20, para que possamos chegar ao fim desses procedimentos com todo o direito de os Senadores fazerem a investigação, de o Senador Sarney fazer sua defesa e de, finalmente, ou o Conselho de Ética ou o plenário desta Casa ter a decisão maior com relação ao destino de qualquer cidadão que esteja envolvido em qualquer tipo de denúncia.

Senador Almeida Lima, concedo-lhe o aparte.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Nobre Senador Renato Casagrande...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Advirto V. Ex^a, Senador Renato Casagrande, que V. Ex^a dispõe de quatro minutos, de maneira que os apartes têm de ser...

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – O Presidente José Sarney está me alertando: dentro do Regimento, tenho três minutos. Gostaria só que houvesse brevidade por parte dos dois Senadores, para que pudéssemos concluir no tempo adequado.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Com toda certeza, nobre Senador Renato Casagrande. Os fatos acontecidos no dia de ontem no Senado Federal eram

naturalmente previsíveis, pois esse foi o clima que se criou durante o recesso parlamentar. Quando o Senado estava de recesso, alguns Senadores preferiram ficar aqui, de plantão, exatamente para dar sustentação a todo tipo de especulação, com a repercussão da imprensa. Não raro o dia, eu recebia cinco, seis, sete, oito telefonemas de jornalistas. No último deles, no sábado, cheguei a rir, porque uma jornalista da **Folha de S. Paulo** pedia que eu fizesse uma análise da renúncia do Presidente José Sarney. E eu disse: “Vou lhe informar duas coisas: primeiro, desconheço esses fatos; segundo, vocês têm uma capacidade de invenção extremamente fértil”. E silencieei. O que vimos aqui foram Senadores de plantão no período de recesso, inclusive desejando convocar o Conselho de Ética. E eu ficava a indagar, recebendo telefonemas para a convocação do Conselho de Ética: “Será que a Amazônia está sendo invadida por alguma nação vizinha, e o Congresso Nacional precisa declarar guerra a algum estado invasor?”. Que precipitação! Que agonia! Agiram como se os fatos que estão aí não pudessem esperar o retorno legislativo para dar continuidade aos trabalhos. Só se fala em crise! O trabalhador, nobre Senador, chega a casa à noite, liga a televisão e só ouve falar em crise. Fica preocupado, porque não viu crise naquele dia. No dia seguinte, ele sai apreensivo às ruas, vê o País em plena continuidade do seu trabalho e fica a desacreditar exatamente nas instituições, entre elas, a própria imprensa. O que aconteceu ontem foi previsível, e aqueles que contribuíram com a imprensa, durante o período de recesso, para essa alimentação incessante, devem ter ficados satisfeitos, mas, hoje, receberam chacotas dessa mesma imprensa, porque as expressões dos analistas, que conhecemos muito bem, dos telejornais, diziam que o que houve aqui foi bate-boca. Foi isso que a imprensa provocou durante quinze dias e que foi incensado por Senadores de plantão. Todos temos idade superior a 35 anos, como a Constituição estabelece, exatamente para haver um pouco mais de cautela, de critério. Ora, eu me recordo do caso do Deputado do Rio Grande do Sul, primeiro Relator designado para o caso do Deputado do castelo. Ele foi condenado e perdeu a relatoria por que se antecipou no julgamento. A imprensa foi quem o condenou. Pergunto: se ele tivesse dito que iria condenar o Deputado do castelo, a imprensa teria feito a mesma coisa? E o Senado ficar se prestando a esse tipo de papel?! Olha aí o que V. Ex^{as} viram hoje: chacota exatamente em cima daqueles que, durante os quinze dias, estavam aqui, alimentando a imprensa. Para concluir, agradeço a V. Ex^a. Quero dizer que não aceito isso, embora não seja Presidente do Conselho de Ética.

Patrulhamento ao que o Presidente do Conselho de Ética vai fazer?! Ora, são os quatro itens a que V. Ex^a se referiu da Resolução nº 20. E, se o Presidente entender de arquivar todos os processos, ele não estará cumprindo mais do que a Resolução nº 20. E aqueles que entenderem o contrário façam uso da Resolução nº 20. Isso é o Estado de direito. O que não se pode é, por antecipação, patrulhar aqui o comportamento que deve ser adotado pelo Presidente do Conselho de Ética. Muito obrigado, nobre Senador.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Senador Almeida Lima, antes de passar a palavra ao Senador Wellington Salgado, eu gostaria de fazer só dois comentários em relação à sua fala. O primeiro é que, se um Senador permaneceu aqui no recesso ou não, também é um direito de cada Senador querer permanecer no recesso ou não. O concreto e o que temos efetivamente é uma crise que se instalou no Senado e que tem responsabilidades diversas. Então, precisamos dar fim a essa crise. Como precisamos dar fim a essa crise, precisamos fazer com que o Conselho de Ética possa funcionar, efetivamente funcionar, tramitar os processos no Conselho de Ética. Não há nenhum sentido de patrulhamento. Há um sentido de que possamos observar com coerência as representações que têm procedência e as que não têm procedência. E que possamos dar tramitação a elas. Agora, prejudicar, no sentido de que todas são compatíveis com o arquivamento, também não é adequado.

Então, que se faça análise, uma a uma, e que se faça a tramitação dessas representações, dando todo o direito ao Senador José Sarney para se defender e dando todo o direito ao debate da investigação no Conselho de Ética.

Senador Wellington Salgado.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Casagrande, já tivemos oportunidade de trabalhar no Conselho de Ética. Tivemos posições contrárias. Acabou o Conselho de Ética, acabou aquele momento e nos respeitamos. Agora, existem algumas coisas, algumas situações passadas nesse Conselho de Ética que procuro entender. Primeiro, é o seguinte: vejo 15 representações como algo que – todos têm o direito de fazê-las, os partidos também, não estou tirando esse direito – desgasta a figura da representação. Vejo isso. Se tem a mais importante, vamos usar a mais importante contra qualquer Senador aqui, porque a representação é uma tentativa de cassação de mandato de alguém que não foi eleito por nenhum de nós; foi eleito pelos eleitores do seu Estado. E, muitas vezes – e aqui não coloco a questão do Presidente Sarney, não; coloco para todos os Senadores –, tem-se que medir

qual é a história desse político, em função do erro que está sendo acusado, porque pode ser erro até de informação administrativa. Essa é a grande questão. A isso é que o Conselho tem que ter atenção. A figura de 15 representações desmoraliza a figura da representação, expõe o Senado Federal e expõe o Conselho de Ética, porque a quantidade leva à imaginação de que tudo pode, de que existem muitas coisas erradas, quando, na verdade, a representação para a tentativa de cassação do mandato de um Senador da República tem que ser algo muito sério, Senador. Muito sério. Tem-se que pegar aquela que se considera muito séria e usar. Agora, quando alguém faz 15 é porque não está acreditando nas outras 14. É a minha opinião, Senador, e V. Ex^a já trabalhou no Conselho de Ética.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Senador Wellington Salgado, concordo com V. Ex^a. A forma de investigação do Conselho de Ética, seja boa, seja ruim, é, neste momento, a que temos e é para onde são carreadas as representações. Eu já disse aqui no início do meu pronunciamento, não sei se V. Ex^a estava presente, que este Conselho já padece de um pecado original, porque foi composto num momento já de crise, debatido aqui no Senado. Então, quem vai para o Conselho, ou já vai com a marca de ser pró Presidente José Sarney, ou vai com a marca de ser contra o Presidente José Sarney. Então, já é um Conselho que está maculado pela desconfiança, por ter sido formado nesse ambiente de crise. Mas, sendo bom ou sendo ruim, é o ambiente que temos, e a defesa que faço é que possamos encontrar o caminho e tocar o serviço e as representações, as denúncias no Conselho de Ética; e, aí, sim, chegarmos à conclusão desses procedimentos.

Senador José Sarney, muito obrigado pela oportunidade.

Durante o discurso do Sr. Renato Casagrande, o Sr. Marconi Perillo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Pela ordem ou como Líder que V. Ex^a está pedindo a palavra?

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Pela ordem ou como Líder que V. Ex^a está pedindo a palavra? Como Líder, V. Ex^a tem direito a 20 minutos, porque V. Ex^a falaria depois da Ordem do Dia.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, infelizmente, não pude estar aqui durante a posse do Senador Flávio Torres, como suplente da Senadora Patrícia Saboya, e não tive a oportunidade de dar as boas-vindas ao Senador Flávio Torres, por quem tenho a maior admiração. Conheço-o há muitos anos.

O Senador Flávio Torres é um cientista com altíssima formação acadêmica, tendo inclusive doutorado, concluído na Inglaterra, em Física, e é muito respeitado no meio acadêmico do Estado do Ceará. Ao mesmo tempo, ele tem uma longa carreira e uma longa história política. Foi ligado desde o início da sua história à história do saudoso Leonel Brizola, fazendo parte, portanto, de uma corrente política também de longa tradição e de vastos serviços prestados ao Estado do Ceará.

Apesar de lamentar a ausência, nestes dias, da Senadora Patrícia, eu queria dar meu testemunho, apesar de ele não ser de meu Partido, de que o Senado Federal só tem a ganhar com o prestígio, com o valor, com o espírito público que o Senador Flávio Torres traz a esta Casa. Eu queria dar este testemunho e dar minha palavra.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – V. Ex^a tem a palavra, como Líder, e dispõe de 20 minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu me dirijo obviamente à Casa, mas me dirijo muito especialmente a V. Ex^a. Eu, ontem, assisti com muita tranquilidade – e é com muita tranquilidade que vou me postar e me portar ao longo de todo este episódio – assisti a uma tumultuada sessão, que, a meu ver, não engrandeceu o Senado Federal. E tenho algumas indagações a fazer a V. Ex^a.

Seria porventura normal o funcionamento do Congresso sob esse clima, dividido entre aqueles que de todo jeito insistem na permanência de V. Ex^a na Presidência da Casa e aqueles outros que com isso não se conformam?

E pergunto mais: seria anormal alguém não se conformar com a presença de V. Ex^a presidindo a Casa? Haveria absoluto equívoco, absoluta má-fé, absoluto erro de parte daqueles que insistem em que V. Ex^a teria perdido as condições de dirigir esta Casa?

Mais: nós conseguimos ler um pouco da alma das pessoas. Ontem eu ouvia o discurso do Senador Pedro Simon, e o Senador Pedro Simon travou acirrada batalha verbal com alguns Senadores que lhe dão apoio e têm todo o direito de dar apoio a V. Ex^a. Será que passa pela cabeça de V. Ex^a que isso sustente

uma presidência? Que isso garanta legitimidade ao mandato que V. Ex^a inicia e que não se sabe como se encaminhará doravante?

O Senador Cristovam Buarque, ontem, foi de extrema felicidade ao ter declarado que separava V. Ex^a em duas figuras: uma cheia de erros – e certamente de acertos – no seu Estado, o Maranhão; e uma outra, que projetava uma biografia muito bonita quando se trata da passagem do regime autoritário para o regime democrático, substituindo Tancredo Neves. Aí diz Cristovam: se porventura V. Ex^a fica no limite da história, V. Ex^a estaria sendo discutido como alguém a quem se pediria opinião sobre uma eventual crise como esta. V. Ex^a, vindo para o terreno comum, para este lugar comum, V. Ex^a termina virando um Senador comum, como outro qualquer.

Eu resolvi que eu tinha três alternativas. Uma era fazer o que talvez alguns esperavam que eu fizesse: deblaterar, falar de maneira extremamente dura, extremamente cáustica, extremamente rude. Eu não seria grosseiro, mas, quem sabe, duro. Outra postura que não caberia seria a da omissão. E uma terceira postura seria convocar V. Ex^a para esta reflexão. Há sinais de que isto aqui arrefeça? Será que o fato...E eu ouvi em relação a mim mesmo uma ou outra palavra que captei do tipo: sabe quando você lê que estão se referindo a mim. E optei ontem por deixar para hoje o que hoje tenho para dizer. E não, deixo de dizer aquilo que devo dizer, aquilo que preciso dizer.

Será que alguns leais amigos e companheiros seus, munidos de informações, certamente informações oficiais, afinal de contas quinze anos de domínio do Sr. Agaciel Maia dominam a vida e os detalhes da vida de todos aqui neste Congresso, será que dá para acreditar que se sustenta uma liderança, que se sustenta, não nos Pares, mas se sustenta nesse tipo de atitude como a Presidência do Senado da República? Será que dá para acreditar nisso?

Farei tudo para que isto aqui não descambe para o lado pessoal, e não pretendo que descambe para o lado pessoal. Mas vou fazer uma pergunta muito direta: V. Ex^a tem sido acusado de delitos graves. V. Ex^a tem o direito de se defender, e se defender para mim é explicar os delitos. E a resposta tem sido – em relação a mim, que não abri mão de denunciá-los – tem sido a de que haveria retaliação, a de que haveria a indicação do meu nome para exame do Conselho de Ética. Isso porque, supostamente, eu estaria merecendo essa punição, esse castigo, já que não me calei – como, aliás, V. Ex^a está percebendo que não me calei.

Será que dá para aceitar que o Conselho de Ética, posto como foi posto, recuse todas as ações propostas contra V. Ex^a e aceite a minha e este Senado funcione

normalmente e V. Ex^a se sedimenta e se sente nessa cadeira cada vez mais sólido, cada vez mais firme, cada vez mais estável? Será que dá para acreditar nisso? Será que dá para se perceber que esta, sim, é a marcha da insensatez?

E sobre cada um uma opinião ou um documento e não sei o que mais, ou o que seja. O Senador Sérgio Guerra faz referência a um Conselho de Ética que não deveria ser o conselho de ética da preponderância de grupo, porque, senão, supostamente, esse grupo não permite que nada demais aconteça aos seus e pode perpetrar qualquer coisa de ruim contra os não seus. Isso não é cabível neste Senado. Não se pode imaginar que o Senado funcione desse jeito. Seria uma ingenuidade imperdoável em se tratando de V. Ex^a, que tem o mais rico **curriculum vitae** dentre todos nós aqui nesta Casa, o mais rico **curriculum vitae**. Imaginar que de repente se diga: – Fulano de tal está incômodo e a partir daí vamos então decretar o nosso AI-5 particular.

Custo a acreditar que V. Ex^a consinta isso, que V. Ex^a acredite nisso, que V. Ex^a entenda que esse é o caminho que vai consolidá-lo. Só vejo um: o seu afastamento. É o que está sendo dito já por vários outros Partidos além do meu, por vários outros Partidos. Sei que hoje era a manifestação dos Líderes. O Líder Casagrande já se manifestou. Valadares não sei o que pensa, mas o Senador Renato Casagrande já se manifestou. Volto a dizer, Sr. Presidente, que tenho andado muito triste com o que vejo aqui no Senado.

Chego a esta Casa e tive de explicar mil vezes episódios em que me envolvi sem tirar proveito pessoal. E vou falar de uma coisa pequena. Eu não queria falar de nada pequeno, Senador Cristovam Buarque, de nada menor, mas vou dizer algo que eu ouvi. Ou seja, um rapaz lotado no meu gabinete – não é o único, eu poderia apontar casos de servidores que não têm comparecido ao local de trabalho, lotados nos mais estratégicos cargos deste Senado e pelo menos um caso de uma figura que estava no exterior e que não foi mexida, estranhamente não foi mexida, talvez porque essa pessoa não esteja incomodando como, desculpe-me, tenho que incomodá-lo, e vou incomodá-lo, a continuar esse quadro. Mas eu tomo a atitude de vir a esta tribuna e fazer uma autocrítica, tomo a atitude de não mentir, tomo a atitude de não tergiversar, tomo a atitude de dizer que errei, tomo a atitude de dizer que errei, tomo a atitude de dizer que não deveria ter feito isso, que corresponde a uma prática que não cabe mais nesta Casa. Aí alguns dizem: é réu confesso. Então seria a cultura da mentira, do eu não sabia, do não devo, do não tenho que explicar, do

não é bem assim: – Puxa, como fui iludido pela minha chefe de gabinete.

Eu vim aqui, como homem que sou, assumir o que fiz. V. Ex^a tomou uma atitude absolutamente correta. E tenho certeza: Presidente da República e hoje se vê que é um homem de posses, V. Ex^a é um homem de posses, ao contrário do meu pai que morreu pobre. V. Ex^a é um de homem de posses e chegou com meu pai junto à Câmara dos Deputados. V. Ex^a, eu o absolveria completamente, quando V. Ex^a recebe auxílio-moradia sem ter certeza. Tenho certeza de que não sabia disso, mas recebeu, uma ilegalidade, V. Ex^a descobriu a ilegalidade, pagou.

Eu pergunto: em que isso tornaria V. Ex^a melhor do que eu em relação ao episódio em que tive que me desfazer de um bem de família para quitar a dívida que a minha consciência apontava em relação ao Senado? Eu digo dívida da minha consciência porque bastava eu ter mentido, bastava eu ter feito “aquela” de quem está dormindo, não está prestando atenção. Qual é a diferença? Quer dizer, então, em cima de uma mesquinha dessas, eu, que não representei contra V. Ex^a, não denunciei V. Ex^a em cima de nenhuma mesquinha, mas sim em cima de dados embasados da imprensa que podem ser desmentidos e que, se forem desmentidos, comprovada a sua inocência, eu ficaria extremamente feliz, extremamente orgulhoso, mas eu não representaria contra V. Ex^a enquanto partido, e nem denunciaria V. Ex^a enquanto cidadão, em cima disso, até porque acredito que V. Ex^a não tinha culpa alguma nesse episódio, não percebeu e, quando percebeu, devolveu. Mas qual é a diferença entre um caso e outro? Qual é a diferença essencial entre um caso e outro?

E mais: – uma diferença, sim – quem inadvertidamente se beneficiou disso, por algum tempo, se beneficiou de uma insignificância de dinheiro, em sendo V. Ex^a um homem abastado, mas se beneficiou, sim, por algum tempo.

Eu, que vantagem tiro eu de um estudante que, se amanhã ficar rico com o que aprendeu lá fora, vai servir a mim? Que esse não é meu filho, não é meu sobrinho, não é nada meu. Mas eu pergunto: seria esse o método? Ou seja, para evitar a tal renúncia, para evitar o tal afastamento, colocando que é essencial V. Ex^a não sair desse cargo, não sair desse poder, não sair dessa cadeira, porque não sei até que ponto isso se transformará em poder, se vale se imaginar tudo isso. Observei aquela sessão de ontem com muita tranquilidade, porque foi talvez a primeira sessão dessas mais quentes do Senado em que eu me reservei o direito de observá-la.

Fiz o meu aparte ao Senador Pedro Simon, concordando com S. Ex^a e acompanhei os argumentos, as explicações dos demais Senadores, os entrevistos, o Senador Fernando Collor...

Acompanhei como um fato que, para mim, seria um fato normal se não envolvesse a ingovernabilidade presente no Senado. Afinal de contas, hoje, o Senador Marconi Perillo presidia a sessão em seu lugar, Presidente Sarney, e Ordem do Dia... Não se discutiu aqui votação. Não passava pela cabeça de ninguém que hoje se tivesse o que votar, Senador Jarbas Vasconcellos. Eu tenho aqui uma pauta positiva, o cadastro positivo. Não é possível votá-lo, e é uma reforma microeconômica muito importante para o seu governo, Senador Tião Viana. O Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, a reestruturação disso. Estou pronto para debater essa matéria pelas conversas que tenho tido com o Presidente Arthur Badin, excelente figura pública. Não vejo como se possa votar isso. A criação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, a Previc, assunto relevante. Não estou vendo como se vá votar essa matéria. Não se cogita de votar aqui coisa alguma. A reforma política, pontos de reforma política, por exemplo, embasados no projeto de emenda constitucional do Senador Jarbas Vasconcellos e do Senador Marco Maciel. O voto secreto, que está pronto para ser votado, projeto do Senador e hoje Governador Sérgio Cabral e do Senador Antonio Carlos Valadares, que fez um trabalho muito exaustivo de coleta de opinião sobre o que deveria manter-se secreto ou não, está... Eu peguei poucos pontos e cada Senador poderia agregar mais pontos a esses poucos pontos.

Mas hoje não se cogitou de votar. Não há ninguém que imagine que o Congresso tenha um funcionamento normal. E eu não consigo imaginar que V. Ex^a, experiente como é, preparado como é, tendo exercido como exerceu a primeira magistratura do País, considere normal que o Senado funcione desse jeito; considere normal que o Senado não funcione desse jeito; considere normal que o Senado prossiga nesse clima, com um clima que está aqui a separar pessoas de pessoas, um clima que está aqui a separar cidadão de cidadãos, um clima que está aqui, eu vejo, a criar certas fendas pessoais em relacionamentos; e é lamentável que seja assim. É lamentável para mim que seja assim.

Mas eu pergunto: o que esperavam? Que chegassem ontem, falassem como falaram, e hoje imperasse o silêncio? Ou seja, a Oposição – e não é um jogo de oposição, porque tem muita gente do Governo que pede a saída de V. Ex^a –, mas aqueles que fazem oposição à permanência de V. Ex^a teriam enfiado o rabo entre as pernas e não falaria mais. Ou seja, o Arthur Virgílio

lio não fala mais, pronto. O Arthur Virgílio, daqui para a frente... Ontem, eu ouvi uma estultice desse porte. A gente sabe que jornalista sempre gosta de puxar um pouquinho daqui, um pouquinho de acolá, disse-me um jornalista – e estou me referindo sem sexo, tipo anjo, não tem sexo, não sei se é homem, se é mulher, enfim. Uma pessoa do jornalismo me disse: “Disseram que daqui para frente, você terá uma atitude de omissão.” Por quê? Com medo que representem contra mim no Conselho de Ética? Presidente, considero que esse será o gesto mais medíocre que alguém poderá perpetrar, mas eu estou pronto para enfrentar isso. Estou completamente pronto para enfrentar isso. Isso dará o tamanho exato da resistência para manter V. Ex^a num cargo ao qual, talvez, V. Ex^a não faça mais jus. E por isso que eu peço a V. Ex^a essa reflexão. Não vim aqui para insultá-lo e não o insultei. Não vim aqui para ser rude com V. Ex^a e não estou sendo rude. Não vim aqui para propor o desforço pessoal com quer que seja; e não farei isso.

Vim aqui apenas para dizer, Senador Jarbas, Presidente Sérgio Guerra, que nós temos um impasse, claro. Amanhã, temos a instalação do Conselho de Ética. Eu tenho pelo Senador Paulo Duque o maior carinho. Meu candidato teria sido – e não discordei, não podia discordar, votamos em branco – o Senador Antonio Carlos Valadares. Era o candidato que o meu Partido havia escolhido como tal. S. Ex^a optou por bem retirar sua candidatura e não pude fazer nada. Não poderia forçar situação nenhuma. E sei das circunstâncias, dificuldades numéricas, a falta de consenso, tudo que aconteceu para que não fosse Presidente do Conselho de Ética o Senador Antonio Carlos Valadares.

Então, eu aprendi a ter muito carinho pelo Senador Paulo Duque. Já me referi à atuação de S. Ex^a. Uma vez alguém, em tom de deboche, me perguntou: “O que ele já fez de bom?” Eu me lembro da sua atuação de democrata, na Assembléia Legislativa, quando eu era líder estudantil. Lembro-me da atuação de S. Ex^a. Nunca foi de linha de frente, mas era alguém que protegia estudante, quando estudante batia às suas portas, escoraçado pela polícia do regime.

S. Ex^a fará o quê? É crível que tenha contra V. Ex^a 11 ações, ou 12, ou 15, ou 9, ou 7. E digo: Não, vamos arquivar essas e mais 2, 3, 4, 5, ou 5 mil, ou 5.500 mil. Que, se eu senti motivo para 5.500 mil, eu apresentarei 5.500 mil ações contra V. Ex^a ou contra quem quer que seja nesta Casa. Por um dever de consciência.

Aí digo: Não. Essas 5.500, liminarmente, já que é gente nossa, liminarmente, eliminadas, e fica a do Senador Arthur Virgílio e, se o Senador Jereissati não se comportar bem, aí vamos falar naquele negócio do combustível do Senador Jereissati; se o Senador Jar-

bas Vasconcelos exagerar, vamos ver se o Senador Jarbas fez alguma viagem inconveniente; se o Senador beltrano de tal não sei o quê. Vamos ver o que as tais fichas dizem de quem, se o Senador Cristovam empregou não sei quem não sei onde; se o Senador Pedro Simon fez... Em outras palavras, Sr. Presidente, eu devo dizer a V. Ex^a que essa luta que se propõe...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Se V. Ex^a me concede um pouquinho mais de tempo, eu agradeço a V. Ex^a.

É uma luta inglória. É uma luta inglória.

O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Permito, se o Presidente consentir.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Peço a V. Ex^a que seja breve...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu gostaria que V. Ex^a prorrogasse o meu tempo...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Vamos obedecer ao Regimento para que os trabalhos sigam em ordem nesta Casa.

O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM) – Serei breve, Presidente. Agradeço-lhe pelo aparte. V. Ex^a aborda um ponto muito importante quando faz novamente uma reflexão sobre o posicionamento que V. Ex^a teve há algum tempo aqui. A sociedade brasileira está cheia do comportamento dos políticos em relação à mentira. Quando V. Ex^a foi à tribuna e colocou os pontos que foram observados naquele momento e assumiu as posições, até dizendo “se eu cometi ou cometi erros, eu estou assumindo”, V. Ex^a foi de um comportamento grandioso, de um exemplo grandioso para o nosso País. Então, acredito que é esse tipo de comportamento que nós queremos aqui no Senado e na política brasileira. O que a sociedade brasileira quer dos homens públicos é que eles digam: errei, mas assumo os meus erros. Se o Conselho de Ética vai fazer o julgamento de um caminho diferente do que V. Ex^a pensa, é uma outra questão, mas V. Ex^a, para mim, por assumir as posições, por percebê-las como posições que devem ser corrigidas e dá um exemplo, não foi por um caminho como V. Ex^a colocou do esquecimento de que não era isso ou aquilo... Para finalizar, Sr. Presidente, pois V. Ex^a pediu brevidade, percebo aqui dois tipos, vamos colocar assim, de ações: erros administrativos, que todos nós sabemos aqui que muitos cometeram, e o outro tipo, imperdoável, é aquele erro em benefício próprio. O erro não, mas a ação em benefício próprio. Aquela ação da corrupção, aquela ação para usufruir dos re-

ursos públicos de alguma maneira incorreta. Então, nós temos que, na verdade, trabalhar nesse sentido para que possamos dar ao povo brasileiro a resposta que ele quer, que é aquela do comportamento correto. Portanto, eu me sinto orgulhoso de ser do Amazonas e tê-lo, junto comigo, como um dos representantes do meu Estado neste Senado, por perceber que V. Ex^a não ficou... Poderia ficar acomodado, ficar quieto ali, mas não, coloca os pontos para serem analisados e assume suas posições. Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, querido amigo Senador Jefferson Praia.

Sr. Presidente, eu pergunto a V. Ex^a se posso conceder um aparte ao meu querido amigo Senador Eptácio Cafeteira ou não.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Já dei seis minutos, dou mais dois minutos a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu pediria, depois, só mais um para completar. O Senador Cafeteira foi colega de meu pai e meu colega, o que prova que ele é o mais jovem de nossos colegas.

O Sr. Eptácio Cafeteira (PTB – MA) – Senador Arthur Virgílio, não precisava lembrar que sou antigo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não, não, eu falei o mais jovem.

O Sr. Eptácio Cafeteira (PTB – MA) – Menos jovem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não, o mais jovem. V. Ex^a ficou até o fim.

O Sr. Eptácio Cafeteira (PTB – MA) – Quero louvar V. Ex^a porque V. Ex^a hoje está dizendo claramente que o Conselho de Ética vai examinar uma questão de ótica. É uma questão de ótica. Examinar se tal ou qual questão foi maior, se ofendeu mais do que outra é uma questão de ótica, e é assim que vai ser julgado. Uma questão política vai ser julgada pelos políticos e eu não tenho dúvida de que V. Ex^a contribuiu para que nós todos entendêssemos que é uma questão de ótica.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Cafeteira, eu fico muito feliz sempre com os seus apartes. Imagino que compreendi muito bem o que V. Ex^a quis dizer. Sobre a questão de ótica, digo o seguinte: ótica política, sim, mas eu, pela minha própria ignorância em ciências exatas, passei longe da oftalmologia.

Presidente Sarney, encerro dizendo a V. Ex^a que não consigo ver caminho para o Senado amanhã nem depois.

Todas as pessoas supunham, até aquelas que se opuseram a V. Ex^a – o meu Partido, depois de negociar com V. Ex^a, os que votaram em V. Ex^a, o Senador Tião

Viana, que enfrentou V. Ex^a –, ninguém duvidava de que V. Ex^a tinha mais experiência – isso multiplicado ao cubo ou ao quádruplo – do que o Senador Tião Viana. Todos supunham que V. Ex^a – e era o que eu achava – não faria mudanças no Senado, não promoveria mudanças essenciais, mas V. Ex^a trabalharia o Senado com tranquilidade. E não foi o que aconteceu.

Então, se V. Ex^a acha que o caminho é “a”, adote o caminho “a”, se acha que é “b”, adote o caminho “b”, mas eu lhe proponho uma terceira via. Senador José Sarney, case-se com a sua biografia. Este mandato de Presidente da Casa representa nada para V. Ex^a. V. Ex^a já foi Presidente da Casa duas vezes, V. Ex^a já foi Presidente da República, V. Ex^a já foi ilustre Deputado Federal, V. Ex^a já foi Governador do seu Estado muito jovem. Esse laurel, do jeito que está posto, não representa nada para V. Ex^a. V. Ex^a tem, sim, uma volta por cima a dar, e a volta por cima não é a da truculência, a volta por cima não é a da prepotência, a volta por cima não é a de imaginar que V. Ex^a vai, por meio de quem quer que seja nesta Casa, calar quem quer que seja, até porque a mim ninguém calaria, jamais, em Casa nenhuma, nem nesta nem em outro lugar qualquer.

V. Ex^a tem uma forma de se casar com sua biografia, que é atender a ponderáveis Partidos e a ponderáveis Lideranças desta Casa que clamam por seu afastamento para que se comece a pensar nas soluções verdadeiras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Amanhã, ocuparei a tribuna e terei a oportunidade de responder ao discurso de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti e, em seguida, ao Senador José Agripino.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, senhoras e senhores telespectadores da TV Senado e da Rádio Senado, tive a oportunidade de, nestas duas semanas de recesso, deslocar-me para meu Estado e ficar lá todo este período. Meu Estado é o mais ao extremo-norte do País. A viagem para lá corresponde a uma distância maior do que sair do Rio de Janeiro para Lisboa, em Portugal, por exemplo, mas que fazemos com muito prazer.

Tanto na ida quanto na vinda, fiquei acompanhando, pela telinha daquele computador de bordo, o trajeto do vôo. Saindo de Boa Vista, por exemplo, vamos a Manaus. Depois, saímos de Manaus e atravessamos todo o Estado do Amazonas no sentido leste, atravessamos

uma parte do Pará, outra parte do Mato Grosso, para chegar ao Estado de Goiás e, finalmente, aqui.

Vejam como este País é gigantesco e, principalmente, como é imenso esse pedaço do País que é a Amazônia. Corresponde a 61% do território nacional, porém interessa muito pouco ao Governo brasileiro. E não é só a este Governo, não, mas também a governos anteriores. Mas este aprofundou o descaso com a Amazônia, principalmente o descaso com a população da Amazônia. Os 25 milhões de brasileiros que estão lá não são levados em conta. Por quê, Senador Mão Santa? Porque São Paulo sozinho tem 41 milhões de habitantes, embora 25 milhões de habitantes seja uma população igual à da Venezuela. Mas esses 25 milhões de habitantes, levando para o lado eleitoral, representam pouco para quem disputa a Presidência da República. Basta dizer que o Presidente Lula, nas duas eleições que disputou, não foi ao meu Estado pedir voto. Muito pouco eleitor. Então, na verdade, é essa ótica, infelizmente, que dirige quem comanda o País, agora, repito, aprofundada neste Governo.

Podemos falar sob todos os ângulos. Mas vamos a outro, vamos ao lado econômico. Quanto a Amazônia representa no PIB nacional: 8%. Os outros 92% estão fora da Amazônia, basicamente no Sul e no Sudeste ricos e numa parte do Nordeste que já está desenvolvida. Numa parte. Portanto, nós, da Amazônia, notadamente da Região Norte, somos olhados como quintal da Nação, tratados de maneira pouco expressiva.

Vou dar um exemplo: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. “Econômico e social”, portanto, deveria ser um banco que deveria presidir aquela meta, que está na nossa Constituição, de eliminação de desigualdades regionais, isto é, deveria investir mais nas regiões mais pobres e menos nas regiões já ricas, mas faz o contrário. No balanço do ano passado, por exemplo, o BNDES investiu 80% no Sul e no Sudeste e 20% no resto, nas outras regiões. As distorções são umas sobre as outras.

Estamos hoje assistindo ao mundo todo apavorado, por exemplo, com a Influenza A, mais popularmente conhecida como gripe suína. É lamentável! Uma vida perdida é um valor imenso que se perde. Mas comparemos: quantas mortes na Amazônia, por exemplo, de malária, de dengue e de outras doenças infecciosas, até tuberculose ainda? Veja a situação, por exemplo: há tanta ênfase para certas coisas, a ponto de no nosso dinheiro só termos cédulas em que existem animais... De R\$1,00 até R\$100,00 só há animais. Não há um vulto histórico. Parece que aqui, no Brasil, nunca passou um Pedro Álvares Cabral, Dom Pedro I, Juscelino Kubitschek, enfim, os homens que fizeram a

história do País. Não há um monumento, por exemplo, que lembre o Brasil nas nossas notas de Real. Isso não foi feito no Governo Lula, é verdade, mas já foi feito por um movimento que pensa em valorizar mais os animais, as árvores do que os seres humanos. E a minha formação de médico não me permite aceitar essa inversão.

Entendo que o ser humano não teve carta branca para dizimar os animais nem para devastar o meio ambiente, mas não pode haver essa inversão em que o ser humano na Amazônia é visto com um vilão; é o homem ou a mulher, o cidadão ou a cidadã que desmata, que depreda, sem nenhum objetivo, um bando de débeis mentais paranóicos que derrubam árvore por derrubar, fazem mineração por diletantismo, não se preocupam, portanto, com nada.

Fiquei essas duas semanas e conversei com muita gente de todas as camadas, Senador Mão Santa, e o que eu vi: só realmente essa preocupação, no meu Estado, com esse descaso do Governo Lula. Agora, ele está anunciando que vai lá em setembro – portanto, pouco mais de um ano para terminar o seu segundo mandato. E vai lá para quê? Segundo já estão informando... Aliás, Roraima tem uma espécie de interventor federal. Há um assessor da Presidência da República, que é lá de Roraima – não foi inventado, não –, do PT, e esse cidadão é quem decide tudo o que vai ser feito e o que não vai ser feito em Roraima pelo Governo Federal.

Pois bem, dizem que o Presidente Lula vai lá inaugurar uma reforma do aeroporto, feita pela Infraero, e uma ponte que liga o Brasil a Guiana, que está há trinta anos sendo construída e que foi inaugurada um dia desses, com a presença do Líder do Governo, com nenhuma autoridade Federal, e a Guiana não permitiu o trânsito, porque isso foi feito à revelia da Guiana. Quer dizer, o Governo brasileiro não comunicou a Guiana, não combinou com a Guiana a inauguração da ponte. Inauguraram. Agora, há poucos dias, finalmente o Itamaraty entrou em campo, e houve uma nova solenidade em que o governo da Guiana mandou o representante dizer que, a partir daquele dia, podia, portanto, haver o trânsito sobre a ponte. E o Presidente ainda vai inaugurar a ponte!

Não consigo entender. Realmente, o meu Estado, não tenho dúvida, é o que tem tido pior tratamento do Governo Federal. Acho que o Governo Federal nunca assimilou, Presidente Sarney, a transformação de Roraima de Território Federal em Estado. Nunca assimilou. E aí, o que acontece? Na verdade, por outras vias, vem federalizando o Estado: reservas ecológicas, reservas indígenas, corredores ecológicos, além de estarmos

praticamente todos na faixa de fronteira. Então, o Governo Federal está desmanchando o trabalho feito pela Constituinte de transformar Roraima em Estado.

Então, quero aqui – e disse isso lá em vários encontros, varias palestras, várias entrevistas – dizer que, realmente... Aliás, me foi perguntado: “o Presidente Lula vem em setembro aqui; V. Ex^a virá junto?” Digo: primeiro, não vejo qual é a finalidade da visita do Presidente. Mas é evidente que, por uma questão de educação e de urbanidade, se eu for convidado, virei. Agora, se for ouvido, eu desaconselharia o Presidente Lula a ir lá, depois da malvadeza que ele fez na demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, contrariando aqui um trabalho feito pelo Senado, por uma comissão temporária externa, cujo relator foi o Senador Delcídio Amaral; contrariando a opinião de uma comissão externa da Câmara, cujo relator foi o Deputado Lindberg Farias. Vejam, Delcídio Amaral e Lindberg Farias são do PT, do Partido do Presidente Lula.

Propusemos uma demarcação, sim, porque queríamos a demarcação, mas não excludente, não uma demarcação que tivesse que expulsar, como foram expulsas de lá, cerca de 400 famílias. Mas aí o Governo manobra e diz que apenas se tiraram seis arrozeiros. Ora, os seis arrozeiros eram os grandes produtores, mas havia 500 famílias de pobres coitados, funcionários públicos, pequenos produtores rurais, que foram expulsos de lá. E onde eles estão? Numa espécie de campo de concentração, próximo da capital Boa Vista, num assentamento do Incra chamado PA Nova Amazônia, colocados no que chamamos lá de um lavrado, que é um cerrado, sem nenhuma infraestrutura, e misturados – no bom sentido – com os sem-terra. Quer dizer, o assentamento do Incra se destina aos sem-terra. Aí, há lógica: o Incra está dando terras para os sem-terra. Agora, pegam pessoas que tinham terras e jogam lá, no mesmo programa, e uma coisa não tem nada a ver com a outra.

Agora estamos, portanto, acompanhando, por intermédio da Associação dos Excluídos da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, esse trabalho pós-operatório e que custou milhões de reais só com a Polícia Federal e a Força Nacional, que ficou lá vários anos garantindo a tranquilidade. Tranquilidade que não haverá, porque, como eu já disse aqui várias vezes, a questão não é só entre índios e não índios, até porque há vários casamentos intraétnicos, entre índios e não índios; os indígenas são de várias etnias, que não se entendem entre si. Não há uma etnia só. Então, não satisfeitos com isso, criaram lá uma espécie de federação indígena em que a maioria das entidades são subsidiárias de uma: o Conselho Indígena de Roraima.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sei que mudar o tema das reuniões do Senado para falar do meu Estado pode até parecer paradoxal, mas é minha obrigação. Minha obrigação é justamente cuidar do meu Estado. Repito que não sou um Senador por Roraima; sou um Senador de Roraima. Nasci lá, minha mulher é de lá, meus filhos são de lá. Meu pai era do Ceará, foi do Ceará para lá. Meus avós maternos foram para lá da Paraíba. Roraima é essa miscigenação de nordestinos, sulistas, indígenas, caboclos, enfim. Há muita gente do Maranhão. Fui eleito por 55% dos votos válidos, naquela eleição de 2006, em uma posição clara de Oposição ao Governo Lula. E talvez Roraima tenha sido o único Estado em que o Presidente Lula perdeu no primeiro e no segundo turno. Então, na verdade, o que estou fazendo aqui não é uma coisa raivosa contra o Presidente Lula, não é uma posição de destempero. Pelo contrário, é uma posição de indignação contra o Presidente da República, que não dá bola para o menor Estado da Federação, em termos de população, que não dá bola para as pessoas que vivem lá.

Estou levantando, Senador Mão Santa, todos os recursos federais aplicados, de todas as fontes federais, nos diversos Estados da Federação. E aí vamos ver que, se formos levar ao pé da letra, o Presidente cometeu até um crime de responsabilidade, porque não está cumprindo dispositivo constitucional de eliminar as desigualdades regionais.

E registro que a minha volta ao trabalho é no sentido de cobrar – não de pedir, não –, de cobrar do Presidente Lula, do Governo Federal mais ações – não favores, não –, ações obrigatórias, porque são constitucionais, com relação ao desenvolvimento da Amazônia como um todo, mas, notadamente, do meu Estado de Roraima.

Eu já ouvi algumas pessoas dizerem que lá, em Roraima, ou todo mundo é índio, como se índio também não fosse gente... Temos mais de 50 índios com cursos superiores, que, portanto, são tão competentes quanto outras pessoas que não têm curso superior ou que têm curso superior em outras regiões do Brasil. E, fora isso, eu não viria aqui também exigir o que não fosse exigível. Apresentarei aqui – está sendo feito um trabalho na Subcomissão da Amazônia, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em acordo com a Comissão de Ciência e Tecnologia – um diagnóstico científico e técnico da Amazônia, feito por quem vive na Amazônia, e da inteligência da Amazônia.

Já ouvimos o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia; já ouvimos o Diretor do Centro de Biotecnologia da Amazônia, o Instituto Evandro Chagas, que é uma referência nacional em pesquisa na área de

saúde, o museu paraense Emílio Goeldi, que, embora tenha esse nome de museu, na verdade é um grande centro de pesquisas; estamos ouvindo a Embrapa; vamos ouvir os reitores de todas as universidades da Amazônia, para, ao final, apresentarmos um relatório que não vai ser político, não vai ser ideológico, não vai ser nem ambientalista, nem ruralista, nem “ista” nenhuma. Vai ser um relatório realmente científico e técnico, para desenvolver a Amazônia, a partir das idéias da Amazônia. Não que nós estejamos recusando qualquer idéia que venha de outro lugar, não. Pelo contrário, queremos que todos aqueles que tenham o que nos ensinar ou somar à nossa idéia que possam fazê-lo, mas nós não queremos mais receitas feitas na Europa, nos Estados Unidos, no Canadá ou, então, na Avenida Paulista em São Paulo ou em Ipanema no Rio de Janeiro, para dizer como se deve proceder na Amazônia. Eu acho que esse tempo acabou. Aliás, vou até me valer de duas frases do Presidente Lula, ditas recentemente. Em uma ele disse que estava cansado de ouvir gringos, isto é, estrangeiros, dando “pitaco” sobre a Amazônia. Na outra, ele disse que a Amazônia não era um potinho de água benta em que todo mundo podia meter o dedo e sair se benzendo.

Eu acho que realmente é hora de fazermos um momento de demarcação dessa história. Nós, amazônidas, estamos cansados de sermos citados como vilões do planeta, vilões do meio ambiente, quando São Paulo, sozinho, polui muito mais do que a Amazônia toda. Só o que as fábricas, os ônibus e carros de São Paulo poluem é muito mais do que a Amazônia polui.

Então, quero dizer aos meus Pares, aos brasileiros e brasileiras que me ouvem pela rádio e me assistem pela TV Senado que, neste segundo semestre, apesar de qualquer tempestade que possamos estar atravessando, vamos trabalhar firmemente para realmente dar esse diagnóstico.

O Senador Flexa Ribeiro é Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia. Temos feito um trabalho juntos, audiências públicas importantes que ele tem comandado junto comigo. E temos procurado fazer um trabalho até certo ponto quietos, mas não escondidos. Não temos o que esconder, e estamos dizendo aqui de maneira muito clara: o que queremos ver é uma Amazônia brasileira dos brasileiros; uma Amazônia brasileira dirigida e comandada pelos brasileiros e uma Amazônia brasileira mais bem vista pelo resto do País.

É uma frase muito comum dizer que a Amazônia é cobiçada pelos estrangeiros. Eu não acho admirável isso. Os estrangeiros estão demonstrando que são muito inteligentes ao cobiçarem a Amazônia. O que está faltando é inteligência aos brasileiros para cobiçarem a

Amazônia. Cobiçar no bom sentido, no sentido de ajudá-la a se desenvolver, a ter um diagnóstico e, principalmente, que possamos acabar com esse maniqueísmo entre ambientalista e ruralista. Enfim, acabar com essa história de que alguém é mais ou menos do que o outro que defende esta ou aquela posição. Se a Amazônia precisa de algum “ista”, é de uma visão humanista sobre ela, uma visão que dê valor realmente ao ser humano que está lá – homem, mulher, criança –, que precisa, mais do que, em muitos lugares do Brasil, de atenção. Eu disse aqui, com relação à saúde, que é inexplicável o descaso existente com a saúde na Amazônia.

Voltarei à tribuna, durante este semestre, várias vezes para aprofundar esses temas. E agradeço, portanto, Senador Sarney, pela gentileza do tempo que usei. Vou-me limitar ao tempo concedido, que foi suficiente para dizer o que penso. Mas voltarei para aprofundar os temas que interessam à Amazônia, especialmente ao meu Estado de Roraima.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Obrigado a V. Ex^a.

Com a palavra, o Senador José Agripino.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Presidente, posso pedir pela ordem, para um esclarecimento, ao Presidente José Sarney, muito breve?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Com a permissão...

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP. Sem revisão do orador.) – Se o Líder José Agripino assim o permitir, porque creio ser de interesse de todos nós, Senadores, e da Nação brasileira, uma vez que V. Ex^a anunciou há pouco que amanhã vai usar da tribuna, e inclusive mencionou que responderia o pronunciamento do Senador Líder do PSDB, Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Não somente o do Senador Arthur Virgílio, mas também todas as questões levantadas contra a Presidência.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Exatamente. Então, tendo em conta isso e tendo em conta que, em princípio, estaria programada para amanhã a reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, agradeceria se V. Ex^a pudesse informar o horário, de tal forma que pudéssemos todos nos organizar e sabermos, pois eu desejo muito ouvir V. Ex^a.

Tenho inclusive feito a sugestão abertamente de que seria importante a presença de todos, tendo em conta que há as representações e tendo em conta que a Resolução nº 25, de 2008, que regulamenta o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, assegura a qualquer Senador que porventura tenha uma representação o direito completo de defesa. Então, todos

nós queremos ouvir V. Ex^a, e, quem sabe, então, seja essa a oportunidade para ouvirmos V. Ex^a sobre todos esses pontos que ali constam.

Assim, acredito que essa é uma sessão de grande relevância. Possivelmente, levará algum tempo. É possível que V. Ex^a queira, eventualmente, responder a indagações de Senadores que queiram saber melhor sobre um ponto ou outro. Enfim, isso poderá ser algo muito importante. E, na medida em que isso possa ocorrer até antes da decisão do Presidente Paulo Duque, que, pelo art. 17 da resolução que mencionei, deve aceitar ou não as representações... Mas, como esse esclarecimento de V. Ex^a é muito importante até para a decisão dele, eu gostaria de sugerir possa V. Ex^a definir o horário em que vai falar. Assim, todos nós nos prepararíamos para estar aqui.

Eu até faria a sugestão, então, ao Senador Paulo Duque, para que leve em conta o horário da sua exposição, quem sabe até adiando para quinta-feira a reunião do Conselho de Ética. Também digo isso, Sr. Presidente, porque todos nós, Senadores, inclusive V. Ex^a, fomos convidados para comparecer amanhã, às 17 horas, a importante simpósio internacional que o Presidente Lula abrirá sobre os programas de erradicação da pobreza. Assim, se o pronunciamento de V. Ex^a for feito em tempo hábil, aqueles que queiram ir a esse simpósio poderão estar presentes também.

É a sugestão que formulo a V. Ex^a, reiterando o meu apreço, respeito e interesse por ouvir V. Ex^a, Presidente José Sarney, sobre esses assuntos na data de amanhã. Estarei presente, com certeza.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, para colaborar, eu queria pedir apenas ao meu amigo Senador Suplicy que não se esquecesse de trazer a merenda.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Senador Suplicy, eu não posso dizer a V. Ex^a a hora exata em que ocuparei a tribuna, porque vou ocupá-la como Senador da República desta Casa, e não como Presidente da Casa. E nunca me considere superior a nenhum dos nossos colegas, que têm que obedecer a hora de serem chamados de acordo com os trabalhos da Casa.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a esteve aqui ontem – eu não estava, estava em São Paulo – em uma reunião política, e não pude participar dos debates que aconteceram nesta Casa.

Senadora Marisa, V. Ex^a, que é uma *lady*, a quem tanto admiro, os debates que ocorreram nesta Casa,

ontem à tarde, foram ácidos, tensos e não contribuíram, de forma positiva, para a imagem do Senado.

Hoje pela manhã, a Casa amanheceu – é o meu sentimento – meio de ressaca. E foi com esse sentimento que encontrei Líderes partidários no gabinete do Senador Sérgio Guerra, onde nos encontramos Lideranças do PT, do Partido anfitrião, o PSDB, do PSB, do PDT e nós, democratas.

O sentimento era o sentimento que eu trazia do meu Estado, o de recuperar um pouco a dignidade do que sempre foi o Senado da República, que, na visão das pessoas lá fora, está denegrida, machucada e diminuída. E que, Presidente, eu receio que, a continuar como vão as coisas, o Senado só se recupere com a eleição de 2010, com a eleição do novo Senado. E, daqui para lá, nós não suportaremos, porque, Senador Jefferson Praia, as menções que já são feitas em editoriais que desmerecem o papel do Senado vão se multiplicar. O Senado chegaria em frangalhos. O que nós temos que fazer agora é a atitude de legítima defesa da Instituição para a qual nós somos eleitos.

O sentimento que eu recolhi dos Líderes partidários - do PMDB, do PSDB, do Democratas, do PT, do PDT e do PSB presentes - é que nós temos que fazer um esforço sobre-humano de entendimento para tentar superar a crise, cosendo-nos com as nossas próprias linhas.

Traçamos alguns rumos. E daí eu fui para a reunião da minha Bancada que havia anunciado que faria hoje ao meio-dia.

Presidente Sarney, foi uma reunião serena. Nós somos 14, estavam presentes 13. Todos, como eu, seus amigos. Todos desejosos, como eu, de recuperar a imagem do Senado.

Eu cheguei do meu Estado onde eu ouvi muitas coisas, inclusive uma coisa que me chocou; um conterrâneo me disse: “José Agripino, aquilo não é lugar para você mais não”.

Senador Mão Santa, eu acho que ele quis dizer que este lugar estava conturbado demais, estava diminuído demais, para que muitos de nós pudéssemos participar deste colegiado. Eu ouvi, e ouvi como uma agressão, mas recolhi a reprimenda. E a reprimenda conduz à tomada de providências.

Senador Demóstenes Torres, V. Ex^a sabe que a reunião que nós fazemos às terças-feiras foi iniciada com uma breve exposição de minha parte, quando eu coloquei – eu que, há um mês, coloquei para V. Ex^{as}, para que nós pudéssemos tomar uma posição consensual – a posição que era minha e que V. Ex^{as} acolheram, de propormos ao Presidente Sarney licença da Presidência do Senado. V. Ex^a é testemunha de que eu tomei a iniciativa

de dizer: “Nós temos que dar um passo à frente, porque, como está, não tem como ficar”. Eu proponho que nós peçamos a renúncia do Presidente Sarney, e proponho que tenhamos uma posição firme do Conselho de Ética. Nada melhor, Senador Demóstenes, do que 13 raciocinando em conjunto – melhor do que um só.

E muitos me contestaram. Senador João Tenório, houve quem me dissesse: “Nós já pedimos ao Presidente Sarney que ele se licenciasse. Pedir agora que ele renuncie? Esse é um ato unilateral dele; só ele é quem decide”.

Se queremos passar a Casa a limpo, temos de dar passos pragmáticos no sentido de fazer com que o País entenda que estamos não contra o Presidente Sarney, mas a favor da Casa.

Presidente Sarney, o que percebo é que, hoje, esta é uma Casa conflagrada. Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a não votou em Sarney. Eu votei, pela história dele e por muitas razões – eu e todos os meus companheiros de Partido. Esta Casa está conflagrada entre alguns que não votaram em Sarney e outros que votaram em Sarney, situação em que me incluo, mas que querem que o Senado seja passado a limpo.

Senador Jarbas Vasconcelos, não vou aqui falar pelo meu Partido e pedir renúncia do Presidente Sarney. Não há por quê. Não há pragmatismo nessa proposta. Agora, a minha Bancada, junto comigo, raciocinou e construiu um raciocínio: se quisermos passar a limpo esta Casa, as denúncias que estão sendo feitas ao Presidente Sarney têm de ser investigadas no fórum próprio, com independência, com atitudes firmes. Não adianta essa história de espalhar por aí que está aberta a temporada de chantagens e de ameaças. Em nosso Partido, isso não ofende. Não tememos ameaças nem chantagens. Isso não muda nosso curso de procedimento. O que queremos é, sem cometer injustiças, fazer a investigação correta. Onde? No Conselho de Ética. Mas que não nos venha o Presidente do Conselho de Ética com iniciativa de arquivar as denúncias ou as representações.

Senador Sarney, fique certo de que, no Conselho de Ética, os votos dos democratas – que são três – serão uniformes. Não haverá discrepância. Não que a questão seja partidária, mas, pelo fato de significar legítima defesa do Senado, a questão nos levará a tomar uma posição uniforme. Para onde for um voto, irão os três. Mas será dada a oportunidade – e nós queremos a oportunidade – para que a defesa se manifeste por inteiro. Existem 11 denúncias. Não quisemos incluir nenhuma denúncia nova, até porque pedi ao Senador Demóstenes que fizesse uma avaliação sobre os fundamentos jurídicos de cada denúncia ou

representação para que nos fixássemos nas mais consistentes para avaliar.

A crise política tem um fulcro, Presidente Sarney: é o Senador José Sarney. Com argumentos no Conselho de Ética, votando politicamente, inclusive, temos de passar isso a limpo – não por vingança. Pelo contrário: se fosse pelo coração, eu estaria ao lado de V. Ex^a tranquilamente. Mas é que tenho a obrigação, perante meu Estado e meu País, de ajudar que se esclareça tudo, chegue-se aonde se chegar, a funcionário ou a Parlamentar. Isso vai ter de acontecer no Conselho de Ética.

A posição que nós adotamos foi uma posição claríssima, a de pedir o afastamento do Presidente Sarney. Pedir o afastamento para que se investigue tudo, sem tutela, no Conselho de Ética, onde os votos dos democratas serão uniformes. Onde, se inventarem de, Senador Cristovam, arquivar as 11 representações e denúncias, vamos recorrer na hora ao Plenário do Conselho de Ética; se formos derrotados, vamos recorrer, na hora, ao Plenário do Senado, para que possamos cumprir a nossa obrigação, fazer a nossa investigação correta, dando oportunidade de defesa.

E eu gostaria muito de que V. Ex^a tivesse – o que não ouvi até agora – argumentos consistentes que destruíssem as acusações contra V. Ex^a. Eu vou ouvir, com toda atenção, o discurso de V. Ex^a amanhã. E gostaria muito de ouvir a consistência dos seus argumentos, e que eles fossem capazes de destruir ou eliminar as dúvidas que temos decorrentes das acusações que nos levam a ter a posição que temos.

Eu volto a dizer, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras: a mim incomoda tremendamente o clima de tensão em que esta Casa se transformou. Aqui há pessoas que votaram no Presidente Sarney e que não votaram no Presidente Sarney. Não se trata, na minha visão, de uma disputa entre os que elegeram e os que não elegeram. Nós, do Democratas, estamos abrindo mão de uma vitória. Nada pior do que você abrir mão dos benefícios de uma vitória. Nós estamos abrindo, porque há acusações, e as acusações têm que ser passadas a limpo.

A postura que adotamos e o tema que adotamos é, sem tergiversar, a tese do afastamento do Presidente Sarney, a tese de que, no Conselho de Ética, se precisará fazer a investigação completa, e que se faça isso no menor espaço de tempo possível, para que este calvário que estamos vivendo juntos se encerre logo. Do contrário, Senador Gilvam Borges, Senador Mão Santa, este Senado só vai recuperar a sua dignidade e a sua imagem com a eleição dos novos Senadores, em 2010. E aqui vamos cumprir a nossa obrigação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo, por permuta.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o equilíbrio sempre marcou as ações do Itamaraty. Graças a essa qualidade, a política externa brasileira conseguiu se afirmar em ações de contenção de crises. Ganhamos o respeito internacional como mediadores, mas essa tradição centenária encontra-se em xeque. Em entrevista recente, o Chanceler Celso Amorim, ao comentar as relações entre Venezuela e Colômbia, ignorou aspectos delicados que precisam ser levados em conta.

O primeiro deles é o de que a Venezuela investe parte substantiva do seu Produto Interno Bruto em armas russas. Além de uma fábrica de fuzis automáticos, adquiriu 100 mil fuzis, 24 caças supersônicos, os mais potentes mísseis ar-ar e antinavio do continente, helicópteros de ataque e aviões de treinamento armados. É um arsenal mais sofisticado que o disponibilizado às Forças Armadas Brasileiras.

O Presidente Hugo Chávez gastou mais de US\$20 bilhões desde o início do seu mandato em equipamentos militares e pretende duplicar a quantidade de carros de combate do seu Exército nos próximos anos.

As negociações envolvem o modelo mais poderoso disponível na Rússia, o T-90, superior a qualquer outro no subcontinente sul-americano. Aliás, o Presidente Chávez acaba de fechar dezenas de rádios sob a alegação de irregularidades documentais, mas, estranhamente, todas elas de linha política independente do Governo. É uma outra escalada, a escalada das restrições democráticas.

O segundo ponto ignorado é o de que o Presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, enfrenta dois grupos rebeldes, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, as Farc, e o Exército de Libertação Nacional (ELN). Essas organizações que enfrentam o Governo Central há quarenta anos perderam sua pureza ideológica e, para manter suas ações, lançaram mão do narcotráfico. Recentemente, as Forças de Segurança da Colômbia encontraram, como se sabe, armas antitanques suecas nas mãos dos rebeldes das Farc. São canhões sem recuo AT-4, com números de série idênticos aos de um lote vendido à Venezuela na década de oitenta.

Infelizmente, sabemos que o controle das forças armadas latino-americanas sobre seus arsenais nem sempre é o que deveria ser. A Polícia carioca apreendeu, há algum tempo, fuzis automáticos e metralhadoras pertencentes aos Exércitos brasileiro, argentino,

do Paraguai, da Bolívia e do Peru em suas ações nos morros, mas nada do porte de armas que são capazes de destruir uma delegacia com um tiro. Cabe ao Presidente Chávez explicar como apareceram num acampamento rebelde. Está muito longe de ser “um episódio desse tamanho”, como definiu nosso Chanceler na entrevista que mencionei.

Os aspectos peculiares da Colômbia, principalmente a ligação entre os grupos rebeldes e o narcotráfico, justificam a mudança de foco imposta ao Plano Colômbia pelos Estados Unidos. Financiado por Washington e a Comunidade Europeia, o programa, no valor de US\$206 milhões, financia o combate contra o tráfico de drogas, que hoje não pode ser dissociado das Farc e do ELN. Por isso, o Presidente Barack Obama aumentou, sim, a verba do combate à insurgência em US\$17 milhões. Portanto, menos de 10% do que o previsto. Ao mesmo tempo, solicitou ele, o Presidente Obama, o uso de bases colombianas pelos Estados Unidos. Não se trata, evidentemente, do prelúdio de uma invasão. Haverá menos de dois mil instrutores norte-americanos, na maioria civis. As instalações, segundo o Ministro da Defesa colombiano, Juan Manuel Santos, permanecerão sob controle nacional, ao contrário do que acontecia na Base de Manta, esta sim desativada por desacordo entre Washington e o Governo do Equador, que funcionava praticamente como instalação extraterritorial estadunidense.

O Brasil deve expressar suas apreensões sobre o aumento da presença militar da superpotência na região, inclusive em relação à Quarta Frota, reativada pelo Governo Bush, uma medida que gostaríamos de ver revertida na atual administração da Casa Branca.

É preciso, entretanto, analisar friamente a questão em cada um de seus pontos, principalmente diante da situação colombiana. O Brasil reúne condições de exercer papel relevante no cenário regional e internacional, mas, sem equilíbrio, o risco é que perca a confiança e o respeito necessários para essa missão. Esperamos que a visita que o Presidente Álvaro Uribe, nova visita, fará ao Brasil consiga aplacar os ânimos para que se possa analisar o problema dentro de bases realistas e serenas.

A política externa brasileira é da maior importância na medida em que o Brasil cresce de importância internacional, no processo de globalização, no processo de um País emergente.

Mas é fundamental que o Brasil mantenha a sua posição de imparcialidade; é fundamental que o Brasil não se deixe levar por análises superficiais. Precisamos manter essa mesma linha sóbria que o País sempre teve através das ações do Itamaraty, para mantermos a

confiança e podermos ter uma ação efetiva de relação pacífica especialmente na América do Sul.

Ouçó com muito prazer a Senadora Marisa Serrano.

O Sr. Marisa Serrano (PSDB – MS) – Obrigada, Senador Eduardo. A questão que V. Ex^a levanta é uma outra preocupação dentre tantas por que estamos passando esses dias nesta Casa, mormente agora que retornamos após duas semanas de recesso. Mas eu queria dizer que a preocupação de V. Ex^a, acredito, tem que ser a preocupação de todos os homens e mulheres deste País, que estão acompanhando essa movimentação diplomática aqui na América do Sul. Fazemos parte, V. Ex^a e eu, do Mercosul. Tenho certeza de que, como estou sentindo, V. Ex^a também deverá estar sentindo a fragilidade do Mercosul, a dificuldade que têm os nossos países em avançar. As questões estão extremamente amarradas. Quando não é um país que segura o próximo, ou um segura porque não tem, como o Paraguai, ainda as respostas que gostaria de ter de Itaipu. A Argentina segura porque não tem, às vezes, reciprocidade em algum tipo de comércio com o nosso País. O Uruguai, da mesma maneira. Então, eu gostaria de pedir ao Senador Raupp que me desse atenção, ao menos. De fato, essas dificuldades que estamos vivendo no Mercosul estão se espalhando de outra forma pelos nossos parceiros da América do Sul. Agora, discutir uma militarização da América Latina é muito difícil de aceitar. O Brasil está se armando para uma guerra? É por isso que estamos discutindo a compra de submarinos, helicópteros, tanques e aviões? É para isso? Estamos nos preparando para uma guerra? Vemos o caso da Venezuela, que adquiriu armas da Suécia. Essas armas, hoje, aparecem nas mãos das Farc. Essa triangulação foi feita com o conhecimento da Suécia? Parece-me que não, já que a Suécia pediu explicações ao Governo da Venezuela. Os Estados Unidos discutem a colocação de mais bases na Colômbia. Isso é sinal de guerra, de militarização ou de fortalecimento dos Estados Unidos na belicosidade da América Latina? Não sei. É para apoiar a luta contra o narcotráfico? Qual é o objetivo? Quer dizer, todos estamos passando por uma fase de muita preocupação. Não tenho claros os nossos objetivos. Eu não tenho e acredito que V. Ex^a pode ter muito mais do que eu e pode nos informar que tipo de política exterior o Brasil está pretendendo na América Latina e em outros países, mas principalmente nessas questões da América Latina. Não é passando a mão na cabeça, não é sendo generoso. Não, eu tenho que ajudar, é um companheiro; não, ele pode me ajudar lá na frente. É só a generosidade do Brasil? Qual é a questão? Qual é a política

nossa? Se V. Ex^a tiver uma resposta, como Presidente da nossa Comissão de Relações Exteriores, será ótimo poder dá-la para todo o País. Mas eu tenho dificuldade em imaginar para aonde estamos indo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Obrigado, Senadora Marisa.

Não tenho a resposta. Exatamente, estou trazendo este assunto porque é um assunto da responsabilidade do Senado Federal, é um assunto que diz respeito à posição de defesa do Brasil, diz respeito a nossa posição de liderança natural na América do Sul. Entretanto, vejo com preocupação sim essa posição de o Brasil ficar criticando a Colômbia ao mesmo tempo em que é tolerante com as ações da Venezuela.

Estamos aqui realmente num clima de divergências dentro do Senado, não quero mudar o assunto, eu quero é tratar de um assunto importante que é o assunto das relações internacionais, da militarização da América do Sul. O Brasil vai tomar decisão agora, brevemente, sobre a compra dos seus caças. São três os projetos apresentados. A transferência de tecnologia está prevista. O Brasil tem realmente uma frota antiga, mas evidentemente tem que ser para se defender, para se defender do narcotráfico, para defender as nossas fronteiras, para defender a Amazônia, e não para entrar em guerra com ninguém. O Brasil tem que ter uma postura pacífica como sempre teve. E tenho certeza de que essa é a posição de V. Ex^a também, que traz a contribuição a este debate importante.

Eu quero ouvir o Senador Mário Couto também a respeito do assunto.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Eduardo Azeredo, primeiro eu quero, se o Senador Flexa Ribeiro me permitir, dizer que V. Ex^a tem sido, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores, um exemplo de seriedade e de administração à frente daquela comissão. Por isso eu quero iniciar parabenizando V. Ex^a e toda a sua equipe. Mostra V. Ex^a hoje na tribuna, como sempre com uma inteligência ímpar, a sua preocupação com relação às políticas da América Latina. V. Ex^a fez uma abordagem ampla e falou nessa abordagem sobre a Venezuela, sobre Hugo Chavez. Hugo Chavez, V. Ex^a pode entender, é um homem meio neurótico, para não chamar de louco, de doido. Sinceramente, acho que o Presidente da Venezuela criou um conceito na América Latina bem diferente do conceito de antes. Hoje a América Latina, os países que têm relacionamento com a Venezuela, tenho certeza que têm esse relacionamento preocupadamente. Não é um relacionamento normal. O conceito da América Latina é um conceito hoje preocupante e visivelmente trazido à tona por Hugo Chávez. Se não fosse Hugo

Chávez, a América Latina teria ainda a sua tranquilidade. Hoje não tem. Sei lá se o Brasil se prepara para comprar armas. É bom que isso aconteça, eu não acho ruim, não. Se o País tiver condição, Senador, é bom que aconteça, porque ninguém sabe o que poderá criar esse maluco Presidente da Venezuela. Ele está, com certeza absoluta, trazendo preocupação não só para os Estados Unidos, mas para todos os países da América do Sul. Não sei se V. Ex^a teve oportunidade de ver ontem as cenas de agressão a uma emissora de televisão que faz oposição ao governo: uma cena dramática, violenta, impondo o fechamento da televisão. Como ele já fechou algumas televisões, as principais da Venezuela, de Caracas, não quis fazer mais um ato violento, da natureza que lhe é peculiar. Mandou o partido – que faz o que Presidente quer – fechar a rádio na marra, na base da violência. E vai fazer isso em todo o tempo de governo que tem pela frente que será, eu acho, eterno, porque ele já implantou a ditadura. Essa é a realidade, a ditadura está implantada na Venezuela. Queiram ou não queiram, disfarcem ou não, Hugo Chávez é um ditador. Então, já está implantada a ditadura na Venezuela. Fico tranquilo em apartear V. Ex^a e lhe propor, e ao Senador Flexa Ribeiro, que se possa formar uma comissão – escutei há pouco ele falando com o Senador Tasso – fazer uma comissão de Senadores para visitar a Venezuela, conversar com a oposição, com a situação, ver o âmbito da ditadura, o nível de implantação dessa ditadura, para que se possa falar ao povo brasileiro. O povo brasileiro deveria saber o que hoje acontece na Venezuela. E é importante que V. Ex^a, dentro da sua comissão, que brilhantemente dirige, possa empreender esta ação de se visitar a Venezuela e trazer as devidas informações. As que me chegam são de que já está implantada uma ditadura na Venezuela pelo ditador Hugo Chávez. Mas seria bom que V. Ex^a, oficialmente, pudesse convocar seis, sete Senadores para irem à Venezuela buscar essas informações e passar à população brasileira. Eu acho que isso é muito importante para uma avaliação de todos nós.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Obrigado, Senador Mário Couto. A idéia é importante, desde que possamos ser bem recebidos lá, que não tenhamos nenhuma dificuldade, como o Vargas Llosa teve, para chegar ao país.

Temos procurado ouvir o governo venezuelano, tanto é que o embaixador foi convidado a vir à comissão. Lamentavelmente, ele se recusou. Mandou um fax em que dizia que não viria à comissão porque achava dispensável a sua presença aqui; que já existiam opiniões preconcebidas, que a questão estava sendo

tratada de maneira ideológica e que nada ajudaria. Lamentavelmente, o embaixador da Venezuela teve oportunidade, foi convidado, mas se recusou a vir à comissão.

Na mesma audiência – a quarta audiência realizada – o ex-Prefeito de Chacal, na grande Caracas, um jovem político, pôde realmente trazer um belo depoimento em que mostrou, inclusive, que ele, como liderança emergente, foi impossibilitado de se candidatar dentro do processo de inelegibilidade que, coincidentemente, só atinge quem é contra o Presidente Chávez, assim como acontece com as rádios, isto é, são atingidas só as que são contra; a rádio que é a favor não tem nenhum problema, mas quando se trata de rádio que é contra sempre acham que está faltando um carimbo no papel ou coisa parecida.

Senador Flexa Ribeiro, ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Eduardo Azeredo, V. Ex^a com a diplomacia que lhe é peculiar tem, com brilhantismo, presidido a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Eu tenho dito que V. Ex^a é o nosso chanceler, chanceler da diplomacia parlamentar. E tem se havido muito bem nessa função. Hoje, no seu pronunciamento, V. Ex^a fala das posições assumidas pelo Presidente Hugo Chávez e na compra de armamentos feitas por ele. E faz um comentário a respeito também da aquisição de armamentos pelo Brasil, que já foi aqui mencionada como necessária, se houver recursos e não prejudicar áreas também importantes como a saúde e a educação. Eu acho que o Brasil precisa realmente no momento em que exista risco – e não podemos deixar de considerar que há um risco, representado pelo atual Presidente – não sei se ainda possa usar essa palavra – da Venezuela, para a América do Sul. É preciso que nos acautelemos fortalecendo e reaparelhando nossas Forças Armadas, o que V. Ex^a e eu viemos defendendo há anos. Há vários anos, na Comissão de Relações Exteriores, temos feito emendas para que o sucateamento das Forças Armadas – Exército, Aeronáutica e Marinha – seja resolvido por parte do Governo Federal. Hoje o jornal **O Globo**, na coluna *Opinião*, traz uma matéria – *Digitais chavistas* – que fala exatamente sobre o fechamento de 35 emissoras de rádio pelo Presidente Hugo Chávez. Ela já fechou, há um ano e meio ou há dois anos...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – A RCTV

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – É. A RCTV, não prorrogando a concessão dela. Naquela época, eu fiz um voto de repúdio ao Presidente Hugo Chávez, que

está na comissão tão bem presidida por V. Ex^a, que eu aqui solicito que V. Ex^a coloque em votação, coloque em pauta. Se ele será aprovado ou não, isso será decidido no plenário da Comissão, mas peço que V. Ex^a o ponha em pauta. Acho que o momento é oportuno para isso. Diz o jornal **O Globo**, na sua coluna *Opinião*, que se para dentro da Venezuela o projeto de Chávez é totalitário – e todos nós sabemos que o é –, para fora ele é desestabilizador. É isso que temos dito na Comissão quando defendemos a não entrada no Mercosul da Venezuela – não propriamente da Venezuela, porque não temos nada contra o país irmão, mas da Venezuela sob o poder do ditador Hugo Chávez – pela desestabilização que haverá. Eu comentava, e o Senador Mário Couto fez já uma observação sobre isso, com o Senador Tasso Jereissati, relator do processo. Dei entrada na Comissão de Relações Exteriores – e V. Ex^a já sabia, porque tinha comentado esse assunto com V. Ex^a – a um requerimento para que seja formada uma comissão de Senadores, presidida por V. Ex^a e coordenada pelo Rlator, Senador Tasso Jereissati, para que esses Senadores possam ir à Venezuela, não só a Caracas, e ouvir todas as partes. V. Ex^a, sabidamente, trouxe à CRE políticos de oposição a Hugo Chávez, os quais mostraram como são tratados lá na Venezuela. Então, vamos lá para que o Senador Tasso Jereissati possa efetivamente concluir o seu relatório. Eu sugiro... É evidente que precisa haver um equilíbrio nesse grupo que irá ...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador, eu peço que conclua.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Eu já concluo. V. Ex^a está sendo muito rigoroso com alguns e muito tolerante com outros.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu estou tendo bom senso porque há outros oradores.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Está bom; então tenha bom senso com todos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sempre tive; são 66 anos de bom senso.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Com 80; com alguns V. Ex^a não tem tido.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – São 66 anos.

Ô Senador Azeredo...

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Azeredo, eu quero dizer a V. Ex^a que vou pedir seja incluído extrapauta esse requerimento para que V. Ex^a possa efetivamente colocá-lo em discussão e em votação na reunião da Comissão de Relações Exteriores na próxima quinta-feira.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Perfeito, Senador Flexa Ribeiro. Farei isso na próxima reunião.

Presidente, vou concluir rapidamente agradecendo a intervenção do Senador Flexa Ribeiro e reiterar o que disse.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa PMDB – PI) – Mais um minuto. Cristo fez o Pai-Nosso em um minuto.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – V. Ex^a sabe que eu sou sempre bem econômico nas palavras. Eu quero terminar exatamente lembrando que o meu pronunciamento vem no sentido de que o Brasil deve manter a sua imparcialidade. Não tem sentido o Brasil criticar a atuação da Colômbia e ao mesmo tempo ser tolerante com a militarização da Venezuela. Esse é o ponto básico que estou trazendo aqui. A Venezuela já adquiriu equipamentos no valor de US\$20 bilhões, militarizando suas Forças Armadas de maneira avançada. Ao mesmo tempo, há uma crítica à Colômbia por continuar enfrentando o narcotráfico. Portanto, esse é o ponto. O Brasil tem uma tradição pacífica e tem que continuar com essa tradição; para isso, não pode ter um **parti pris**. O Brasil não pode ser parcial; o Brasil tem que se manter numa posição de liderança imparcial.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Azeredo, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra, como Líder, Antonio Carlos Valadares, do PSB.

V. Ex^a, regimentalmente, tem 20 minutos.

Antonio Carlos Valadares traduz a grandeza das virtudes dos Senadores do Brasil.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB - SE) – Obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Seu saber jurídico iguala-se ao de Rui Barbosa.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Nossa! O senhor está me alteando acima dos meus merecimentos, virtudes e qualidades.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – E como Abraham Lincoln também, seu companheiro jurista, que disse: “Caridade para todos, malícia para nenhum e firmeza no Direito”.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, antes de entrar no assunto principal do meu pronunciamento, que é sobre uma proposta

de redução da vazão do Rio São Francisco, o que, sem dúvida alguma, poderá acarretar sérios prejuízos aos Estados do nordeste, principalmente Sergipe e Bahia, onde está a foz do Rio São Francisco, eu gostaria de dizer que lamento a situação por que está passando o Senado Federal.

Antes, as medidas provisórias trancavam a pauta. Não havia entendimento entre Governo e Oposição sobre determinados mecanismos das medidas provisórias, e a pauta ficava emperrada por dias e mais dias.

Hoje estamos vendo que, em virtude da crise que se abateu sobre o Senado, o que está emperrando os trabalhos não são mais as medidas provisórias; é a crise, que deve ser resolvida, mas sem contrariar a sociedade no que diz respeito ao andamento normal dos trabalhos da Casa.

Nós esperamos que essa crise seja contida e debelada de forma convincente e não cambaleante e que a sociedade brasileira se convença das decisões que forem tomadas aqui sobre as irregularidades que estão sendo investigadas em nível de Conselho, em nível de Ministério Público e internamente em nível administrativo.

Afinal, nós começamos nossos trabalhos de sempre às 14 horas; e o assunto predominante, desde o início dos nossos trabalhos depois do recesso, ainda é a crise. Pede-se a licença, pede-se o afastamento do Presidente. Tudo isso está ligado unicamente a uma decisão unilateral, a uma decisão de foro íntimo do Presidente, que não atendeu a nenhum dos apelos.

Desse modo, por causa disso e em face disso, o trabalho do Senado não pode ficar parado. Temos responsabilidades. As Comissões estão funcionando, e os projetos estão sendo aprovados. Amanhã mesmo, estaremos discutindo várias matérias – inclusive a lei que trata da regulamentação do funcionamento da Defensoria Pública, uma das instituições mais importantes ao lado do Ministério Público, da CGU e de tantas outras que foram objeto da criação da Constituição de 1988.

O debate sobre a crise não pode ser proibido no âmbito do Senado, afinal de contas isso atinge todos os Senadores e Senadoras. A tribuna é livre e a democracia impera nesta Casa. Todos os assuntos são livres e não há nada proibido de se falar, inclusive sobre essa crise que está retardando o funcionamento normal dos nossos trabalhos.

Então, o que eu proponho é que, mesmo diante desse impasse, as Lideranças se reúnam e que elas determinem, que determinemos juntos, uma pauta mínima para o funcionamento desta Casa, enquanto são apurados todos os fatos.

O Senador Arthur Virgílio aqui, com muita propriedade, mostrou algumas das proposições que são

objeto da sua preocupação e da de todos nós, e essas proposições a que ele se referiu são da mais alta importância. É lógico que a crise tem que ser resolvida, é importante, para que a normalidade volte a esta Casa, mas nós não podemos cruzar os braços.

Antes, Senador Arthur Virgílio, eram as medidas provisórias, agora é essa crise que está emperrando.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Um aparte, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador Mário Couto, com muito prazer concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Valadares, primeiro é para parabenizar V. Ex^a pelo brilhantismo do seu pronunciamento na tarde de hoje. V. Ex^a se preocupa, logicamente, com o trabalho desta Casa. Tenho certeza de que assim a sociedade cobra de cada um de nós. Lógico que a sociedade não quer ver o Senado o tempo todo mergulhado em uma crise. A sociedade quer que o Senado produza para ela. A sociedade quer que possamos votar os projetos importantes que venham beneficiá-la.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Como o da aposentadoria, sobre o qual V. Ex^a fala todos os dias.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Pronto. Um é esse. O outro é o voto secreto.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Do qual já tenho o relatório completo.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Vamos derubar o voto secreto. Acho que... Eu lhe aparteei só para o seguinte: primeiro, para parabenizá-lo; segundo, para dizer a V. Ex^a que a sua proposição na tarde de hoje foi brilhante. Propôs que os Líderes sentem e façam uma pauta...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Mínima.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – ...mínima para se trabalhar. Brilhante o seu raciocínio, a sua proposta. Que os Líderes possam amanhã mesmo conduzir a sua solicitação para que este Senado possa trabalhar normalmente. Já chegam as medidas provisórias. Elas mais a crise, aí emperra de uma vez. A sociedade não gosta disso, não quer isso. V. Ex^a trouxe a solução. Espero que amanhã os Líderes possam sentar e façam uma pauta para podermos trabalhar na quarta e na quinta-feira, na semana, enfim, até que a crise se conclua. Parabéns!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mario Couto. V. Ex^a, com a sua sensatez, verificou que realmente todos os instrumentos de fiscalização estão á dispo-

sição do Senado. Nenhum obstáculo pode ser criado para as investigações, para as averiguações.

No entanto, o Senado não pode parar os seus trabalhos. Afinal de contas, temos responsabilidades públicas. Não podemos parar a pauta do Senado porque há uma crise. A crise, em democracia é assim. A crise continua, mas o trabalho do Senado não pode parar, ou seja, o Senado não pode se dar por vencido e dizer que foi vencido pela crise.

Com a palavra o Senador Líder, a quem proponho que nos reunamos para fazermos uma pauta mínima parecida com aquela que V. Ex^a se dispôs a apresentar.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a está coberto de razão, Senador Valadares e creio que daria para acrescentar pontos de outros Senadores. Eu repito os que sugeri da tribuna. O PLS nº 85, de 2009, o Cadastro Positivo, é aquele que premia quem paga bem, quem paga corretamente, quem paga em dia porque hoje você tem um cadastro. Hoje temos um cadastro negativo que é aquele que pune quem paga mal. Ora, se se desse condição privilegiada de juros, de facilidade de compras a quem é bom pagador, primeiro, ficaria o estímulo a ser bom pagador e, segundo, uma facilidade danada de se ver com quem o comércio está lidando. Bom para o consumidor e bom para o comércio, enfim. O PLC de 2009, o nº 6, que trata do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, é uma exigência do Brasil que está crescendo, que está com uma economia sofisticada cada vez mais e que exige que nós tenhamos, por um lado, grandes empresas, grandes conglomerados, grandes **global players** e, por outro lado, que tenhamos os cuidados com os exageros dos oligopólios e os cuidados com as tentativas de monopolização. O PLC nº 136, de 2009, que cria a Superintendência Nacional de Previdência Complementar, Previc, substitui a Secretaria de Previdência Complementar – SPC. Na verdade isso moderniza, agiliza e é bom para quem pretende se dedicar a investir na Previdência Complementar. E aí temos, na reforma política, quaisquer pontos, seja matéria que vem da Câmara, os pontos bons. Temos contribuições dos Senadores Jarbas e Marco Maciel, e temos o trabalho que V. Ex^a fez que foi muito bom. A partir da PEC, se não me engano uma sua, Sérgio Cabral, Paulo Paim, Alvaro Dias, V. Ex^a condensou tudo isso num compacto relatório. E V. Ex^a, em vez de propor para o Senado e depois emendarem o que V. Ex^a estava propondo, V. Ex^a ouviu todos os Senadores, os 81, e todos disseram o que era de ser voto secreto e o que era de não ser. Eu me lembro que fizemos mais ou menos juntos, e havia uma diferença só. Eu, por

exemplo, considero que deve ser voto secreto o veto presidencial, porque fica difícil um governo, qualquer que seja, perder a votação de um veto, se a pessoas que estão votando, votarem a descoberto, assim como autoridades. Devemos fazer tudo para proteger o eleitor, aquele princípio do parlamento britânico que diz: vamos proteger o súdito contra o poder do rei. Mas, no mais, nós abolimos, naquela proposta ali, pelo menos no que fizemos juntos aqui, vários votos secretos que não são necessários e que devem ser frontais, devem ser muito claros. Por exemplo, cassação de mandato é algo que deve ser voto aberto, para as pessoas colocarem o rosto de fora. Não tem por que alguém ter temor de uma retaliação desse tipo. Mas enfim, aquele seu trabalho foi louvável, e eu concordo mais uma vez com sua idéia madura, equilibrada, que visa a termos que dar conta das coisas todas, da solução para as crises, das Comissões Parlamentares de Inquérito, de Comissões Especiais que, porventura, estejam na Casa e da votação, porque nós temos que votar. Estamos aqui com a nação cobrando que também votemos. Parabéns a V. Ex^a pelo oportuno e maduro discurso que profere na tarde de hoje, o que não nos surpreende porque essa é a tônica da sua atuação.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador Arthur Virgílio, tenho certeza de que, com o apoio de V. Ex^a, com a aquiescência de V. Ex^a, os líderes vão se reunir e vão chegar a um denominador comum.

Há uma conclusão óbvia que a nação cobra de todos nós. O Supremo Tribunal Federal, o Tribunal Superior Eleitoral, de vez em quando, exorbitam de suas funções e legislam no nosso lugar. Às vezes, viemos aqui reclamar de que estamos sendo substituídos pelo Poder Judiciário.

Ora, num momento como este, devemos demonstrar maturidade, coragem e eficiência, não só para votarmos os projetos importantes que estão na pauta, como também para resolvermos a crise. Se a crise é do Senado, nós mesmos temos que resolver. Não é o Presidente Lula que tem que resolver; nós é que temos que resolver aqui internamente. Então, temos capacidade, competência, instrumentos para isso. Vamos trabalhar nas duas vertentes: resolver a crise e colocar em pauta todos os projetos que forem importantes e que a sociedade exige de todos nós.

Sr. Presidente, outro assunto que queria trazer à consideração do Plenário desta Casa é o problema da proposta da redução de vazão do rio São Francisco. O rio São Francisco é o rio da unidade nacional, um rio que banha vários Estados, nasce na Serra da Canastra, em Minas Gerais, e percorre 2.600 km, pro-

move projetos de irrigação, de abastecimento d'água, de energia elétrica. É o rio que contribui decisivamente para o desenvolvimento de uma vasta região, não só do Nordeste, mas de grande parte de outros Estados que não são do Nordeste do Brasil. O que é, então, que está acontecendo?

Há uma proposta em tramitação no Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), órgão presidido pelo Ministro das Minas e Energia, Edison Lobão, que promete causar muita polêmica com o objetivo de facilitar a economia de água da barragem do Sobradinho, que é o pulmão do sistema hidrelétrico do Nordeste em períodos de seca ou de dar uso ao crescente parque de geração termelétrica da região. O Comitê pretende obter licença para reduzir a menos de 1.300 metros cúbicos por segundo a vazão mínima do rio São Francisco a partir da chamada Barragem do Sobradinho.

O Diretor-Geral do Operador do Sistema Elétrico, Hermes Chipp, membro do CMSE, sugere que a vazão média caia para 700 metros cúbicos por segundo, de acordo com a reportagem em O Valor Econômico. O diretor disse que foi criado um grupo de trabalho coordenado pela Agência Nacional de Águas para estudar a viabilidade e os impactos da propostas. Disse ele:

Pedimos na última reunião (do comitê) que a ANA agilizasse o processo. Evidentemente, terá que haver articulação com o Ministério do Meio do Ambiente e com o Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco.”

Atualmente, por licença do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), e por resolução da ANA, a vazão mínima da barragem de Sobradinho, no norte da Bahia, é de 1.300 m³/s. O limite é considerado o mínimo necessário para não prejudicar outros usos das águas do rio, como abastecimento de cidades, irrigação, navegação, e nem causar danos ambientais no baixo São Francisco (basicamente, da barragem à foz, situada entre os Estados de Alagoas e Sergipe).

O problema é que, quando as chuvas do chamado período úmido, de dezembro a abril, não chegam no tempo e na quantidade necessária, a vazão mínima prejudica a formação de estoque de água no lago para gerar energia no período novamente seco, de maio a novembro. É necessária, então, uma com-

plexa negociação, caso a caso, que permita baixar temporariamente o limite.

No passado recente, a permissão foi dada durante o apagão de 2001 quando a vazão caiu para 1.000 m³/s, e em 2004 e 2007, quando a mínima baixou para 1.100 m³/s. O objetivo do ONS, com o aval do CMSE, é tornar essa possibilidade de redução automática sempre que seja necessário.

A outra razão para baixar a cota mínima do rio é mais complicada e polêmica. O problema é que a passagem mínima de 1.300 m³/s de água por Sobradinho acaba fixando em 3.600 megawatts médios a geração mínima de energia hidrelétrica nas grandes usinas do Nordeste, todas no São Francisco.

Com todas as contratações de energia elétrica de origem térmica para a região feitas nos leilões de venda de energia promovidos, nos últimos anos, pela Agência Nacional de Energia Elétrica, os dados do ONS mostram que, em 2013, a capacidade de geração térmica da região estará em 10.200 megawatts médios, a maior parte vinda de usinas a óleo.

Com os 3.600 megawatts mínimos de geração das grandes usinas e mais 450 megawatts de pequenas usinas, o Nordeste terá a capacidade de gerar, em períodos secos, até 14.250 megawatts médios, para uma carga prevista de 9 mil megawatts.

Sr. Presidente, baixar a vazão do rio para poupar água em vez de ampliar rapidamente a capacidade de transmissão vai gerar sérios problemas, principalmente nos Estados do Sergipe e da Bahia.

Eu tenho aqui depoimento por exemplo, do engenheiro de pesca José Bonifácio Valgueiro de Carvalho, produtor de alevinos em Propiá...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador, vou gerar mais um minuto para a conclusão.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Já estou concluindo.

Disse que, na sua opinião, o impacto de uma redução na descarga de Sobradinho para até 700 m³/s “vai ser terrível”.

Carvalho prevê que a resistência do rio à entrada das marés pela foz, que já está baixa, vai diminuir a ponto de tornar inviável a captação de água doce nos municípios mais próximos à foz, como Piaçabuçu e Penedo, em Alagoas, e Brejo Grande e Neópolis, em

Sergipe. Segundo ele, atualmente já é possível pescar siri, crustáceo de água salgada, em Propiá, a 60 quilômetros da foz.

Sr. Presidente, eu venho alertar as autoridades constituídas, principalmente o nosso Ministro Edison Lobão, do perigo que representa a redução dessa vazão para a nossa região, abrangendo os Estados de Alagoas e Sergipe, que mais vão sofrer os impactos da queda dessa vazão.

Sr. Presidente, por fim, espero, repetindo o que disse no início do nosso pronunciamento, que os nossos Senadores Líderes, que fazem, sem dúvida alguma, o movimento político nesta Casa, que impulsionam os trabalhos legislativos nesta Casa, possam se reunir e chegar a uma conclusão que considerarei louvável se vier a acontecer. E já tenho a manifestação de dois Líderes, Mário Couto e Arthur Virgílio, e tenho certeza de que as demais Lideranças vão atender a esse apelo. De um lado, existe a crise – ela terá de se resolver de uma ou de outra forma; do outro, insuperável, uma coisa inflexível que é o nosso trabalho nesta Casa.

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Isto é, tudo aquilo que for produzido na Câmara dos Deputados e nas Comissões do Senado Federal, tem de ser objeto de votação. O Senado não pode se render à crise, não pode se ajoelhar diante da crise, não pode se entregar à omissão, porque existe uma crise a ser resolvida e que está sendo investigada, tanto em termos de CPI, como em termos de Conselho de Ética, que pode bater até no próprio Plenário. Mas, enquanto isso não acontece, Sr. Presidente, vamos trabalhar com afinco, a fim de que o povo brasileiro possa se orgulhar do seu Senado Federal, porque, mesmo em meio a essa abordagem crítica,...

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – ... nós somos capazes de trabalhar e exercer o nosso papel de parlamentares, de legisladores.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente, e peço que seja inscrito nos Anais da Casa todo esse trabalho sobre o rio São Francisco que eu iria ler, mas não houve tempo.

Agradeço a V. Ex^a.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**REUNIAO AMPLIADA EXTRAORDINARIA
CAMARA CONSULTIVA REGIONAL DO BAIXO SÃO FRANCISCO
COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO**

Propriá, Sergipe - 15.02.08

DOCUMENTO A SER ENCAMINHADO À DIRETORIA DO CBHSF, MINISTERIO PUBLICO FEDERAL, COORDENAÇÃO DAS PROMOTORIAS PUBLICAS ESTADUAIS DA BACIA, ANA, IBAMA, CHESF, ANEEL, ONS E REDE DE PESQUISA DE ECOVAZÕES

O atual quadro crítico de baixas vazões no submédio e baixo São Francisco, em plena período úmido, época das cheias anuais naturais, é extremamente preocupante e demonstra, mais uma vez, as incertezas e conflitos que cercam os usos múltiplos das águas do rio São Francisco.

Desde o início do ano as vazões liberadas pelo reservatório de Sobradinho vem diminuindo, situando-se inicialmente na faixa de 1.300 m³/s, valor mínimo estabelecida pelo Comitê da Bacia, no seu Plano de Recursos Hídricos e pelo IBAMA para situações de baixo estoque nos reservatórios. Ocorre que desde o início de fevereiro as vazões foram diminuídas para aproximadamente 1.100 m³/s, valor, portanto, abaixo do mínimo estabelecido.

A Agência Nacional de Águas autorizou a pratica destas vazões, até abril 2008, em uma explicita violação ao Plano de Recursos Hídricos da Bacia e com expressa discordância do CBHSF, em reunião realizada em Brasília, por entender que tal situação afeta os usos múltiplos das águas no submédio e baixo São Francisco, privilegiando o setor usuário hidroeletricidade em detrimento dos demais.

A pratica destas baixas vazões durante um período tão prolongado gera também vários impactos sobre o ecossistema aquático. Por ocorrer em pleno período da piracema, quando as fortes correntezas estimulavam a desova dos peixes e no período em que as lagoas marginais, parte importante do ciclo reprodutivo dos peixes, deveriam estar sendo inundadas durante as cheias anuais, causam profundos impactos sobre a reprodução dos peixes. As conseqüências deverão ser sentidas ao longo do ano, com menor quantidade de peixes para a pesca.

O atual episódio de vazões baixas durante tantos dias, constitui uma situação inédita, não vivenciada nesta época do ano desde o início de operação das grandes barragens no rio São Francisco. Portanto, desde que o rio passou a ser regularizado, com as vazões defluentes das barragens sendo fruto das decisões sobre a regra de operações definidas pelo setor elétrico. Este fato demonstra o agravamento do quadro de conflitos que se instalou no segmento do rio abaixo das grandes usinas hidrelétricas.

O quadro crítico atual, no qual o rio mostra suas entranhas e pede socorro, poderá se repetir nos próximos anos? É uma antevisão do futuro? Será um alerta para o destino que está reservado para o São Francisco diante das ameaças que cercam o seu futuro? Será que os grandes e poderosos interesses políticos e econômicos externos à bacia é que continuarão ditando o seu futuro, contando para isso com a omissão e submissão de todos os órgãos públicos responsável pela gestão de suas águas?

Diante de tudo isso é que existe uma verdadeira comoção social em Sergipe e Alagoas com as visões de um rio assoreado e reduzido a 1/3 da sua largura normal em vários pontos. O tema tem ocupado significativo espaço na imprensa regional e tem sido motivo de preocupação na sociedade de Sergipe e Alagoas, além de afetar diretamente os usuários das águas do rio São Francisco e o ecossistema.

Diante do exposto, a CCR do Baixo São Francisco, reuniu-se em Propriá (SE) em 15 de fevereiro de 2008 para analisar a situação e decidiu pelo encaminhamento deste documento no qual consta a sua avaliação e pleitos aos órgãos competentes.

A CCR - Baixo São Francisco considera que:

1. O atual episódio crítico de vazões mais uma vez configura de forma clara o quadro de conflito de uso que se instalou no baixo São Francisco após a construção da cascata de barragens destinadas à geração de energia elétrica, em se contrapõem as demandas e interesses do setor hidrelétrico e os demais usos múltiplos, aí incluídas as demandas ambientais e que resultaram em um expressivo passivo sócio-econômico-ambiental;
2. Após decorridos anos de regularização das vazões e da implantação de um Comitê da Bacia, não há justificativa plausíveis para que as situações críticas, que resultem na prática de altas ou baixas vazões, continuem a ser decididas exclusivamente pela Agência Nacional de Águas, Ibama e pelo usuário setor hidrelétrico. A participação do Comitê nas reuniões tem sido meramente informativa, sem nenhum poder de interferir nas decisões;
3. Tampouco se justifica a não participação dos demais usuários, das prefeituras e dos representantes da sociedade civil do Baixo São Francisco, representados pela CCR Baixo São Francisco, os quais tem sido até agora meros expectadores das decisões adotadas em outras esferas, mas certamente, os únicos a arcar com o ônus resultante destas decisões.
4. Consideramos que não deve persistir a relação perversa que se instalou após a construção das grandes barragens, na qual as necessidades da população ribeirinha e dos ecossistemas são sistematicamente submetidas aos interesses dos Estados fora da bacia e das demais regiões dos próprios Estados da Bacia, com o intuito de promover o seu desenvolvimento econômico e bem estar social, mas resultando em impactos negativos sejam ambientais ou sócio-econômicos, inteiramente assumidos pela região do submédio e baixo São Francisco, sem que existam efetivas medidas de comunicação social, mobilização social, de mitigação ou de compensação do pesado ônus sócio-econômico-ambiental.
5. Consideramos que este quadro irá se agravar, caso se concretize a famigerada transposição das águas do rio São Francisco, quando ficaremos definitivamente à mercê dos interesses econômicos e políticos dos Estados do NE Setentrional. Já esta sendo

demonstrado que, quando se contrapõe estes interesses externos com as necessidades do baixo São Francisco, a escolha é sempre recai na priorização dos primeiros.

6. Para justificar a transposição, diante do alerta de que ela afetará a segurança energética do Nordeste, já que provocará a diminuição da geração de energia hidrelétrica no rio São Francisco, os seus defensores sempre alegam que há outras formas de compensar esta perda. Entretanto, em episódios reais, não é isso que se verifica. Neste atual episódio, ficou evidente o quanto o NE depende da geração de energia elétrica no Rio São Francisco. E esta geração é priorizada, mesmo se isso implicar em prejuízos para o segmento do rio à jusante das barragens. Foi o que aconteceu ao longo de 2007, em decorrência do aumento da demanda por energia elétrica no NE. O aumento do consumo foi da ordem de 7%, segundo dados fornecidos pela CHESF, em ofício enviado ao CBHSF. Gerar mais energia, implica em aumentar a liberação de vazões nas hidroelétricas. Foi isso que ocorreu em 2007 e o resultado foi o esvaziamento do reservatório de Sobrinho, em um prazo de 8 meses e o aumento da dependência da ocorrência de chuvas no início do período chuvoso para repor os estoques dos reservatórios.

7. Entretanto, a decisão de atender totalmente esta demanda, em lugar de adequá-la à condição do rio (já que se tinha conhecimento de que as médias pluviométricas em 2007 estavam abaixo da média histórica, conforme admite correspondência da CHESF enviada ao CBHSF), colocou em risco a garantia de vazões adequadas para o presente período úmido e, portanto, foi um forte componente na deflagração do atual quadro crítico.

8. A grave questão que fica no ar é: se o reservatório de Sobradinho foi quase que totalmente esvaziado em menos de um ano (de 100 % em abril para cerca de 12% em dezembro 2007), o que ocorrerá daqui por diante, mantendo-se em 2008 esta demanda? A importação de energia de outras regiões suprirá este aumento de demanda, ou iremos correr o risco de nos deparar com este mesmo quadro em 2009 e nos anos seguintes? Recorde-se que esta é “água perdida”, “despejada para o mar” do discurso dos que defendem a transposição e que tratam com profundo desprezo e desrespeito a população do baixo São Francisco e o seu meio ambiente, no afã de justificar a transposição a qualquer custo.

9. O atual quadro crítico tem despertado a atenção e provocado verdadeira comoção social em Sergipe e Alagoas. É uma antevisão do estado que o rio poderá ficar de forma permanente daqui a alguns anos, caso não se mude a forma insensata como esta sendo conduzida a gestão de uso suas águas. Conduzir a gestão de uma bacia complexa, como a do rio São Francisco, pautada pelo propósito prioritário em atender interesses econômicos e políticos externos à bacia é uma sensatez e irresponsabilidade. O caminho para fazer frente aos inúmeros desafios e conflitos é a gestão participativa e descentralizada, com a efetiva participação do seu Comitê de Bacia, como preconiza a lei 9433 e construção de um pacto de gestão de suas águas que garanta a sustentabilidade.

10. Finalmente, a CCR alerta que este quadro antecipa os conflitos que advirão caso a transposição seja concluída e que, se forem mantidos os procedimentos atualmente praticados, o baixo São Francisco continuará a pagar a crescente conta ambiental e socioeconômica.

Diante do exposto, a CCR questiona:

1. A forma improvisada com que são tratados os episódios de altas ou baixas vazões. A falta de um sistema de alerta e comunicação eficiente e amplo, sendo que no momento o compromisso neste sentido se resume ao envio de fax às instituições e órgãos governamentais, cabendo a estes o ônus de mobilização e adoção de medidas.
2. Por que os critérios ambientais e seus respectivos danos ao ecossistema, bem como os danos aos usuários não consuntivos não tem sido levado na devida consideração quando das decisões sobre vazões críticas.
3. Por que não há uma representação específica do Baixo São Francisco neste processos decisórios, representada pela Câmara Consultiva Regional que reúne Poder Público, inclusive Municipal, Sociedade e Usuários.
4. Por que as decisões são sempre tomadas à revelia das posições do Comitê, que sempre é minoria e voto vencido nestas reuniões, as quais resultam invariavelmente na violação do Plano da Bacia e da prerrogativa do CBHSF de determinar os limites de vazões, conforme a Lei 9433, regulamentada por resoluções do CNRH, como aconteceu em 2003 e agora em 2008
5. Por que não foi realizada consulta formal ao CBHSF sobre a diminuição das vazões, da mesma forma que foi encaminhado à ANA e o IBAMA, uma vez que também seria necessária a autorização do CBHSF?

A CCR-Baixo São Francisco encaminha os seguintes pleitos:

1. Reinvidica à ONS, CHESF e ANA a participação efetiva do CBHSF nos processos decisórios sobre a definição das regras de operação das barragens que controlam a liberação de vazões para o baixo São Francisco e principalmente sobre as ocasiões que demandam a prática de baixas e altas vazões em eventos hidrológicos críticos.
2. Propõe ao CBHSF, ANA, Sistema hidrelétrico, Governos Estaduais, incluindo SRH e Defesa Civil e MP esforços para instituir um **Sistema de Alerta e Gestão de Eventos Hidrológicos Críticos** de tanto para vazões abaixo da mínima como para cheias que inclua medidas mitigadoras e compensatórias e procedimentos eficientes de comunicação e participação social.

3. Solicita à Diretoria Colegiada do CBHSF iniciar os procedimentos visando à proposição da abertura de um processo de conflito de usos, para o qual deverá existir consulta formal aos usuários atingidos. Solicita que seja considerado o princípio da contabilidade ambiental para o cálculo das perdas ambientais e sócio-econômicas geradas pelo barramento e regularização do rio e pelos eventos hidrológicos críticos derivados das regras de operação das barragens.

4. Solicita ao Ministério Público Estadual e Federal que seja aberto procedimentos jurídicos para apurar a legalidade dos procedimentos adotados no processo de decisão sobre a prática de vazões abaixo da mínima estabelecida no Plano de Recursos Hídricos da Bacia e as responsabilidades sobre os impactos causados por ocasião do episódio de baixas vazões em pleno período natural de altas vazões (início de 2008).

5. Solicitar ao Ministério Público que sejam periciadas as regras adotadas na operação das barragens do submédio e baixo São Francisco durante o ano de 2007, diante da constatação de que a barragem de Sobradinho estava em abril de 2007 com quase 100% de seu volume útil e chegou ao final do ano com 12%, fator decisivo para gerar o atual quadro crítico de baixas vazões. Solicita-se ao MP verificar se não existia a possibilidade da diminuição gradativa das vazões, em lugar de manter as vazões em nível elevado durante o ano de 2007, o que poderia ter evitado o quadro atual de vazões muito baixas que penaliza o baixo São Francisco. Considere-se neste sentido que a CHESF e ONS já tinham conhecimento prévio que o nível de chuvas em 2007 esteve claramente abaixo da média histórica e que se constituía um risco chegar ao final do ano com os reservatórios em níveis muito baixos. Neste caso, a adoção de medidas de restrição de vazões no momento devido, inclusive com eventual racionamento, evitaria as consequências negativas no baixo São Francisco.

6. Solicita-se ainda ao MP que apure se as altas vazões praticadas em outubro-novembro foram motivadas por necessidade de atendimento a demandas maiores de geração de energia, como alegado ou se houve uso político desta operação visando aumentar as vazões do rio no período em que o Bispo D. Luiz Cappio esteve em greve de fome contra a transposição, e assim exibir imagens do rio cheio.

7. Solicita à CHESF e ao IBAMA que sejam disponibilizados ao público, ao Comitê e às instituições de pesquisa, todos os dados obtidos nos levantamentos e monitoramento do rio, como decorrência dos condicionantes do licenciamento da UHE Xingó.

8. Solicita que a CHESF que instale um escritório/ouvidoria em uma das cidades ribeirinhas no baixo São Francisco.

9. Solicita à coordenação da Rede de Pesquisa Ecovazões (CNPq/CT HIDRO):

- A CCR- Baixo considera que este episódio se insere em uma questão mais ampla que a definição de um regime de vazões ecológicas para o Baixo São Francisco, como previsto no Plano de Recursos Hídricos da Bacia.
- Considera que vazões que estão sendo praticadas não são ecológicas, e sim ambientalmente impactantes.
- Solicita à REDE extremo cuidado na metodologia a ser adotada para o estabelecimento das vazões ecológicas, manifestando sua preocupação quanto à possibilidade de tais metodologias, muitas vezes desenvolvidas em outros países, baseadas em sistemas fluviais totalmente diversos, podem levar a conclusões adversas às necessidades do ecossistema e à população do baixo São Francisco
- Que seja leveda em consideração a relação histórico-cultural existente entre o povo alagoano e sergipano e o rio São Francisco que não querem ver o rio reduzido às suas vazões mínimas para atender às demandas de uso da água para fins econômicos rio acima, e que poderão ser extremamente potencializadas com uma possível conclusão da transposição, em que os interesses econômicos dos Estados do Ceará, RN e PB também estarão disputando a exclusividade no uso de uma parcela significativa das águas do rio.
- Solicita que a popularização da discussão sobre o tema vazões ecológicas, divulgando-o amplamente através de consultas públicas e a divulgação em linguagem acessível à população.

10. Solicita ao IBAMA, nos procedimentos de renovação da licença ambiental de operação da UHE Xingó:

- A abertura de discussões públicas sobre os condicionantes da renovação da licença de operação da UHE Xingó, que nas ocasiões anteriores foi conduzida exclusivamente em Brasília e que inclua a participação efetiva do CBHSF, através da CCR- Baixo São Francisco.
- Apresentar à sociedade e ao Comitê a avaliação sobre a execução dos condicionantes já existentes e a exposição sobre a aplicação das compensações ambientais da UHE Xingó na região e em áreas de preservação situadas em outros Estados.

A CCR informa que:

1. Irá criar grupo de trabalho temático no âmbito da CCR com o objetivo de acompanhar a operação das barragens, estabelecer dialogo com o setor elétrico e a ANA, buscar meios de atuar nos processos decisórios sobre vazões regularizadas e em eventos hidrológicos críticos

2. CCR voltará a debater a construção da Barragem de Pão de Açúcar, seus impactos e suas relações com a transposição, através de consultas públicas, conforme autorizado pelo Plenário do CBHSF.

Propriá, 15 de fevereiro 2008

**Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco
Camara Consultiva Regional do Baixo São Francisco**

Nota Pública

ÁGUA PARA O SÃO FRANCISCO!

A Câmara Consultiva do Baixo São Francisco, órgão do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), reunida ordinariamente na cidade de Propriá, Estado de Sergipe, faz os seguintes esclarecimentos:

1. A região do Baixo São Francisco, que delimita a fronteira entre os Estados de Alagoas e Sergipe, tem sido, historicamente, a principal prejudicada com a diminuição drástica das vazões do rio;
2. Infelizmente a sua população não tem sido compensada na razão direta dos prejuízos provocados por essas vazões diminuídas, sobretudo porque os cálculos das compensações não são feitos levando em consideração a moderna ferramenta da contabilidade socioambiental;
- 3 Por decisão dos órgãos do Governo Federal, notadamente da Agência Nacional de Águas e do Operador Nacional de Energia (ONS), até abril deste ano de 2008 a vazão de restrição -notadamente no trecho do Baixo São Francisco – seguirá nos reduzidos valores de 1.100m³/s (mil e cem metros cúbicos por segundo), vazão esta que impõe enormes sacrifícios às populações, ao meio ambiente e à economia dos dois estados referidos.
4. Tendo em vista que, no momento da reunião da Câmara Consultiva, os níveis da Barragem de Sobradinho já haviam se elevado a 30% de sua capacidade útil, é urgente que seja imediatamente reavaliada a necessidade de aumento gradual da vazão de restrição na Foz do São Francisco.

5. Na batalha pela revisão imediata dos valores da vazões fixadas pelo ONS, é essencial que haja maior transferência de energia do sistema nacional para o Sistema CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco).

6. A grave crise ambiental provocada pela diminuição das vazões do São Francisco, remete-nos, mais uma vez, à necessidade de exigir do Congresso Nacional a imediata revisão da legislação atual, de forma a possibilitar que a operação das barragens hidrelétricas passe a se fazer com a máxima transparência e rígido controle social, controle este a ser implementado com a participação dos comitês de bacias hidrográficas e de outras instituições representativas da sociedade civil e do Poder Público.

7. Em relação ao item anterior, sugerimos que a ANA (Agência Nacional de Águas), a CHESF e o ONS promovam, imediatamente, audiências públicas nas cidades pólo do Baixo São Francisco para ouvir a população e avaliar diretamente os prejuízos causados pela diminuição das vazões.

8. No caso da futura fixação de vazões que porventura estejam abaixo dos valores da vazão mínima de restrição, deverão ser levados em conta aspectos ambientais e sociais dos impactos decorrentes, a serem analisados previamente pelo CBHSF e pelos órgãos encarregados do licenciamento ambiental.

9. A Câmara Consultiva, através da unanimidade dos seus membros, renova a sua mais veemente condenação ao Projeto de Transposição do Rio São Francisco, cuja consecução tornará ainda mais dramáticas as crises de escassez hídrica na região; condena também os planos de construção da Barragem de Pão de Açúcar e, finalmente, exige do Governo Federal que tire imediatamente do papel o projeto de revitalização da bacia.

Própria, 15 de fevereiro de 2008

CÂMARA CONSULTIVA DO BAIXO SÃO FRAN

Comitê quer permissão do Ibama para que a vazão mínima em Sobradinho passe dos atuais 1.300 m³/s para até 700 m³/s.

O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, presidido pelo ministro das Minas e Energia, Edison Lobão, encampou uma proposta feita pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) que deve enfrentar forte oposição. O objetivo é conseguir permissão do Ibama e da Agência Nacional de Águas (ANA) para que a vazão mínima do rio São Francisco na barragem de Sobradinho (BA) seja reduzida dos atuais 1.300 metros cúbicos por segundo para um volume que o diretor-geral do ONS, Hermes Chipp, estima que possa ser de até 700 m³/s.

O comitê criou um grupo de trabalho, sob a coordenação da ANA, para estudar a adoção da medida e pediu rapidez nos trabalhos. A alteração, segundo Chipp, atenderia a dois objetivos. O primeiro seria reter mais água na barragem quando o período das chuvas (dezembro a abril) não trouxer as precipitações necessárias para gerar energia no período seco (maio a novembro). Hoje é preciso uma autorização especial do Ibama e da ANA para reduzir temporariamente a vazão do rio.

O segundo objetivo seria dar uso ao parque de geração termelétrica que está sendo instalado no Nordeste e que terá potência total de 10.200 megawatts (MW) em 2013. Somada a geração hídrica e a termelétrica, o Nordeste ficaria com uma sobra de energia de 2.250 MW que não poderiam ser exportados para outras regiões por falta de linhas de transmissão. Chipp acredita que é mais econômico reduzir a geração hídrica, poupando água de Sobradinho e gerando mais energia térmica, do que fazer às pressas as linhas de transmissão. Representantes de vários setores da região que participam do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco já reclamam de prejuízos que poderão resultar da medida.

(Fonte: Valor on line, quinta-feira, 30/07/2009).

Atenciosamente,

Breno Esteves Lasmar

Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM

Tel: (031) 3219-5017

E-mail: breno.lasmar@meioambiente.mg.gov.br

Internet: www.igam.mg.gov.br

EPISÓDIO DE BAIXAS VAZÕES INICIO 2008 (período úmido – período natural de cheias no Rio SF)

No momento em que Sobradinho está recebendo vazões de 1.800 m³/s, é confirmada a redução ainda maior das vazões liberadas para o sub médio e baixo São Francisco (1.100 m/s), em um patamar abaixo da vazão mínima estabelecida pelo Comitê do rio São Francisco e pelo Ibama (que é de 1.300 m³/s).

Esta retenção de vazões visa recuperar o nível do reservatório e, portanto, a garantia do atendimento energético do Nordeste, mas cria inúmeros conflitos de uso.

Quando se trata do rio São Francisco, sempre a prioridade é o atendimento dos interesses e demandas dos Estados fora da bacia, mas não há nenhuma contrapartida para o povo ribeirinho e o meio ambiente. A sociedade não participa das decisões sobre a operação das barragens e tudo é decidido pela ANA, IBAMA e ONS em Brasília.

Estes quadro de conflitos vai se agravar caso a transposição seja concluída quando a prioridade de uso de mais uma parcela importante das águas do rio (até 127 m³/s) será decidida no Ceará, RN e PB.

Chamo a atenção que até a divulgação da diminuição das vazões é delegada para os próprios atingidos, quando deveríamos ter um Sistema de Alerta e Gestão de Eventos Hidrológicos financiado pelo setor elétrico.

Pescadores e donos de barco temem mudança

por João Suassuna — Última modificação 30/07/2009 14:04

O engenheiro de pesca José Bonifácio Valgueiro de Carvalho, produtor de alevinos em Propriá (SE) e membro do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco, disse que, na sua opinião, o impacto de uma redução da descarga de Sobradinho para até 700 m³/s “vai ser terrível”.

30/07/2009

<http://clipping.radiobras.gov.br/clipping/novo/Construtor.php?Opcao=jornais&veiculo=9>

Carvalho prevê que a resistência do rio à entrada das marés pela foz, que já está baixa, vai diminuir a ponto de tornar inviável a captação de água doce nos municípios mais próximos à foz, como Piaçabuçu e Penedo, em Alagoas, e Brejo Grande e Neópolis, em Sergipe. Segundo ele, atualmente já é possível pescar siri, crustáceo de água salgada, em Propriá, a 60 quilômetros da foz.

“Já acho a cota mínima de 1.300 m³/s péssima. Abaixo disso é uma loucura”, reclama. Ele avalia que os trabalhos de correção das adutoras para não prejudicar o abastecimento de cidades como Aracaju, capital do Estado, será caro e demorado e lembra que o problema será potencializado pelo canal de transposição das águas do São Francisco para o Nordeste setentrional. Segundo o ONS, a vazão de 26 m³/s do canal da transposição já está prevista nos cálculos da proposta de baixar a vazão mínima do rio.

Antônio Gomes dos Santos, representante da Federação dos pescadores do Estado de Alagoas no Comitê da Bacia do São Francisco, disse que “não só a pesca como qualquer outro trabalho” no rio será prejudicado por uma eventual mudança na vazão mínima. Segundo ele, com 1.300 m³/s “o rio já fica seco e não dá para manejar nem embarcações pequenas”.

Santos ressaltou a necessidade de muita discussão sobre o problema. Morador do município de Penedo (AL), ele disse que a pesca no São Francisco está cada vez mais difícil e reclamou das iniciativas de estimular a piscicultura em peixes exóticos no rio: “Só está piorando”.

Outro a reclamar da possível redução do nível das águas do São Francisco foi Antônio Laurindo dos Santos, representante da Associação dos Proprietários e Condutores de Barcos da Ilha do Rodeador (Juazeiro-BA) no Comitê. Segundo ele, algumas embarcações maiores já precisam que a Chesf solte um pouco mais de água para navegar de Sobradinho a Juazeiro, mesmo com 1.300 m³/s. “Com 800 ou 900 (m³/s) vais ser impossível navegar”, prevê.

Mais comedido, o secretário de Meio Ambiente do Estado da Bahia, Juliano Souza Matos, vice-presidente do Comitê da Bacia do São Francisco, disse que por enquanto o comitê só tem conhecimento informal da proposta e que será necessário levá-la a plenário para uma tomada de posição. Para Matos, é necessário “assegurar uma vazão ecológica, de modo a assegurar a qualidade dos ecossistemas do rio”. Segundo ele, não é possível “atender a uma demanda para energia com prejuízo para outros usos do rio”. (CS)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendido de acordo com o Regimento, pelos seus próprios méritos.

Convidamos para usar da palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Vou pedir a permissão para anunciar aqui a presença desse extraordinário homem público...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – V. Ex^a me roubou o privilégio.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – ... Leonel Pavan.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, primeiramente, os cumprimentos a V. Ex^a, que, mesmo com essa rouquidão, quase sem voz, está aí há horas presidindo a sessão do Senado Federal, demonstrando toda sua responsabilidade com esta Casa, e as homenagens a este amigo e companheiro, ex-Senador, Vice-Governador de Santa Catarina, Leonel Pavan, que nos honra com a sua presença.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há poucos dias, o Presidente Hugo Chávez, da Venezuela, tirou do ar 34 emissoras de rádio e ameaçou outras 200. Ainda ontem, a imprensa noticiou um atentado contra a única emissora de TV, a Globovisión, que é independente naquele país e que faz críticas ao governo venezuelano. Um atentado que culminou com duas pessoas feridas afronta à liberdade de imprensa. No Brasil, há poucos dias, a lamentável decisão da Justiça de Brasília de determinar censura prévia ao jornal **O Estado de S. Paulo** no que diz respeito à veiculação de notícias oriundas de gravações autorizadas judicialmente que tratavam da crise do Senado Federal.

Ontem, quando a crise era tema neste plenário, agrediu-se a imprensa do País. Responsabilizou-se a imprensa brasileira pela crise. Há uma prática de terceirização de responsabilidade em curso. Ouve-se constantemente: a responsabilidade não é minha, é de terceiros. A crise agora não é mais responsabilidade do Senado Federal, a crise é responsabilidade da imprensa.

É preciso que alguém lamente esse episódio, e eu o faço. A afronta à liberdade de imprensa, como ocorreu com a censura prévia ao jornal **O Estado de S. Paulo**, é afronta à Constituição e ao Estado democrático de direito.

Nós estamos cansados de ouvir e de repetir que, quando a liberdade de imprensa falece, as demais estão comprometidas. E eu gosto também de repetir uma frase de Thomas Jefferson: “Entre um governo sem

imprensa e uma imprensa sem governo, eu prefiro a última alternativa”. Imagine, Senador Mão Santa, entre um desgoverno sem imprensa e uma imprensa sem desgoverno. É uma brincadeira que não cabe nesta hora de muita seriedade.

A liberdade de imprensa é pilar fundamental da democracia. A edificação de qualquer Estado que se quer democrático não pode prescindir da liberdade de expressão.

Essa censura imposta ao jornal **O Estado de S. Paulo** mobilizou alguns setores da sociedade brasileira. Antes, até mobilizaria mais, mas alguns setores se mobilizaram. A decisão que impediu o **Estadão** de divulgar informações sobre investigações que envolvem o filho do Presidente Sarney representou um retrocesso e nos fez reviver o período autoritário.

A nossa Carta Magna veda qualquer censura de natureza política, ideológica e artística. O direito à liberdade de expressão está inscrito na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A OAB destacou, por intermédio do Presidente do seu Conselho Federal: “A liberdade de expressão dos meios de comunicação é uma obrigação que não pode ser frustrada por decisão judicial”.

O Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas destacou a flagrante incompatibilidade da decisão judicial com o Estado democrático de direito. O cidadão, que tem direito de acesso à informação, foi duramente penalizado.

Veja, Senador João Pedro, que um fato da maior gravidade foi pouco destacado no Senado Federal porque, neste momento, a crise que estamos vivenciando ocupa todos os espaços e praticamente todos os momentos nesta tribuna. Mas este é um fato que tem que ser destacado de forma veemente. Há que se repudiar essa atitude, e o Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB, adotou um comportamento objetivo: foi ao Conselho Nacional de Justiça representar contra aquele que assumiu a responsabilidade por essa decisão que eu considero afrontosa ao Estado democrático de direito.

O Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, ABI, Maurício Azedo, qualificou a decisão da Justiça de Brasília de absolutamente inconstitucional. O preceito constitucional não deixa margem a dúvida e é inadmissível que um magistrado, de qualquer instância do Poder Judiciário, atropela o texto constitucional como faz essa liminar que impede o Estado de fazer referência e dar notícias sobre Fernando Sarney.

A nossa Constituição é clara: a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição.

Não há margem para questionamentos, Sr. Presidente. A liberdade de imprensa é um princípio basilar da nossa Carta Magna e da própria democracia. A censura imposta ao jornal **O Estado de S.Paulo** e ao portal **Estadão**, determinada pelo Desembargador Dácio Vieira, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, proibindo a publicação de reportagens contendo informações resultantes da Operação Fator da Polícia Federal, sobre supostas irregularidades praticadas pelo empresário Fernando Sarney, abriu ampla discussão e irradiou protestos em toda a sociedade, mas, como diz, não na dimensão que esse fato exige. O repúdio à afronta à liberdade de imprensa tem de ser sempre contundente, especialmente da parte do Poder Legislativo.

Vale ressaltar que a decisão proibiu ainda os outros veículos de comunicação, emissoras de rádio e televisão, além de jornais de todo o País, de utilizarem ou citarem o material que foi publicado pelo jornal **O Estado de S.Paulo**, sob pena de, em caso de descumprimento, incorrer em multa de R\$150 mil para cada ato de violação do comando judicial.

Lamentável, Sr. Presidente. Um retrocesso. Só faltava que o juiz recomendasse ao jornal **O Estado de S.Paulo** um retorno ao passado com a publicação dos versos de Camões ou então de receitas culinárias, como o jornal **O Estado de S.Paulo** e o **Jornal da Tarde** foram obrigados a fazer no período de autoritarismo neste País, como forma de demonstrar à sociedade brasileira que estavam sendo censurados.

Sr. Presidente, lavro o nosso protesto e, sobretudo, manifesto a esperança de que fatos dessa natureza não mais se repitam no Brasil. Imaginávamos que não houvesse mais lugar para essa desfeita, para essa atitude prepotente e, sobretudo, afrontosa aos princípios democráticos. O Brasil não merece isso, como não merece a Venezuela.

Volto ao assunto apenas para dizer que é bom que esse fato seja considerado agora quando tratarmos da inclusão da Venezuela no Mercosul. Fica difícil admitir a inclusão da Venezuela no Mercosul quando há essa afronta explícita à liberdade de imprensa e às liberdades democráticas. Há uma única janela aberta para a informação à sociedade: uma emissora de TV. Se essa emissora de TV, agredida num ato truculento anteontem, tiver sua concessão cassada, estará a ditadura implantada de forma absoluta naquele país. Será a consagração do regime autoritário, porque é o único veículo de comunicação ainda independente no país presidido por Hugo Chávez. Por essa razão, estamos focalizando esse fato como real, importante e que deve ser analisado no momento em que esti-

vermos deliberando sobre o pretendido ingresso da Venezuela no Mercosul.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Agradecemos.

Convidamos para usar da palavra o Senador Cícero Lucena. Ele está inscrito e também vai convidar não só a Paraíba, mas o Brasil para comemorarmos, amanhã, seu aniversário.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A sua grandeza não é de João Pessoa ou da Paraíba, é de todo o Brasil.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Sem dúvida, aproveito para abrir este pronunciamento...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Vou pedir permissão para prorrogar esta sessão por mais uma hora, para que todos os oradores inscritos usem da palavra.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço, Sr. Presidente, e abro este meu pronunciamento fazendo o registro dos 424 anos da cidade de João Pessoa, capital do nosso Estado, que serão comemorados amanhã, naquela terra abençoada por Nossa Senhora das Neves – que a cidade tem como padroeira – e que tem uma característica fundamental, Senador Gilvam Borges, que é a de saber receber bem, acolher os filhos de várias cidades, em particular do interior da Paraíba, e abrir as suas ruas, as suas praças, as suas escolas e dar oportunidade a tantos sertanejos e outros, de outras regiões, de ter a chance de estudar, de trabalhar e de vencer na vida.

Eu, inclusive, fui um desses caboclinhos do sertão que tiveram oportunidade de ser acolhidos por aquela cidade. E sempre digo que a única forma que tenho de retribuir a minha querida João Pessoa é, onde eu estiver, poder trabalhar e cuidar daquela cidade que todos nós amamos.

Ao falar em Município, Presidente Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu vou repetir algo que alguns Senadores já disseram, mas que eu mesmo registrei, já em fevereiro deste ano, como municipalista que sou, pela oportunidade que Deus me deu de ser duas vezes Prefeito da cidade de João Pessoa, da nossa capital: a minha preocupação com a distribuição da renda em relação à partilha da receita total da União com os Estados e o Município. Esta Casa tem um dever, uma obrigação – e o Senador Antonio Carlos Valadares também afirmou isso, como municipalista:

nós temos de ter a preocupação com a estabilidade desta Federação.

Em fevereiro deste ano, quando a crise se agravava, eu fazia o alerta ao Governo Federal. Mesmo sendo da oposição ao Governo Federal, eu registrava que este Governo tem encaminhado muitas medidas provisórias para o Congresso Nacional e que podia, aí sim, com relevância, com urgência, editar medida provisória para recompor as receitas do Fundo de Participação dos Municípios. São mais de 3.400 Municípios brasileiros, em vários Estados, mas, em particular, Senador Sérgio Guerra, no nosso Nordeste, que dependem quase que exclusivamente da receita desse Fundo de Participação. E a queda prevista, anunciada ia comprometer, e comprometer muito, a estabilidade econômica desses pequenos Municípios.

Tenho andado, e andado muito pelo meu Estado. Já visitei, apenas no mês de julho, aproveitando o recesso desta Casa, mais de sessenta Municípios da Paraíba. Como todos sabem, o Fundo de Participação é creditado no dia 10, no dia 20 e no dia 30. Eu vi, em Prefeituras em que a cota maior é a do dia 10, ser creditado o recurso e ela ficar com um **déficit** de R\$300,00 nas suas contas.

Por que isso? Porque foi feito um encontro de contas com o INSS, foi aplicado o sequestro de precatórios, e essas Prefeituras ficaram sem recursos para fazerem frente à folha de pagamento. Já existe praticamente um acordo, na maioria das Prefeituras da Paraíba – que deve ocorrer com Sergipe, com certeza ocorre em Pernambuco e no seu Piauí, Mão Santa –, de que a parcela do dia 20 praticamente cobre o custeio do Poder Legislativo das Câmaras Municipais e várias Prefeituras.

Participei de reunião na cidade de Salgadinho, onde estava sendo instalado o Território da Cidadania. Havia cerca de 12 a 13 Prefeitos presentes, e todos disseram que a cota do dia 20 não ia fazer frente ao duodécimo para as Câmaras de Vereadores. Imaginem o agravamento da crise desses Municípios.

Tenho a honra de conceder o aparte ao Senador Sérgio Guerra e, em seguida, ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Senador Cícero Lucena, nós do Nordeste temos uma clareza muito grande sobre os fatos a que hoje o senhor se refere no seu discurso. Neste fim de semana, andei pelo sertão de Pernambuco, na fronteira do sertão do Ceará e, antes, estive num pedaço agreste, que também é uma região de transição em Pernambuco, visitando prefeitos também. Quero dizer que nunca vi, nunca assisti a uma situação de tanta dificuldade. Ficamos perplexos, porque, nesta semana, ouvimos falar

que o Presidente fez um acordo sobre o gás, que, na verdade é transferência de renda para um outro país. E um companheiro meu, amigo meu, jornalista de um grande jornal brasileiro, na televisão, justificava essa necessidade de o Brasil manter boas relações com os países latino-americanos e ajudá-los. Fico aqui pensando, e ouvindo as suas palavras ainda mais, sobre por que ajudar os lá de fora se os daqui de dentro, companheiros nossos, estão precisando de qualquer coisa, de qualquer ajuda, para que a população tenha uma água melhor, que não tem, e às vezes até não tem nem água.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – É verdade.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Para que a população tenha uma educação melhor, o que não tem; a educação não resolve as pessoas, não tem capacidade de emancipar as pessoas. A saúde está uma calamidade, uma calamidade. É claro que o Governo do Presidente Lula ajudou muita gente com o Bolsa Família, mas o Bolsa Família é um processo de renda elogiável. Agora, o cidadão, a família, com a Bolsa Família, não terá verdadeiramente condições de ter acesso nem à educação, nem à saúde, nem à cidadania. A parte que rigorosamente mais sofre com tudo isso é o poder local. Sou como V. Ex^a, filho do municipalismo. Minha família era de Deputados Federais, Estaduais. Eu, desde menino, encontrei minha sala repleta de Vereadores, de Prefeitos do interior. Convivi com eles a vida toda, e convivo ainda assim. E meus companheiros estranham que na minha casa sempre estejam um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez Prefeitos, Vereadores, gente que conheço, com quem tenho verdadeira capacidade de interagir, e natural capacidade de interagir. Não ouço outra reclamação. As promessas não são cumpridas. São Prefeitos, aqui nos corredores, atrás de arrumar com um Deputado ou um funcionário de uma Secretaria ou de um Ministério. Aliás, precisamos olhar bem para um Ministério, chamado Ministério do Turismo. Está chegando dinheiro demais para festas. Até peço algumas vezes recursos para festas, um tanto inibido. Normalmente, não os consigo – normalmente não, eu não os consigo. Agora, que há um festival, uma abundância de recursos para gente fazer festa, há. E que há gente no meio levando recursos, há também, levando, transportando, recomendando, e vou ficar por aí. Já estamos lotados de CPIs aqui. Agora, Prefeitos aqui, humilhados, atrás de um tostão, vejo às dezenas. Miséria de gente que não recebe um mínimo lá, vi muitas vezes agora. E é preciso não continuar desse jeito, porque, senão, é tudo conversa, é tudo demagogia. Há um Brasil que parece crescer e há um outro

Brasil, lá embaixo, que vive na base da subsistência, da resistência heróica das famílias, com a ajuda meritória, insisto, do Bolsa Família.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Agradeço a participação do Senador Sérgio Guerra, como Senador do Estado de Pernambuco, pelo seu depoimento e sua lucidez sobre esse tema municipalista, quando ele chama a atenção para o respeito que precisa ser dado à administração municipal.

Não tenham dúvidas, Senadores, de que, hoje, o maior farmacêutico, por exemplo, Senador Augusto Botelho, de uma cidade do interior deste País, é o Prefeito. Quando há médico na cidade que prescreve uma receita, a maioria da população da cidade pequena não se dirige à farmácia, mas à casa do Prefeito ou à prefeitura para ter acesso ao medicamento. A exemplo de outros atendimentos que muitas vezes os Prefeitos de pequenos Municípios têm de oferecer. Mas, para fortalecer essa defesa do municipalismo, concedo o aparte ao Senador Antonio Carlos Valadares e, em seguida, ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador Lucena, V. Ex^a tem uma trajetória em favor dos Municípios desde que entrou nesta Casa, passando antes pela Prefeitura de João Pessoa, no seu Estado, onde deixou um trabalho edificante, um trabalho administrativo que o credenciou a ocupar, sem dúvida alguma, essa elevada função de Senador da República, que executa com muito brilho. Também comecei minha vida política como Prefeito.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Nós, Senador.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Fui Prefeito de uma cidade do interior, Município de Simão Dias. Naquela época, os Prefeitos eram obrigados a aplicar 50% do Fundo de Participação em despesas de capital, ou seja, em investimentos, obras de infraestrutura.

Posteriormente, a legislação mudou essa obrigatoriedade, deixando livre a aplicação dos recursos. Com isso, as despesas correntes, as despesas de custeio e de pessoal cresceram assustadoramente, fazendo com que as administrações municipais ficassem praticamente dependendo dos recursos que, porventura, sejam transmitidos por intermédio de emendas individuais dos Srs. Parlamentares ou de uma ajuda generosa do Governo estadual, quando isso acontece. O que está acontecendo hoje, nos Municípios do Brasil, é que mais de 90% dependem do Fundo de Participação dos Municípios. Municípios com até 100 mil habitantes, principalmente, dependem quase que exclusivamente do Fundo de Participação dos Municípios. Houve uma queda substancial da receita. Essa foi atenuada com a

preocupação do Governo em fixar regras por meio de medida provisória para que o Município não recebesse menos do que recebeu ano passado. Mas as despesas aumentaram em progressão quase que geométrica, enquanto que a receita vai permanecer na mesma. Por outro lado, a Previdência Social hoje age como se fosse, vamos dizer assim, uma doença dentro do Tesouro municipal. O Município faz um acordo de 240 meses. Depois que faz o acordo, recebe uma nova dívida de 2 milhões, 3 milhões, que não pode entrar no computo do acordo que foi feito anteriormente. Quer dizer, é uma bomba relógio que até agora não se resolveu. Há realmente uma inocência dos Prefeitos, há uma liberalidade, sem dúvida alguma, de alguns Prefeitos que passaram nas administrações e não recorreram das decisões tomadas pelo INSS, que fez cobranças indevidas. Muito desse montante da dívida que está aí o Município não deve, mas é cobrado, e essa cobrança implica restrição às obras e aos investimentos dos Municípios. Para não tomar o seu tempo, eu quero dizer que de nada adianta o Governo mandar negociar, abrir um prazo de 240 meses. A crise continua instalada nos Municípios. É preciso haver o quê? Numa reforma tributária, uma repactuação das finanças do País, onde a União, que tem mais de 60% de suas receitas, abra mão de uma parte delas. Ainda hoje, ouvi no pronunciamento do Senador Osmar Dias que há uma PEC que dá 10% das contribuições aos Estados e Municípios. Isso, sem dúvida alguma, era uma forma de atenuar esse problema das receitas municipais. Portanto, a situação é grave. No Estado da Paraíba, no Estado de Sergipe, no Estado de Pernambuco, onde quer que V. Ex^a vá, no Nordeste do Brasil, nas cidades pequenas do nosso País, o problema é o mesmo: quebraadeira e falência dos Municípios. O Estado brasileiro começa nos Municípios e o Estado brasileiro está quebrado em sua base, nas comunas municipais. Portanto, parabéns a V. Ex^a pelo alerta que está fazendo às autoridades. É preciso que encontremos um caminho definitivo, permanente, porque, do contrário, os Municípios só vão pagar salário de servidor, salário de Vereador. Os Prefeitos municipais sucedem um ao outro e não resolvem nada. Pelo contrário, geram antipatia, desprestígio e falta de popularidade, e é isso que está acontecendo nos Municípios do nosso Brasil.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Agradeço ao Senador Antonio Carlos Valadares, porque trouxe vários problemas do Município.

Tecerei comentários sobre a profundidade das suas colocações, Senador Antonio Carlos Valadares, porque V. Ex^a tocou em vários aspectos. Logo após o aparte do Senador Cristovam, utilizarei, se V. Ex^a me

permite, essas lembranças tão importantes que V. Ex^a colocou em seu aparte.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador, considero o seu discurso muito oportuno, mas eu quero pegar duas coisas das relações da federação. Uma diz respeito ao Programa Bolsa Família comparado com o Programa Bolsa Escola. O Senador Sérgio Guerra já trouxe o assunto. Volto a insistir que o Governo Fernando Henrique criou, e o Presidente Lula continuou, um programa de rede de proteção social. Então, é uma rede que protege as famílias de não caírem no fosso mais profundo da miséria.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Como se fosse um trapézio, um trapezista.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Como se fosse um trapezista, exatamente, ali embaixo. O trapézio é o desemprego; o trapézio é o alcoolismo. Mas nenhum dos dois construiu a escada de ascensão social. É disso que a gente precisa. Um país pobre ou muito pobre recebe ajuda externa para manter essa rede de proteção social. Mas um país com quase três trilhões de renda...

(Interrupção do som.)

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Seja generoso, Senador Mão Santa.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Mas um país com quase três trilhões de renda nacional tem condições, sim, de fazer uma escada de ascensão social e não só uma rede de proteção. E essa escada chama-se escola. Começa até com as mesmas letras. Mas essa escola não está vindo. E aí, para não tomar muito mais tempo, eu insisto: essa escola não virá enquanto ficar sobre os ombros dos pobres prefeitos; pobres e desiguais de uma cidade para outra. Nós temos de federalizar o pagamento do professor. Nós temos de criar a carreira nacional do magistério e um programa federal de qualidade educacional. Então, duas coisas só resolveriam: construir uma escada de ascensão social, em vez de rede. É o Bolsa Escola antigo, em que você pagava se a criança fosse à escola. Morreu isso. E a outra é que a escola seja de verdade, e não uma quase escola, semiescola, pseudoescola, como são muitas das nossas hoje. Então, se a gente transforma o Bolsa Família em Bolsa Escola, vinculando a presença, e federaliza a carreira do magistério e o apoio às escolas, inclusive em horário integral todas, aí não vamos mais ter problemas de desigualdade no Brasil. Isso o Município sozinho não pode. Ou a União toma essa idéia de fazer a revolução educacional para si ou não haverá. Por que é que o PAC é federal e a educação é municipal? É preciso dar prioridade à educação e não

só à economia, como o Brasil vem fazendo, inclusive, uma economia antiga que exporta ferro para importar *chips* porque não temos os cérebros trabalhando para produzir os chips.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Senador Mão Santa, peço a generosidade de sempre: conceda-me para que eu possa comentar os ...

(Interrupção do som.)

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Gostaria que fosse um pouco mais, Sr. Presidente, porque, de um em um minuto, fica interrompendo; faça como se o senhor estivesse falando. Faltou o zero.

Então, comentando, Senador Cristovam Buarque: o senhor chamou a atenção de algo muito importante. Quando eu fui Prefeito de João Pessoa, nós tínhamos lá um lixão, chamado lixão do Róger. Moravam 180 famílias, 184, e várias crianças sobreviviam, se é que assim pode dizer, do lixo, da coleta e da disputa do alimento dentro desse lixão. O projeto que nós fizemos foi um projeto de engenharia social, não foi apenas de engenharia ambiental. O primeiro passo foi retirar as crianças desse local, garantindo creche e escola e Bolsa Educação. O Bolsa Educação ainda não estava universalizado pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, mas eu tinha visto a experiência de V. Ex^a aqui, no governo do Distrito Federal, quando fui Ministro de Fernando Henrique Cardoso. Nós fomos ao lançamento desse programa – em Samambaia, se eu não me engano. Acompanhei-o em uma solenidade. E coloquei, em João Pessoa, para todas as crianças que antes sobreviviam de forma desumana no lixão, o Bolsa Educação, com duas contrapartidas: a primeira, frequentar a escola; a segunda, voltar a catar lixo. Depois, o Bolsa Escola foi universalizado.

Mas essa preocupação que V. Ex^a coloca é de uma felicidade muito grande. Hoje nós temos casos, por exemplo, no Brasil – se não me engano, em uma cidade do Piauí –, em que 92% da renda do Município vem do Bolsa Família – ainda bem que existe o Bolsa Família. Mas há de se perguntar: o que está sendo feito para ajudar esse Prefeito a melhorar a vida da sua população? Que programa de reestruturação desse Município de desenvolvimento, de crescimento, de educação está sendo feito, construído e voltado para essa população? Será que eles estarão condenados, pelo resto da vida, a serem atendidos pelo Bolsa Família?

(Interrupção do som.)

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Preciso de mais tempo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI. Fazendo soar a campainha.) – O Senador Heráclito, muito atento, disse-me que, nessa cidade, o Partido

dos Trabalhadores perdeu – nessa daí –, mostrando que não é esse o desejo do povo do Piauí.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – O povo quer cidadania, o povo quer chance, o povo quer oportunidade. Essa história de que o povo precisa dessa ajuda, que seja dada quando realmente precisa, mas com a preocupação que o Senador Cristovam colocou: a contrapartida da educação, da presença, da tabela de vacinação e de outros mais que podem ser exigidos, mas com a visão de criar essa escada. O senhor pode contar comigo nessa peregrinação, porque o que estou vendo hoje, na Paraíba, na área de educação, deixa-me muito triste, muito preocupado. Eu disse ontem em um pronunciamento aqui: eu estou...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Mais um pouquinho, Sr. Presidente.

De um em um, V. Ex^a interrompe e tal. Eu acho que, se o senhor já tivesse me dado uns dez, não teria interrompido nem cinco.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Cristovam Buarque está aguardando a vez dele.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Não, mas ele é paciente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Você dispensa o seu? Porque está inscrito aqui. Então, pronto, mais dez estou vendo aí. É presente de aniversário, porque amanhã é o aniversário do Cícero...

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Muito obrigado, Mão Santa.

Então, Senador Cristovam, eu estou vendo na Paraíba a possibilidade de alunos perderem o ano letivo por dois itens inaceitáveis hoje em dia: primeiro, falta de transporte escolar por parte do Governo do Estado. Porque, antes, os Municípios e os Prefeitos supriam essa necessidade, essa demanda. Ou tinham parceria com o Governo do Estado ou supriam com as condições que o Município oferecia. Já que ia transportar o do Município, complementava, ajudava, pagava também o do Estado. Mas os Municípios estão exauridos dessa possibilidade. E estou vendo, na Paraíba e nos Municípios que estou visitando, a possibilidade de, por falta do transporte escolar pelo Estado, alunos perderem o ano letivo. Este é o País que nós estamos vivendo; não é o País da propaganda, da alegria, de tudo resolvido. É não. Existe uma outra realidade para a qual esta Casa tem o dever e a obrigação de se voltar para inverter essa condição. E a outra, Professor Cristovam – eu sei que o chamo assim e o senhor se sente muito honrado –, é a mudança política que houve no meu Estado, a perseguição política. Estão demitindo professores com 15 anos, até 20 anos, logo

após a Constituição de 1988, meramente por perseguição política. Estão esquecendo aqueles que estão praticando esse ato, Senador Gilvam Borges, que, por trás de um ato de perseguição, há um ser humano ou vários seres humanos; o professor de uma cidade pequena, que, depois de 15 anos, com sua vida estruturada, organizada, mesmo ganhando pouco, como nós sabemos que ganham, vai ensinar onde, se na cidade só há uma escola pública? Como é que esse cidadão, essa vítima desse processo vai reestruturar sua vida como educador?

Se você fosse analisar somente esse agente, esse cidadão ou essa cidadã e a sua família... E os alunos que estão deixando de ter um professor com uma experiência de 15 anos, já devidamente qualificado, treinado, na metade do ano letivo, para ser substituído por outro, que não vai ter critério de qualificação, não vai ter critério de experiência, meramente por ato político? Preocupa-me e deixa-me muito triste o que está ocorrendo, neste momento, em particular na educação da Paraíba.

Agora, comento sobre o pronunciamento do Senador Antonio Carlos Valadares, que, com sua experiência municipalista também, chamou a atenção do INSS. Na marcha dos Prefeitos, que ocorreu em julho, em que quase três mil Prefeitos se fizeram presentes em Brasília, eles falaram do INSS e disseram que não sabem qual é a dívida que estão pagando: dívida de 15 anos, de 20 anos; de Prefeitos que perdem a eleição e fazem questão de deixar o débito para que o outro tenha a sua receita comprometida; de correção acima da inflação desses débitos; de retomada de novos débitos que deveriam estar prescritos até pelo prazo, mas que se somam para sacrificar a receita dos pequenos Municípios deste País, em particular da nossa querida Paraíba. Da mesma forma, os Prefeitos reivindicavam o encontro de contas. O Governo Federal diz que não. Só quer receber a parte dele, a parte a que tem direito e não quer pagar o que deve aos Municípios.

Este é o princípio mínimo de uma relação entre haver e dever: primeiramente se faz o encontro de contas. Não há ninguém com mais direito do que o outro para receber o que eventualmente lhe seja de crédito. Isso é importante. É fundamental que esta Casa perceba que, eventualmente estando-se ao lado da Bancada do Governo, se pode até conseguir uma emenda de R\$300 mil ou de R\$500 mil para seu Município. Mas, se a estrutura do Município não estiver viável, se ele não estiver adimplente, não vai poder fazer a contratação dessa emenda.

É muito melhor nós, Parlamentares, nos preocuparmos com uma melhor distribuição das receitas, que a Constituição de 1988 estabeleceu como em torno

de 22%, 23% para Estados e Municípios. Hoje, sobre a receita total, os Municípios estão recebendo 16%. É preferível Oposição e Governo se conscientizarem de que não precisamos que fiquem os Prefeitos nos procurando se estruturarmos os Municípios. É honroso receber um Prefeito. É bom conversar com a liderança municipal, porque se fica mais próximo do povo. Mas é preciso ser dada autonomia a esse ente da Federação, o mais importante em todos os discursos de todos os Parlamentares.

Vamos para a prática. Vamos exercer esse compromisso. Vamos pedir ao Presidente Lula, que está emprestando dinheiro ao Fundo Monetário Internacional e dispensando débito de outros países; para enfrentar a crise, disponibilizou recurso para os bancos, disponibilizou recurso para as montadoras em nome de garantir o emprego. Estamos ameaçados de entrar num processo de demissão nas prefeituras do Nordeste, em particular nas menores. Estamos ameaçados, antes ainda, do atraso do pagamento. E V. Ex^a sabe, Senador Mão Santa, como todos os demais aqui presentes, que, muitas vezes, o recurso da prefeitura é o recurso que mais circula no pequeno comércio dos Municípios, é que alimenta a farmácia, é que sustenta a padaria, é que estimula e incentiva o crescimento do comércio. E esse recurso, sendo tirado dos Municípios, vai sacrificar a verdadeira condição municipalista desta Federação.

Então, o meu apelo, o meu chamamento é para que o Governo Federal se sensibilize em repassar os recursos a mais para os Municípios. Forma ele tem, a medida provisória. Tenho certeza de que não se levantará um Deputado ou um Senador contra se ele quiser dar mais 2% da receita, 3%, 10% nessa forma emergencial de que nós estamos precisando.

E vamos, Srs. Senadores e Srs. Deputados, cumprir o nosso papel, vamos debater leis, legislações que possam permitir a verdadeira autonomia dos Municípios e não a dependência e o sacrifício desse ente tão importante.

Encerro, Sr. Presidente, agradecendo a sua paciência e a todos que fizeram os apartes, renovando os meus parabéns a minha cidade de João Pessoa, tão amada e tão querida.

Muito obrigado.

Boa-noite.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra o Senador Marco Maciel.

Senador Marco Maciel, a tribuna o espera.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR MARCO MACIEL NA SESSÃO DO DIA 4 DE AGOSTO DE 2009, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador João Pedro, ainda vai usar da palavra?

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Então, V. Ex^a é o último orador. Os últimos serão os primeiros.

Senador João Pedro, V. Ex^a, que é do PT do bem, leve ao nosso Presidente Luiz Inácio este jornal do Piauí. “Novas denúncias contra Emgerpi envolvem lavagem de dinheiro”. “Ex-assessor levará à Polícia Federal documentos sobre licitações fraudulentas.”

Essa Presidente da Emgerpi, ô, Senador João Pedro, nas devidas proporções, seria a Dilma na influência. E o pior: olha lá. Atentai bem! Que ele evite isso, porque a Polícia Federal conseguiu prender aquele que queria, vamos dizer, assassinar o denunciante. Isso é grave, e nós não queremos que isso ocorra no Piauí.

Então, passo a V. Ex^a o e-mail que recebi, para V. Ex^a levá-lo, salvaguardando o nosso Presidente da República.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Mão Santa, que está aqui até essa hora do dia, com a voz esgarçada.

Sr. Presidente, esta é a minha primeira fala pós-recesso e quero fazer dois registros que considero importantes.

O primeiro é o registro do encontro, que aconteceu no Estado do Maranhão, da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, conhecida como Coiab, que agrega dezenas de organizações dos povos indígenas da nossa Amazônia, da Amazônia Brasileira. O ex-Presidente que esteve, nestes últimos anos, à frente da Coiab, foi o líder Jecinaldo Sateré Mawé, que dirigiu essa entidade nestes últimos 4, 5 anos. Neste ano, a Coiab comemora 20 anos, trata-se de uma entidade que não só congrega as organizações, mas também representa os povos indígenas da Amazônia Brasileira – é sua interlocutora legítima. Nesse encontro, que aconteceu na aldeia Krikati, em São José, no Estado do Maranhão, foi eleita a nova coordenação da Coiab, que tem como novo Presidente a liderança indígena de Marcos Apurinã, que já era um dos seus diretores e saiu eleito novo Presidente.

É relevante e também importante registrar a nova organização de mulheres indígenas da Amazônia. Foi criada agora a União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira, Umiab, que tem como sua Presidente a liderança indígena Conserlei Sumpré Xerente, coordenadora-geral da Umiab – ela é do Estado do Pará –, além da vice-coordenadora Edilene Krikati; e a outra liderança, coordenadora, é Matilde Madikai, do Tocantins, e a Sr^a Letícia Luiza Yawanawa, coordenadora do Acre. São as coordenadoras da entidade União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira.

Quero fazer o registro do evento que aconteceu nestes últimos dias de julho, de 20 a 25 de julho, e dizer do meu apoio à Coiab, que é a entidade que representa a luta dos povos indígenas da Amazônia brasileira.

Mas, Sr. Presidente, também no final de julho, foram comemorados em Manaus, na sua sede, os 55 anos do Inpa – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, talvez a principal instituição de pesquisa na Amazônia.

O Inpa foi criado em 1952 e implementado em 1954. Uma instituição, Sr. Presidente, que hoje possui doze coordenações de pesquisa – botânica, biologia aquática, ecologia, aquacultura, tecnologia de alimentos, silvicultura tropical, ciências da saúde, produtos florestais, produtos naturais, entomologia, ciências agronômicas, clima e recursos hídricos e um núcleo de pesquisa de ciências humanas e sociais.

Quero parabenizar a todos os servidores, a todos os funcionários do Inpa, na pessoa do seu Presidente, que é o pesquisador Dr. Adalberto Val. Quero me congratular com essa instituição. Não tenho nenhuma dúvida de que o Inpa joga um papel estratégico na Amazônia, por que não dizer, um papel estratégico no Brasil. Na realidade, lamentavelmente, a sociedade brasileira pouco conhece o Inpa.

Esse instituto tem sede em Manaus, mas seus pesquisadores trabalham de forma árdua, corajosa, abnegada pelo interior da nossa Amazônia. É muito importante esse instituto.

Nesses anos de trabalho dedicados pelo Inpa, com certeza, ganhou o Brasil, ganhou o meu Estado, o Amazonas, ganhou a Amazônia.

Espero, Sr. Presidente, que o futuro do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia seja um futuro ligado às causas do Brasil. E mais, não que não seja, mas o Brasil não pode viver sem o Inpa.

Quero dizer da minha alegria porque, nesses últimos anos, o nosso Governo, o Governo do Presidente Lula, o Ministério de Ciências e Tecnologia tem dado uma atenção ao nosso Instituto. Se as coisas não funcionam a 100%, a 1000%, nesses últimos anos, o

Instituto avançou na melhoria dos seus salários, na contratação de técnicos.

Quando você passa próximo ao Instituto, ali em Manaus, e observa melhorias na sua parte física, estrutural, então o Inpa merece toda a atenção dos nossos Governos. Eu falo do Governo Estadual, do Governo Federal e da sociedade brasileira.

Então, eu quero parabenizar a dedicação dos pesquisadores do Inpa, eu quero me congratular com os seus diretores e desejar um futuro promissor, exitoso do Inpa. Na realidade, a Amazônia não pode prescindir de um Instituto moderno, de um Instituto comprometido com o passado, com o presente e com o futuro daquela região. O Inpa deve, numa escala de prioridades, merecer um grau de atenção de forma muito especial.

São 55 anos de pesquisa naquela região, são 55 anos de dedicação, são 55 anos de desafios. O Inpa merece o respeito de todos nós. Espero que os pesquisadores, os servidores, os funcionários do Inpa continuem entusiasmados em viver a pesquisa lá na Amazônia. Não teremos futuro, não teremos respostas se não for pelo caminho do conhecimento, se não for pelo caminho da pesquisa, se não for pelo caminho da ciência.

Então, Sr. Presidente, o Inpa é um Instituto relevante que merece o nosso aplauso por completar 55 anos de existência. Pó isso eu parabeno todos os servidores e funcionários desse Instituto, mas quero também chamar a atenção da importância do Inpa para estudar não só as questões do ponto de vista físico, dos solos da Amazônia, mas, fundamentalmente, da pesquisa acerca do homem e da mulher que vivem na nossa Amazônia. Precisamos, inclusive, aprofundar o conhecimento, o estudo acerca das mulheres e dos homens que vivem na nossa Amazônia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Flávio Arns, que é do PT do Paraná e preside a Comissão de Educação.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço até a observação. Eu estava também inscrito na lista de oradores e agradeço a deferência por ainda poder me manifestar e apresentar um requerimento, que considero importante, de pesar, que diz o seguinte:

Requeiro, nos termos regimentais, que o Senado Federal manifeste voto de pesar à família da professora e advogada Luciana Maria Helena Kister Cherubim, falecida dia 3 de agosto, na cidade de Morretes, Paraná. Sempre

com grande dedicação, exerceu o magistério por muitos anos em Curitiba, adotando como lar a cidade de Morretes. Também lá ocupou importantes cargos.

Foi Presidente da Apae, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, Conselheira Regional da Federação das Apaes do Estado do Paraná, Presidente do Conselho Municipal de Ação Social e Secretária Municipal de Cultura.

Sua formação e competência profissional, somadas a seu peculiar dinamismo, sensibilidade, persistência e compromisso social, determinaram a imagem da grande guerreira que fez do seu dia a dia uma luta vocacional na construção de uma sociedade mais justa e mais humana, principalmente ao promover as pessoas socialmente excluídas. Tudo fez com fé e coragem, razão por que, com seu falecimento, o povo paranaense perde uma representante amiga e carismática.

Portanto, um voto de pesar pela morte da professora e advogada Luciana Maria Cherubim, esposa de Aloysio Cherubim, a quem conheci por toda a vida e sempre foi exemplo e referência nos trabalhos desenvolvidos pela luta, pela garra, pela competência, pelo dinamismo. Além de tudo, foi Presidente, durante alguns anos, da Apae de Morretes, instituição que este ano está completando 55 anos no Brasil. Há 2.050 Municípios que contam com Apaes, essas associações que unem pais e amigos na luta por cidadania, constituindo-se no maior movimento comunitário do mundo.

Sr. Presidente, além de pedir que seja dado o encaminhamento a este requerimento e que sejam tomadas as providências cabíveis para conhecimento da família e das entidades de Morretes, eu gostaria de destacar que, no dia de hoje – e o Senador Mão Santa também está copresidindo a sessão –, tivemos em Curitiba a visita do Ministro da Saúde, acompanhado dos técnicos do Ministério da Saúde, para discutir a questão da gripe, a chamada gripe suína - mas que já tem também outro nome -, que está provocando diversas dificuldades em nosso Estado, o Estado do Paraná.

É uma situação preocupante, sem dúvida alguma. Só na cidade de Curitiba, morre uma pessoa por dia em consequência da gripe. Dos mil casos examinados pelo Lacen, Laboratório Central do Estado do Paraná, que só examina os casos mais graves, foram identificadas quase quatrocentas pessoas portadoras do vírus da gripe. E, quando se identificam quatrocentas pessoas numa amostragem, já com problemas identificados como sendo da gripe, nós podemos multiplicar isso

por cinquenta, de acordo com os infectologistas, para ver a incidência da gripe na comunidade. Isso significa que já teríamos, no Paraná, no mínimo cinquenta mil pessoas infectadas pelo vírus da gripe.

Das pessoas que morrem, metade são jovens saudáveis. Jovens saudáveis! Metade das pessoas que morrem são jovens saudáveis, na faixa etária de 20 a 45 anos de idade. Esse é um problema muito sério.

Quando nós não atingimos 1% da população infectada com o vírus, certas medidas são essenciais, como, por exemplo, o adiamento das atividades escolares, de todas as atividades, da educação infantil à pós-graduação, o que já foi feito no Estado do Paraná. Inclusive, as escolas estão pensando em retardar o início das aulas ainda mais.

Ontem, houve uma reunião da Associação Médica do Paraná e também do Conselho Regional de Medicina do Paraná. Ontem à noite, quase à meia-noite, conversei demoradamente com os infectologistas, e eles me relataram os resultados da reunião e o pleito que seria feito para o Ministro da Saúde hoje lá no Estado do Paraná, pois o Ministro estava visitando o Estado para essa finalidade, para discutir. O pleito seria no sentido de que a medicação seja dada não só para aquelas pessoas que já estiverem com o seu quadro agravado, mas que ela seja fornecida para os doentes a partir de certas manifestações, como, por exemplo, febre, dor de cabeça e dor de garganta. O pleito é para que, já neste momento, seja dada a medicação para a população. Que não se espere a complicação do caso.

No sábado, Senador Mão Santa, aconteceu algo interessante, incrível, inacreditável. Um amigo meu estava internado com a gripe. Outros médicos falaram com o médico que o estava atendendo, e o médico procurou tranquilizar, dizendo: “Ele está bem, está sem febre, está melhorando, mas vai ficar mais uma noite aqui no hospital, porque, se ele piorar, eu vou dar o medicamento”. Por que “se piorar”? Porque nós temos o tratamento para a gripe, mas a solução para o tratamento está nas mãos do Governo, porque só o Governo distribui a medicação. Nós temos, de acordo com os infectologistas, de olhar as realidades diferentes no País. A realidade...

(Interrupção do som.)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – ... que nós pudéssemos ter a análise por parte dos especialistas em infectologia de maneira diferente no Brasil, olhando-se o caso do Paraná, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, onde existem circunstâncias climáticas e geográficas diferentes das de Brasília, do

Nordeste. O Brasil é um país grande, tem que ser visto com a suas particularidades.

Então, o que os médicos, a Associação Médica, o Conselho Regional de Medicina estava solicitando - que espero tenha conseguido, pois, se não tiver conseguido, amanhã teremos de falar no Ministério da Saúde - é que o protocolo do Ministério da Saúde mude, se altere. Quer dizer, o medicamento tem de ser dado pelo médico, tem de ser buscado, dado também em uma instituição, em uma entidade de...

(Interrupção do som.)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – ... para não acontecer o caso de as pessoas estocarem medicamentos em casa, e que o protocolo indique claramente – esse é o grande pedido – que, aos sinais da doença, o medicamento seja dado.

Eu me arriscaria a dizer que os jovens estão morrendo em muitas situações em que não precisariam morrer, pois, quando a pessoa vai para a UTI, se diz: “Não, mas a pessoa tem de ir é para a UTI”. Existem quinze pessoas na UTI do Hospital de Clínicas do Paraná, em Curitiba. Quinze pessoas internadas por causa de gripe, mais do que infarto agudo do miocárdio. Quer dizer, as UTIs estão cheias, estão lotadas com pessoas com a gripe. E, quando as pessoas vão para a UTI, a mortalidade é maior do que 50%. Quer dizer, não há mais solução, praticamente, quando se chega ao caso. Eu tenho até receio de dizer isso, porque muitas famílias estão acompanhando a TV Senado e podem estar acompanhando isso.

Todos nós, famílias e população, para evitar isso, temos de exigir, de acordo com a opinião dos infectologistas, que o protocolo mude e que a medicação seja dada aos sinais da doença, que são: febre, dor de cabeça, dor de garganta. E o médico pode avaliar ao sinal se dá a medicação. Isso diminui a intensidade do problema, diminui a duração do problema e diminui significativamente a transmissão do problema.

Você já pode imaginar que, no Estado do Paraná, a gente tenha...

(Interrupção do som.)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT– PR) – ...pelo menos cinquenta mil pessoas, indo para, talvez, cem mil pessoas infectadas? Que uma pessoa, por dia, esteja morrendo em Curitiba? Não é só no Hospital de Clínicas. Nesses últimos dez dias, morreram nove pessoas. Só em Curitiba, nove pessoas nesses últimos dez dias!

Então, a gente faz as perguntas também: será que o Ministério da Saúde, de fato, tem o medicamento? Espero que tenha. Esse medicamento, ao que nos consta, foi importado na época da gripe aviária. Ainda

está com validade adequada para o atendimento atual em função da outra gripe, chamada, no início, de gripe suína? Está envasado? Podemos ficar tranquilos? Outros países produzem o medicamento? Será que não é o caso de importar desses países onde há estoque disponível para exportação, inclusive com remédio similar, com registro na Anvisa, que é um *spray* que se utiliza, mas com resultados muito efetivos e muito eficazes?

Então, essa é uma preocupação de milhões de brasileiros. Temos que nos unir nesse sentido, o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e o Paraná. Os casos estão surgindo no Mato Grosso, na Bahia. De acordo com as estimativas de jornais, serão alguns milhões de pessoas no Brasil com essa situação grave da gripe. E que nós tenhamos o protocolo adequado, que tem de ser alterado, ouvindo-se infectologistas, que estão acompanhando. Chegamos ao cúmulo de os médicos dizerem...

(Interrupção do som.)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Chegamos ao cúmulo de os médicos dizerem: “Estou com paciente internado, tem todos os sinais da gripe, tudo indicado, e eu estou tratando essa pessoa com aspirina e com tylenol”. Chegamos a esse ponto aqui, em termos de abordagem da gripe, quando deveria estar sendo utilizado o medicamento adequado para evitar a complicação, evitar a morte, evitar a transmissão, a intensidade e a duração. Por quê? Porque a transmissão é muito menor com o medicamento adequado, e a intensidade e a duração também.

Então, é um alerta muito sério. Estou me manifestando no plenário hoje e já falei com a Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Rosalba Ciarlini, para chamarmos o Ministro e discutirmos a situação.

(Interrupção do som.)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Para encerrar, Sr. Presidente, faço um apelo para que todos nós no Brasil possamos realmente estar convictos de que é uma situação grave, é uma situação difícil, com muitas diferenças da gripe tradicional, afetando os jovens de 20 a 45 anos, por exemplo, saudáveis, que nunca foram afetados pela gripe tradicional. E nós precisamos estar preparados, tecnicamente, cientificamente e politicamente, com remédios à disposição, para que a população tenha o seu direito à saúde assegurado.

É um dilema grande, e espero abordar este assunto no dia de amanhã também. Não recebi de volta o telefonema do Ministério da Saúde no dia de hoje, mas espero até amanhã ter a resposta e voltar ao tema.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Flávio Arns, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Pedro.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa, último orador do dia.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador João Pedro, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes ou que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado.

Eu apenas venho aqui para entregar esta reportagem a V. Ex^a, Sr. Presidente, que representa o Partido dos Trabalhadores nesta Casa, neste instante. Esse Partido, como todos os partidos, tem trigo e joio, e V. Ex^a é trigo. Lamento denunciar que no Piauí o joio está em demasia. O nosso Presidente Luiz Inácio denunciou que estava arrodado de quarenta aloprados, que foram carimbados pelo Ministério Público.

Eu traria aqui uma denúncia do Deputado Roncalli Paulo e um trabalho jornalístico do melhor jornalista político, Luciano Coelho, na coluna Política. Teresina – PI, terça-feira, 4 de agosto de 2009. “Novas denúncias contra Emgerpi envolvem lavagem de dinheiro”. Emgerpi foi uma mega Secretaria de Obras criada lá. E segue: “Ex-assessor levará à Polícia Federal documentos sobre licitações fraudulentas.”

A chefe, Lucile Moura, está para o Governador do Piauí como a Dilma estaria para o Presidente da República. Poderosa. Mas aqui o jornalista traz uma sequência de corrupções praticadas pela Secretária Lucile Moura, mas o pior – e que me faz, mesmo com dificuldade, pela voz, denunciar – é que, no Piauí, o Partido dos Trabalhadores vem mentindo, mentindo, mentindo muito; vem roubando, roubando e roubando muito. Mas que não ocorra como em São Paulo, que mataram.

Importante: isso foi denunciado pelo estudante de Direito Jaylles Ribeiro Fenelon. E houve uma trama para assassinar o estudante de Direito que denunciou as falcaturas do Governo feitas por Lucile de Moura.

E Marcos Aurélio, que era da mesma Secretaria, foi preso pela Polícia Federal, numa tentativa de assassinar o denunciante.

Então, fazemos isso para salvaguardar a imagem do Partido dos Trabalhadores e do Presidente da República. Viemos em nome do Deputado Roncalli Paulo, que fez as denúncias na Assembléia Legislativa, e do estudante de Direito Jaylles Ribeiro Fenelon, que era funcionário da Secretaria e que entregou uma série de obras, fabulosas quantias de dinheiro, vamos

dizer, havendo uma lavagem de dinheiro nessa Subsecretaria.

Então, é lamentável. É como Boris Casoy diz: “Isso é uma vergonha!”. Temos consciência de que Sua Excelência, o nosso Presidente Luiz Inácio, vai tomar as providências, zelando pelo bom nome do Partido que ele criou e do Governo que vivemos.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM)

– Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 949, DE 2009

Requeiro, nos termos regimentais, o desapensamento dos Projetos de Lei do Senado nos 459, de 2003, e 238, de 2004, para que tenham tramitação autônoma, por tratarem de matérias distintas.

Sala das Sessões, – Senador **Alvaro Dias**.

(À Mesa, para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 950, DE 2009

Requeiro, com base no art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 207, de 2009 – Complementar, e nº 238, de 2009 – Complementar, uma vez que ambos dispõem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, – Senador **Demóstenes Torres**.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 951, DE 2009

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a desapensação da Proposta de Emenda à Constituição nº 75, de 2003, das Propostas de Emenda à Constituição nºs 16 e 17, ambas de 2006, restabelecendo-se a sua tramitação autônoma.

Justificação

Embora o Plenário do Senado Federal tenha aprovado a tramitação conjunta das proposições, conforme o Requerimento nº 1.310, de 2008, de autoria do Senador MARCO MACIEL, a PEC nº 75, de 2003, trata de matéria completamente diversa das PECs nº 16 e 17, ambas de 2006.

Enquanto a primeira pretende alteração da jornada de trabalho (art. 7º, inciso XIII, da CF), as outras duas versam sobre a estabilidade da empregada gestante, razão pela qual a PEC nº 75, de 2003, deve ter sua tramitação autônoma restabelecida.

Sala das Sessões, – Senador **Valter Pereira**.

(À Mesa, para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa, para decisão.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 952, DE 2009

REQUEREM a realização de Sessão Especial do SENADO FEDERAL em homenagem póstuma ao ex-Governador e ex-Senador pelo Amazonas, GILBERTO MESTRINHO, falecido no dia 19 de julho de 2009, em Manaus.

REQUEREMOS, de acordo com o art. 199, do Regimento Interno, e considerando a relevante vida pública do EX-GOVERNADOR E EX-SENADOR GILBERTO MESTRINHO, a realização de SESSÃO ESPECIAL do Senado em homenagem póstuma a esse homem público, falecido no dia 19 de julho deste ano, em Manaus-AM.

JUSTIFICATIVA

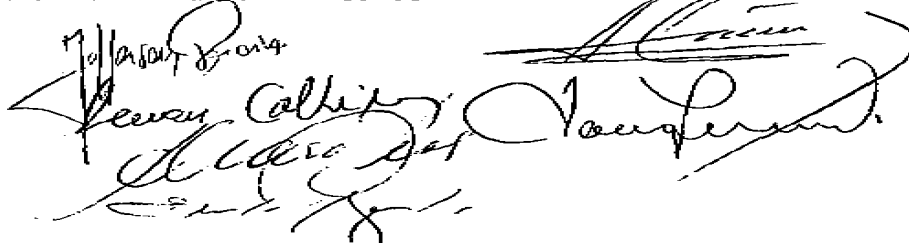
Político atuante, Gilberto Mestrinho ficou conhecido pela sua humildade, ele que sempre esteve no coração do povo amazonense. Essa sua aproximação com as populações do Estado transformou-o numa das mais expressivas figuras da política nacional.

Era visto como político experiente e objetivo. Após sua passagem pelo Senado, afastou-se da política, apenas em militância, pois jamais deixou de ser lembrado, principalmente em momentos em que se pediam opiniões acerca dos rumos da política nacional.

Gilberto Mestrinho faleceu no final de julho deste ano de 2009. E, como homenagem póstuma a esse grande político, requeremos ao Senado da República a realização dessa Sessão Especial.

Sala das Sessões, 4 de agosto de 2009.


Senador ARTHUR VIRGÍLIO



O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 953, DE 2009

Na forma do disposto no Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, requeremos as seguintes homenagens pelo falecimento de Ana Maria Pacheco Vasconcelos, ocorrido dia 1º de agosto, na cidade do Recife, estado de Pernambuco.

I. inserção em ata de voto de profundo pesar;

II. apresentação de condolências:

a) aos seus familiares;

à Casa de Passagem, do Recife, da qual era Presidente de Honra.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 2009.



Senador Marco Maciel

REQUERIMENTO Nº 954, DE 2009

Na forma do disposto no Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, requeremos as seguintes homenagens pelo falecimento de Maria do Carmo Santana Cavalcanti, ocorrido na cidade do Recife, estado de Pernambuco.

I. inserção em ata de voto de profundo pesar;

II. apresentação de condolências aos seus familiares.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 2009.



Senador Marco Maciel

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – A Presidência encaminhará os votos de pesar solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 955, DE 2009

Requer INFORMAÇÕES, ao Ministro da Fazenda, acerca de concurso público realizado pela Caixa Econômica Federal, para o cargo de Técnico Bancário.

REQUEIRO, de acordo com o art. 216, do Regimento Interno, combinado com o que dispõe o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e considerando a competência fiscalizadora do Congresso Nacional, que sejam solicitadas, ao MINISTRO da FAZENDA, informações que esclareçam os motivos da protelação da

chamada de candidatos aprovados no concurso público realizado pela Caixa Econômica Federal, para Técnico Bancário. A decisão contraria o bom senso, levando em conta que, para suprir defasagem no quadro de servidores do estabelecimento, têm sido recrutados estagiários.

Justificação

De Parintins, recebi queixa de candidato aprovado em concurso público realizado pela CEF para o cargo de Técnico Bancário. Segundo a denúncia, aquele estabelecimento bancário, em lugar de proceder à chamada dos concursados, opta pelo preenchimento dos claros com estagiários.

Levando em conta as prerrogativas do Senado Federal, de fiscalizar atos do Executivo, formulo o presente requerimento de informações ao Ministro da Fazenda.

Sala das Sessões, 4 de agosto de 2009. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 956, DE 2009

Requer VOTO DE APLAUSO ao SINDICATO NACIONAL DO FUTEBOL, pelo lançamento do IV Anuário do Futebol Brasileiro, com dados, registros e ilustrações sobre os principais eventos de que participaram os clubes brasileiros de futebol

REQUEIRO, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, VOTO DE APLAUSO ao SINDICATO NACIONAL DO FUTEBOL, pelo lançamento do IV Anuário do Futebol Brasileiro, com dados, registros e ilustrações sobre os principais eventos de que participaram os clubes brasileiros de futebol.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento dos editorialistas e ao Presidente do Sindicato Nacional das Associações de Futebol Profissional, Sr. Mustafá Contursi Goffaar Mjzoub.

JUSTIFICATIVA

Já está em circulação o IV Anuário do Futebol, publicado pelo Sindicato da Categoria profissional. Com muitas ilustrações, o livro contém relatos sobre as jornadas dos clubes de futebol, inclusive a Seleção Brasileira. É publicação, sem dúvida, de expressivo valor para a história do futebol do Brasil, o melhor do mundo.

Pelo auspicioso fato, o Sindicato do Futebol é merecedor do Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 4 de agosto de 2009


Senador ARTHUR VIRGÍLIO
Líder do PSDB

REQUERIMENTO Nº 957 DE 2009

Requer VOTO DE APLAUSO ao analista jurídico e político ORPHEU SALLES, pelo lançamento de livro com os textos de seus editoriais publicados pela Revista Justiça e Cidadania, ao longo de 10 anos, todos em defesa das liberdades públicas e da ética.

REQUEIRO, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, VOTO DE APLAUSO ao analista jurídico e político ORPHEU SALLES, pelo lançamento de livro com os textos de seus editoriais publicados pela Revista Justiça e Cidadania, ao longo de 10 anos, todos em defesa das liberdades públicas, da política e da ética, em especial no Legislativo


Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do editorialista e da direção da Revista “Justiça e Cidadania”.

JUSTIFICATIVA

Aos 87 anos de idade, o analista Orpheu Salles tem notável acervo de textos em defesa da ética, da coisa pública, sobretudo no âmbito do Congresso Nacional. Ele, em 10 anos de publicação da Revista “Justiça e Cidadania”, escreveu, e foram publicados, 86 editoriais com acurada análise dos aspectos que constituem objeto de seus textos.

Pelo auspicioso fato, Orpheu é merecedor do Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 4 de agosto de 2009


Senador ARTHUR VIRGÍLIO
Líder do PSDB

REQUERIMENTO Nº 958 DE 2009

Requer VOTO DE APLAUSO e ESTÍMULO ao atleta amazonense JEFERSON ALMEIDA, que se tornou campeão mundial de Jiu-Jitsu, peso pena, realizado em São Paulo, em julho de 2009.


REQUEIRO, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, VOTO DE APLAUSO e ESTÍMULO ao lutador JEFERSON ALMEIDA que, superando adversidades de acidente em que correu o risco de perder uma das pernas, conquistou, em São Paulo, no mês de julho de 2009, o título de campeão mundial de Jiu-Jitsu, categoria pena.

Requeiro, também, que deste Voto de Aplauso, seja cientificado o novo campeão da categoria pena e a Confederação Brasileira de Jiu-Jitsu.

JUSTIFICATIVA

Vencer uma competição e tornar-se campeão mundial já é, por si só acontecimento digno de registro. E quando essa vitória ocorre poucos meses após o infortúnio de um acidente com o atleta, aí já é fato de extraordinária perseverança e esforço pessoal. Foi isso o que ocorreu com o atleta Jeferson Almeida, um amazonense que, pelo seu feito, é merecedor do Voto de Aplauso que requeiro ao Senado da República. Voto, ao mesmo tempo, de estímulo, para que a carreira de Jeferson, tão expressiva e profundamente humana, prossiga e o leve a novos triunfos.

Sala das Sessões, 4 de agosto de 2009


Senador ARTHUR VIRGÍLIO
Líder do PSDB

Requerimento nº 959 , de 2009

Requeiro, nos termos regimentais, que o Senado Federal emita voto de pesar aos amigos e familiares do *Monsenhor Vicente de Paulo Penido Burnier*, o primeiro padre surdo da América Latina e do Brasil, e segundo do mundo, por seu falecimento, aos oitenta e oito anos de idade, acontecido no dia 16 de julho, em Juiz de Fora – MG. Nascido em uma época na qual a Pessoa com Deficiência não contava com as proteções sociais hoje existentes, Monsenhor Vicente realizou uma caminhada precursora e de muita luta para a concretização de sua vocação. Surdo de nascença, nasceu em família preocupada em educá-lo com professores especializados desde a infância, quando assimilou a capacidade da fala de modo satisfatório, aprendendo a articular-se inclusive em latim, já vislumbrando o objetivo de atender ao ministério sacerdotal, vocação despertada precocemente na juventude. Monsenhor Vicente teve a ordenação a Padre decidida em Roma, pelo próprio Papa Pio XII, em 1951, quando em encontro com o Santo Padre, e falando em italiano, solicitou licença para receber a ordem sacerdotal, uma vez que a condição de surdo, à época, constituía-se em impedimento canônico para o sacerdócio. Monsenhor Vicente tinha uma personalidade alegre. Animava os recreios no seminário, sendo respeitado jogador nas partidas de futebol e vôlei. Tendo fundado 18 Pastoris dos Surdos no Brasil, e três fora do País, Monsenhor Vicente foi um bravo defensor da pessoa surda, dedicando-se a ela no contexto de sua vida sacerdotal, pela orientação religiosa, e, na atuação social, pela inserção do surdo no mercado de trabalho. Conhecido como o *Pastor do Povo Excluído*, foi o catequista dos surdos, deixando um caminho muito bem pavimentado, com exemplos de vida e conquistas sociais, a ser seguido pelas novas gerações de sacerdotes brasileiros.

Sala das sessões, em 04 de agosto de 2009

Senador FLÁVIO ARNS

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM)

– A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 960, DE 2009

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 279, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Desenvolvimento Regional, tendo em vista a sua competência de mérito nos termos do art. 104-A, do Regimento Interno do Senado Federal.

Sala das Sessões, – Senadora **Ideli Salvatti**.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM)

– O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 961, DE 2009

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 114, de 2008, com o Projeto

de Lei do Senado (PLS) nº 334, de 2008, por versarem sobre matéria análoga.

Sala das Sessões, 4 agosto de 2009. – Senador **Romero Jucá**, Líder do Governo.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa, para decisão.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 962, DE 2009

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado, a tramitação conjunta do PLS nº 142, de 2007 e do PLS nº 34, de 2008, com os PLS nº 78, de 2008, PLS nº 131, de 2007, PLS nº 64, de 2008 e PLS nº 304, de 2007, já apensados, por versarem sobre matéria análoga.

Sala das Sessões, 4 de agosto de 2009. – Senador **Romero Jucá** Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM)

– O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 963, DE 2009

Requeiro, nos termos do artigo 223 do Regimento Interno, seja apresentado voto de censura ao novo acordo militar EUA/Colômbia, na forma da justificação anexada.

JUSTIFICAÇÃO

Nós, Senadores da República Federativa do Brasil,

CONSIDERANDO que a América do Sul é uma região de paz e democrática, na qual eventuais divergências são normalmente resolvidas observando-se os princípios da não intervenção e da solução pacífica e negociada dos conflitos;

CONSTATANDO que, em relação ao imprescindível combate ao narcotráfico, que tanto afeta o continente americano, os países da América do Sul e, em especial, os Estados Partes do MERCOSUL, cooperam ativamente entre si e com muitas outras nações de diversas regiões para vencer essa dura luta;

OBSERVANDO que quase todos os Estados da região firmaram acordos bilaterais de extradição, de combate ao narcotráfico e de cooperação judiciária com os EUA, visando à segurança hemisférica, num ambiente de cooperação diplomática pacífica;

LEMBRANDO que a Colômbia já o terceiro país do mundo em recebimento de ajuda militar norte-americana, ficando atrás somente de Israel e do Egito;

ASSINALANDO que, além de receber volumosa ajuda militar dos EUA, a Colômbia é, de acordo com os dados do *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI), o país da América do Sul que mais gasta com suas forças armadas em proporção ao seu PIB (4%), muito além dos gastos exibidos por seus vizinhos Brasil (1,5%), Venezuela (1,3%), Peru (1,2%) e Equador (2,9%);

RECORDANDO, ademais, que, em função do Plano Colômbia, os EUA já utilizam bases militares colombianas, inclusive a base de *Tres Esquinas*, estrategicamente situada no sul do país, região que se destaca na produção de coca;

SURPRESOS com o novo acordo militar EUA/Colômbia, pelo qual as forças armadas norte-americanas deverão ocupar e utilizar pelo menos três outras bases militares colombianas (*Malambo, Apiay e Palanquero*), além de poder aumentar seus efetivos na Colômbia dos atuais cerca de 250 para até 1.400, entre militares e civis;

RESSALTANDO que tal acordo foi celebrado sem nenhuma consulta aos demais países da região, o que gerou grande mal-estar diplomático;

CONSTATANDO, ademais, que esse acordo surge cerca de um ano após a reativação da Quarta Frota, que também provocou grande inquietação na região;

PREOCUPADOS com a possível militarização de conflitos regionais que tal acordo ajudaria a acarretar, o que poderia redundar, por sua vez, em insegurança hemisférica e comprometimento do processo de integração da América do Sul e do próprio MERCOSUL;

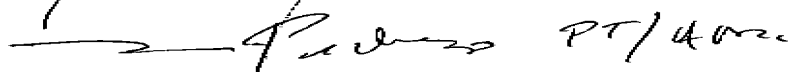
CONSCIENTES de que tal acordo reintroduz uma anacrônica lógica da antiga Guerra Fria no contexto regional, além de implicar estímulo a uma indesejável corrida armamentista na América do Sul; e

CERTOS de que a América do Sul já tem maturidade política e diplomática suficiente para resolver seus conflitos mediante negociações regionais, resguardados os princípios da solução pacífica de controvérsias e da não-intervenção;

Manifestamos nossa grande preocupação com o novo acordo militar EUA/Colômbia, pelo qual aquele país poderá utilizar pelo menos três outras bases colombianas. No nosso entendimento, a imprescindível luta contra o narcotráfico não justifica essa escalada militarista na Colômbia, a qual poderá resultar na militarização de conflitos regionais e na geração de grande insegurança hemisférica, bem como num possível comprometimento dos processos de integração regionais. Reafirmamos nosso compromisso com uma América do Sul soberana, pacífica e integrada e, por último, expressamos os nossos votos de paz e prosperidade ao grande e amigo povo da Colômbia.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 2009.


Senador Aloizio Mercadante

 PT/402

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento será despachado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 964, DE 2009

Requeiro, na forma do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Casa aprove voto de aplausos e congratulações ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA, pelos seus cinquenta e cinco anos de fundação, ocorrido em 27 de julho.

Justificativa

Criado em 1952 e implementado em 1954 - o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) - Órgão da Administração Direta do Ministério da Ciência e Tecnologia, foi criado com a finalidade de realizar o estudo científico do meio físico e das condições de vida da região amazônica, tendo em vista o bem estar humano e os reclamos da cultura, da economia e da segurança nacional. Atualmente, o INPA é referência mundial em Biologia Tropical.

Sua missão é gerar e disseminar conhecimentos e tecnologia, e capacitar recursos humanos para o desenvolvimento da Amazônia.

Para cumprir o desafio, o Instituto possui doze Coordenações de Pesquisas: Botânica; Biologia Aquática; Ecologia; Aquacultura; Tecnologia de Alimentos; Silvicultura Tropical; Ciências da Saúde; Produtos Florestais; Produtos Naturais; Entomologia; Ciências Agronômicas; Clima e Recursos Hídricos e um Núcleo de Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, o qual foi criado para trabalhar com as populações tradicionais da região. O INPA possui três núcleos de pesquisas localizados nos Estados do Acre, Roraima e Rondônia.

Ao longo de cinco décadas, vem assumindo responsabilidade crescente na tarefa de produzir conhecimento, estabelecendo um compromisso com o desenvolvimento sustentável, a defesa do meio ambiente e de seus ecossistemas, expandindo os estudos sobre a biodiversidade, a sociodiversidade, os recursos florestais e hídricos.

Sala de sessões, 04 de agosto de 2009.


Senador João Pedro
PT/AM

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM)

– A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 334, DE 2009

Autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, no Município de Santa Rita.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (Instituto Federal) da Paraíba, no Município de Santa Rita.

Art. 2º Com o objetivo de implementar o disposto no art. 1º, o Poder Executivo fica autorizado a:

I – criar os cargos de direção e as funções gratificadas necessárias ao funcionamento do **campus**;

II – dispor sobre a organização, as competências, as atribuições, a denominação das unidades e dos cargos, suas especificações e funções, bem como sobre o processo de implantação e de funcionamento do **campus**;

III – lotar, no campus, os servidores necessários ao seu funcionamento, mediante a criação de cargos, e a transferência e transformação de cargos efetivos vagos dos quadros de pessoal dos órgãos e entidades da administração federal direta, autárquica e fundacional.

Art. 3º O **campus** a que se refere esta Lei oferecerá cursos de formação e qualificação de profissionais de educação superior, básica e profissional, observadas as necessidades socioeconômicas e de desenvolvimento tecnológico do Município e região, do Estado da Paraíba e do País.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A educação profissional e tecnológica tem-se mostrado estratégica para a atração de investimentos de empresas intensivas em tecnologia. Em nível local, ela pode contribuir para a redução de desigualdades sociais, ante a melhor distribuição de oportunidades educacionais e de preparação para o mercado de trabalho. A par disso, a modalidade tem merecido crescente atenção de governos.

No caso brasileiro, essa preocupação se faz sentir no expressivo aumento de vagas programadas para o ano de 2010. Conquanto não se tenha como negar o alento dessa nova percepção e tratamento, sobretudo

ao nível da União – cuja rede de escolas se encontrava estagnada desde os primeiros anos da década de 1990 –, o incremento que ora se dá não é suficiente para cobrir o déficit de oferta de mais de uma década.

Com efeito, entendemos que o País não deve medir esforços para garantir acesso à qualificação dos estudantes brasileiros. E isso não apenas para diminuir o atraso a que o País foi submetido. É preciso fazer avançá-lo, de maneira criativa e proativa em relação às transformações do setor produtivo. Mas para que os frutos desse processo sejam bem distribuídos, impõe-se, como media emergencial, a descentralização de oportunidades de profissionalização.

É por defender essa ideia e acreditar que seja profícua em resultados significativos no combate às desigualdades que estamos sugerindo ao Poder Executivo que instale **campus** do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba no Município de Santa Rita.

Com mais de 130 mil habitantes, Santa Rita é o terceiro município do Estado em população – e em número de eleitores –, um dos maiores em extensão territorial (sendo sede do maior aeroporto do Estado, o Castro Pinto, que serve à capital). Na economia, o município é o maior produtor de abacaxi do Estado, concentrando parte expressiva da produção de cana-de-açúcar e da indústria sucro-alcooleira da Paraíba e do Nordeste, contando, ainda, com parque industrial diversificado.

A despeito de toda expressão econômica, de sua localização no entroncamento das rodovias BR-101 e BR-330 e de uma riqueza cultural importante no conjunto do Estado, o município remanesce na periferia da capital, com indicadores de desemprego e violência juvenil inaceitáveis.

A par disso, e tendo em conta que as oportunidades educativas oferecidas pelo Instituto Federal da Paraíba se mostram, até aqui, deveras restritas à cidade de João Pessoa e a alguns centros urbanos do Estado, e, ainda assim, não necessariamente vinculadas às peculiaridades econômicas locais, é que vislumbramos a relevância da presença dessa instituição no Município de Santa Rita. Além da vocação para as mencionadas áreas, a escola poderá impulsionar atividades de grande potencial como a pesca, o turismo ecológico e a cerâmica artística, atendendo as regiões do litoral norte e sul do Estado.

Desse modo, tendo em conta a importância do projeto para o desenvolvimento do Estado da Paraíba e sua pertinência em face do atual projeto federal de expansão da educação profissional e tecnológica, conclamo o apoio de meus Pares congressistas à sua aprovação.

Sala das Sessões, – Senador **Cícero Lucena**.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, aviso do Presidente do Banco Central do Brasil que passo a ler.

É lido o seguinte:

**AVISO
DO PRESIDENTE DO
BANCO CENTRAL DO BRASIL**

- Aviso nº 32, de 2009-CN (nº 65/BCB-Presi/2009, na origem), do Presidente do Banco Central do Brasil, encaminhando ao Congresso Nacional o

Relatório sobre operações de redesconto e empréstimo realizadas nos termos da Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008, referente ao 2º trimestre de 2009.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – O expediente que acaba de ser lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, mensagem do Presidente da República que passo a ler.

É lida a seguinte:

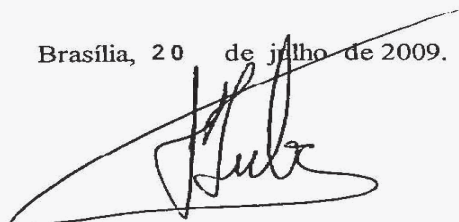
**CONGRESSO NACIONAL
MENSAGEM
Nº 93, DE 2009-CN**

Mensagem nº 568

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do § 4º do. art. 71 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, encaminho a Vossas Excelências o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao terceiro bimestre de 2009, destinado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

Brasília, 20 de julho de 2009.



EM Interministerial nº 00158/2009/MP/MF

Brasília, 20 de julho de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. O art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, e o art. 70 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009, LDO-2009, determinam, para os Poderes e o Ministério Público da União - MPU, o estabelecimento da programação financeira e do cronograma anual de desembolso mensal em até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual.
2. Tendo em vista a publicação da Lei Orçamentária de 2009, Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008, LOA-2009, em 31 de dezembro de 2008, o Poder Executivo editou o Decreto nº 6.752, de 28 de janeiro de 2009, contendo sua programação orçamentária e financeira e o cronograma mensal de desembolso.
3. O caput do art. 9º da LRF dispõe que, se verificado ao final de um bimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o MPU promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO. No sentido oposto, consta no § 1º do citado artigo que, no caso de restabelecimento da receita prevista, haverá recomposição proporcional, ainda que parcial, dos valores anteriormente limitados.
4. A LDO-2009, por sua vez, estabelece em seu art. 71 que caso seja necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira, de que trata o art. 9º da LRF, o Poder Executivo apurará o montante necessário e informará a cada um dos órgãos referidos no art. 20 daquela Lei, até o vigésimo dia após o encerramento do bimestre. O § 4º do citado art. 71 determina que o Poder Executivo encaminhe ao Congresso Nacional e aos órgãos de outros Poderes da União, até o vigésimo dia após o encerramento do bimestre, relatório contendo as premissas e principais hipóteses utilizadas na apuração do montante de limitação. Da mesma maneira, deve-se proceder no caso de restabelecimento de limitações anteriormente realizadas. No caso da manutenção dos referidos limites, o § 8º do art. 71 não exime o Poder Executivo do cumprimento do § 4º supracitado.
5. Desse modo, em atendimento ao art. 9º da LRF, foi efetuada a reavaliação das receitas e despesas primárias de execução obrigatória, com base nos valores realizados até o mês de junho e parâmetros macroeconômicos atualizados, compatíveis com a política econômica vigente.
6. As metas de superávit primário constantes do Anexo de Metas Fiscais, originalmente estabelecidas em 2,20% do PIB para o Governo Central e 0,65% para as Empresas Estatais Federais, alteradas na LOA-2009 e na primeira avaliação bimestral para 2,15% do PIB e

0,70% do PIB, respectivamente, foram reduzidas conforme proposta do Poder Executivo, consubstanciada no Projeto de Lei encaminhado ao Congresso Nacional (PLN nº 15/2009) por meio da Mensagem nº 326, de 14 de maio de 2009, que modifica o art. 2º e o Anexo IV da LDO-2009. Tais metas passam a ser de 1,40% do Produto Interno Bruto - PIB para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e 0,20% para o Programa de Dispendios Globais das empresas estatais federais. Cumpre ressaltar que a presente reavaliação, assim como a anterior, já considera as novas metas.

7. Em relação aos parâmetros macroeconômicos, em face do atual cenário de retração econômica mundial, foi mantida a projeção do crescimento real do Produto Interno Bruto - PIB em 2009 em 1,0%. A projeção relativa à inflação (Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA) foi ligeiramente elevada para 4,42%, abaixo da meta de inflação buscada pela política monetária, que é de 4,5%, e se mostra compatível com a trajetória observada para este índice até o momento.

8. A revisão das estimativas de receita líquida de transferências a Estados e Municípios, exceto Contribuição ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, demonstrou um decréscimo de R\$ 1,9 bilhão em relação à avaliação do segundo bimestre de 2009.

9. No que tange às receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda - RFB/MF, exceto a Contribuição para o RGPS, a reestimativa realizada apontou para uma redução de R\$ 7,3 bilhões na arrecadação anual em relação à previsão da avaliação anterior. Tal resultado deve-se, principalmente, às reduções observadas nas projeções dos Impostos de Importação e sobre Produtos Industrializados e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

10. A estimativa anual para as receitas não-administradas pela RFB/MF, exclusive a Contribuição para o RGPS, aumentou R\$ 4,1 bilhões em relação à avaliação do segundo bimestre, concentrando-se sobretudo nos itens Dividendos e Cota-Parte de Compensações Financeiras.

11. As estimativas das despesas primárias de execução obrigatória, excetuadas as do RGPS, sofreram um pequeno decréscimo, no montante de R\$ 406,7 milhões, decorrente da queda na projeção de Subsídios, parcialmente compensada pelo aumento nos Créditos Extraordinários e na projeção do Abono Salarial.

12. Em relação ao déficit do RGPS, a projeção atual sinalizou uma melhora em relação àquela prevista na avaliação anterior, concentrada apenas no aumento da Arrecadação Líquida para o RGPS, no montante de R\$ 1,3 bilhão.

13. Diante da combinação dos fatores citados anteriormente, serão mantidos os limites de movimentação e empenho e de pagamento estabelecidos pela avaliação do segundo bimestre, conforme demonstrado a seguir:

R\$ milhões

Discriminação	Variações em relação à Avaliação do 2º Bimestre
1. Receita Primária Total, exceto Contribuição para o RGPS	(3.258,2)
2. Transferências a Estados e Municípios	(1.380,0)
3. Receita Líquida (1 - 2)	(1.878,2)
4. Despesas Obrigatórias e Créditos Adicionais dos Demais Poderes e MPU, exceto Benefícios Previdenciários	(406,7)
5. Déficit do RGPS	(1.349,5)
6. Meta de Resultado Primário	(122,0)
7. Resultado (3 - 4 - 5 - 6)	(0,0)

Fonte/elaboração: Secretaria de Orçamento Federal / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SOF/MP

14. Diante do exposto, submetemos à consideração de Vossa Excelência o relatório de avaliação das receitas e despesas primárias do terceiro bimestre, em anexo, elaborado em observância ao disposto no art. 71 da LDO-2009, propondo seu encaminhamento à Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, bem como cópia deste aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao MPU.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva, Nelson Machado

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO TERCEIRO BIMESTRE DE 2009

(Art. 71 da Lei nº 11.768, de 14 de Agosto de 2008, LDO-2009).

Documento a ser encaminhado à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, e aos Poderes Legislativo, Judiciário e Ministério Público da União.

Julho/2009

SUMÁRIO

- 1. AVALIAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS**
- 2. PARÂMETROS**
- 3. ANÁLISE DAS RECEITAS, EXCETO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RGPS**
- 4. ANÁLISE DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS, EXCETO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RGPS**
- 5. MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS RECEITAS E DESPESAS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RGPS**
- 6. CONCLUSÃO**

ANEXOS

ANEXO I: MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB/MF

ANEXO II: MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS

RELATÓRIO AOS DEMAIS PODERES E À COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO, PLANOS E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA

Em 20 de julho de 2009

(Em cumprimento ao art. 71 da LDO-2009)

1. AVALIAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS

O art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, e o art. 70 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009, LDO-2009, determinam, para os Poderes e Ministério Público da União, o estabelecimento da programação financeira e do cronograma anual de desembolso mensal em até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual.

Tendo em vista a publicação da Lei Orçamentária de 2009, Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008, LOA-2009, em 31 de dezembro de 2008, o Poder Executivo editou o Decreto nº 6.752, de 28 de janeiro de 2009, contendo sua programação orçamentária e financeira, com o cronograma mensal de desembolso.

O art. 9º da LRF dispõe que, se verificado ao final de um bimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público da União promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO. No sentido oposto, o § 1º do citado artigo 9º estabelece que, no caso de restabelecimento da receita prevista, haverá recomposição dos valores anteriormente limitados.

Cumprе ressaltar que, apesar de o art. 9º da LRF exigir avaliação da receita orçamentária, torna-se também necessário proceder, para fins de uma completa avaliação para cumprimento das metas, à análise do comportamento das despesas primárias de execução obrigatória, uma vez que suas reestimativas em relação às dotações constantes da Lei Orçamentária podem afetar a obtenção do referido resultado.

Conforme determinado no inciso III do § 4º do art. 71 da LDO-2009, se verificada elevação na estimativa dessas despesas, o Poder Executivo tomará, em momento posterior, providências relativas à alteração das respectivas dotações orçamentárias envolvidas. Tais providências se referem à abertura de crédito suplementar, se autorizado na LOA-2009, ou encaminhamento de projeto de lei de crédito adicional, no montante do acréscimo demonstrado no relatório, nos prazos previstos no art. 66 da LDO-2009.

A LDO-2009, também estabelece em seu art. 71 que, caso seja necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira, de que trata o art. 9º da LRF, o Poder Executivo apurará o montante necessário e informará a cada um dos órgãos referidos no art. 20 daquela Lei, até o vigésimo dia após o encerramento do bimestre. No caso de restabelecimento de limitações antes impostas, o procedimento será idêntico.

Adicionalmente, o § 4º do citado art. 71 determina que o Poder Executivo encaminhe ao Congresso Nacional e aos órgãos relativos aos outros Poderes da União, até o vigésimo dia após o encerramento do bimestre, mesmo que não haja ampliação ou corte dos limites, relatório que será apreciado pela Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, contendo:

a) a memória de cálculo das novas estimativas de receitas e despesas primárias e a demonstração da necessidade da limitação de empenho e movimentação financeira nos percentuais e montantes estabelecidos por órgão;

b) a revisão dos parâmetros e das projeções das variáveis de que tratam o inciso XXVI do Anexo III e o Anexo de Metas Fiscais da LDO-2009;

c) a justificação das alterações de despesas obrigatórias, explicitando as providências que serão adotadas quanto à alteração da respectiva dotação orçamentária;

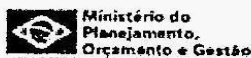
d) os cálculos da frustração das receitas primárias, que terão por base demonstrativos atualizados de que trata o item XII do Anexo III da LDO-2009, e demonstrativos equivalentes, no caso das demais receitas, justificando os desvios em relação à sazonalidade originalmente prevista; e

e) a estimativa atualizada do superávit primário das empresas estatais, acompanhada da memória dos cálculos para as empresas que responderem pela variação.

Assim posto, encerrado o primeiro bimestre, o Poder Executivo realizou uma atualização dos parâmetros econômicos, e reestimou o montante de receitas primárias e despesas primárias obrigatórias. O resultado desta avaliação foi a necessidade do estabelecimento de limitação de empenho e pagamento em relação à LOA-2009 em R\$ 21,6 bilhões, conforme detalhado em relatório encaminhado aos outros Poderes da União em 20 de março de 2009.

Encerrado segundo bimestre, foi procedida avaliação completa de todos os itens de receitas e despesas obrigatórias primárias do Governo Federal, observando dados realizados até o mês de abril e parâmetros macroeconômicos atualizados, que reflitam a realidade atual e as expectativas até o final do exercício. Após a análise da realização e da nova projeção dos itens até o final do ano, combinada com as novas metas fiscais propostas, constatou-se a possibilidade de ampliação dos limites de empenho e movimentação financeira em R\$ 9,1 bilhões em relação à avaliação anterior, nos termos do § 1º do art. 9º da LRF.

Convém comentar, que o Poder Executivo propôs alteração da meta de resultado primário encaminhando o Projeto de Lei (PLN nº 15/2009) ao Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 326, de 14 de maio de 2009, alterando o art. 2º e o Anexo IV da LDO-2009. As novas metas propostas, e que já foram consideradas na Segunda Avaliação, são: 1,40% do PIB para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, e 0,20% para o Programa de Dispêndios Globais das empresas estatais federais. O quadro abaixo ilustra a evolução das referidas metas ao longo de 2009:



% PIB

Discriminação	LOA	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre
Orçamento Fiscal e Seguridade (A)	2,15%	2,15%	1,40%	1,40%
Projeto-Piloto de Investimentos Públicos - PPI (B) (*)	0,49%	0,50%	0,51%	0,51%
Orçamento Fiscal e Seguridade - PPI (C=A-B)	1,66%	1,65%	0,89%	0,89%
Empresas Estatais Federais	0,70%	0,70%	0,20%	0,20%
PIB Nominal (R\$ bilhões)	3.155,9	3.092,0	3.055,9	3.047,2

(*) PPI igual a R\$ 15,6 bilhões, conforme art. 3º da LDO-2009.

No que se refere à reavaliação após o encerramento do terceiro bimestre, de modo análogo à anterior, foram realizadas novas projeções das receitas e despesas primárias com base em dados realizados até junho de 2009, parâmetros atualizados pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda – SPE/MF e metas fiscais em conformidade com o PLN nº 15/2009. Tais projeções não indicam a necessidade nem de nenhum movimento de limitação, nem de ampliação relativamente à avaliação anterior.

Quanto aos parâmetros macroeconômicos, em face do atual cenário de retração econômica mundial, foi mantida a projeção do crescimento real do Produto Interno Bruto – PIB em 2009 em 1,0%. A projeção relativa à inflação (Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA) foi ligeiramente elevada para 4,42%, abaixo da meta de inflação perseguida pela política monetária, que é de 4,5%, e se mostra compatível com a trajetória para este índice observada até o momento. As demais projeções serão demonstradas no item 2 deste Relatório.

A revisão das estimativas de receita líquida de transferências a Estados e Municípios, exceto Contribuição ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, demonstra um decréscimo de R\$ 1,9 bilhão relativamente à Segunda Avaliação Bimestral.

No que tange às receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda - RFB/MF, exceto a Contribuição para o RGPS, a reestimativa realizada apontou para uma redução de R\$ 7,3 bilhões na arrecadação anual frente a previsão contida na Avaliação anterior. Tal resultado deve-se principalmente às reduções observadas nas projeções relativas aos seguintes tributos: Imposto de Importação, Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

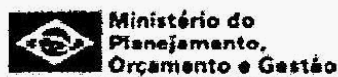
A estimativa anual para as Receitas Primárias Não-Administradas pela RFB/MF, exclusive a Contribuição para o RGPS, está R\$ 4,1 bilhões maior que aquela indicada na Segunda Avaliação Bimestral, tal variação concentrou-se sobretudo nos seguintes itens: Dividendos e Cota-Parte de Compensações Financeiras.

As despesas primárias de execução obrigatória, exceto as despesas do RGPS, contudo, sofrem um pequeno decréscimo, no montante de R\$ 406,7 milhões. Tal decréscimo deve-se a uma diminuição na projeção de Subsídios, parcialmente compensada pelos aumentos observados nos Créditos Extraordinários e na projeção do Abono Salarial.

Em relação ao déficit do RGPS, a projeção atual sinaliza uma melhora frente aquela prevista na Avaliação anterior, concentrada apenas na Arrecadação Líquida para o RGPS, no montante de R\$ 1,3 bilhão.

Finalmente cabe frisar que, desde o exercício financeiro de 2005, os projetos denominados “Projeto-Piloto de Investimentos Públicos” – PPI têm tratamento destacado na estimativa da meta de superávit primário a ser atingida, pois poderão ser abatidos dessa meta na medida de sua execução. Isso porque, esses projetos, embora tenham impacto sobre o resultado primário, têm por característica a constituição de ativos que contribuirão para gerar resultados positivos no futuro para o setor público e para a economia como um todo superiores ao aumento do custo do endividamento deles decorrentes. Para 2009, esses projetos totalizam R\$ 15,6 bilhões, de acordo com o art. 3º da LDO-2009.

Diante da combinação dos fatores citados acima, serão mantidos os limites de movimentação e empenho e de pagamento estabelecidos pela Segunda Avaliação Bimestral, conforme demonstrado a seguir:



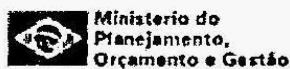
R\$ milhões

Discriminação	Variações em relação à Avaliação do 2º Bimestre
1. Receita Primária Total, exceto Contribuição para o RGPS	(3.258,2)
2. Transferências a Estados e Municípios	(1.380,0)
3. Receita Líquida (1 - 2)	(1.878,2)
4. Despesas Obrigatórias e Créditos Adicionais dos Demais Poderes e MPU, exceto Benefícios Previdenciários	(406,7)
5. Déficit do RGPS	(1.349,5)
6. Meta de Resultado Primário	(122,0)
7. Resultado (3 - 4 - 5 - 6)	(0,0)

Fonte/Elaboração: Secretaria de Orçamento Federal/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SOF/MP.

2. PARÂMETROS (LDO-2009, art. 71, § 4º, inciso II)

Os principais parâmetros macroeconômicos utilizados para elaboração desta avaliação estão listados na tabela a seguir:



PROJEÇÕES DE PARÂMETROS - 2009

Parâmetros	Avaliação do 2º Bimestre (a)	Avaliação do 3º Bimestre (b)	Diferença (c = b - a)
PIB real (%)	1,0	1,0	0,0
PIB Nominal (R\$ bilhões)	3.055,9	3.047,2	(8,7)
IPCA acum (%)	4,30	4,42	0,1
IGP-DI acum (%)	2,01	1,35	(0,7)
Taxa Over - SELIC Média (%)	10,25	9,98	(0,3)
Taxa de Câmbio Média (R\$ / US\$)	2,23	2,08	(0,2)
Massa Salarial Nominal (%)	5,67	8,82	3,1
Preço Médio do Petróleo (US\$)	53,05	59,10	6,1
Reajuste do Salário Mínimo (%)	12,05	12,05	0,0
Valor do Salário-Mínimo (R\$ 1,00)	465,00	465,00	0,0
Reajuste dos Demais Benefícios Previdenciários (%)	5,92	5,92	0,0

Fonte: Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda - SPE/MF.

Elaboração: Secretaria de Orçamento Federal/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SOF/MP.

3. ANÁLISE DAS RECEITAS, EXCETO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RGPS (LDO-2009, ART. 71, § 4º, INCISOS I E IV)

A projeção das receitas da União segue, de modo geral, um modelo incremental, em que se utilizam os principais parâmetros de projeção das contas públicas sobre uma base de cálculo composta pela arrecadação realizada no ano imediatamente anterior, excluídas da base de projeção as receitas extraordinárias. Aplicam-se também a essa base os efeitos decorrentes das alterações na legislação tributária.

A estimativa atual das receitas primárias do Governo Central, líquida de transferências e exceto a Contribuição para o RGPS, apresentou uma redução de R\$ 1,9 bilhão em relação àquela contida na Segunda Avaliação Bimestral, conforme demonstrado na tabela seguinte:



R\$ milhões

Discriminação	Avaliação do 2º Bimestre (a)	Avaliação do 3º Bimestre (b)	Diferença (c = b - a)
I. RECEITA TOTAL	564.270,4	561.012,1	(3.258,2)
Receita Administrada pela RFB/MF, exceto RGPS	473.127,4	465.792,4	(7.335,0)
Imposto de Importação	22.019,1	15.813,1	(6.206,0)
IPI	34.628,4	28.525,9	(6.102,5)
Imposto sobre a Renda	184.177,3	186.979,6	2.802,4
IOF	18.630,1	18.641,3	11,1
COPINS	122.212,2	121.332,7	(879,2)
PIS/PASEP	32.222,7	32.138,8	(83,8)
CSLL	46.890,6	47.515,0	624,4
CPMF	72,7	73,1	0,4
CIDE - Combustíveis	3.415,0	4.846,5	1.431,5
Outras Administradas pela RFB/MF	8.858,6	9.919,3	1.060,6
Receitas Não-Administradas pela RFB/MF	91.236,4	95.313,2	4.076,8
Concessões	4.572,3	4.572,3	0,0
Dividendos	13.700,0	16.700,0	3.000,0
Cont. para o Plano de Seguridade do Servidor	8.140,1	8.140,1	0,0
Cota-Parte de Compensações Financeiras	20.318,4	21.034,8	716,4
Receita Própria (fontes 50, 81 e 82)	11.688,9	11.749,1	60,2
Salário-Educação	10.624,9	10.624,9	0,0
Complemento do FGTS	2.253,1	2.253,1	0,0
Operações com Ativos	2.500,0	2.500,0	0,0
Demais Receitas	17.438,7	17.738,9	300,2
Incentivos Fiscais	(93,4)	(93,4)	0,0
II. TRANSF. A ESTADOS E MUNICÍPIOS	124.850,9	123.470,9	(1.380,0)
III. RECEITA LÍQUIDA (I - II)	439.419,5	437.541,3	(1.878,2)

Fontes: RFB/MF, SOF/MF, Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda - STN/MF - Elaboração: SOF/MF.

Receitas Administradas pela RFB/MF, exceto Contribuição para o RGPS

A memória de cálculo de todas as receitas administradas pela RFB/MF encontra-se no Anexo I deste relatório.

Outras Receitas

Dividendos: A variação na estimativa de tais ingressos deve-se à revisão da projeção do volume de dividendos a serem pagos pelas Instituições Públicas Financeiras Federais.

Cota-Parte de Compensações Financeiras: O aumento na projeção desse grupo de receitas deve-se ao aumento verificado tanto no volume de produção do petróleo como no preço do barril.

Receita Própria: Observa-se um incremento de R\$ 60,3 milhões em relação à última Avaliação Bimestral, explicado pelo aumento da arrecadação nos últimos meses. Com relação aos convênios, as Unidades Orçamentárias que mais contribuíram para o aumento foram o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o Fundo Aeronáutico e a Universidade Federal de Santa Catarina. E, no caso recursos diretamente arrecadados, os maiores responsáveis pelo aumento são a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso, o Instituto Federal do Paraná, o Tribunal Regional Eleitoral do Ceará; a Justiça Federal de 1º Grau e, finalmente, a Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN.

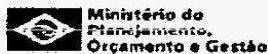
Demais Receitas: O incremento na projeção desse grupo é explicado pelo aumento verificado na arrecadação para o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL e Doações a serem recebidas pelo Tribunal de Contas da União – TCU e Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO.

Transferências a Estados e Municípios por Repartição de Receita

A redução na atual projeção das transferências constitucionais, no valor de R\$ 1,4 bilhão ocorreu, principalmente, em função da queda na projeção dos Impostos sobre Produtos Industrializados – IPI, parcialmente compensada pelo incremento verificado na receita da Cota-Parte de Compensações Financeiras.

4. ANÁLISE DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS, EXCETO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RGPS (LDO-2009, ART. 71, § 4º, INCISOS I E III)

A projeção das despesas obrigatórias, exceto RGPS, sofreu decréscimo de R\$ 406,7 milhões em relação à Segunda Avaliação Bimestral, conforme demonstrado a seguir:



R\$ milhões			
Discriminação	Avaliação do 2º Bimestre (a)	Avaliação do 3º Bimestre (b)	Diferença (c = b - a)
DESPESAS OBRIGATÓRIAS, exceto benefícios RGPS	34.584,3	34.142,8	-406,7
Abono e Seguro Desemprego	25.277,4	25.618,6	341,2
Subsídio, Subvenção e Proagro	6.006,9	4.006,9	-2.000,0
Créditos Extraordinários	3.300,0	4.517,3	1.217,3
Despesas Custeadas com Recursos de Doações	110,9	111,1	0,2
Despesas Custeadas com Recursos de Convênios	390,6	425,2	34,6

As variações verificadas nas despesas obrigatórias foram:

Abono e Seguro Desemprego: O incremento observado na projeção desse grupo deve-se a maior projeção de maiores gastos de Abono Salarial devido ao aumento no número de trabalhadores identificados no fechamento do calendário de pagamento do abono salarial (mês de junho) por meio da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, declarada anualmente pela empresas.

Subsídios, Subvenções e Proagro: O decréscimo na projeção desse grupo é explicado pelo maior volume de retornos de empréstimos das operações do governo não compensado pelo volume de concessão de novos empréstimos.

Créditos Extraordinários: O aumento observado nesse item deve-se à publicação da Medida Provisória nº 463, de maio de 2009 cujo valor é destinado à execução de despesas de custeio e de investimentos, imprescindíveis ao desenvolvimento de ações de Governo, tais como: preparação e combate à influenza H1N1; atendimento às populações

vítimas de desastres naturais em Municípios de vários Estados da Federação tanto devido ao excesso como à falta de chuvas.

Despesas Custeadas com Doações e Convênios: Reprogramação dos gastos em função da estimativa das respectivas receitas.

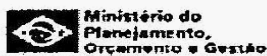
As providências quanto à abertura de créditos suplementares para o atendimento da elevação de despesas primárias obrigatórias serão tomadas de acordo com o disposto no art. 66, inciso I, da LDO-2009.

5. MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS RECEITAS E DESPESAS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RGPS

A projeção da arrecadação da receita previdenciária até junho aponta para um ganho de arrecadação da ordem de R\$ 1,3 bilhão.

Quanto à projeção da despesa com benefícios, essa manteve-se inalterada em relação à Avaliação anterior.

Assim, a atual projeção do resultado do RGPS indica um déficit de R\$ 40,8 bilhões, contra R\$ 42,1 bilhões apontados na Segunda Avaliação Bimestral, conforme demonstrado a seguir:



R\$ milhões

Discriminação	Avaliação do 2º Bimestre (a)	Avaliação do 3º Bimestre (b)	Diferença (c = b - a)
I. Arrecadação Líquida para o RGPS	180.936,3	182.285,8	1.349,5
II. Benefícios Previdenciários	223.068,1	223.068,1	
III. Déficit do RGPS (II - I)	42.131,8	40.782,3	(1.349,5)

Fonte e elaboração: SOF/MP.

6. CONCLUSÃO

A revisão das estimativas das receitas primárias e das despesas obrigatórias não indica a necessidade nem de limitação, nem de ampliação em relação à avaliação anterior.


GEORGE SOARES
 Diretor do Departamento de Assuntos
 Fiscais


ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO
 Secretário do Tesouro Nacional

ANEXO I
MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS
PELA RFB/MF
ESTIMATIVA DE ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS FEDERAIS
ADMINISTRADAS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL –
2009
(Exceto Receitas Previdenciárias)
NOTA METODOLÓGICA – 17/07/2009

I. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A presente estimativa de arrecadação dos impostos e contribuições federais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, exceto receitas previdenciárias, foi elaborada tomando-se como base a arrecadação efetivamente realizada dos meses de julho a dezembro de 2008, os parâmetros estabelecidos pela Secretaria de Política Econômica – SPE em 15/07/09 e as modificações na legislação tributária.

Os parâmetros básicos principais de 15/07/09 e respectivas variações médias, projetadas para o ano de 2009 em relação a 2008, foram os seguintes:

Índice Ponderado (55% IPCA e 45% IGP):.....	3,93%
PIB:	1,00%
Taxa Média de Câmbio:	13,26%
Taxa de Juros (Over):	-18,16%
Massa Salarial:.....	8,82%

A arrecadação-base 2008 foi ajustada em função de atipicidades em relação ao ano de 2009.

À base ajustada foram aplicados, mês a mês e por tributo, os indicadores específicos relativamente a preço e à quantidade e os efeitos decorrentes de alterações da legislação tributária. Nos tributos para os quais não se dispõe de indicadores específicos e naqueles em que se ajustam melhor os indicadores gerais, utilizou-se, como indicador de preço, um índice ponderado (55% IPCA e 45% IGP-DI) e, como indicador de quantidade, o PIB.

O valor da previsão de arrecadação bruta para o período julho a dezembro de 2009, em consonância com as premissas citadas anteriormente, resultou em R\$ 233.861 milhões. A esse valor foi acrescido o montante de R\$ 23.149 milhões referente a receitas extraordinárias. Com isso, o valor da previsão para o período totaliza R\$ 257.010 milhões. Adicionada a arrecadação bruta efetiva dos meses de janeiro a junho de 2009 (R\$ 220.901 milhões), a arrecadação bruta para o ano de 2009 resultou em R\$ 477.911 milhões. Excluídas as restituições (R\$ 12.119 milhões), a arrecadação líquida correspondente é de R\$ 465.792 milhões, o que representa uma variação de -0,12% em relação ao ano de 2008.

A seguir, o detalhamento da planilha básica (anexa) que consolida as planilhas mensais por tributo.



PREVISÃO DE ARRECAÇÃO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB - 2009

Versão: 18/04/09 - PIB/2009 = 1,0%

CONSOLIDAÇÃO DAS PLANILHAS MENSAIS

(A PREÇOS CORRENTES)

PERÍODO: JULHO A DEZEMBRO DE 2009

UNIDADE: R\$ MILHÕES

RECEITAS	ARRECAÇÃO BASE - 2008 [1]	ARRECAÇÃO ATÍPICA	BASE AJUSTADA [2]	EFEITOS BÁSICOS (Média)			PREVISÃO 2009 [7]	RECEITAS EXTRAORDINÁ- RIAS	TOTAL
				PREÇO [3]	QUANT. [5]	LEGISL. [6]			
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	9.784	(156)	9.627	1,0069	0,7689	1,0924	8.143	-	8.143
IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	5	-	-	1,0517	1,0230	1,0000	5	-	5
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	21.186	(275)	20.910	-	-	-	15.423	631	16.054
I.P.I. - FUMO	1.541	(19)	1.522	1,0000	0,8957	1,2655	1.758	-	1.758
I.P.I. - BEBIDAS	1.156	(14)	1.141	1,0000	1,0125	0,9558	1.104	64	1.168
I.P.I. - AUTOMÓVEIS	3.212	(34)	3.178	0,9088	0,9095	0,4208	1.106	-	1.106
I.P.I. - VINCULADO A IMPORTAÇÃO	6.003	(101)	5.902	1,0073	0,7668	0,9955	4.538	-	4.538
I.P.I. - OUTROS	9.155	(108)	9.047	0,9722	0,9919	0,7926	6.916	567	7.483
IMPOSTO SOBRE A RENDA	55.391	(6.264)	49.127	-	-	-	50.106	12.658	102.955
I.R. - PESSOA FÍSICA	6.799	(725)	6.074	1,0744	1,0115	0,9342	6.563	281	6.844
I.R. - PESSOA JURÍDICA	40.638	(3.106)	37.532	1,0271	1,0196	0,9499	37.531	7.647	45.178
I.R. - RETIDO NA FONTE	48.759	(2.434)	46.325	-	-	-	46.011	4.930	50.942
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO TRABALHO	26.570	-	26.570	1,0745	1,0000	0,9225	26.335	238	26.573
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO CAPITAL	13.546	(1.804)	11.742	0,8615	1,1276	1,0000	11.407	3.109	14.516
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DE RESIDENTES NO EX	5.473	(250)	5.124	0,9625	1,0333	1,0000	5.240	501	5.741
I.R.R.F. - OUTROS RENDIMENTOS	3.230	(340)	2.890	1,0267	1,0209	1,0000	3.029	592	3.621
I.O.F. - IMPOSTO S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	10.673	(130)	10.543	1,0069	1,0266	0,8511	9.479	516	9.994
I.T.R. - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	407	-	407	1,0788	1,0000	1,0000	439	-	439
CPMF - CONTRIB. MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	72	-	72	-	#DIV/0!	#DIV/0!	-	-	-
COFINS - CONTRIBUIÇÃO SEGURIDADE SOCIAL	63.034	103	63.137	1,0268	1,0205	0,9960	65.368	3.270	68.638
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	16.453	(83)	16.370	1,0268	1,0206	0,9889	16.964	730	17.694
CSLL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO	21.375	(1.413)	19.961	1,0271	1,0189	0,9765	20.419	3.806	24.225
CIDE - COMBUSTÍVEIS	2.353	(27)	2.326	1,0000	0,9930	1,5742	3.635	-	3.635
CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDAP	130	-	130	1,0267	1,0310	1,0000	138	-	138
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	3.778	(169)	3.555	-	-	-	3.744	1.338	5.081
RECEITAS DE LOTERIAS	1.151	(146)	1.006	1,0269	1,0284	1,0000	1.062	-	1.062
CIDE-REMESSAS AO EXTERIOR	505	27	478	0,9971	1,0289	1,0000	490	-	490
DEMAIS	2.122	(50)	2.072	1,0269	1,0301	1,0000	2.191	1.338	3.529
TOTAL RECEITA ADMINISTRADA PELA RFB (Exclui Receitas Previdenciárias)	245.619	(8.415)	237.145	-	-	-	233.661	23.149	257.010

DETALHAMENTO (PLANILHA BÁSICA – EFEITOS)

Discriminação, por tributo, dos efeitos que influenciaram a estimativa de arrecadação no período de julho a dezembro de 2009.

A) CORREÇÃO DE BASE:

Foi efetuada correção de base em função, principalmente, de fatores atípicos como as receitas extraordinárias.

- 1) I. Importação: (-R\$ 156 milhões); IPI-Fumo: (-R\$ 19 milhões); IPI-Bebidas: (-R\$ 14 milhões); IPI-Automóveis: (-R\$ 34 milhões); IPI-Vinculado: (-R\$ 101 milhões); IPI-Outros: (-R\$ 108 milhões); IOF: (-R\$ 130 milhões); CIDE-Combustíveis: (-R\$ 27 milhões).

- Ajuste de dias úteis.

2) IRPF: (- R\$ 725 milhões)

- Arrecadação atípica relativa a ganho de capital, decorrente de alienação de empresas, e a ganho líquido em bolsa e depósitos judiciais.

3) IRPJ: (- R\$ 3.106 milhões) e CSLL: (- R\$ 1.413 milhões)

- Ajuste da base em decorrência, principalmente, da maior lucratividade de grandes empresas em 2008, de depósitos

judiciais, de lançamentos de ofícios e de vendas de participações acionárias.

4) IRRF-Rendimentos de Capital: (- R\$ 1.804 milhões)

- Arrecadação atípica relativa a aplicações financeiras em renda fixa e ajuste de base dos itens Juros Sobre Capital Próprio e Operações de Swap.

5) IRRF-Rendimentos de Residentes no Exterior: (- R\$ 290 milhões)

- Remessas atípicas decorrentes de rendimentos do trabalho e ajuste de base do item Juros sobre Capital Próprio.

6) IRRF-Outros Rendimentos: (- R\$ 340 milhões)

- Depósitos judiciais atípicos.

7) COFINS: (+R\$ 103 milhões)

- Ajuste de dias úteis, recomposição da base de empresas com redução do recolhimento por conta de compensações.

8) PIS/PASEP: (-R\$ 83 milhões)

- Ajuste de dias úteis, depósitos judiciais atípicos e recomposição da base de empresas com redução do recolhimento por conta de compensações.

9) Outras Receitas Administradas-Receitas de Loterias: (-R\$ 146 milhões)

- Compatibilização com a estimativa de arrecadação da Caixa Econômica Federal

10) Outras Receitas Administradas - CIDE Remessas ao Exterior: (+R\$ 27 milhões)

- Regularização da base.

11) Outras Receitas Administradas - Demais: (-R\$ 50 milhões)

- Regularização da base dos depósitos em garantia.

B) EFEITO PREÇO (ponderado de acordo com a participação mensal da arrecadação-base).

1) Imposto de Importação: 1,0069; Imposto de Exportação: 1,0517; IPI-Vinculado à Importação: 1,0073; Outras Receitas Administradas-CIDE-Remessas ao Exterior: 0,9971

- Variação da taxa média de câmbio.

2) IPI-Fumo; IPI-Bebidas e Cide-Combustíveis: 1,0000

- O imposto é fixo por unidade de medida do produto. Portanto, o preço não interfere no valor do imposto.

3) IPI-Automóveis: 0,9098

- Índice de preço específico do setor.

4) IPI-Outros: 0,9722

- Índice de preço da indústria de transformação.

5) IRPF: 1,0744

- Cotas (Declaração de Ajuste): crescimento da massa salarial em 2008. Incorpora variação de preço e de quantidade;
- Ganhos em Bolsa: sem variação;
- Demais: Índice Ponderado (IER) de 2009.

6) IRPJ: 1,0271 e CSLL: 1,0271

- Declaração de Ajuste: Índice Ponderado (IER) de 2008;
- Demais: Índice Ponderado (IER) de 2009.

7) IRRF-Rendimentos do Trabalho: 1,0745

- Setor privado: crescimento da massa salarial;
- Setor público: variação da folha de pagamento dos servidores públicos. Incorpora variação de preço e de quantidade.

8) IRRF-Rendimentos do Capital: 0,8615

- Fundos e Títulos de Renda Fixa: variação da taxa de juros "over";
- Juros Remuneratórios do Capital Próprio: variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP;
- Fundos de Renda variável: sem variação;
- SWAP: Câmbio;
- Demais: Índice Ponderado (IER).

9) IRRF-Rendimentos de Residentes no Exterior: 0,9895

- Juros Remuneratórios do Capital Próprio: variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP;
- Demais: Câmbio.

10) IRRF-Outros Rendimentos: 1,0267; IOF: 1,0269; ITR: 1,0788; COFINS: 1,0268; PIS/PASEP: 1,0268; FUNDAF: 1,0267; Outras Receitas Administradas-Receitas de Loterias: 1,0269; e Outras Receitas Administradas-Demais: 1,0269.

- Índice Ponderado (IER).

C) EFEITO QUANTIDADE (ponderado de acordo com a participação mensal da arrecadação-base).

1) I. Importação: 0,7689 e IPI-Vinculado à Importação: 0,7668

- Variação, em dólar, das importações.

2) IPI-Fumo: 0,8567

- Vendas de cigarros ao mercado interno.

3) IPI-Bebidas: 1,0125

- Produção física de bebidas.

4) IPI-Automóveis: 0,9085

- Vendas de automóveis nacionais ao mercado interno.

5) IPI-Outros: 0,9919

- Produção física da indústria de transformação.

6) IRPF: 1,0115

- Cotas (Declaração de Ajuste): crescimento da massa salarial em 2008 já considerado no efeito-preço;
- Ganhos em Bolsa: Sem variação;
- Demais: PIB de 2009.

7) IRPJ: 1,0196 e CSLL: 1,0199

- Declaração de ajuste: PIB de 2008;
- Demais: PIB de 2009.

8) IRRF- Rendimentos do Trabalho: 1,0000

- Crescimento da massa salarial já considerado no efeito-preço.

9) IRRF-Rendimentos do Capital: 1,1276

- Fundos e Títulos de Renda Fixa: variação das aplicações financeiras;
- Fundos de Renda variável: sem variação;
- Juros Remuneratórios do Capital Próprio: IER e PIB;
- Demais: PIB.

10) IRRF-Rendimentos de Residentes no Exterior: 1,0336

- Juros Remuneratórios do Capital Próprio: IER e PIB;
- Demais: PIB.

11) CIDE-Combustíveis: 0,99930

- Variação no volume comercializado de gasolina e diesel.

12) I. Exportação: 1,0130; IRRF-Outros Rendimentos: 1,0209; IOF: 1,0286; COFINS: 1,0205; PIS/PASEP: 1,0206; FUNDAF: 1,0310; Outras Receitas Administradas-Receita de Loterias: 1,0284; Outras Receitas Administradas-CIDE-Remessas ao Exterior: 1,0289; e Receitas Administradas-Demais: 1,0301

- PIB.

D) EFEITO LEGISLAÇÃO (ponderado de acordo com a participação mensal da arrecadação-base).**1) I. Importação: 1,0924**

- Variação da alíquota média;
- Medidas de desenvolvimento industrial: ampliação do Reporto (Lei nº 11.774/08).

2) IPI-Fumo: 1,2655

- Ampliação do prazo de apuração e pagamento de decendial para mensal (Lei nº 11.933/09);
- Ajuste linear das alíquotas (decreto nº 6.809/09).

3) IPI-Bebidas: 0,9558

- Ampliação do prazo de apuração e pagamento de decendial para mensal (Lei nº 11.774/08);
- Mudança na sistemática de tributação do setor de bebidas (Lei nº 11.727/08 e Lei nº 11.827/08).

4) IPI-Automóveis: 0,4209

- Ampliação do prazo de apuração e pagamento de decendial para mensal (Lei nº 11.774/08);
- Redução temporária de alíquotas (Decreto nº 6.687/08 e Decreto nº 6.809/09).

5) IPI-Vinculado: 0,9955

- Variação da alíquota média;
- Extensão do Drawback Verde e Amarelo: suspensão de IPI na aquisição de mercadorias para emprego na elaboração de produtos a serem exportados (MP nº 451/08).

6) IPI-Outros: 0,7928

- Extensão do Drawback Verde e Amarelo: suspensão de IPI na aquisição de mercadorias para emprego na elaboração de produtos a serem exportados (Lei nº 11.945/09);
- Redução temporária de alíquotas sobre caminhões (Decreto nº 6.809/09 e Decreto nº 6.80/09);
- Desoneração temporária do IPI incidente sobre material de construção (Decreto nº 6.809/09, Decreto nº 6.823/09 e Decreto nº 6.890/09);
- Desoneração do IPI incidente sobre linha branca (Decreto nº 6.825/09, Decreto nº 6.826/09 e Decreto nº 6.890/09);
- Desoneração do IPI incidente sobre bens de capital (Decreto nº 6.890/09).

7) IRPF: 0,9942

- Efeito tabela e correção de tabela (Lei nº 11.482/07 e Lei nº 11.945/09);
- Dedutibilidade, para cálculo do IRPF, de gastos relacionados à automação de serviços cartoriais (MP nº 460/08).

8) IRPJ: 0,9499

- Acréscimo da base de cálculo em decorrência da redução da despesa com pagamento da CPMF;
- Redução do prazo de depreciação para a indústria de bens de capital e para o setor automotivo (Lei nº 11.774/08);
- Extensão da licença-maternidade com despesa deduzida do IRPJ devido (Lei nº 11.170/08);
- RET- Redução de alíquota de 7% para 1%, no caso de imóveis até R\$ 100 mil, e de 7% para 6% nos demais casos (MP nº 460/08);
- Inclusão de cinco novos segmentos nas regras tributárias definidas para investimentos na área da Sudan (Decreto nº 6.810/09);
- Reflexo da redução do preço de realização de combustíveis.

9) IRRF-Rendimentos do Trabalho: 0,9225

- Efeito tabela e correção de tabela (Lei nº 11.945/09).

10) IOF: 0,8511

- Alteração das alíquotas (Decretos nºs 6.566/08, 6.613/08, 6.655/08 e 6.691/07).

11) COFINS: 0,9880

- Redução do prazo para utilização do crédito do PIS/Cofins relativo a bens de capital (Lei nº 11.774/08);
- Prorrogação da alíquota reduzida de PIS/Cofins incidente sobre pão e trigo para panificação (Decreto nº 6.890/09);
- Programa de estímulo à solicitação de Notas Fiscais e modificação da tributação de empresas estabelecidas em área de Livre Comércio - ALC (Lei nº 11.945/09);
- Mudança da sistemática de tributação do setor de bebidas (Lei nº 11.727/08 e Lei nº 11.827/09);
- Prorrogação da redução da alíquota de Cofins incidente sobre a produção de motocicletas de até 150 cilindradas (Decreto nº 6.890/09 e MP nº 460/09)
- RET- Redução de alíquota de 7% para 1%, no caso de imóveis até R\$ 100 mil, e de 7% para 6% nos demais casos (MP nº 460/09);
- Aumento dos coeficientes para cálculo do Pis/Cofins incidente sobre cigarros (MP nº 460/09).

12) PIS/PASEP: 0,9889

- Redução do prazo para utilização do crédito do PIS/Cofins relativo a bens de capital (Lei nº 11.774/08);
- Prorrogação da alíquota reduzida de PIS/Cofins incidente sobre pão e trigo para panificação (Decreto nº 6.890/09);
- Programa de estímulo à solicitação de Notas Fiscais e modificação da tributação de empresas estabelecidas em área de Livre Comércio - ALC (Lei nº 11.945/09);
- Mudança de tributação na tributação do setor de bebidas (Lei nº 11.727/08 e Lei nº 11.827/09);
- RET- Redução de alíquota de 7% para 1%, no caso de imóveis até R\$ 100 mil, e de 7% para 6% nos demais casos (MP nº 460/09);
- Aumento dos coeficientes para cálculo do Pis/Cofins incidente sobre cigarros (MP nº 460/09).

13) CSLL: 0,9765

- Acréscimo da base de cálculo em decorrência da redução da despesa com pagamento da CPMF;
- Aumento de alíquota das instituições financeiras de 9% para 15% (Lei nº 11.727/08);
- RET- Redução de alíquota de 7% para 1%, no caso de imóveis até R\$ 100 mil (MP nº 460/08);
- Reflexo da redução do preço de realização de combustíveis.

14) CIDE: 1,5742

- Redução de alíquotas da CIDE sobre gasolina e diesel (Dec. nº 6.446/08).

E) RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS

Acrescentou-se, a título de receitas extraordinárias, o valor de R\$ 23.149 milhões.

Tais receitas são incertas, ou seja, não guardam nenhuma relação com qualquer parâmetro, nem se processam em períodos regulares. A realização desse montante de receitas extraordinárias dependerá, dentre outras condicionantes, da alocação de recursos humanos, orçamentários e financeiros, junto à RFB e à PGFN, com vistas à realização de ações para cobrança de créditos tributários.

ANEXO II

MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS

Empresas Estatais Federais **Relatório de Acompanhamento da Meta Fiscal** **2009**

1. O Decreto nº 6.647, de 18 de novembro de 2008, ao aprovar o Programa de Dispêndios Globais – PDG para 2009, fixou a meta de superávit primário para as empresas estatais federais em R\$ 20,7 bilhões, correspondentes, à época, a 0,65% do Produto Interno Bruto – PIB, compatível, portanto, com a determinação contida no art. 2º da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração do Orçamento Geral da União para 2009 (LDO/2009). Por intermédio do Decreto nº 6.808, Anexo VI, de 27 de março de 2009, a meta de resultado primário das empresas estatais foi elevada para 0,70% do PIB, correspondente a R\$ 21,6 bilhões.

2. Entretanto, de acordo com o Projeto de Lei nº 015/2009 em tramitação no Congresso Nacional, referente à proposta do Poder Executivo de alteração do art. 2º da LDO/2009, reduzindo a meta de superávit primário do setor público consolidado para o exercício de 2009 para 2,50% do PIB, com a exclusão das empresas do Grupo Petrobrás, o resultado primário de responsabilidade das empresas estatais foi reduzido para 0,20% do PIB, correspondente a R\$ 6,1 bilhões, conforme demonstrado, pelos agrupamentos de empresas remanescentes, na tabela a seguir:

Discriminação	R\$ milhões	% do PIB
- Grupo ELETROBRÁS	1.600	0,05
- Demais Empresas	(1.391)	(0,04)
- ITAIPU (*)	5.885	0,19
Resultado Primário (acima da linha)	6.094	0,20

Obs.: 1) Valores positivos = superávit;

2) PIB considerado: R\$ 3.047.192 milhões.

(*) Valor estimado pelo DEST.

3. O resultado de Itaipu Binacional foi estimado pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, uma vez que, embora a empresa, dada a sua natureza jurídica, não se sujeita aos sistemas de controle brasileiros, seus dados são considerados na meta consolidada das estatais, devido à co-responsabilidade da União na liquidação de suas dívidas. Cabe destacar que tanto as receitas quanto a maioria dos seus dispêndios são indexados pela moeda norte americana.

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – A mensagem que acaba de ser lida vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, ofício do Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social que passo a ler.

É lido o seguinte:

**OFÍCIO
DO PRESIDENTE DO BANCO NACIONAL
DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL**

– Ofício nº 30, de 2009-CN (nº 748/2009-BNDES GP, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES, referente aos dois primeiros trimestres de 2009.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – O expediente que acaba de ser lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, projeto recebido da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 152, DE 2009
(Nº 3.774, DE 2008, NA CASA DE ORIGEM)
(DE INICIATIVA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA)**

**Dispõe sobre a criação da
Universidade Federal da Fronteira
Sul -UFFS e dá outras providências.**

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica criada a Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, de natureza jurídica autárquica, vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro no Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A UFFS terá por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional mediante atuação multicampi, abrangendo, predominantemente, o norte do Rio Grande do Sul, com campi nos Municípios de Cerro Largo e Erechim, o oeste de Santa Catarina, com campus no Município de Chapecó, e o sudoeste do Paraná e seu entorno, com campi nos Municípios de Laranjeira do Sul e Realeza.

Art. 3º A estrutura organizacional e a forma de funcionamento da UFFS, observado o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, serão definidas nos termos desta Lei, do seu estatuto e das demais normas pertinentes.

Art. 4º O patrimônio da UFFS será constituído pelos bens e direitos que venha a adquirir e por aqueles que venham a ser doados pela União, Estados, Municípios e por entidades públicas e particulares.

§ 1º Só será admitida a doação à UFFS de bens livres e desembaraçados de quaisquer ônus.

§ 2º Os bens e direitos da UFFS serão utilizados ou aplicados exclusivamente para a consecução de seus objetivos, não podendo ser alienados, exceto nos casos e nas condições permitidos em lei.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para a UFFS bens móveis e imóveis necessários ao seu funcionamento integrantes do patrimônio da União.

Art. 6º Os recursos financeiros da UFFS serão provenientes de:

I - dotações consignadas no orçamento da União;

II - auxílios e subvenções que lhe venham a ser concedidos por entidades públicas ou particulares;

III - remuneração por serviços prestados a entidades públicas ou particulares;

IV - convênios, acordos e contratos celebrados com entidades ou organismos nacionais ou internacionais; e

V - outras receitas eventuais.

Parágrafo único. A implantação da UFFS fica sujeita à existência de dotação específica no orçamento da União.

Art. 7º A administração superior da UFFS será exercida pelo Reitor e pelo Conselho Universitário, no âmbito de suas respectivas competências, a serem definidas no estatuto e no regimento geral.

§ 1º A presidência do Conselho Universitário será exercida pelo Reitor da UFFS.

§ 2º O Vice-Reitor, nomeado de acordo com a legislação pertinente, substituirá o Reitor em suas ausências ou impedimentos legais.

§ 3º O estatuto da UFFS disporá sobre a composição e as competências do Conselho Universitário, de acordo com a legislação pertinente.

Art. 8º Ficam criados, para a composição do quadro de pessoal da UFFS, 500 (quinhentos) cargos de Professor da Carreira de Magistério Superior e os cargos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação descritos no Anexo desta Lei.

Art. 9º Ficam criados, no âmbito do Poder Executivo Federal, 52 (cinquenta e dois) cargos de Direção - CD e 185 (cento e oitenta e cinco) Funções Gratificadas - FG, necessários para compor a estrutura regimental da UFFS, sendo:

I - 1 (um) CD-1, 1 (um) CD-2, 20 (vinte) CD-3 e 30 (trinta) CD-4; e

II - 50 (cinquenta) FG-1, 50 (cinquenta) FG-2, 35 (trinta e cinco) FG-3, 35 (trinta e cinco) FG-4 e 15 (quinze) FG-5.

Art. 10. O provimento dos cargos criados nos termos dos arts. 8º e 9º fica condicionado à comprovação da existência de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos delas decorrentes, conforme disposto no § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

Art. 11. Ficam criados os cargos de Reitor e de Vice-Reitor da UFFS.

Parágrafo único. Os cargos de Reitor e de Vice-Reitor serão providos pro tempore, em ato do Ministro de Estado da Educação, até que a UFFS seja implantada na forma de seu estatuto.

Art. 12. Até o preenchimento de 70% (setenta por cento) dos seus cargos de provimento efetivo, a UFFS poderá contar com a colaboração de pessoal docente e técnico-administrativo, mediante cessão dos governos federal, estaduais e municipais, nos termos do inciso II do art. 93 da Lei n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 13. A UFFS encaminhará ao Ministério da Educação proposta de estatuto para aprovação pelas instâncias competentes, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contado da data de provimento dos cargos de Reitor e Vice-Reitor pro tempore.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


MICHEL TEMER
Presidente

A N E X O**QUADRO DE PESSOAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL****Cargos do Plano de Carreira dos Cargos
Técnico-Administrativos em Educação****a) Cargos de Nível Intermediário - Nível de Classificação D:**

Cargo	Quantitativo
Assistente em Administração	150
Técnico de Laboratório/área	50
Técnico de Tecnologia da Informação	10
Técnico em Agropecuária	3
Técnico em Audiovisual	3
Técnico em Contabilidade	4
Técnico em Segurança do Trabalho	3
Técnico em Telecomunicações	3
Técnico em Telefonia	3
Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais	3
Total	232

b) Cargos de Nível Superior - Nível de Classificação E:

Cargo	Quantitativo
Administrador	25
Analista de Tecnologia da Informação	6
Arquiteto e Urbanista	2
Arquivista	3
Assistente Social	3
Auditor	1
Bibliotecário-Documentalista	8
Biólogo	2
Contador	4
Economista	4
Engenheiro/área	6
Jornalista	2
Médico/área	3
Médico Veterinário	2
Nutricionista/habilitação	3
Pedagogo/área	6
Psicólogo/área	2
Secretário Executivo	20
Técnico em Assuntos Educacionais	6
Total	108

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.774, DE 2008

Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica criada a Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, de natureza jurídica autárquica, vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro no Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A UFFS terá por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional mediante atuação **multicampi**, abrangendo, predominantemente, o norte do Rio Grande do Sul, com **campi** nos Municípios de Cerro Largo e Erechim, o oeste de Santa Catarina, com **campus** no Município de Chapecó, e o sudoeste do Paraná e seu entorno, com **campi** nos Municípios de Laranjeira do Sul e Realeza.

Art. 3º A estrutura organizacional e a forma de funcionamento da UFFS, observado o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, serão definidos nos termos desta Lei, do seu estatuto e das demais normas pertinentes.

Art. 4º O patrimônio da UFFS será constituído pelos bens e direitos que venha a adquirir e por aqueles que venham a ser doados pela União, Estados, Municípios e por entidades públicas e particulares.

§ 1º Só será admitida a doação à UFFS de bens livres e desembaraçados de quaisquer ônus.

§ 2º Os bens e direitos da UFFS serão utilizados ou aplicados exclusivamente para a consecução de seus objetivos, não podendo ser alienados, exceto nos casos e nas condições permitidos em lei.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para a UFFS bens móveis e imóveis necessários ao seu funcionamento, integrantes do patrimônio da União.

Art. 6º Os recursos financeiros da UFFS serão provenientes de:

I - dotações consignadas no orçamento da União;

II - auxílios e subvenções que lhe venham a ser concedidos por entidades públicas ou particulares;

III - remuneração por serviços prestados a entidades públicas ou particulares;

IV - convênios, acordos e contratos celebrados com entidades ou organismos nacionais ou internacionais; e

V - outras receitas eventuais.

Parágrafo único. A implantação da UFFS fica sujeita à existência de dotação específica no orçamento da União.

Art. 7º A administração superior da UFFS será exercida pelo Reitor e pelo Conselho Universitário, no âmbito de suas respectivas competências, a serem definidas no estatuto e no regimento geral.

§ 1º A presidência do Conselho Universitário será exercida pelo Reitor da UFFS.

§ 2º O Vice-Reitor, nomeado de acordo com a legislação pertinente, substituirá o Reitor em suas ausências ou impedimentos legais.

§ 3º O estatuto da UFFS disporá sobre a composição e as competências do Conselho Universitário, de acordo com a legislação pertinente.

Art. 8º Ficam criados, para a composição do quadro de pessoal da UFFS, quinhentos cargos de Professor da Carreira de Magistério Superior e os cargos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação descritos no Anexo desta Lei.

Art. 9º Ficam criados, no âmbito do Poder Executivo Federal, cinquenta e dois cargos de Direção - CD e cento e oitenta e cinco Funções Gratificadas - FG, necessários para compor a estrutura regimental da UFFS, sendo:

I - um CD-1, um CD-2, vinte CD-3 e trinta CD-4; e

II - cinquenta FG-1, cinquenta FG-2, trinta e cinco FG-3, trinta e cinco FG-4,15 e quinze FG-5.

Art. 10. O provimento dos cargos criados nos termos dos arts. 8º e 9º fica condicionado à comprovação da existência de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos delas decorrentes, conforme disposto no § 1º do art. 169 da Constituição.

Art. 11. Ficam criados os cargos de Reitor e de Vice-Reitor da UFFS.

Parágrafo único. Os cargos de Reitor e de Vice-Reitor serão providos **pro tempore**, em ato do Ministro de Estado da Educação, até que a UFFS seja implantada na forma de seu estatuto.

Art. 12. Até o preenchimento de setenta por cento dos seus cargos de provimento efetivo, a UFFS poderá contar com a colaboração de pessoal docente e técnico-administrativo, mediante cessão dos governos federal, estaduais e municipais, nos termos do inciso II do art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 dezembro de 1990.

Art. 13. A UFFS encaminhará ao Ministério da Educação proposta de estatuto para aprovação pelas instâncias competentes, no prazo de cento e oitenta dias contado da data de provimento dos cargos de Reitor e Vice-Reitor **pro tempore**.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

A N E X O**QUADRO DE PESSOAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL****Cargos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação****a) Cargos de Nível Intermediário – Nível de Classificação D:**

Cargo	Quantitativo
Assistente em Administração	150
Técnico de Laboratório/área	50
Técnico de Tecnologia da Informação	10
Técnico em Agropecuária	3
Técnico em Audiovisual	3
Técnico em Contabilidade	4
Técnico em Segurança do Trabalho	3
Técnico em Telecomunicações	3
Técnico em Telefonia	3
Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais	3
Total	232

b) Cargos de Nível Superior – Nível de Classificação E:

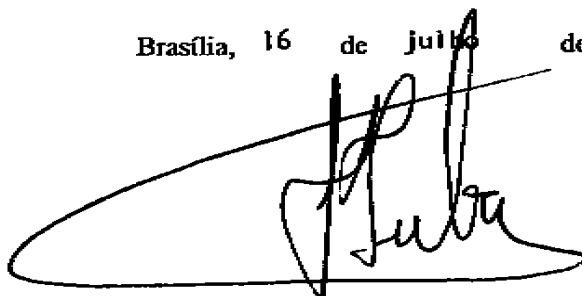
Cargo	Quantitativo
Administrador	25
Analista de Tecnologia da Informação	6
Arquiteto e Urbanista	2
Arquivista	3
Assistente Social	3
Auditor	1
Bibliotecário-Documentalista	8
Biólogo	2
Contador	4
Economista	4
Engenheiro/área	6
Jornalista	2
Médico/área	3
Médico Veterinário	2
Nutricionista/habilitação	3
Pedagogo/área	6
Psicólogo/área	2
Secretário Executivo	20
Técnico em Assuntos Educacionais	6
Total	108

Mensagem nº 512, de 2008

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, e dá outras providências”.

Brasília, 16 de julho de 2008.



EM Interministerial nº 00096/2008/MP/MEC

Brasília, 02 de junho de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submetemos à apreciação de Vossa Excelência proposta de Projeto de Lei que dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, com sede e foro na cidade de Chapecó, no Estado de Santa Catarina, e com área de abrangência inicial na Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul e seu entorno.

2. A Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul possui área de 120,8 mil km², congrega 396 municípios integrantes dos três estados da região sul do país, abrangendo parte do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, com aproximadamente 3.800.000 habitantes. Com uma economia fortemente relacionada à agricultura familiar, nas últimas décadas a região viu suas condições socioeconômicas se agravarem em virtude da crise que se instalou no setor, a partir do processo de modernização da agricultura, baseado no modelo conhecido como Revolução Verde, e de um processo de agroindustrialização pautado por uma perspectiva de centralização e concentração de renda. Esse processo provocou um forte movimento de deslocamento populacional do campo para a cidade, dos pequenos municípios para as cidades-pólo de cada microrregião e, principalmente, da região para outras regiões dos estados, num processo conhecido como litoralização da população. Tal movimento vem, cada vez mais, minando as forças produtivas locais, dificultando a geração de um processo de desenvolvimento endógeno.

3. A expansão da rede de ensino superior e a ampliação do investimento em ciência e tecnologia, promovendo a inclusão social, são objetivos centrais do governo federal e foco do debate sobre a reforma universitária. Considerando que a promoção do desenvolvimento socioeconômico, além de investimentos públicos, depende também de instituições geradoras de conhecimento, foram criadas na região as Universidades Regionais, associadas às administrações públicas em nível estadual e municipal, em um modelo comunitário de universidades que conheceu surpreendentes avanços tanto no que diz respeito à qualidade e diversidade do ensino oferecido, quanto pela produção acadêmica através da pesquisa e da extensão.

4. Não obstante, este modelo de atendimento para o ensino superior apresenta limites ao atendimento generalizado à população, justamente por estar condicionado à cobrança de mensalidade para sobreviver. Nem todos os alunos que desejam frequentar um curso superior podem fazê-lo devido às restrições impostas pela cobrança de mensalidade. Nesse caso, a exclusão tem um claro recorte social, visto que impede justamente o acesso da população com menor poder aquisitivo. Da mesma forma, o desenvolvimento da pesquisa e da extensão encontra limites em decorrência da falta de investimentos públicos.

5. Por essa razão, a oferta de alternativas de ensino superior público e gratuito é condição essencial para o desenvolvimento regional, estendendo o acesso a esse nível de ensino também à população mais pobre, desde que associado a políticas afirmativas de inclusão, estimulando o seu desenvolvimento.

6. A Universidade Federal da Fronteira Sul será pautada por princípios orientadores que visam à integração da região e ao desenvolvimento dos municípios que perfazem a grande fronteira do Mercosul e seu entorno. Dentre esses princípios, destacam-se o desenvolvimento regional integrado, condição essencial para a permanência dos cidadãos na região e para a reversão do processo de litoralização; o acesso ao ensino superior como fator decisivo para o desenvolvimento das capacidades econômicas e sociais da região; a qualificação profissional e o compromisso de inclusão social que devem pautar todo projeto político-pedagógico e que dão sentido ao conhecimento; o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão como condição de existência de um ensino crítico, investigativo e inovador; e a interação entre as cidades e os estados que compõem a grande fronteira do Mercosul.

7. Com a implantação da UFFS serão criados trinta novos cursos de graduação, tendo como meta 10.000 estudantes nos cursos de graduação, mestrado e doutorado. O quadro de pessoal previsto para a Universidade será composto de 500 cargos de professores do magistério superior, 108 cargos técnico-administrativos de nível superior e 232 de nível intermediário.

8. O modelo institucional e acadêmico a ser adotado para a implantação da UFFS será **multicampi**. Inicialmente, contará com cinco **campi**, nos três estados da região da Grande Fronteira do Mercosul e seu entorno, abrangendo, predominantemente, o norte do Rio Grande do Sul, com **campi** nos municípios de Cerro Largo e de Erechim, o oeste de Santa Catarina, com **campus** no município de Chapecó, e o sudoeste do Paraná e seu entorno, com **campi** nos municípios de Laranjeira do Sul e Realeza.

9. A estrutura organizacional proposta assemelha-se às estruturas organizacionais de diversas universidades públicas federais e estaduais. Deverão ser criados os seguintes Cargos de Direção e Funções Gratificadas: um CD-1, um CD-2, vinte CD-3, trinta CD-4, cinquenta FG-1, cinquenta FG-2, trinta e cinco FG-3, trinta e cinco FG-4 e quinze FG-5. O impacto orçamentário decorrente da criação desses cargos e funções é estimado em R\$ 2,174 milhões no presente exercício, considerado o período de julho a dezembro, e em R\$ 4,347 milhões anuais nos exercícios subseqüentes. Tal impacto é compatível com as dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual para 2008 e com os demais dispositivos da legislação orçamentária e de responsabilidade fiscal.

10. No que se refere aos cargos efetivos, cumpre informar que a sua simples criação não ocasiona impacto orçamentário imediato. Somente haverá aumento do dispêndio na medida em que forem autorizados os concursos públicos para o provimento das vagas que se propõe criar. Embora se estime um período de quatro anos para a completa implantação da Universidade, cumpre informar que o integral provimento dos cargos criados ocasionaria impacto estimado em R\$ 45,108 milhões no exercício de 2009 e em R\$ 47,911 milhões em 2010, já levando em conta os reajustes salariais previstos na Medida Provisória nº 431, de 14 de maio de 2008. Também neste caso a medida conta com a devida cobertura da legislação orçamentária.

11. Acreditamos, Senhor Presidente, que a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul trará efetivos benefícios para a região, em especial para a Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul e seu entorno, ampliará a oferta de ensino superior e, ao mesmo tempo, gerará conhecimentos científicos e tecnológicos necessários ao desenvolvimento, à prosperidade e ao bem-estar de aproximadamente três milhões e oitocentos mil habitantes, além de contribuir de forma estratégica para a defesa dos nossos recursos naturais, gerando um desenvolvimento sustentável. Significará, sobretudo, a oportunidade de acesso ao ensino superior para milhares de pessoas de famílias com renda insuficiente para manter seus filhos em universidades públicas federais distantes ou para assumir compromissos com mensalidades em universidades que não sejam públicas.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva, Fernando Haddad

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

**Seção II
DOS ORÇAMENTOS**

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas: {Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998}

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; {Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998}

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista. {Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998}

LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990

Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

Capítulo V**Dos Afastamentos****Seção I****Do Afastamento para Servir a Outro Órgão ou Entidade**

Art. 93. O servidor poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, ou do Distrito Federal e dos Municípios, nas seguintes hipóteses: {Redação dada pela Lei nº 8.270, de 17.12.91} {Regulamento} {Vide Decreto nº 4.493, de 3.12.2002} {Regulamento}

I - para exercício de cargo em comissão ou função de confiança; {Redação dada pela Lei nº 8.270, de 17.12.91}

II - em casos previstos em leis específicas. {Redação dada pela Lei nº 8.270, de 17.12.91}

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e, de Educação, Cultura e Esporte, cabendo à última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do inciso V, § 1º, do art. 91 do Regimento Interno, o Projeto que acaba de ser lido será apreciado pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, Cultura e Esporte, podendo receber emendas, perante a primeira comissão, pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, c, do Regimento Interno, cabendo à Comissão de Educação, Cultura e Esporte a apreciação terminativa, nos termos do art. 49, I, da referida Norma Interna.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – O Sr. Senador Gerson Camata enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, investimentos na área de pesquisa e desenvolvimento são essenciais para tornar competitiva a economia de qualquer país. A globalização condiciona o êxito nos negócios à inovação constante, à criação de tecnologias atualizadas. Surge agora a notícia de que, com certo atraso, governo e indústria decidiram unir esforços para ampliar o volume de recursos destinados a pesquisa e desenvolvimento, como forma de capacitar o País para a competitividade, depois de passada a crise que afeta a economia mundial.

Como parte da estratégia, o Governo Federal pretende ampliar o crédito, por meio da capitalização da Finep, a Financiadora de Estudos e Projetos, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Até junho, só a demanda de projetos em carteira na Finep atingia a soma de 3 bilhões e 400 milhões de reais, mais que o dobro da demanda em análise em dezembro do ano passado. Não poderia haver evidência mais forte da disposição de setores da economia de investir na criação de novos produtos e processos.

A CNI, Confederação Nacional da Indústria, por sua vez, realizará em agosto, em São Paulo, o Terceiro Congresso Brasileiro de Inovação na Indústria. Na ocasião, será lançado um “manifesto pela inovação”, com o objetivo de fazer com que o tema passe a integrar a agenda estratégica das indústrias brasileiras.

Apesar de incorporada à nova política industrial lançada no segundo mandato do presidente Lula, a inovação ainda não ganhou a merecida importância, seja devido à falta de conhecimento de boa parte dos empresários sobre a necessidade de investir em pesquisa e desenvolvimento, seja pela falta de integração com institutos de pesquisa e universidades que desenvolvem atividades científicas e tecnológicas.

Já nos anos 1950 economistas afirmavam que, no longo prazo, a tecnologia era a única fonte de crescimento econômico sustentável. Muito antes, outros relataram como, no início do século 20, empresários esforçavam-se para introduzir inovações em suas empresas, para produzir a custo mais baixo ou criar produtos diferenciados, capazes de assegurar-lhes uma fatia maior do mercado.

Os chamados “Tigres Asiáticos”, como Coreia do Sul e Taiwan, são exemplos contemporâneos da estratégia de investir em pesquisa e desenvolvimento para assegurar um rápido crescimento econômico e proporcionar melhores condições de vida às suas populações. O mesmo ocorreu no Japão, depois da Segunda Guerra Mundial, quando as empresas direcionaram seus investimentos para inovações, tanto em métodos de produção quanto na criação de produtos.

No Brasil, recém despertamos para a inovação como fator vital de competitividade empresarial. Se não desenvolvermos tecnologias, estaremos condenados a pagar por ela aos países que as produzem. Em setembro do ano passado, o Ipea, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, lançou um estudo mostrando que as empresas brasileiras tinham registrado avanços nos investimentos em pesquisa e desenvolvimento, mas ainda perdiam para países desenvolvidos e para a China. Desde 2004, os chineses passaram a destinar 1,2 por cento do PIB, Produto Interno Bruto para pesquisa e desenvolvimento, enquanto o Brasil reservava 1 por cento para o mesmo fim.

Já os 29 países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, entre os quais Estados Unidos, Japão, Alemanha, França e Inglaterra, aplicavam anualmente 2,4 por cento do PIB em pesquisa e desenvolvimento. Foram as inovações nas áreas de telecomunicações, eletrônica e difusão de informações que permitiram o extraordinário crescimento apresentado pela economia dos Estados Unidos durante os dois mandatos do presidente Bill Clinton. Agora, o governo americano não esqueceu de incluir os investimentos em ciência e tecnologia em seu primeiro pacote de combate à crise.

Para consolidar uma política de inovação, é fundamental a parceria entre Estado e iniciativa privada, ambos determinados a investir e a conscientizar as empresas da necessidade de incluir a pesquisa e desenvolvimento no rol de atividades indispensáveis.

O BNDES, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, está destinado a desempenhar um papel vital no impulso à inovação. Sua carteira no apoio à inovação hoje é de 6 bilhões e 400 milhões de reais, incluindo operações em andamento desde o ano passado. Nos cinco primeiros meses deste ano, o

Banco desembolsou 484 milhões de reais, e, por meio do cartão BNDES, passou a financiar a contratação de serviços de pesquisa, desenvolvimento e inovação para micro, pequenas e médias empresas.

Quando conseguirmos criar uma cultura da inovação, unindo governo, empresários, centros de pesquisa e universidades, teremos assegurado uma das condições necessárias ao desenvolvimento em bases sólidas. O exemplo do etanol e os resultados das pesquisas realizadas pela Embrapa são exemplos que deveriam nos encorajar a dar mais atenção à pesquisa e desenvolvimento, e a considerá-la indispensável, o verdadeiro motor do crescimento de um país.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Feita a denúncia do Senador Mão Santa de uma situação no Piauí, não havendo mais nenhum orador e nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, às vinte horas e sete minutos, registrando o trabalho zeloso e dedicado dos servidores e funcionários do Senado e lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2003

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (trata da ordem social)*.

Parecer sob nº 187, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação para o segundo turno.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 2008

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que *altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal*.

Parecer favorável, sob nº 727, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que *acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior*.

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2008

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior), que *altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227 (dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude)*.

Parecer sob nº 297, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 28, DE 2009

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2009 (nº 413/2005, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Antonio Carlos Biscaia), que *dá nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais*

de um ano ou de comprovada separação de fato por mais de dois anos.

Parecer favorável, sob nº 863, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

6

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 187, DE 1995

Discussão, em turno único, do Substituto da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 187, de 1995 (nº 3.171/97, naquela Casa), do Senador Júlio Campos, que *dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal.*

Parecer favorável, sob nº 1.215, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora ad hoc: Senadora Serys Shlessarenko.

7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2006 (nº 4.681/2004, na Casa de origem, do Deputado Fernando Coruja), que *altera o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 -Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, para adequá-lo à Constituição Federal em vigor (dispõe sobre a vigência das leis estaduais, a homologação das sentenças estrangeiras declaratórias do estado das pessoas e o divórcio realizado no estrangeiro).*

Parecer favorável, sob nº 698, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Renato Casagrande.

8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 136, DE 2008 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 2008 -Complementar (no 375/2006-Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a composição do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus; revoga a Lei Complementar nº 68, 13 de junho de 1991; e dá outras providências.*

Pareceres favoráveis, sob nos 953 e 954, das Comissões

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora ad hoc: Senadora Serys Shlessarenko; e

- de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Jefferson Praia.

9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 283, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 283, de 2008 (nº 348/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto consolidado da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios, adotada pela Organização Marítima Internacional, em Londres, em 2 de novembro de 1973, e o seu Protocolo de 1978, com as Emendas adotadas em 4 de dezembro de 2003 a 1º de abril de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 1.152, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Augusto Botelho.

10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 319, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 319, de 2009 (nº 2.528/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para Evitar Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal com Relação ao Imposto sobre a Renda, celebrado em Lima, em 17 de fevereiro de 2006.*

Parecer favorável, sob nº 1.153, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares.

11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 388, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 388, de 2009 (nº 2.144/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Memorando de Entendimento*

entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela no Campo da Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado em Caracas, em 14 de fevereiro de 2005.

Parecer favorável, sob nº 1.154, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Renato Casagrande.

12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 393, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 393, de 2009 (nº 661/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Protocolo de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no Domínio da Defesa, assinado em Praia, em 15 de setembro de 2006.*

Parecer favorável, sob nº 1.155, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Fernando Collor.

13

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 395, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 395, de 2009 (nº 737/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Ruanda, assinado em Nova Iorque, em 26 de setembro de 2007.*

Parecer favorável, sob nº 1.156, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

15

REQUERIMENTO Nº 911, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 911, de 2009, do Senador Expedito Júnior, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais (cria o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos).*

16

REQUERIMENTO Nº 924, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 924, de 2009, do Senador Expedito Júnior, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (Seguro-desemprego).*

17

REQUERIMENTO Nº 925, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 925, de 2009, do Senador Expedito Júnior, *solicitando a dispensa de parecer da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre os Projetos de Lei do Senado nºs 305, 443 e 568, de 2007, que se encontram tramitando em conjunto (reduz a zero a contribuição do PIS/PASEP para seguridade social).*

18

REQUERIMENTO Nº 926, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 926, de 2009, do Senador Expedito Júnior, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 321, de 2004, com o Pro-*

jeto de Lei da Câmara nº 85, de 2009, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 30 e 306, de 2003, por regularem a mesma matéria (proteção, tratamento e uso de dados pessoais).

19

REQUERIMENTO Nº 927, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 927, de 2009, do Senador Expedito Júnior, *solicitando a dispensa de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 10, de 2008 (repasse de recursos da União para agentes comunitários de saúde).*

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 7 minutos.)

APARTE PROFERIDO PELO SR. SENADOR JARBAS VASCONCELOS AO DISCURSO DO SR. SENADOR PEDRO SIMON NA SESSÃO DO DIA 03 DE AGOSTO DE 2009, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O Sr. Jarbas Vasconcelos (PMDB – PE. Com revisão do orador.) – Senador Pedro Simon, eu conheço V. Ex^a há anos. Primeiramente, quero dizer que todo ser humano é formado, é constituído das suas virtudes e dos seus defeitos. Eu sou daqueles que, conhecendo V. Ex^a, acham que suas virtudes são bem maiores do que suas eventuais falhas. Seria uma ilusão muito grande, Senador Simon, imaginar, há duas semanas, que, após o regresso aos trabalhos legislativos do Senado, o clima aqui seria agradável.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Jarbas Vasconcelos (PMDB – PE) – Posso continuar, Sr. Presidente? Seria um clima agradável. Isso me parece um raciocínio amador, primário. Eu tive a oportunidade de, num aparte ao Senador Tasso Jereissati, na quarta-feira, 15 de julho, véspera do encerramento das atividades do primeiro semestre, dizer a ele que iríamos encontrar aqui um clima irrespirável, e foi o que nós encontramos. V. Ex^a vai à tribuna para falar em paz e é agredido. V. Ex^a foi agredido na tribuna, e ainda não vi nenhuma manifestação da Presidência desta Casa mandando retirar das notas taquigráficas o registro do discurso de um Senador da República mandando o outro engolir e digerir da forma

que achar melhor suas palavras. É esse o retrato do Senado de hoje. De forma que, além da minha solidariedade peço que V. Ex^a entenda que seu gesto de paz não tem mais efeito aqui, mas não adianta irmos para o outro extremo, o da provocação, da coisa pessoal, porque esta Casa já se encontra numa situação muito grande de desgaste... Quando se pergunta, por exemplo: por que o licenciamento do Presidente Sarney? A resposta é; pelo conjunto de denúncias que há contra ele. Há um conjunto enorme de denúncias. Não fomos nós que inventamos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Esse aspecto é importante.

O Sr. Jarbas Vasconcelos (PMDB – PE) – Não fomos nós...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu lhe mantenho o aparte, mas quero dizer uma coisa: quando se suspendeu, quando se parou para o recesso, a expectativa de todos é que o recesso esvaziaria...

O Sr. Jarbas Vasconcelos (PMDB – PE) – Não, a minha, não. Eu disse da tribuna, no aparte ao senador Tasso que não era isso que aconteceria.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas nesses quinze dias...

O Sr. Jarbas Vasconcelos (PMDB – PE) – Como acho também...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas nesses quinze dias do recesso não houve uma notícia de jornal dada por Parlamentar.

O Sr. Jarbas Vasconcelos (PMDB – PE) – Como acho também, Senador, em que pese toda a sua experiência – V. Ex^a é um homem mais velho do que eu e muitas vezes não gosta que se diga isso de público –, mas a sua experiência devia levá-lo a pensar, Senador Pedro Simon, que há momentos em que tem que se radicalizar, mas radicalizar dentro do Regimento, radicalizar dentro da norma, dentro da tradição. Eu não estou disposto mais a vir aqui e ficar discutindo, votando. Este Senado não pode degradar-se mais do que está degradado. E eu entendo que uma das formas de protesto, para ficar registrado quando se for escrever a história do Senado – se é que um dia se vai escrever essa história – é mostrar que houve um grupo, reduzido, pequeno, que não admitia isso. Criou-se aqui um vezo, Senador Pedro Simon, de que as coisas aqui descambam para o campo pessoal. Foi assim no episódio de afastamento de Presidente desta Casa, há pouco mais de dois anos e o outro agora. Eu, por exemplo, não tenho nada de pessoal contra o Presidente Sarney. Nada, nada de pessoal. Discordo da sua prática, discordo do seu método, discordo da sua maneira de fazer política, sobretudo no episódio da Presidência, em que ele dizia a todo o mundo que não

seria candidato e terminou sendo candidato. São práticas como esta que eu estou citando de que discordo profundamente. Meu aparte foi para demonstrar minha solidariedade a V. Ex^a. Entendo que V. Ex^a foi agredido e eu não iria para casa mais tarde sem me manifestar e oferecer a V. Ex^a essa solidariedade e pedir ao Pre-

sidente da Casa, que há ainda tempo para isso, que mande retirar das notas taquigráficas esse gesto que eu imagino impensado, açodado, que foi feito contra V. Ex^a. Era isso o que eu tinha a lhe dizer.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado.

7ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 23 de junho de 2009

Às dezesseis horas do dia vinte e três de junho de dois mil e nove, na Sala de Autoridades do Gabinete da Presidência, reúne-se a Mesa do Senado Federal, sob a Presidência do Sr. Senador José Sarney, e com a presença das seguintes Senadoras e Senadores: Marconi Perillo, Primeiro Vice-Presidente, Serys Slhessarenko, Segunda Vice-Presidente; Heráclito Fortes, Primeiro-Secretário; João Vicente Claudino, Segundo-Secretário, Mão Santa, Terceiro-Secretário, Patrícia Saboya, Quarta-Secretária, Adelmir Santana, Segundo Suplente de Secretário e Gerson Camata, Quarto Suplente de Secretário. Compareceram, também, os Senadores José Agripino, Arthur Virgílio, Aloizio Mercadante, Pedro Simon, Eduardo Suplicy, Valter Pereira, Renan Calheiros, Renato Casagrande, Antonio Carlos Valadares e Osmar Dias. Abertos os trabalhos, o Sr. Presidente, Senador José Sarney, dá as boas-vindas aos Membros da Mesa, agradece a presença de todos e apresenta a pauta proposta, que é parte integrante desta ata.

PAUTA

1 – ABERTURA

2 – REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÕES, COM RELATÓRIOS FAVORÁVEIS:

Relator – Senador **MARCONI PERILLO**:

- **Requerimento nº 242, de 2009** (do Senador Expedito Júnior - Ministro da Fazenda).

Assunto: relação dos trezentos maiores devedores do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), indicando os procedimentos e as dificuldades para a realização da cobrança, as sanções e as restrições aplicadas aos devedores, além da proporção de devedores que estão registrados no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN).

- **Requerimento nº 302, de 2009** (do Senador Pedro Simon - Ministro da Saúde).

Assunto: mecanismos de restituição, pelas operadoras de Planos de Saúde, dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) aos segurados dessas operadoras.

- **Requerimento nº 345, de 2009** (do Senador Jefferson Praia - Ministro da Integração Nacional).

Assunto: providências tomadas pela Secretaria Nacional de Defesa Civil (Sindec) em relação às enchentes enfrentadas pelos municípios amazonenses de Atalaia do Norte, Barreirinha, Benjamin Constant, Guajará, Tabatinga e Eirunepé, indicando, inclusive, as ações e os recursos financeiros alocados a cada uma dessas ações.

- **Requerimento nº 443, de 2009** (do Senador Raimundo Colombo - Ministro de Minas e Energia).

Assunto: explicações sobre a manutenção, pela Petrobrás, dos preços dos combustíveis entre os mais caros do mundo, mesmo diante da substancial queda no preço do barril do petróleo.

- **Requerimento nº 593, de 2009** (do Senador João Vicente Claudino - Ministro da Integração Nacional).

Assunto: solicitações encaminhadas à Secretaria Nacional de Defesa Civil, nos anos de 2007 e 2008, em decorrência de Situação de Emergência ou de Estado de Calamidade Pública, indicando os valores empenhados para cada uma dessas solicitações, os valores efetivamente liberados e as providências praticadas por essa Secretaria em cada uma dessas situações.

Relator – Senador HERÁCLITO FORTES:

- **Requerimento nº 472, de 2009** (do Senador Marconi Perillo - Ministro das Relações Exteriores).

Assunto: operações de cooperação com a República da Bolívia.

- **Requerimento nº 596, de 2009** (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - iniciativa do Senador Eduardo Azeredo - Ministro das Relações Exteriores).

Assunto: informações acerca das decisões e deliberações realizadas na reunião do Grupo de Trabalho previsto no artigo 11 do Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul, prevista para o último dia 19.05.2009.

Relator – Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO:

- **Requerimento nº 516, de 2009** (do Senador Raimundo Colombo - Ministro da Fazenda).

Assunto: situação financeira da suinocultura no Brasil.

Relator – Senador MÃO SANTA:

- **Requerimento nº 509, de 2009** (da Senadora Rosalba Ciarlini - Ministro da Defesa).

Assunto: relatórios, em inteiro teor, atinentes às inspeções porventura realizadas pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) no Aeroporto Gov. Dix-Sept Rosado, em Mossoró, Rio Grande do Norte, nos anos de 2006 a 2009.

Relatora - Senadora PATRÍCIA SABOYA:

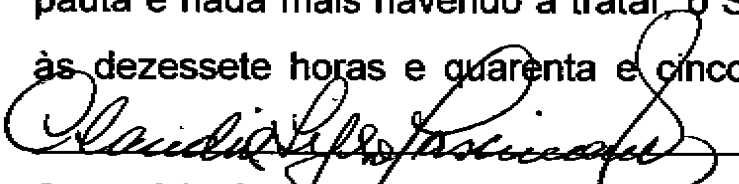
- **Requerimento nº 598, de 2009** (do Senador Tasso Jereissati - Ministro da Fazenda).

Assunto: esclarecimentos sobre dados constantes no SIAFI e no Relatório do Tesouro que apontam para um montante atípico de “restos a pagar” processados inscritos no Ministério da Previdência Social.

3 – OUTROS ASSUNTOS:

- **Ofício nº 2788/TSE**, de 18 de junho de 2009, do Sr. Ministro Joaquim Barbosa, Vice-Presidente do TSE, acerca do julgamento do Recurso Ordinário nº 2.098.

Iniciada a apreciação da pauta pelo **item nº 2 (requerimentos de informação com relatórios favoráveis)**, o Sr. Presidente coloca em votação, um a um, na ordem constante da Pauta da Reunião, os **Requerimentos nºs. 242, 302, 345, 443 e 593, de 2009** (Relator, Senador Marconi Perillo), os **Requerimentos nºs. 472 e 596, de 2009** (Relator, Senador Heráclito Fortes), **Requerimento nº 516, de 2009** (Relator, Senador João Vicente Claudino), **Requerimento nº 509, de 2009** (Relator, Senador Mão Santa) e o **Requerimento nº 598, de 2009** (Relatora, Senadora Patrícia Saboya), que são aprovados. Todos os Requerimentos aprovados são encaminhados à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências. Encerrada essa fase da reunião, o Sr. Presidente passa ao **Item nº 3 (outros assuntos)**. Sua Excelência dá conhecimento aos presentes do Ofício nº 2788/TSE, de 18 de junho de 2009, do Sr. Ministro Joaquim Barbosa, Vice-Presidente do TSE, acerca do julgamento do Recurso Ordinário nº 2.098, referente ao Senador Expedito Júnior; lê o Ofício nº 144/2009-GSEJUN, de 17 de junho do corrente, do Senador Expedito Júnior; informa a respeito da decisão da Mesa sobre o mesmo assunto, proferida em suas 6ª e 8ª Reuniões, realizadas nos dias 9 de setembro e 25 de novembro de 2008, respectivamente; informa sobre a impetração de Mandado de Segurança contra a mencionada decisão da Mesa; e menciona o Parecer nº 2.018, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e

Cidadania da Casa, que explicita o rito procedimental para os fins do disposto no art. 55, V, da Constituição Federal. Tendo em vista haver dois procedimentos adotados anteriormente, a Presidência, ouvidos os demais membros da Mesa, remete a matéria à Advocacia do Senado Federal. A seguir, passa-se a tratar de matérias da área administrativa, que constarão da ata da reunião da Comissão Diretora. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerra a reunião às dezessete horas e quarenta e cinco minutos. E, para constar, eu,  (Claudia Lyra Nascimento), Secretária-Geral da Mesa, lavrei a presente Ata, que, após assinada pelos membros da Mesa presentes, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

Senado Federal, em 23 de junho de 2009.



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente



Senador MARCONI PERILLO
1º Vice-Presidente



Senadora SERYS SHESSARENKO
2ª Vice-Presidente

(Continuação das assinaturas da Ata da 7ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 23 de junho de 2009).



Senador HERÁCLITO FORTES
1º Secretário



Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO
2º Secretário



Senador MAO SANTA
3º Secretário



Senadora PATRÍCIA SABOYA
4ª Secretária



Senador ADELMIR SANTANA
2º Suplente de Secretário



Senador GERSON CAMATA
4º Suplente de Secretário

Documentos integrantes da Ata da 7ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 23 de junho de 2009:

- Ofício nº 2788/TSE, de 18 de junho de 2009, do Sr. Ministro Joaquim Barbosa, Vice-Presidente do TSE, acerca do julgamento do Recurso Ordinário nº 2.098, referente ao Senador Expedito Júnior.
- Ofício nº 144/2009-GSEJUN, de 17 de junho de 2009, do Senador Expedito Júnior, sobre o julgamento do Recurso Ordinário nº 2.098.

Ofício nº 2728 /TSE

Brasília, 18 de junho de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Senado Federal
70165-900 – Brasília – DF

Assunto: Comunicação acerca do julgamento do Recurso Ordinário nº 2.098

Senhor Presidente,

1. Comunico a Vossa Excelência que este Tribunal Superior Eleitoral, em sessão de 16 de junho de 2009, no julgamento do Recurso Ordinário nº 2.098, por unanimidade, desproveu os recursos do Senador Expedito Gonçalves Ferreira Júnior e de Irineu Gonçalves Ferreira. Por unanimidade também proveu, parcialmente, os recursos dos suplentes Elcide Alberto Lazarin e Jábis Emerick Dutra, a fim de tão somente afastar, em relação a estes, a sanção de inelegibilidade. No entanto, foi mantida a cassação dos respectivos diplomas de suplentes, em virtude da indivisibilidade da chapa, nos termos do voto do relator, Exmo. Sr. Ministro Arnaldo Versiani.

Respeitosamente,



Ministro JOAQUIM BARBOSA
Vice-Presidente do TSE
(art. 10 do RITSE)

Ofício nº 144/2009-GSEJUN

Brasília, 17 de junho de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em referência à decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no dia 16/06/2009, rejeitando o RO-2098 que impetrei contra decisão do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO), acerca do meu mandato de Senador da República, comunico a Vossa Excelência que estou aguardando a publicação do respectivo acórdão para, no prazo legal, impetrar os embargos de declaração cabíveis.

Caso não sejam acolhidos os embargos, impetrarei o recurso competente junto ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Diante do exposto, apelo ao elevado espírito de justiça de Vossa Excelência, Presidente deste Senado Federal e do Congresso Nacional, para fins de se adotar as cautelas que o assunto requer, enquanto se aguarda a manifestação da Justiça sobre os recursos referidos, assegurando, dessa forma, o direito constitucional de ampla defesa.

Atenciosamente,



Senador EXPEDITO JÚNIOR

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Of. GP-BB Nº003/2009

Brasília, 30 de junho de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Senado Federal
Senado Federal

Senhor Presidente:

Cumprimentando-o cordialmente, tenho a satisfação de comunicar a Vossa Excelência que foi instalado no Congresso Nacional, em 02 do corrente, o GRUPO PARLAMENTAR BRASIL - BÉLGICA. Na mesma oportunidade, foi eleita e empossada a sua Diretoria.

Este Grupo Parlamentar foi criado por força da Resolução nº9/96, de 30 de outubro de 1996, da Câmara dos Deputados. O Projeto de Resolução nº84/96, de autoria do Deputado Átila Lins, visava criar referido Grupo Parlamentar como serviço de cooperação interparlamentar e tinha por objetivo intensificar o relacionamento entre as Casas Legislativas do Brasil e do Reino da Bélgica.

O GRUPO PARLAMENTAR BRASIL - BÉLGICA, embora criado em 1996, nunca foi efetivamente instalado, razão pela qual tomei as primeiras iniciativas com este objetivo. É formado por 40 Deputados e 07 Senadores.

Encaminho, em anexo, para os devidos registros, cópia da Ata da Reunião de Instalação do GRUPO PARLAMENTAR BRASIL - BÉLGICA, a relação dos Parlamentares que o integram e a composição de sua Diretoria, onde tive a satisfação de ver meu nome escolhido por meus pares do Congresso Nacional para, no próximo biênio, presidir este importante Grupo Parlamentar.

Na certeza de que Vossa Excelência dará o necessário apoio às ações que serão desenvolvidas, em sintonia com a Representação Diplomática do Reino da Bélgica e, em especial, no relacionamento entre nossos Paramentos, antecipo agradecimentos.

Atenciosamente,



Deputado Edinho Bez
Presidente do Grupo Parlamentar Brasil - Bélgica

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DO GRUPO PARLAMENTAR BRASIL - BÉLGICA

Aos dois dias do mês de junho do ano dois mil e nove, às quinze horas, no Plenário nº 7 - Ala Sen. Alexandre Costa - do Senado Federal, na cidade de Brasília - DF, em prosseguimento à Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, reunidas para recepcionar a Excelentíssima Senhora Embaixadora Liliane Bloem, do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Bélgica, e representante de seu País no "Comitê 133", da União Européia (Política Comercial Comum da UE), passou-se à instalação do Grupo Parlamentar Brasil - Bélgica. Inicialmente, o Deputado Sebastião Bala Rocha, Presidente do Grupo Parlamentar Brasil - União Européia, informou que em data de 26 de maio último, foi expedida, pelo Deputado Edinho Bez, correspondência a todos os parlamentares do Congresso Nacional, com o objetivo de informar da instalação do Grupo Parlamentar Brasil - Bélgica e convidá-los a participar de sua composição e da reunião de instalação. Salientou que este Grupo Parlamentar foi criado por força da Resolução nº9/96, de 30 de outubro de 1996, e que o Deputado Átila Lins, autor do Projeto de Resolução nº84/96, visava criar o Grupo Parlamentar como serviço de cooperação interparlamentar e tinha por objetivo intensificar o relacionamento entre as Casas Legislativas do Brasil e do Reino da Bélgica. A seguir, o Deputado Edinho Bez usou da palavra, mencionando que, embora criado em 1996, o Grupo Parlamentar Brasil - Bélgica nunca foi efetivamente instalado, razão pela qual tomou as primeiras iniciativas com este objetivo. Apresentou os Termos de Adesão, em anexo, de 32 Deputados e 06 Senadores, dando as boas vindas aos Parlamentares que a ele aderiram. Após, deu conhecimento da Chapa Única inscrita para a composição de sua Diretoria, a qual foi aceita por aclamação e, imediatamente, foram declarados empossados os seus membros. Compõem a Diretoria do GRUPO para o próximo biênio: Presidentes de Honra: Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal e Deputado Michel Temer, Presidente da Câmara dos Deputados. Presidente: Dep. Edinho Bez - PMDB/SC; 1º Vice-Presidente: Sen. Neuto de Conto - PMDB/SC; 2º Vice-Presidente: Dep. Albano Franco - PSDB/SE; 1º Secretário: Dep. Afonso Hamm - PP/RS; 2º Secretária: Dep. Alice Portugal - PCdoB/BA; 3º Secretário: Dep. André Vargas - PT/PR e 4º Secretário: Dep. Armando Abílio - PTB/PB. Foram eleitos para o Conselho Consultivo: Sen. Arthur Virgílio - PSDB/AM; Sen. Francisco Dornelles - PP/RJ; Sen. Raimundo Colombo - DEM/SC; Dep. Arnaldo Jardim - PPS/SP; Dep. Átila Lins - PMDB/AM; Dep. Luiz Carlos Busato - PTB/RS e Dep. Marcelo Ortiz - PV/SP. A seguir, o Dep. Edinho Bez, assume os trabalhos, como Presidente eleito, agradecendo a confiança de seus colegas e manifestando o seu desejo de envidar todos os esforços para o fortalecimento dos laços de fraterna amizade e o incremento das relações políticas, comerciais e culturais com o Reino da Bélgica. Dando prosseguimento à Pauta, passou, de imediato, ao exame do assunto constante de seu ITEM 2: APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO ESTATUTO. Apresentou proposta de Estatuto a qual, após examinada e discutida, foi aprovada, por unanimidade. Em seguida, o Presidente designou a Dra. Inubia A.C. Sfoggia para Secretária Executiva do Grupo, determinando providências no sentido de comunicar às autoridades devidas sobre a instalação do Grupo e a constituição da sua Diretoria, e definir a Pauta para desenvolver os trabalhos a partir da próxima reunião, a ser agendada posteriormente.

ESTATUTO

Este Estatuto foi aprovado na Reunião de Instalação do Grupo Parlamentar Brasil - Bélgica, realizada em 02 de junho de 2009, passando a vigorar nos seguintes termos:

CAPÍTULO I

CONSTITUIÇÃO, SEDE E OBJETIVOS

Art. 1º - O Grupo Parlamentar Brasil - Bélgica, criado pela Resolução nº9/96, de 30 de outubro de 1996, da Câmara dos Deputados, é reconhecido como serviço de cooperação interparlamentar e reger-se-á pelo presente Estatuto.

Parágrafo Único - O Grupo não tem objetivos político-partidários.

Art. 2º - O Grupo Parlamentar será integrado pelos membros do Congresso Nacional que o fundarem e por outros que a ele aderirem livremente, subscrevendo o Termo de Adesão, com direitos iguais de palavra, voto e mandato diretivo.

Parágrafo Único - Ao filiar-se, o Parlamentar aceita os objetivos do Grupo previstos neste Estatuto.

Art. 3º - O Grupo, com sede e foro em Brasília - DF, é constituído por prazo indeterminado e funcionará em dependências do edifício do Congresso Nacional.

Art. 4º - O Grupo tem por objetivos intensificar o relacionamento entre as Casas Legislativas do Brasil e do Reino da Bélgica, sobretudo nos aspectos político, comercial, cultural e técnico-científico e nas questões fundamentais relacionadas com o desenvolvimento sustentável, de forma abrangente e interdisciplinar.

§ 1º - A cooperação dar-se-á por meio de:

- I - visitas parlamentares;
- II - realização de congressos, seminários, simpósios, debates, conferências, estudos e encontros de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira, indispensáveis à análise, compreensão, encaminhamento e solução de problemas de interesse para o desenvolvimento das relações entre o Brasil e o Reino da Bélgica;
- III - permuta periódica de publicações e trabalhos sobre matéria legislativa;
- IV - intercâmbio de experiências parlamentares;
- V - outras atividades compatíveis com o objetivo do Grupo.

§ 2º - O Grupo poderá manter relações culturais e de intercâmbio, bem como de cooperação técnica, sob qualquer forma de auxílio e reciprocidade, com entidades nacionais e estrangeiras.

CAPÍTULO II

DAS REUNIÕES DO GRUPO PARLAMENTAR

Art. 5º - O Grupo Parlamentar reunir-se-á, no mínimo, duas vezes por ano, por convocação da Comissão Executiva ou a requerimento de, no mínimo, dez por cento de seus membros, por correspondência escrita ou eletrônica, expedida com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO

SEÇÃO I

DOS MEMBROS

Art. 6º - Os membros do Grupo Parlamentar compor-se-ão de duas categorias:

I - Membros Instituidores:

- membros do Congresso Nacional que lhe derem apoio e adesão, por meio da subscrição de Termo de Adesão, e tiverem seu nome homologado pela Comissão Executiva;
- ex-parlamentares do Congresso Nacional que, após deixarem o mandato, requeiram à Comissão Executiva sua permanência no Grupo, podendo votar e ser votado.

II - Membros Cooperadores:

Presidentes de federações, confederações, organizações da sociedade civil e quaisquer outras entidades que tenham interesse nas relações bilaterais objeto do Grupo Parlamentar.

§ 1º - São direitos e deveres dos Membros Instituidores:

I - Dos direitos:

- a) votar e ser votado na composição da Comissão Executiva e do Conselho Consultivo, na forma prevista neste Estatuto;
- b) demitir-se do quadro de associados quando julgar necessário, protocolando o seu pedido perante a Comissão Executiva.

II - Dos deveres:

- a) cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;
- b) respeitar e cumprir as decisões da Comissão Executiva;
- c) comparecer às reuniões da Comissão Executiva;
- d) votar nas reuniões da Comissão Executiva.

§ 2º - Os Membros Cooperadores não têm direito a voto na composição da Comissão Executiva e do Conselho Consultivo. Podendo, entretanto, ser votados para a composição do Conselho Consultivo. Nas reuniões da Comissão Executiva, têm direito a voz, não tendo direito a voto. Podem desligar-se do Grupo Parlamentar quando julgarem necessário, protocolando o seu pedido perante a Comissão Executiva.

SEÇÃO II

DOS ÓRGÃOS

Art. 7º - São órgãos do Grupo Parlamentar: a Comissão Executiva e o Conselho Consultivo.

§ 1º - O Grupo Parlamentar, constituído por membros das duas Casas do Congresso Nacional, deverá, obrigatoriamente, estar representado por ambas na Comissão Executiva e no Conselho Consultivo.

§ 2º - No prazo de dois meses, após o início da Primeira e da Terceira Sessões Legislativas Ordinárias de cada Legislatura, os Membros Instituidores do Grupo Parlamentar reunir-se-ão para eleger os membros da Comissão Executiva e do Conselho Consultivo, em escrutínio secreto, sendo exigida a maioria de votos e a presença da maioria absoluta dos membros da Comissão Executiva ou, pelo menos, um terço dos membros filiados, convocados por correspondência escrita ou eletrônica, expedida com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

§ 3º - O mandato dos membros da Comissão Executiva e do Conselho Consultivo será de dois anos, sendo permitida uma reeleição.

§ 4º - O Conselho Consultivo é constituído pelos Membros Instituidores, sendo, entretanto, facultativo dele participar, também, os Membros Cooperadores.

§ 5º - Se qualquer membro da Comissão Executiva ou do Conselho Consultivo deixar de fazer parte ou renunciar aos mesmos, proceder-se-á a escolha de seu sucessor, dentro de 5 (cinco) dias úteis, pela forma estabelecida no § 2º deste artigo, salvo se faltarem menos de cento e vinte dias para o término do mandato da Comissão ou do Conselho. No último caso, os cargos serão preenchidos pelos Membros Instituidores do Grupo Parlamentar, segundo o critério do parlamentar mais idoso, dentre os de maior número de legislaturas.

SEÇÃO III

DA COMISSÃO EXECUTIVA

Art. 8º - A Comissão Executiva é o órgão dirigente do Grupo Parlamentar e é composta de:

- a) dois Presidentes de Honra;
- b) um Presidente;
- c) dois Vice-Presidentes;
- d) quatro Secretários.

§ 1º - A Comissão Executiva reunir-se-á, ordinariamente, no mínimo, duas vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente, pela maioria absoluta dos seus membros ou por, pelo menos, um terço dos membros filiados, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

§ 2º - A Comissão Executiva será instalada, em primeira convocação, com a maioria simples dos seus membros ou, em segunda convocação, 20 (vinte) minutos após a primeira, com qualquer número de membros, sendo suas deliberações aprovadas por maioria simples, cabendo ao Presidente o voto de Qualidade nos casos de empate.

§ 3º - Os Presidentes de Honra serão o Presidente do Senado Federal e o da Câmara dos Deputados e seus mandatos coincidirão com o Parlamentar que estiver presidindo a Mesa das respectivas Casas.

§ 4º - Haverá um Secretário Executivo designado pelo Presidente.

Art. 9º - Compete à Comissão Executiva:

- I - organizar o programa de atividades do Grupo Parlamentar;
- II - noticiar o Grupo Parlamentar sobre fatos recentes da política externa bilateral;
- III - coligir trabalhos, estudos, pareceres e teses a serem apresentados às Comissões das duas Casas do Congresso Nacional ou em conferências nacionais ou internacionais;
- IV - constituir delegação em missões diplomáticas, ou autônomas do Congresso Nacional;
- V - indicar observadores parlamentares, em missões nacionais ou internacionais, dentre os funcionários do corpo técnico da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;
- VI - comunicar, para fins regimentais, à Presidência das respectivas Casas do Congresso Nacional, os nomes integrantes de delegações ou/e de observadores parlamentares;
- VII - propor e homologar a admissão de novos membros;
- VIII - propor e homologar a alteração dos Estatutos;
- IX - fixar a competência do Secretário Executivo;
- X - delegar ao Presidente, total ou parcialmente, suas competências;
- XI - divulgar os trabalhos do Grupo Parlamentar;
- XII - resolver os casos omissos neste Estatuto.

Art. 10 - O Presidente representa o Grupo Parlamentar, regula e fiscaliza os seus trabalhos.

Art. 11 - São atribuições do Presidente:

- I - representar o Grupo em suas atividades;
- II - convocar e presidir as reuniões da Comissão Executiva;
- III - fazer cumprir as resoluções da Comissão Executiva;
- IV - manter a ordem e solenidades necessárias nas reuniões do Grupo Parlamentar ou da Comissão Executiva;
- V - conceder a palavra aos membros que a solicitarem;
- VI - submeter à aprovação do Grupo Parlamentar a ata da reunião anterior;
- VII - submeter à discussão matérias de interesse do Grupo Parlamentar;
- VIII - dar conhecimento ao Grupo Parlamentar de todo o expediente recebido e despachá-lo;
- IX - decidir as questões de ordem e as reclamações;
- X - votar, em caso de empate, nas reuniões da Comissão Executiva;

XI - distribuir aos membros do Grupo Parlamentar todas as informações recebidas sobre as relações bilaterais, de caráter oficial e não-oficial, bem como, os trabalhos apresentados pelos membros do Grupo Parlamentar ou de qualquer outra origem, recebidos a título de colaboração;

XII - sugerir nomes para o Conselho Consultivo;

XIII - propor a indicação de parlamentares para participarem de viagens internacionais;

XIV - designar o Secretário Executivo;

XV - outras que decorram da natureza de suas funções e prerrogativas.

§ 1º - O Presidente, em suas ausências ou impedimentos, será substituído pelo Primeiro Vice-Presidente e, na ausência deste, pelo Segundo Vice-Presidente.

§ 2º - Ausentes todos os membros da Comissão Executiva, a Presidência será exercida pelo Parlamentar mais idoso do Grupo Parlamentar, dentre os de maior número de legislaturas.

§ 3º - O Presidente poderá delegar aos Vice-Presidentes competência que lhe seja própria.

Art. 12 - Os Secretários terão as designações de Primeiro, Segundo, Terceiro e Quarto, cabendo ao Primeiro superintender os serviços administrativos do Grupo Parlamentar.

Parágrafo Único - Nas reuniões da Comissão Executiva, os Secretários substituir-se-ão conforme sua numeração ordinal, e assim substituirão o Presidente, na falta dos Vice-Presidentes.

SEÇÃO IV

DO CONSELHO CONSULTIVO

Art. 13 - O Conselho Consultivo é integrado por 7 (sete) membros.

Art. 14 - Compete ao Conselho Consultivo:

I - auxiliar o Presidente na formulação de ações e políticas a serem executadas pelo Grupo ou sugeridas a órgãos públicos ou privados;

II - participar da promoção de programas, pesquisas, conferências, seminários e outras atividades de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira, indispensáveis à análise, encaminhamento e solução de problemas de interesse para o desenvolvimento das relações bilaterais;

III - discutir as questões fundamentais relacionadas com o desenvolvimento sustentável, de forma abrangente e interdisciplinar;

IV - difundir novas idéias, resultantes do convívio, do confronto e da interação entre as diversas áreas de atividades;

V - exercer competências e cumprir as atribuições que lhe forem delegadas pela Comissão Executiva.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 15 - Em caso de lacuna neste Estatuto, aplicam-se as disposições do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Art. 16 - No fim de cada gestão, a documentação pertinente ao Grupo Parlamentar deverá ser repassada para o novo Presidente do Grupo.

Art. 17 - Este Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação.

A seguir, passou ao ITEM 3 - ASSUNTOS GERAIS. Informando que os assuntos da Pauta haviam sido esgotados, colocou a palavra à disposição para as considerações finais do Plenário. O senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Sebastião Bala Rocha que cumprimentou e desejou sucesso à Diretoria eleita e empossada. Em continuidade, o Presidente agradeceu a presença de todos, reafirmando a importância do GRUPO e a sua determinação em estimular a mobilização dos Parlamentares do Congresso Nacional e, em especial, do Grupo Parlamentar Brasil-Bélgica para, junto com a Representação Diplomática do Reino da Bélgica, poder atingir as metas de integração. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião da qual foi lavrada a presente ata, assinada pelo Presidente eleito, Dep. Edinho Bez - PMDB/SC; pelo 1º Secretário, Dep. Afonso Hamm - PP/RS, e por mim, Inubia Sfoggia, Secretária-Executiva. Brasília, 02 de junho de 2009.



Dep. Edinho Bez
Presidente Eleito



Dep. Afonso Hamm
1º Secretário



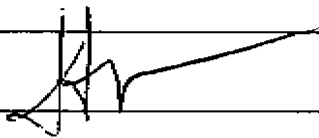
Inubia Sfoggia
Secretária Executiva

**LISTA DE PRESENCAS À REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DO GRUPO
PARLAMENTAR BRASIL - BÉLGICA, REALIZADA EM 02.06.2009**



Deputado	Edinho Bez	
Deputado	Afonso Hamm	
Deputado	Sebastião Bala Rocha	
Deputado	Marcelo Ferreira	
Deputado	José Roberto Moura	
Deputado	RITA CAMATA	
Deputado	Osman Zaccarias	
Deputado	Luís Carlos Heitz	
Deputado	Flávio Bezerra	
Deputado	Edandro Millaemet	
Deputado	Vinicius Canullo	
Deputado	Mauro Pereira	
Deputado	Marcelo Texeira	
Deputado	Marcelo Junior	
Deputado	Sandro Moser	
Deputado	Fernando Gabeira	
Deputado	Sylvio Lored	
Deputado	Giovanni Queiroz	
Deputado	Vic	
Deputado	Paulo Roberto	

quinto PT/SP.

**LISTA DE PRESENCAS À REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DO GRUPO
PARLAMENTAR BRASIL - BÉLGICA, REALIZADA EM 02.06.2009**

Senador		GERALDO MESQUITA JR.
Senador		
Senador		
Senador		
Senador		

**LISTA DE PRESENCAS À REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DO GRUPO
PARLAMENTAR BRASIL - BÉLGICA, REALIZADA EM 02.06.2009**

Deputado	EMBAIXADORA LILIANE BLOEN	DG Adjunta Assuntos Europeus AR - Bélgica	
Deputado	NATSA BRASIL TEODORO	SECRETÁRIA - ENB. BÉLGICA	
Deputado	XAVIER LEBLANC	CONSULHEIRO - ENB. BÉLGICA	
Deputado	Major Brasil Teodoro		
Deputado			
Deputado			
Deputado			

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA:

Presidentes de Honra: Senador José Sarney - PMDB/AP - Presidente do Senado Federal
Deputado Michel Temer - PMDB/SP - Presidente da Câmara dos Deputados

Presidente: Dep. Edinho Bez	- PMDB/SC	Gab. 703
1º Vice-Presidente: Sen. Neuto de Conto	- PMDB/SC	3303.4041
2º Vice-Presidente: Dep. Albano Franco	- PSDB/SE	Gab. 722
1º Secretário: Dep. Afonso Hamm	- PP/RS	Gab. 467/3
2º Secretária: Dep. Alice Portugal	- PCdoB/BA	Gab. 420
3º Secretário: Dep. André Vargas	- PT/PR	Gab. 923
4º Secretário: Dep. Armando Abílio	- PTB/PB	Gab. 805

Conselho Consultivo:

Sen. Arthur Virgílio	- PSDB/AM	3303.1413
Sen. Francisco Dornelles	- PP/RJ	3303.4229
Sen. Raimundo Colombo	- DEM/SC	3303.4206
Dep. Arnaldo Jardim	- PPS/SP	Gab. 368/3
Dep. Átila Lins	- PMDB/AM	Gab. 730
Dep. Luiz Carlos Busato	- PTB/RS	Gab. 570/3
Dep. Marcelo Ortiz	- PV/SP	Gab. 931

Secretária Executiva: Dra. Inubia A.C Sfoggia - 3303.2323 - 8118.1159
Senado Federal - Ala Sen. Afonso Arinos - Gab. 5

COMPOSIÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

53ª Legislatura

NOME PARLAMENTAR		UF	GAB	ANEXO	TELEFONE	END. ELETRÔNICO
AFONSO HAMM	PP	RS	467	3	3215.5467	dep.afonsohamm@camara.gov.br
ALBANO FRANCO	PSDB	SE	722	4	3215.5722	dep.albanofranco@camara.gov.br
ALICE PORTUGAL	PCdoB	BA	420	4	3215.5420	dep.aliceportugal@camara.gov.br
ANDRÉ VARGAS	PT	PR	923	4	3215.5923	dep.andrevargas@camara.gov.br
ARMANDO ABÍLIO	PTB	PB	805	4	3215.5805	dep.armandoabilio@camara.gov.br
ARNALDO JARDIM	PPS	SP	368	3	3215.5368	dep.arnaldojardim@camara.gov.br
ÁTILA LINS	PMDB	AM	730	4	3215.5730	dep.atilalins@camara.gov.br
CHARLES LUCENA	PTB	PE	458	4	3215.5458	dep.charleslucena@camara.gov.br
DAMIÃO FELICIANO	PDT	PB	938	4	3215.5938	dep.damiaoefeliciano@camara.gov.br
DR. UBIALI	PSB	SP	484	3	3215.5484	dep.dr.ubiali@camara.gov.br
EDINHO BEZ	PMDB	SC	703	4	3215.5703	dep.edinhobez@camara.gov.br
EDUARDO VALVERDE	PT	RO	435	4	3215.5435	dep.eduardovalverde@camara.gov.br
ELISMAR PRADO	PT	MG	862	4	3215.5862	dep.elismarprado@camara.gov.br
EVANDRO MILHOMEN	PCdoB	AP	419	4	3215.5419	dep.evandromilhomen@camara.gov.br
FERNANDO GABEIRA	PV	RJ	332	4	3215.5332	dep.fernandogabeira@camara.gov.br
FLÁVIO BEZERRA	PMDB	CE	422	4	3215.5422	dep.flaviobezerra@camara.gov.br
GERVÁSIO SILVA	PSDB	SC	418	4	3215.5418	dep.gervasiosilva@camara.gov.br
GIOVANNI QUEIROZ	PDT	PA	618	4	3215.5618	dep.giovanniqueiroz@camara.gov.br
JORGINHO MALULY	DEM	SP	225	4	3215.5225	dep.jorginhomaluly@camara.gov.br
JÚLIO DELGADO	PSB	MG	323	4	3215.5323	dep.juliodelgado@camara.gov.br
LUIS CARLOS HEINZE	PP	RS	526	4	3215.5526	dep.luiscarlosheinze@camara.gov.br
LUIZ CARLOS BUSATO	PTB	RS	570	3	3215.5570	dep.busato@camara.gov.br
MANOEL JÚNIOR	PSB	PB	601	4	3215.5601	dep.manoeljuniior@camara.gov.br
MARCELO ORTIZ	PV	SP	931	4	3215.5931	dep.marceloortiz@camara.gov.br
MARCELO TEIXEIRA	PR	CE	210	4	3215.5210	dep.marceloteixeira@camara.gov.br
MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	607	4	3215.5607	dep.maurobenevides@camara.gov.br
MOACIR MICHELETTO	PMDB	PR	478	3	3215.5478	dep.moacirmicheletto@camara.gov.br
NELSON MARQUEZELLI	PTB	SP	920	4	3215.5920	dep.nelsonmarquezelli@camara.gov.br
OSMAR SERRAGLIO	PMDB	PR	845	4	3215.5845	dep.osmarserraglio@camara.gov.br
PERPÉTUA ALMEIDA	PCdoB	AC	625	4	3215.5625	dep.perpetuaalmeida@camara.gov.br
RENATO AMARY	PSDB	SP	450	4	3215.5450	dep.renatoamary@camara.gov.br
RIBAMAR ALVES	PSB	MA	729	4	3215.5729	dep.ribamaralves@camara.gov.br
RITA CAMATA	PMDB	ES	836	4	3215.5836	dep.ritacamata@camara.gov.br
SANDRO MABEL	PR	GO	443	4	3215.5443	dep.sandromabel@camara.gov.br
SEBASTIÃO BALA ROCHA	PDT	AP	608	4	3215.5608	dep.sebastiobalarocha@camara.gov.br
SILVIO LOPES	PSDB	RJ	346	4	3215.5346	dep.silviolopes@camara.gov.br
VIC PIRES FRANCO	DEM	PA	519	4	3215.5519	dep.vicpiresfranco@camara.gov.br
VICENTINHO	PT	SP	740	4	3215.5740	dep.vicentinho@camara.gov.br
VIEIRA DA CUNHA	PDT	RS	711	4	3215.5711	dep.vieiradacunha@camara.gov.br
VINICIUS CARVALHO	PTdoB	RJ	587	3	3215.5587	dep.viniciuscarvalho@camara.gov.br

COMPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL
53ª Legislatura

NOME PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	GAB	ALA	TELEFONE	END. ELETRÔNICO
ARTHUR VIRGÍLIO	PSDB	AM	50	Tancredo Neves	3303.1201	arthur.virgilio@senador.gov.br
FRANCISCO DORNELLES	PP	RJ	11	Teotônio Vilela	3303.4229	francisco.dornelles@senador.gov.br
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	PMDB	AC	12	Filinto Muller	3303.1078	geraldo.mesquita@senador.gov.br
JOSÉ SARNEY	PMDB	AP		Anexo I - 6º and.	3303.3429	sarney@senador.gov.br
NEUTO DE CONTO	PMDB	SC	14	Teotônio Vilela	3303.4041	neutodeconto@senador.gov.br
RAIMUNDO COLOMBO	DEM	SC	04	Nilo Coelho	3303.4206	raimundocolombo@senador.gov.br
SÉRGIO ZAMBIASI	PTB	RS	07	Afonso Arinos	3303.1207	zambiasi@senador.gov.br

Brasília, 15 de julho de 2009.

- **Of. GP-BB Nº 003/2009.**
- **ORIGEM:** Grupo Parlamentar Brasil-Bélgica.
- **ASSUNTO:** comunica que foi instalado no Congresso Nacional o GRUPO PARLAMENTAR BRASIL – BÉLGICA.

A Sua Senhoria a Senhora
CLÁUDIA LYRA NASCIMENTO
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal

Encaminho a Vossa Senhoria o expediente em epígrafe, para conhecimento e adoção das providências cabíveis, por meio do qual o Excelentíssimo Senhor Deputado **EDINHO BEZ**, comunica que foi instalado no Congresso Nacional o GRUPO PARLAMENTAR BRASIL – BÉLGICA.


SÉRGIO PENNA
Chefe de Gabinete

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Mauro Fecury* (S)
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Flávio Torres* (S)
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 1999 até 30 de abril de 2009.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

RELATOR: Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM)

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final prorrogado: 21/02/2010

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) ⁽¹³⁾	
Arthur Virgílio (PSDB-AM) ^(10,21)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁸⁾	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(12,22)	1. João Pedro (PT-AM) ⁽¹⁹⁾
Fátima Cleide (PT-RO) ^(2,6,20)	2. Augusto Botelho (PT-RR) ⁽²⁵⁾
Eduardo Suplicy (PT-SP) ^(3,11,16,18)	
Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB-SC) ⁽²⁴⁾	1. Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽²³⁾
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	

PDT	
Patrícia Saboya (CE) (14.17.26)	
PDT/PSOL ⁽⁹⁾	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
10. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
11. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
13. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
14. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).
17. Em 21.05.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jeferson Praia (Of. nº 46/09 -LPDT).
18. Em 27.05.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
19. Em 27.05.2009, o Senador João Pedro é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Suplicy (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
20. Em 27.05.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
21. Em 27.05.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Ofício nº 97/09 - GLPSDB).
22. Em 27.05.2009, o Senador Inácio Arruda é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
23. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
24. Em 02.06.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
25. Em 09.06.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Ofício nº 106/2009 - GLDBAG).
26. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303-3514

Fax: 3303-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Prazo prorrogado: 13/03/2008

Prazo final prorrogado: 23/09/2009

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Papaléo Paes (PSDB-AP) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (8)
VAGO (8)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.

3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.

5. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).

6. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJM nº 081/2009).

7. Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).

8. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita deixa a vaga de titular e é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 016-A/2009).

*. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.

**. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMAZÔNIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos a respeito da Amazônia: 1) conflito referente à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras; 2) recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena; 3) áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos territórios chegam a 57%, 21%, 20% e 30%, respectivamente, das áreas territoriais desses Estados; 4) problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras etc; 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas; 6) alegado aumento do desmatamento da floresta; 7) recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros; 8) questões fundiárias e ambientais.

(Requerimento nº 572, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos – (DEM-MT) – (1)	1. Adelmir Santana – (DEM-DF) – (1)
Gilberto Goellner – (DEM-MT) – (1)	2. Arthur Virgílio – (PSDB-AM) – (1)
Flexa Ribeiro – (PSDB-PA) – (1)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante – (PT-SP)	1. Marcelo Crivella – (PRB-RJ)
João Ribeiro – (PR-TO)	2. Flávio Arns – (PT-PR)
Renato Casagrande – (PSB-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Renan Calheiros – (PMDB-AL)	1. Valter Pereira – (PMDB-MS)
Geraldo Mesquita Júnior – (PMDB-AC) – (3)	2. Wellington Salgado de Oliveira – (PMDB-MG)
Gilvam Borges – (PMDB-AP)	
PTB	
Mozarildo Cavalcanti – (RR) – (1)	1. João Vicente Claudino – (PI) – (1)
PDT	
Cristovam Buarque – (DF) – (2)	

Notas:

1. Indicações das Lideranças.

2. Em 03.06.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 51/09-LPDT).

3. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (OF. GLPMDB nº 015-A/2009).

4) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PETROBRAS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 569, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS) e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Bicomcombustíveis (ANP), relacionadas com: a) indícios de fraudes nas licitações para reforma de plataformas de exploração de petróleo, apontadas pela operação "Águas Profundas" da Polícia Federal; b) graves irregularidades nos contratos de construção de plataformas, apontadas pelo Tribunal de Contas da União; c) indícios de superfaturamento na construção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, apontados por relatório do Tribunal de Contas da União; d) denúncias de desvios de dinheiro dos "royalties" do petróleo, apontados pela operação "Royalties", da Polícia Federal; e) denúncias do Ministério Público Federal sobre fraudes envolvendo pagamentos, acordos e indenizações feitos pela ANP a usineiros; f) denúncias de uso de artifícios contábeis que resultaram em redução do recolhimento de impostos e contribuições no valor de 4,3 bilhões de reais; g) denúncias de irregularidades no uso de verbas de patrocínio da estatal.

(Requerimento nº 569, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Pedro (PT-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³⁾

Leitura: 15/05/2009

Instalação: 14/07/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Antonio Carlos Júnior (DEM-BA)	1. Heráclito Fortes (DEM-PI)
Alvaro Dias (PSDB-PR)	2. Tasso Jereissati (PSDB-CE)
Sérgio Guerra (PSDB-PE)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Ideli Salvatti (PT-SC)	1. Inácio Arruda (PC DO B-CE)
Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Delcídio Amaral (PT-MS)
João Pedro (PT-AM)	
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB-RJ)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽¹⁾
Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾	2. Almeida Lima (PMDB-SE)
Romero Jucá (PMDB-RR)	
PTB	
Fernando Collor (AL)	1. Gim Argello (DF)
PDT	
Jefferson Praia (AM)	

Notas:

1. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha, designado membro suplente em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).

2. Eleito em 14.07.2009.

3. Designado em 14.07.2009.

5) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DNIT

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 783, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta de treze titulares e sete suplentes, para apurar, no prazo de cento e oitenta dias, as causas, condições e responsabilidades supostamente praticadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

(Requerimento nº 783, de 2009, lido em 24.06.2009)

Número de membros: 13 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 24/06/2009

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares ⁽²⁾

RELATOR: Senador Gerson Camata

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo final prorrogado: 31/08/2009

MEMBROS

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3511

Fax: 3303-1176

E-mail: ems@senado.gov.br

2) RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.692, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

3) TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

Instalação: 27/08/2008

Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) ^(2,3)	1. Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.

2. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB/SF).

3. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. nº 055/2009-GLDBAG).

4) IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

Finalidade: Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

(Requerimento nº 8, de 2009, aprovado em 10.03.2009)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Leitura: 10/03/2009

Designação: 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
	3.
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
	1.

5) ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU

Finalidade: Acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

(Requerimento nº 231, de 2009, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Kátia Abreu (DEM)	1. Senadora Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽²⁾
Senadora Marisa Serrano (PSDB)	2.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
	1.
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valter Pereira (PMDB) ⁽¹⁾	1.
PTB	
Senador Fernando Collor	1.

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 009-A/2009).

2. Em 13.07.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 104/09-GLDEM).

6) COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA

Finalidade: Em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

(Requerimento nº 247, de 2009, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 6

MEMBROS**Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)**

Senador Adelmir Santana (DEM)

Senador Eduardo Azeredo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Eduardo Suplicy (PT)

Senador Roberto Cavalcanti (PRB)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ^(1,2)

PTB

Senador Gim Argello

Notas:

1. Em 23/06/2009, o Senador Mauro Fecury é designado Titular do Bloco da Maioria, na Comissão (Of. GLPMDB nº 008-A-2009).

2. Em 24.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita Junior é designado membro do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Mauro Fecury (OF. GLPMDB Nº 019-A-2009).

7) NOVO PACTO FEDERATIVO NO BRASIL

Finalidade: Promover amplo debate e propor medidas para adoção de um novo pacto federativo no Brasil, ou para o aperfeiçoamento do vigente.

(Requerimento nº 488, de 2008, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1.
	2.
	3.
Senador Cícero Lucena (PSDB)	4. Senador João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹⁾	5. Senador Sérgio Guerra (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Roberto Cavalcanti (PRB)
Senador João Ribeiro (PR)	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Eduardo Suplicy (PT)	3. Senador Flávio Arns (PT)
Senador Tião Viana (PT)	4. Senador Paulo Paim (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Almeida Lima (PMDB) ⁽³⁾	1. Senador Gerson Camata (PMDB) ⁽³⁾
Senador Neuto De Conto (PMDB) ⁽³⁾	2. Senador Leomar Quintanilha (PMDB) ⁽³⁾
Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽³⁾	3. Senador Mauro Fecury (PMDB) ⁽³⁾
Senador Valter Pereira (PMDB) ⁽³⁾	4. Senador Paulo Duque (PMDB) ⁽³⁾
PTB	
Senador Sérgio Zambiasi	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
Senador João Durval	1.

Notas:

1. Em 09.06.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB (Bloco da Minoria) na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. n 107/09 - GLPSDB).
2. Em 09.06.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB (Bloco da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. n 107/09 - GLPSDB).
3. Em 10.06.2009, a Liderança do Bloco da Maioria (PMDB,PP)designa seus membros na Comissão (OF. GLPMDB nº 007-A/2009).

8) ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE**Finalidade:** Verificar os efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

(Requerimento nº 449, de 2009, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 7**MEMBROS****Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)**

Senador Arthur Virgílio (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Augusto Botelho (PT)

Senadora Fátima Cleide (PT)

Maioria (PMDB, PP)Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽²⁾Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁾**PTB**

Senador Romeu Tuma

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).
2. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

9) INUNDAÇÕES NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, BAHIA E RIO GRANDE DO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

(Requerimento nº 592, de 2009, aprovado em 21.05.2009)

Número de membros: 7

MEMBROS	
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador César Borges (PR)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Mão Santa (PMDB) ⁽¹⁾	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) ⁽²⁾	
PTB	
Senador João Vicente Claudino	

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).

2. Em 10.06.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).

*. Incluído o Estado do Rio Grande do Norte, conforme comunicação lida e aprovada na sessão deliberativa ordinária de 21 de maio de 2009.

ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)

(publicado no DSF de 14.02.2009)

Número de membros: 5**PRESIDENTE:** Senador Francisco Dornelles**Instalação:** 03/03/2009**MEMBROS**

Senador Pedro Simon (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho**Telefone(s):** 3303.4638**E-mail:** dirceuv@senado.gov.br

REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PLS 156/2009 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, que **reforma o Código de Processo Penal**.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko

RELATOR-GERAL: Senador Renato Casagrande

RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS: Senador Tião Viana

RELATOR-PARCIAL - INQUÉRITO POLICIAL: Senador Romeu Tuma

RELATOR-PARCIAL - MEDIDAS CAUTELARES: Senador Marconi Perillo

RELATOR-PARCIAL - PROVAS: Senador Valter Pereira

RELATOR-PARCIAL - RECURSOS: Senadora Serys Slhessarenko

Instalação: 20/05/2009

MEMBROS**Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)**

Senador Demóstenes Torres (DEM)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Marconi Perillo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Tião Viana (PT)

Senador Renato Casagrande (PSB)

Senadora Serys Slhessarenko (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Almeida Lima (PMDB)

Senador Valter Pereira (PMDB)

PTB

Senador Romeu Tuma

PDT

Deputada Patrícia Saboya () ⁽¹⁾

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.

**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009,
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL**

PRAZOS¹

RELATÓRIOS PARCIAIS: 19.06.2009 a 16.07.2009 (art. 374, IV)
RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 17.07.2009 a 13.08.2009 (art. 374, V)
PARECER FINAL: 14 a 27.07.2009 (art. 374, VI)

¹Prazos duplicados pela aprovação do Requerimento nº 177, de 2009, em 24.06.2009.

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (6)	
Eduardo Suplicy (PT) (38)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (37)
Delcídio Amaral (PT) (36)	2. Renato Casagrande (PSB) (33)
Aloizio Mercadante (PT) (30)	3. João Pedro (PT) (11,35)
Tião Viana (PT) (41)	4. Ideli Salvatti (PT) (39)
Marcelo Crivella (PRB) (40)	5. Roberto Cavalcanti (PRB) (34,72)
Inácio Arruda (PC DO B) (29)	6. Expedito Júnior (PR) (4,28)
César Borges (PR) (32)	7. João Ribeiro (PR) (31)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (60,66)	1. Romero Jucá (PMDB) (62,65)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (59,64)	2. Gilvam Borges (PMDB) (58,61)
Gerson Camata (PMDB) (67,71)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (3,63)
Valdir Raupp (PMDB) (55)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (1,63)
Neuto De Conto (PMDB) (8,15,54,56)	5. Lobão Filho (PMDB) (9,53,70)
Pedro Simon (PMDB) (57,69)	6. Paulo Duque (PMDB) (2,63)
VAGO (68)	7. VAGO (68)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM) (48)	1. Gilberto Goellner (DEM) (46)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (18,46)	2. Demóstenes Torres (DEM) (17,42)
Efraim Moraes (DEM) (44)	3. Heráclito Fortes (DEM) (49)
Raimundo Colombo (DEM) (50)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (46)
Adelmir Santana (DEM) (14,16,43)	5. Kátia Abreu (DEM) (45)
Jayme Campos (DEM) (13,47)	6. José Agripino (DEM) (5,51)
Cícero Lucena (PSDB) (23)	7. Alvaro Dias (PSDB) (26)
João Tenório (PSDB) (24)	8. Sérgio Guerra (PSDB) (19,22,73)
Arthur Virgílio (PSDB) (23,74)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (27)
Tasso Jereissati (PSDB) (23)	10. Eduardo Azeredo (PSDB) (25,75)
PTB (7)	
João Vicente Claudino (52)	1. Sérgio Zambiasi (12,52)
Gim Argello (52)	2. Fernando Collor (52)

PDT

Osmar Dias (20)

1. Jefferson Praia (10,21)

Notas:

1. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
23. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
24. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
25. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
26. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
27. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
28. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
29. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
30. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
31. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

32. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
33. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
34. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
35. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
36. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
37. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
38. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
39. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
40. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
41. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
42. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
43. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
44. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
45. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
46. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
47. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
48. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
49. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
50. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
51. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
52. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
53. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
56. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
60. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
61. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

62. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
63. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. GLPMDB nº 022/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. GLPMDB nº 022/2009).
66. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. GLPMDB nº 022/2009).
67. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. GLPMDB nº 022/2009).
68. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (Of. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
70. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).
75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 e 33113516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO (6)	2. VAGO (9)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO (4)	2. Renato Casagrande (PSB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO (5)
Raimundo Colombo (DEM) (7)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO (8)
PMDB PDT PSDB	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3303-4605 e 33113516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (5)	
Flávio Arns (PT) (3,17,26)	1. Fátima Cleide (PT) (33)
Augusto Botelho (PT) (27)	2. César Borges (PR) (34)
Paulo Paim (PT) (30)	3. Eduardo Suplicy (PT) (35)
Marcelo Crivella (PRB) (36)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Expedito Júnior (PR) (31)	5. Ideli Salvatti (PT) (29,32)
Roberto Cavalcanti (PRB) (28,59,61)	6. VAGO (28)
Renato Casagrande (PSB) (28,60,64)	7. José Nery (PSOL) (28,63,65)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (56,68)	1. Lobão Filho (PMDB) (52)
Gilvam Borges (PMDB) (9,51)	2. Romero Jucá (PMDB) (57)
Paulo Duque (PMDB) (6,49)	3. Valdir Raupp (PMDB) (54)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (50)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (53)
Mão Santa (PMDB) (48)	5. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (55)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) (41)	1. Heráclito Fortes (DEM) (37)
Rosalba Ciarlini (DEM) (38)	2. Jayme Campos (DEM) (40)
Efraim Moraes (DEM) (12,15,42)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,39)
Raimundo Colombo (DEM) (46)	4. José Agripino (DEM) (4,43)
Lúcia Vânia (PSDB) (24,44)	5. Marisa Serrano (PSDB) (20,67)
Eduardo Azeredo (PSDB) (23,66)	6. João Tenório (PSDB) (25)
Papaléo Paes (PSDB) (21)	7. Sérgio Guerra (PSDB) (22,45)
PTB (8)	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,58)	1. Gim Argello (14,16,62)
PDT	
João Durval (19,47)	1. Cristovam Buarque (18,69)

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
18. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
19. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
20. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
21. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
22. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
23. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
24. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
26. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
28. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
29. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
30. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
31. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
33. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
34. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
35. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
36. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
37. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
38. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
39. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
40. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
41. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
42. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

43. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
44. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
45. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
59. Em 04.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
60. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
61. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
62. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
63. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).
64. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
65. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
66. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
68. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
69. Em 21.05.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. 48/09 - LPDT).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PT-PR)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Moraes (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (3,11)
Eduardo Azeredo (PSDB) (9)	2. Marisa Serrano (PSDB) (2)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
Flávio Arns (PT) (6)	1. Paulo Paim (PT) (7)
PMDB	
Paulo Duque (5)	1. Leomar Quintanilha (10)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (8)	1. Gim Argello (PTB) (4)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
3. Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
4. Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
6. Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
8. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. nº 15/09 - PRES/CAS).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP) ⁽¹³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) ⁽⁶⁾	1. Raimundo Colombo (DEM) ^(2,4)
Papaléo Paes (PSDB) ⁽¹¹⁾	2. João Tenório (PSDB) ^(2,9)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT) ⁽⁵⁾	1. Marcelo Crivella (PRB) ^(2,10)
PMDB	
Mão Santa ⁽⁸⁾	1. Paulo Duque ⁽³⁾
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽¹²⁾	1. João Durval (PDT) ⁽⁷⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
3. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
4. Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
6. Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
7. Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
9. Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
12. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
13. Em 02.07.2009, foi lido o Ofício nº 02/2009-PRES/CASSAÚDE, comunicando eleição.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽¹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
PMDB	
Mão Santa	1. Wellington Salgado de Oliveira
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

Notas:

1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Morais (OF. nº 17/09 - PRES/CAS).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Marina Silva (PT) (39,75)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,31)
Aloizio Mercadante (PT) (10,33)	2. Augusto Botelho (PT) (1,15,17,38)
Eduardo Suplicy (PT) (39)	3. Marcelo Crivella (PRB) (30)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (34)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,36,72)
Ideli Salvatti (PT) (39)	5. César Borges (PR) (35,52)
Exedito Júnior (PR) (37,52)	6. Serys Slhessarenko (PT) (19,32,77)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (61,69)	1. Romero Jucá (PMDB) (54,63)
Almeida Lima (PMDB) (58,69)	2. Leomar Quintanilha (PMDB) (59,68)
Gilvam Borges (PMDB) (60,69)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (56,65,78)
Francisco Dornelles (PP) (62,69)	4. Lobão Filho (PMDB) (5,67,76)
Valter Pereira (PMDB) (3,69)	5. Valdir Raupp (PMDB) (40,57,64)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (9,18,55,66)	6. Neuto De Conto (PMDB) (2,69)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM) (45)	1. Efraim Morais (DEM) (50)
Demóstenes Torres (DEM) (42)	2. Adelmir Santana (DEM) (49)
Jayme Campos (DEM) (51)	3. Raimundo Colombo (DEM) (43)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Agripino (DEM) (4,47)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (44)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,46)
Alvaro Dias (PSDB) (27,70)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (28)
Sérgio Guerra (PSDB) (26,71)	7. Marconi Perillo (PSDB) (24)
Lúcia Vânia (PSDB) (27)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (29,73)
Tasso Jereissati (PSDB) (27)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (25,74)
PTB ⁽⁷⁾	
Romeu Tuma (48)	1. Gim Argello (41)
PDT	
Osmar Dias (11,13,22)	1. Patrícia Saboya (12,23,53,79)

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
12. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
13. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
23. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
24. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
25. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
26. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
27. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
28. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
29. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
30. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
31. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
32. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
33. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
34. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
35. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
37. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
38. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.

39. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
40. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
41. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
42. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
43. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
45. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
46. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
47. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
48. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Epitácio Cafeteira.
49. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
50. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
51. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
52. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
70. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).

71. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
72. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
75. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Slhessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDDB).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDDB 075/2009).
79. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

VICE-PRESIDENTE: VAGO (73,74)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
Flávio Arns (PT) (36)	1. João Pedro (PT) (1,31)
Augusto Botelho (PT) (36)	2. Ideli Salvatti (PT) (35)
Fátima Cleide (PT) (36)	3. Eduardo Suplicy (PT) (12,37)
Paulo Paim (PT) (36,46,66)	4. José Nery (PSOL) (30)
Inácio Arruda (PC DO B) (38)	5. Roberto Cavalcanti (PRB) (34,67)
Marina Silva (PT) (32)	6. João Ribeiro (PR) (34,71)
Expedito Júnior (PR) (33)	7. VAGO (34)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB) (63)	1. Romero Jucá (PMDB) (56)
Mauro Fecury (PMDB) (8,16,58,70,72)	2. Leomar Quintanilha (PMDB) (56)
Gilvam Borges (PMDB) (55)	3. Pedro Simon (PMDB) (56)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (62)	4. Neuto De Conto (PMDB) (59)
Gerson Camata (PMDB) (61)	5. Valdir Raupp (PMDB) (57)
Francisco Dornelles (PP) (5,9,60)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (15,17,64)
VAGO (53,65)	7. Lobão Filho (PMDB) (54)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) (4,47)	1. Gilberto Goellner (DEM) (45)
Marco Maciel (DEM) (50)	2. Kátia Abreu (DEM) (11,43)
Rosalba Ciarlini (DEM) (6,19,49)	3. Jayme Campos (DEM) (42)
Heráclito Fortes (DEM) (40)	4. Efraim Morais (DEM) (39)
José Agripino (DEM) (13,51)	5. Eliseu Resende (DEM) (14,18,52)
Adelmir Santana (DEM) (44)	6. Maria do Carmo Alves (DEM) (2,48)
Alvaro Dias (PSDB) (25)	7. Eduardo Azeredo (PSDB) (28,69)
Cícero Lucena (PSDB) (22)	8. Marconi Perillo (PSDB) (26)
VAGO (29,68,73,74)	9. Papaléo Paes (PSDB) (27)
Marisa Serrano (PSDB) (24)	10. Sérgio Guerra (PSDB) (23)
PTB	
Sérgio Zambiasi (7,41)	1. João Vicente Claudino (41)
Romeu Tuma (41)	2. Mozarildo Cavalcanti (41)
PDT	
Cristovam Buarque (20)	1. Jefferson Praia (10,21)

Notas:

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (Of. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
23. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
24. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
25. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
26. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
27. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
28. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
29. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
30. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
31. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
32. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
33. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
34. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
36. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
37. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
38. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.

39. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
40. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
41. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
42. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
43. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
45. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
46. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
47. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
48. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
49. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
50. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
51. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
52. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
53. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
65. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
66. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
67. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
68. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
70. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
71. Em 29.04.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 084/2009-GLDBAG).
72. Em 10.06.2009, o Senador Mauro Fecury é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 017-A/2009).
73. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).
74. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ⁽⁷⁾	1. VAGO ⁽⁷⁾
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. VAGO ⁽⁷⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽³⁾	1. VAGO ⁽⁷⁾
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ^(1,6)
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. VAGO ⁽⁷⁾
PDT	
VAGO ⁽⁷⁾	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Renato Casagrande (PSB) (26)	1. Fátima Cleide (PT) (22)
Marina Silva (PT) (7,26)	2. César Borges (PR) (24)
João Pedro (PT) (20)	3. Inácio Arruda (PC DO B) (25)
João Ribeiro (PR) (23)	4. Delcídio Amaral (PT) (21)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (38)	1. Romero Jucá (PMDB) (38)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (38)	2. Valdir Raupp (PMDB) (5,11,40)
Gilvam Borges (PMDB) (39)	3. Almeida Lima (PMDB) (38)
Valter Pereira (PMDB) (38)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (38)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (29)	1. Adelmir Santana (DEM) (34)
Kátia Abreu (DEM) (31)	2. Raimundo Colombo (DEM) (1,35)
Heráclito Fortes (DEM) (33)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (3,27)
Eliseu Resende (DEM) (32)	4. Jayme Campos (DEM) (9,30)
Arthur Virgílio (PSDB) (10,19)	5. Alvaro Dias (PSDB) (4,14)
Cícero Lucena (PSDB) (15)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) (18)
Marisa Serrano (PSDB) (16)	7. Mário Couto (PSDB) (17)
PTB	
Gim Argello (6,28)	1. Sérgio Zambiasi (28)
PDT	
Jefferson Praia (8,13,36,41)	1. Cristovam Buarque (12,37,42)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
15. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
16. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
18. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
21. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
23. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
26. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
32. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
34. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
36. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. GLPMDB nº 30/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 28/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 28/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO ⁽³⁾	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO ⁽⁸⁾	2. VAGO ⁽⁸⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO ^(3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Marina Silva (PT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Notas:

1. Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. N° 57/2008-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** VAGO

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO (5)
VAGO (1)	2. VAGO (5)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO (2,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (3)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Flávio Arns (PT) ⁽¹⁹⁾	1. João Pedro (PT) ⁽²²⁾
Fátima Cleide (PT) ⁽¹⁹⁾	2. Serys Shessarenko (PT) ⁽²¹⁾
Paulo Paim (PT) ⁽¹⁹⁾	3. Marcelo Crivella (PRB) ^(11,20,30)
Aloizio Mercadante (PT) ^(2,23,48,49)	4. Marina Silva (PT) ^(20,45)
José Nery (PSOL) ⁽²⁴⁾	5. Magno Malta (PR) ^(20,48)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(39,44)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽⁴¹⁾
Gerson Camata (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	2. Romero Jucá (PMDB) ⁽³⁸⁾
VAGO ^(35,43)	3. Valter Pereira (PMDB) ⁽³⁷⁾
Gilvam Borges (PMDB) ⁽³⁶⁾	4. Mão Santa (PMDB) ⁽³³⁾
Paulo Duque (PMDB) ^(10,12,42)	5. Leomar Quintanilha (PMDB) ⁽³⁴⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) ^(3,29)	1. Heráclito Fortes (DEM) ⁽²⁷⁾
Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽²⁵⁾	2. Jayme Campos (DEM) ⁽³²⁾
Eliseu Resende (DEM) ^(4,28)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽³¹⁾
VAGO ^(8,46)	4. Adelmir Santana (DEM) ^(9,13,26)
Arthur Virgílio (PSDB) ⁽¹⁶⁾	5. VAGO ^(18,47)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁶⁾	6. Mário Couto (PSDB) ⁽¹⁷⁾
VAGO ^(1,5)	7. Papaléo Paes (PSDB) ⁽¹⁶⁾
PTB ⁽⁷⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque ⁽¹⁴⁾	1. Jefferson Praia ⁽¹⁵⁾

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
19. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
21. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
25. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
26. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
27. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
29. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
30. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
31. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
32. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
33. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (Of. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (Of. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).
47. Em 16.04.2009, vago em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
48. Em 29.04.2009, o Senador Magno Malta deixa de compor a Comissão como membro titular e é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 082/2009-GLDBAG).
49. Em 09/07/2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 119/2009 - GLDBAG).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT) ⁽⁶⁾	1. Fátima Cleide (PT) ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB) ^(3,9)
Valter Pereira (PMDB) ⁽¹⁴⁾	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(1,4,7)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽¹⁰⁾
Mário Couto (PSDB) ⁽¹²⁾	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁸⁾	1. Cristovam Buarque ⁽¹³⁾
PTB	
Sérgio Zambiasi ⁽¹¹⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Em 12.06.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (OF. CDH 078-09).
6. Em 12.06.2009, a Senadora Serys Slhessarenko deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. CDH 078-09).
7. Em 12.06.2009, o Senador Heráclito Fortes deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria (OF. CDH 078-09).
8. Em 12/06/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
9. Em 12.06.2009, o Senador Gilvam Borges é designado Suplente do PMDB, na Comissão (Of. CDH 078-09).
10. Em 12/06/2009, o Senador Adelmir Santana é designado Suplente do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. CDH 078/09).
11. Em 12/06/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Titular do PTB, na Comissão (Of. CDH 078/09).
12. Em 12/06/2009, o Senador Mário Couto é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. CDH 078/09).
13. Em 12/06/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
14. Em 12/06/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB, na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. CDH 078/09).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br**6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Shessarenko (PT)	2. VAGO (3,5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (2,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. VAGO
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Maioria (PMDB, PP)	
	1. VAGO

Notas:

*. Em 27.04.2009 foi à publicação o OF. N° 029/09 - CDH, que comunica a aprovação do Requerimento n° 09, de 2009 - CDH, cujo teor trata da transformação da Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo em Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁹⁾	
Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁴¹⁾	1. Flávio Arns (PT) ^(38,68)
Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(43,75)	2. Marina Silva (PT) ⁽⁴⁶⁾
João Ribeiro (PR) ^(45,70)	3. Renato Casagrande (PSB) ^(42,74)
João Pedro (PT) ⁽⁴⁷⁾	4. Magno Malta (PR) ⁽³⁹⁾
Tião Viana (PT) ^(44,54,69)	5. Augusto Botelho (PT) ^(22,40,49,67)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) ⁽¹⁾	1. Almeida Lima (PMDB) ^(5,65)
Francisco Dornelles (PP) ⁽⁶²⁾	2. Inácio Arruda (PC DO B) ^(6,76,77)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽⁶⁴⁾	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽²⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(3,72,73)	4. Valdir Raupp (PMDB) ^(19,24,61)
Paulo Duque (PMDB) ⁽⁴⁾	5. Gilvam Borges (PMDB) ^(10,21,63)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Moraes (DEM) ⁽⁵⁸⁾	1. Adelmir Santana (DEM) ^(11,53)
Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁵⁷⁾	2. Rosalba Ciarlini (DEM) ^(7,50)
Marco Maciel (DEM) ^(18,29,56)	3. José Agripino (DEM) ^(23,27,55)
Heráclito Fortes (DEM) ^(8,51)	4. Romeu Tuma (PTB) ^(52,78,79,80)
João Tenório (PSDB) ^(37,66)	5. Alvaro Dias (PSDB) ⁽³³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB) ⁽³⁷⁾	6. Arthur Virgílio (PSDB) ^(17,36,71)
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁵⁾	7. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽³⁴⁾
PTB ⁽¹²⁾	
Fernando Collor ^(13,14,15,16,25,26,28,30,48)	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁴⁸⁾
PDT	
Patrícia Saboya ^(32,59,81)	1. Cristovam Buarque ^(20,31,60)

Notas:

1. O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
2. O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
3. O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
4. O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
5. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
6. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
7. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclides Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclides Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
32. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
33. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
34. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
35. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
36. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
37. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
38. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
39. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
40. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
41. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
42. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
43. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
44. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.

45. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
46. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
47. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
48. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
49. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
50. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
51. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
52. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
53. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
54. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
55. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
56. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
57. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
58. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
59. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
67. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
69. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
70. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
71. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
72. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
73. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 063/2009).
74. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
75. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
76. Em 28.04.2009, o PMDB cede vaga de suplente ao PC do B (Of. GLPMDB nº 109/2009).
77. Em 30.04.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida pelo PMDB na Comissão (Of. IA Nº 093/2009).

78. Em 02/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (OF. Nº 165/2009/GLPTB).

79. Em 02/06/2009, a Liderança do Democratas cede, temporariamente, vaga de suplente ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (OF. Nº 094/09-GLDEM).

80. Em 02/06/2009, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor a Comissão (Of. 93/09-GLDEM).

81. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ^(3,4,6)	1. VAGO ⁽⁷⁾
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. VAGO ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS****Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes****PRESIDENTE: VAGO****VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ^(1,4)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclydes Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
PMDB PP	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) ^(1,3)	2. Romero Jucá (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Augusto Botelho (PT)	1. Tião Viana (PT)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

Notas:

1. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE (Of. N° 054/2009 - CRE).
2. Em 17/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 077/2009-CRE).
3. Em 17/06/2009, o Senador Valdir Raupp é designado titular do Bloco da Maioria (Of. 077/2009-CRE).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Serys Slhessarenko (PT) (21)	1. Marina Silva (PT) (17)
Delcídio Amaral (PT) (21,32,55)	2. Paulo Paim (PT) (19,32,58)
Ideli Salvatti (PT) (21)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (24)
Inácio Arruda (PC DO B) (18)	4. Expedito Júnior (PR) (20)
Fátima Cleide (PT) (16)	5. Eduardo Suplicy (PT) (23)
João Ribeiro (PR) (25)	6. João Pedro (PT) (22)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (53,63,64)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,46)
Gilvam Borges (PMDB) (54)	2. Lobão Filho (PMDB) (30,51)
Paulo Duque (PMDB) (47)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,45)
Mão Santa (PMDB) (5,9,43)	4. Valter Pereira (PMDB) (50)
Valdir Raupp (PMDB) (48,56)	5. VAGO (49,64)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (44)	6. Almeida Lima (PMDB) (52,60,63)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (29)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (26)
Eliseu Resende (DEM) (27)	2. Efraim Moraes (DEM) (38)
Heráclito Fortes (DEM) (36)	3. Adelmir Santana (DEM) (33)
Jayme Campos (DEM) (34)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (28)
Kátia Abreu (DEM) (7,35)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,31)
Mário Couto (PSDB) (41,62)	6. Cícero Lucena (PSDB) (13)
João Tenório (PSDB) (42,57)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (14,59)
Flexa Ribeiro (PSDB) (13)	8. Alvaro Dias (PSDB) (13,61)
Marconi Perillo (PSDB) (40)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (15)
PTB (4)	
Fernando Collor (37)	1. Gim Argello (37)
PDT	
João Durval (12)	1. Osmar Dias (39)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
14. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
15. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
16. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
17. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
18. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
19. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
20. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
21. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
22. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
23. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
24. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
25. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
26. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
27. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
31. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
32. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral, que passa à suplência.
33. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
34. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
35. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
36. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
37. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
38. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
41. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
42. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.

43. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
55. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).
56. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
57. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
58. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
59. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
60. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
61. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).
62. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).
63. Em 14.05.2009, o Senador Almeida Lima deixa a vaga de membro titular do PMDB na Comissão e assume a vaga de membro suplente (OF. GLPMDB nº 111/2009).
64. Em 14.05.2009, o Senador Francisco Dornelles deixa a vaga de membro suplente na Comissão e assume a vaga de membro titular cedida pelo PMDB (OF. GLPMDB nº 001-A-2009).

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 8:30HS - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
César Borges (PR) ⁽²⁴⁾	1. Delcídio Amaral (PT) ^(7,27)
Serys Shessarenko (PT) ^(2,28)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) ^(23,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽²⁶⁾	3. VAGO ⁽²³⁾
José Nery (PSOL) ⁽²⁵⁾	4. VAGO ⁽²³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) ^(33,41)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽⁴⁴⁾
Valter Pereira (PMDB) ^(1,48)	2. Pedro Simon (PMDB) ⁽⁴⁷⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(4,11,45)	3. Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁴²⁾
Almeida Lima (PMDB) ⁽⁴³⁾	4. Gerson Camata (PMDB) ^(46,49,51)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) ⁽³⁰⁾	1. Gilberto Goellner (DEM) ⁽²⁹⁾
Marco Maciel (DEM) ⁽³⁶⁾	2. Jayme Campos (DEM) ⁽³⁸⁾
Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽³⁷⁾	3. Demóstenes Torres (DEM) ^(9,12,34)
Adelmir Santana (DEM) ⁽³¹⁾	4. Kátia Abreu (DEM) ^(6,14,32)
Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁸⁾	5. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²²⁾
Marconi Perillo (PSDB) ⁽¹⁹⁾	6. Sérgio Guerra (PSDB) ^(10,13,17)
Papaléo Paes (PSDB) ⁽²¹⁾	7. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²⁰⁾
PTB ⁽⁵⁾	
Gim Argello ⁽³⁵⁾	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽³⁵⁾
PDT	
Jefferson Praia ^(8,15,40)	1. João Durval ^(16,39)

Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
16. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
17. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
20. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
21. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
23. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
25. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
26. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
27. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
28. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
32. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
33. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
34. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
35. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
36. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
37. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
38. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
39. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).

46. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilberto Goellner (DEM-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT) ⁽¹⁷⁾	1. Paulo Paim (PT) ⁽¹⁷⁾
João Pedro (PT) ⁽²¹⁾	2. Fátima Cleide (PT) ^(4,6,19)
Augusto Botelho (PT) ^(22,31,49)	3. Expedito Júnior (PR) ⁽²³⁾
César Borges (PR) ^(18,54)	4. Serys Slhessarenko (PT) ^(20,52)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) ^(2,11,37,40)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(36,38)
Neuto De Conto (PMDB) ^(41,46)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(34,43)
Gerson Camata (PMDB) ^(35,39)	3. Renan Calheiros (PMDB) ^(42,48)
Valter Pereira (PMDB) ^(45,50)	4. Paulo Duque (PMDB) ^(44,47)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) ⁽²⁷⁾	1. Demóstenes Torres (DEM) ^(3,30)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽²⁶⁾	2. Heráclito Fortes (DEM) ⁽³²⁾
Kátia Abreu (DEM) ⁽²⁵⁾	3. Rosalba Ciarlini (DEM) ^(7,28)
Jayme Campos (DEM) ^(8,10,33)	4. José Agripino (DEM) ⁽²⁹⁾
VAGO ^(15,53)	5. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹⁶⁾
Mário Couto (PSDB) ⁽¹⁴⁾	6. João Tenório (PSDB) ⁽¹²⁾
Marisa Serrano (PSDB) ⁽¹²⁾	7. Marconi Perillo (PSDB) ⁽¹³⁾
PTB ⁽⁵⁾	
Romeu Tuma ^(9,24)	1. Sérgio Zambiasi ^(24,51)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno da titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. nº 536/2008-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

12. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
13. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
14. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
16. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
19. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
21. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
22. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
23. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
25. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
32. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
33. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
34. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
35. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 31/2009).
36. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
37. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 31/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 31/2009).
39. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
40. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
41. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
42. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 31/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).

44. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
45. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (Of. GLPMDB nº 31/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. GLPMDB nº 31/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. GLPMDB nº 31/2009).
48. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).
52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
53. Em 16.04.2009, vago em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
54. Em 29.04.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 016/09-GLDBAG).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽³⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (4)	
Marcelo Crivella (PRB) (20)	1. Delcídio Amaral (PT) (18)
Renato Casagrande (PSB) (22)	2. Flávio Arns (PT) (20)
Magno Malta (PR) (21)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19,44)
Roberto Cavalcanti (PRB) (19,41,46)	4. João Ribeiro (PR) (19,47)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (35)	1. Valter Pereira (PMDB) (34)
Lobão Filho (PMDB) (39)	2. Romero Jucá (PMDB) (36)
Gerson Camata (PMDB) (7,10,37)	3. Gilvam Borges (PMDB) (8,9,40,42,48)
Valdir Raupp (PMDB) (38,45)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Antonio Carlos Júnior (DEM) (31)	1. Gilberto Goellner (DEM) (25)
Demóstenes Torres (DEM) (3,30)	2. Eliseu Resende (DEM) (23)
José Agripino (DEM) (6,12,24)	3. Marco Maciel (DEM) (1)
Efraim Morais (DEM) (27)	4. Kátia Abreu (DEM) (28)
Cícero Lucena (PSDB) (16)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (17,26)
Flexa Ribeiro (PSDB) (17,26)	6. Sérgio Guerra (PSDB) (14,49)
Papaléo Paes (PSDB) (15)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (11,17,43)
PTB (5)	
Sérgio Zambiasi (29)	1. Fernando Collor (29)
PDT	
Patrícia Saboya (13,32,50)	1. Cristovam Buarque (33)

Notas:

1. Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
2. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
8. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
9. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
10. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
15. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
16. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
17. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
18. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
19. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
21. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
22. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
23. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
27. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
30. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 061/2009).

43. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).
44. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).
45. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. GLPMDB nº 061/2009).
46. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
47. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).
48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 065/2009).
49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).
50. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3311-1120**Fax:** 3311-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS****1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR****(Resolução nº 17, de 1993)**

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 05/03/2009**Notas:**

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Duque (PMDB-RJ) ⁽²⁾**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

TITULARES		SUPLENTE	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)			
VAGO (3)		1.	Delcídio Amaral (PT-MS)
João Pedro (PT-AM)		2.	Ideli Salvatti (PT-SC)
VAGO (1)		3.	Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE)		4.	Augusto Botelho (PT-RR)
Maioria (PMDB, PP)			
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)		1.	Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE)		2.	Romero Jucá (PMDB-RR)
Gilvam Borges (PMDB-AP)		3.	Mão Santa (PMDB-PI)
Paulo Duque (PMDB-RJ)		4.	Lobão Filho (PMDB-MA)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)			
Demóstenes Torres (DEM-GO)		1.	Antonio Carlos Júnior (DEM-BA)
Heráclito Fortes (DEM-PI)		2.	Rosalba Ciarlini (DEM-RN)
Eliseu Resende (DEM-MG)		3.	Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Marisa Serrano (PSDB-MS)		4.	Arthur Virgílio (PSDB-AM)
Sérgio Guerra (PSDB-PE)		5.	
PTB			
Gim Argello (DF)		1.	João Vicente Claudino (PI)
PDT			
João Durval (BA)		1.	Jefferson Praia (AM)
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)			
Romeu Tuma (PTB/SP)			

Atualização: 15/07/2009**Notas:**

1. O Senador João Ribeiro (PR-TO) declinou do mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 60/2009-GSJRI, de 15.07.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
2. Eleito na 1ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 15.07.2009
3. O Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.GSACV nº 161/2009, de 03.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR**(Resolução do Senado Federal nº 40/95)**

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008**Notas:**

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.

2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**MEMBROS****PMDB**

Wellington Salgado de Oliveira (MG)

DEM

Marco Maciel (PE)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PT

Fátima Cleide (RO)

PTB

VAGO

PDTPatrícia Saboya (CE) ⁽¹⁾**PR**

Expedito Júnior (RO)

PSB

Renato Casagrande (ES)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PP**PSOL**

José Nery (PA)

Atualização: 24/06/2009**Notas:**

1. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária, iniciada em 14/07/2009.

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Mão Santa (PMDB-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Patrícia Saboya (PDT-CE)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado André de Paula (DEM-PE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Raimundo Colombo (DEM-SC)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Tadeu Filippelli (PMDB-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Severiano Alves (PDT-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 07.05.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP) ¹²
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE) ¹²
Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM - RS) ¹²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ⁸ (PSOL/PA)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTO ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
IRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ⁹ (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 28.05.2009)

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰ Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/I/Nº 12, de 28.01.2009.

¹¹ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

¹² Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Parlamentar Ignacio Mendonza Unzain (Py)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Juan Jose Dominguez (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Severiano Alves

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ANDRÉ DE PAULA DEM-PE	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> RAIMUNDO COLOMBO DEM-SC
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> SEVERIANO ALVES PDT-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 07.05.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



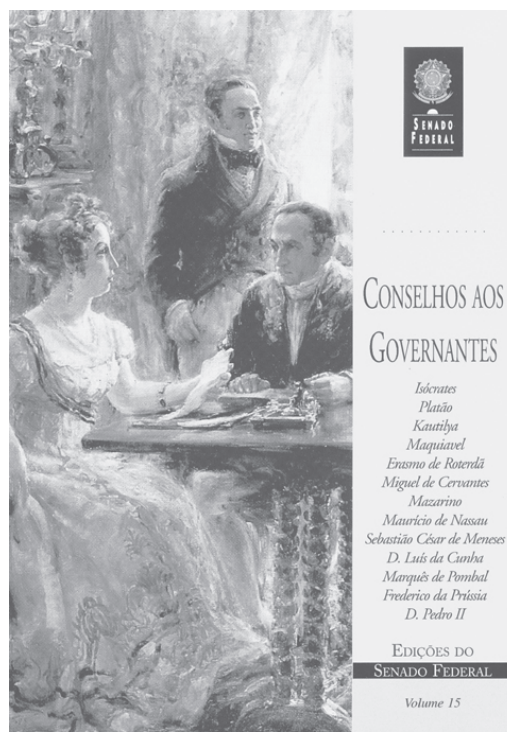
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conselhos aos Governantes

Coletânea de textos de Isócrates, Platão, Kautilya, Nicolau Maquiavel, Erasmo de Roterdã, Miguel de Cervantes, Cardeal Mazarino, Maurício de Nassau, Sebastião César de Meneses, D. Luís da Cunha, Marquês de Pombal, Frederico da Prússia e D. Pedro II.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 258 PÁGINAS